



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

PETRÓLEO BRASILEIRO, PRECONCEITO E REALIDADE

LEON ZEITEL



AFGANISTÃO E IRÃ:
DOIS CAPÍTULOS
DO MESMO PROCESSO
HISTÓRICO

COMPREENSÃO DA GUERRA
Alzir Benjamin Chaloub

MAI/JUN-81
Nº 695



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo;
DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Art José Pordeus Maia; DIRE-
TOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRE-
TOR-TESOUREIRO: Ten Cel Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDA-
TORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav
Edson Alves Mey; Desembargador Antonio Arruda; Ten Cel Art
Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Francisco Stuart
Campbell Pamplona; Ten Cel Eng José Galaór Ribeiro; Ten Cel Inf
Roberto Sílvio Duarte Oliveira; CF José Correia de Sá e Benevides;
Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Ten Cel Art Marcello Rufino
dos Santos; Maj Inf Hiram de Freitas Câmara; Maj Inf Marco Antonio
Sávio Costa; Prof José Alberto da Assumpção; EDITORAÇÃO: José
Livio Dantas; PUBLICIDADE: Floriano Serpa.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 500,00 — Exterior —
US\$ 35,00 — Número avulso — Cr\$ 100,00. As importâncias deverão
ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Pelácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 283-3030 — CEP 20.221 — Rio
de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem
pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos
originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ



PRETRÓLEO BRASILEIRO PRECONCEITO & REALIDADE

Leon Zeitel

A PETROBRÁS, após tantos anos de realizações evidentes, defronta-se ainda hoje com críticas severas de alguns setores que, por falta de informações ou por outros motivos, insistem em atribuir à Companhia a responsabilidade até pelos efeitos de uma crise energética de âmbito mundial.

É lamentável a relativa facilidade com que se tenta desacreditar, perante uma Nação constituída essencialmente de jovens, uma das mais concretas provas de capacidade do país atuar em igualdade de condições com gigantescos complexos internacionais. E isso quando o momento histórico exige dos brasileiros uma contribuição que não pode prescindir de símbolos autênticos, capazes de unir todos os segmentos da vida nacional em torno de objetivos comuns.

Bastaria a importância psicossocial de realizações como as da PETROBRÁS, em um país onde esses símbolos são raros, para impor aos autores da crítica

sistemática o cuidado de pelo menos verificar se as informações que lhes dão suporte são verídicas e se suas premissas de ataque não são apenas suposições canhestras ou preconceituosas.

Uma dessas suposições preconceituosas, em torno da qual muitas afirmações gravitam, é que a PETROBRÁS, por ineficiência e desídia, não cumpriu sua finalidade básica de promover a auto-suficiência de petróleo.

Quando a Empresa foi criada, em 1953, os conhecimentos sobre as bacias sedimentares brasileiras eram ainda incipientes. É forçoso reconhecer que os técnicos alimentavam então grandes esperanças de descobrir expressivas reservas de petróleo no país, até mesmo para atingir-se a auto-suficiência.

Esta esperança se manifestou também numa corrente ponderável da opinião pública, tendo em conta que à época o nível de consumo nacional era

da ordem de 160 mil bbl/dia* e se iniciava com a PETROBRÁS um programa exploratório ambicioso numa extensão de bacias sedimentares das maiores do mundo.

Hoje, o consumo é de cerca de 1.160 mil bbl/dia e a PETROBRÁS produzirá, em 1981, em torno de 230 mil bbl/dia.

Países há que, com produção de petróleo equivalente a do Brasil, por exemplo o Peru e o Equador, são exportadores do produto, tendo em vista o seu baixo nível de consumo, intimamente ligado ao estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Mas no Brasil, dadas as suas elevadas taxas de desenvolvimento econômico e a conseqüente expansão do consumo, alcançar, nos dias que correm, a auto-suficiência significa um nível de produção de petróleo até hoje alcançado somente por quinze países do mundo, dos quais apenas 6 fora do âmbito da OPEP (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, Canadá, México e China).

Portanto, a se insistir nessa linha de raciocínio, dever-se-ia concluir que a França e a Itália (para citar apenas alguns) têm empresas de petróleo altamente ineficientes, porque, não obstante a significativa participação do Estado, não são capazes de produzir mais que 1% de suas necessidades de petróleo.

Outra afirmação improcedente é que a PETROBRÁS manteve, desde 1973 a produção de 170 mil barris diários de petróleo, originária apenas de velhos poços em esgotamento. Isso significaria que, sem descobrir reservas adicionais, a PETROBRÁS teria feito o milagre de evitar o declínio natural dos poços produtores, mantendo a produção naquele nível.

* $1 \text{ m}^3 = 6,29 \text{ bbl}$

A verdade é que nos últimos 10 anos foram extraídos 100 milhões de metros cúbicos de petróleo e as nossas reservas subiram de 136 milhões para 204 milhões de metros cúbicos, significando que descobrimos 168 milhões de metros cúbicos, sem contar o gás natural, cujas reservas se elevaram de 27 bilhões de metros cúbicos para 47 bilhões. Estas são as reservas que nos permitiram produzir cerca de 190 mil barris por dia em 1980, a despeito da interrupção temporária ocorrida no campo de Garoupa.

Parece, assim, necessário que se estabeleça uma base séria para o questionamento da eficiência da PETROBRÁS, permitindo ao povo brasileiro aferir sua atuação.

Entendemos que a PETROBRÁS alcançou sucesso extraordinário como organização nacional que inclusive foi capaz de, em período relativamente curto, absorver tecnologia de um setor complexo como a indústria do petróleo.

Em que pese o esforço desenvolvido pela Empresa desde a sua criação, a dependência energética externa do país, a partir da crise de 1973, repercutiu acentuadamente sobre as condições políticas e econômicas dos vários setores da vida nacional.

Considerando as condições de desequilíbrio cambial, a situação tornou-se progressivamente desfavorável à imagem da Companhia, pois cresceram as pressões para uma resposta imediata da PETROBRÁS às necessidades de petróleo dos diversos segmentos da economia brasileira.

A possibilidade do comprometimento do desenvolvimento nacional a taxas elevadas, conseqüência de problemas de Balanço de Pagamentos, induziu a uma injustificada canalização de ressentimentos contra a Empresa. A partir daí co-

meçou-se a questionar acemente o seu desempenho, e mesmo parte da corrente de pensamento nacionalista, principal esteio da PETROBRÁS em termos de opinião pública, aderiu ou, pelo menos, não se colocou contra aqueles que desde os primórdios duvidaram da solução PETROBRÁS.

Reavivaram-se comparações inconsistentes com performances internacionais, desarquivaram-se dúvidas antigas relativas à capacidade nacional de realização e culpou-se a PETROBRÁS inclusive de não se ter preparado com decisão para enfrentar as consequências de uma crise que, segundo os críticos, era antevista por todos já em 1970. Afirmação que, por si só, atesta o conhecimento do significado dos eventos de 1973, que marcaram o início da gestação de uma nova ordem econômica internacional.

ANTECEDENTES DA CRISE DE 1973

A partir de 1960 e durante os dez anos seguintes, o mundo viveu um período de excepcional crescimento do consumo de energia, sendo o petróleo utilizado em escala abundante e a baixo custo. Entre 1960 e 1971 o consumo mundial de energia cresceu 68%. O aumento no Japão foi de 214%; na Europa, de 68%; na América Latina, de 98% (no Brasil o consumo atingiu um crescimento de 100%); e nos Estados Unidos, de 61%.

Os maiores beneficiários desse uso intensivo de energia foram o Japão, os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos. Pode-se afirmar que o "boom" industrial do Japão, atingido na década de 60, foi feito, em grande parte, às custas da energia adquirida a baixo preço.

Essa prosperidade industrial começou a dar sinais de arrefecimento a partir do

início dos anos 1970. Nestes anos, os EUA puseram em prática diversas medidas para debelar a alta de preços, que passou a ser combatida, de modo ortodoxo, tanto na área financeira como na área monetária.

As decisões tomadas pelo então Presidente Nixon, em agosto de 1971, anunciando as medidas destinadas a fortalecer o dólar em face da valorização do ouro, representaram um retorno às práticas comerciais típicas dos períodos de recessão econômica. Aquela época, pela primeira vez desde 1890, os EUA registravam um déficit na sua Balança Comercial de US\$ 2.713 milhões.

A imposição, pelo Governo norte-americano, da sobretaxa de 10% sobre as importações não foi suficiente para evitar a desvalorização do dólar em 8% em dezembro de 1971 e de 11% em fevereiro de 1973. Com essas desvalorizações, que provocaram a flutuação das principais moedas ocidentais, ficou profundamente abalado o regime de paridades fixas estabelecido na Conferência de Bretton Woods.

Os países que tiveram suas moedas valorizadas face ao dólar foram prejudicados economicamente. O Japão, por exemplo, viu-se obrigado a intensificar suas exportações para outros países, tendo em vista a dificuldade de colocar seus produtos nos EUA, o mesmo sucedendo com a Alemanha.

Desde 1972, o aumento dos preços generalizou-se na Europa, EUA e Japão, ultrapassando 6% ao ano. A inflação, anteriormente considerada conjuntural nos países industrializados, passou a se constituir em fenômeno estrutural.

INTERESSES EM JOGO

A partir de 1971, quando eclodiu no Ocidente a crise monetária, iniciou-se o

fortalecimento da OPEP, organização criada em 1960, quando a Venezuela era o maior exportador mundial e os países árabes do Norte da África — Argélia, Líbia e Egito — tinham produção de petróleo inexpressiva.

Os países produtores de petróleo, antes pouco atuantes no esquema de distribuição dessa matéria-prima no mundo, passaram, a partir de então, a impor condições às grandes companhias.

Assim, conquanto se pudesse — como aliás a PETROBRÁS o fez — prever um certo aumento nos preços do petróleo, jamais se imaginariam os níveis alcançados no final de 1973, quando a componente política preponderou. Mesmo hoje, passados sete anos, os acontecimentos de 1973 não estão inteiramente esclarecidos, dando ainda margem a especulações.

Alguns analistas admitem que da interação de interesses (a busca de segurança energética das grandes potências, as perspectivas das empresas de petróleo no sentido de que novas reservas deveriam ser procuradas em áreas progressivamente mais onerosas e as aspirações dos países-membros da OPEP) resultou um efeito multiplicador no preço do óleo.

Seja como for, o que parece ter polarizado o jogo de interesses foi a necessidade de viabilizar economicamente a exploração de novas reservas de petróleo, bem como, a prazo maior, fontes energéticas alternativas.

As descobertas, por exemplo, dos campos localizados em Prudhoe Bay no Alasca e o de Ekofisk no Mar do Norte, tornaram patente que os custos da exploração "offshore" eram sensivelmente mais elevados do que os custos exploratórios nas áreas sedimentares terrestres.

Desse modo, para que as potencialidades petrolíferas no mar fossem pesquisadas e desenvolvidas de forma economicamente atrativa, era necessário destinar a essa nova frente de trabalho elevadas somas de recursos.

A localização de promissoras reservas soviéticas em ambientes hostis da Sibéria Oriental, longe dos mercados da Rússia Européia e da Europa Oriental, pelo quadro de dificuldades topográficas, logísticas e técnicas, implícitas em seu desenvolvimento, também deverá envolver custos imensos.

A eclosão da crise do petróleo em 1973, encerrando o longo período de estabilidade de preços no mercado mundial, viabilizou a transferência de recursos para a exploração no mar e outras áreas de custo mais elevado.

A SURPRESA

Quanto à previsão do novo patamar de preços, um dos aspectos que melhor esclarece a surpresa com que foi tomada a economia mundial pela abrupta elevação da sua principal fonte energética, está no fato de que os principais países industrializados, incentivados pela abundância e a estabilidade do preço do petróleo, em todo o transcorrer das duas últimas décadas, intensificaram a sua utilização, inclusive nos anos imediatamente anteriores a crise. Fontes tradicionais de energia, como o carvão, foram quase totalmente substituídas pelo petróleo, alterando profundamente a estrutura de seus balanços energéticos.

Ninguém em sã consciência pode afirmar que países como a Alemanha, a Inglaterra, o Japão etc., ao intensificarem o consumo de petróleo, poderiam sequer imaginar a iminência de uma crise, da magnitude e extensão da verificada em 1973.

CONSEQUÊNCIAS

A eclosão da crise do petróleo perturbou intensamente a ordem econômica mundial, produzindo efeitos que persistem até os dias de hoje. A OPEP passou a liderar o mercado internacional, decretando unilateralmente, e não mais negociando, o aumento dos preços do produto.

Os déficits comerciais dos países importadores de petróleo provocaram políticas econômicas de ajustamento à nova realidade, políticas essas que foram defasadas e diferentes nos países industrializados e naqueles em desenvolvimento, devido à natureza e estrutura de suas economias. Contudo, essas políticas resultaram num efeito comum, que foi a mudança ocorrida no comércio internacional.

Apesar de prudente nas áreas monetária e fiscal, a atuação dos países industrializados foi rápida e decisiva em relação ao Balanço de Pagamentos. Através do repasse dos preços do petróleo para os seus produtos manufaturados de exportação, esses países lograram, já em 1975, alcançar um "superávit" global de US\$ 16 bilhões.

Enquanto isso, os países em desenvolvimento, além dos preços do petró-

leo, sofriam ainda os efeitos do aumento dos preços dos manufaturados sobre suas importações e do protecionismo em relação às suas exportações, arcando, praticamente, com todo o ônus da crise.

Em decorrência desses problemas de ordem comercial, os países em desenvolvimento acumularam elevados déficits nos seus Balanços de Pagamentos, tendo alcançado o valor global de US\$ 55 bilhões em 1979.

Todavia, as repercussões das medidas tomadas pelos países industrializados foram bem mais amplas. O aumento dos preços dos manufaturados teve como consequência o recrudescimento da inflação mundial, atingindo mais uma vez os exportadores de petróleo, que sentiram a perda do valor aquisitivo de suas receitas.

Simultaneamente, manifestou-se também a incapacidade dos exportadores de petróleo de realizarem uma eficaz reciclagem no mercado internacional dos saldos comerciais acumulados, agravando assim o problema financeiro e consequentemente, a inflação. A crise do petróleo adquiriu contornos nitidamente inflacionários, criando um efeito cumulativo sobre o processo que provocou sua eclosão.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Saldos em Conta Corrente
(bilhões de dólares)

Países	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Países Industrializados	10	-13	16	- 2	- 5	31	-11
Países em Desenvolvimento	-11	-30	-46	-32	-28	-36	-55
Países da OPEP	6	68	35	40	32	5	68

Fonte: FMI

O aumento dos preços do petróleo determinou grande mudança nos relacionamentos econômicos internacionais e, em especial, colocou o Brasil diante de um dilema: conseguir a energia de que precisa, mediante importação e/ou produção de petróleo, bem como de fontes alternativas, ou sacrificar o seu processo de desenvolvimento econômico. Nesse quadro, a PETROBRÁS tem sido eficaz instrumento do Governo para enfrentar o problema.

ATUAÇÃO DA PETROBRÁS — UM RESUMO

Um breve retrospecto da atuação da Empresa desde a sua criação mostra que a mesma, lutando contra a adversidade de abastecer um território de proporções continentais e com a responsabilidade de desenvolver um setor industrial altamente especializado, conseguiu tornar o Brasil auto-suficiente na produção de derivados, desenvolver campos de petróleo em terra e no mar, criar a maior frota de petroleiros da América do Sul, implantar e desenvolver as bases da indústria petroquímica nacional, colocar a nossa tecnologia em igualdade de condições com as grandes nações de tradição na atividade petrolífera e ampliar sua atuação na área internacional, pela exploração de petróleo em outros países e pela sua presença marcante nas relações comerciais com o exterior.

A empresa tem trazido também inúmeras vantagens diretas e indiretas para o desenvolvimento econômico e social do país. Além dos benefícios trazidos para a Nação, através da economia de divisas, de sua significativa participação na formação da renda do setor industrial, do nível de investimentos, dos empregos diretos e indiretos que proporciona, a

atividade petrolífera nacional também tem sido fator dinâmico de desenvolvimento regional.

O preço que o consumidor brasileiro paga pelos derivados de petróleo é um instrumento valioso com que conta o Governo para distribuição de recursos entre os diversos segmentos prioritários da atividade econômica nacional.

Excluídos o valor do petróleo importado, que representou 43,5% do total arrecadado pela venda de todos os derivados de petróleo ao consumidor em 1979, apenas 16,3% foram destinados à PETROBRÁS.

Muitos municípios brasileiros têm sua atividade econômica e o seu desenvolvimento social proporcionados pela presença da PETROBRÁS. Diretamente, através de pagamentos de impostos e "royalties" pela produção de petróleo e gás natural, construção de estradas e outros benefícios, e, indiretamente, pela fixação de indústrias-satélites e melhoria das condições de vida. A presença da PETROBRÁS ajudou a solucionar muitos problemas de comunidade, como higiene, trabalho, educação e saúde.

Outro aspecto relevante a considerar é que a PETROBRÁS tem incentivado a participação do empresário nacional nos seus empreendimentos, beneficiando a economia interna e transferindo para o país a tecnologia indispensável ao seu desenvolvimento e à especialização de mão-de-obra.

No setor de fabricação de materiais e equipamentos tem sido marcante o estímulo dado para substituir produtos importados por similares nacionais. Desde a sua fundação, preocupa-se a PETROBRÁS em interessar as indústrias existentes no país na fabricação dos materiais e equipamentos que emprega:

A partir de 1957, reforçou essa diretriz de nacionalização, intensificando o relacionamento com os fabricantes nacionais, buscando transmitir conhecimentos e colaborando na absorção de novas tecnologias, atuação que contribuiu de forma relevante para o surgimento de uma constelação de indústrias privadas, a criação de associações de classe e a ampliação do mercado interno de mão-de-obra.

Com este objetivo, situando-se como instrumento de interesse nacional, a PETROBRÁS admite, desde que a escala de mercado justifique, até mesmo um custo mais elevado do produto nacionalizado.

Em diversas iniciativas pioneiras, sempre prestou suporte financeiro ao empresário privado, proporcionando-lhe condições de levar a termo a nacionalização pretendida. Ressalte-se a nacionalização de sobressalentes para equipamentos importados, através de fabricantes diversos, num total de 28.000 peças da área industrial.

Com essa política, a Empresa que, em 1957, comprava 80% entre peças e equipamentos no exterior, reduziu tais compras, nos dias atuais, para apenas 20%.

Além de sua atuação direta, a Empresa, para melhor atender às necessidades da economia nacional, constituiu seis subsidiárias que operam inclusive através de companhias controladas e coligadas, resultando num complexo industrial e comercial.

Essas subsidiárias realizam um trabalho de complementação econômica, atuando em áreas carentes da presença do Estado para seu pleno desenvolvimento.

Ao criar e desenvolver suas subsidiárias, tem prevalecido o interesse nacio-

nal, embora o aspecto da expansão de seus próprios negócios esteja presente.

Aliás, as grandes companhias internacionais de petróleo, tanto as inteiramente privadas quanto aquelas onde o Estado participa substancialmente estão se transformando — ou já se transformaram — em companhias energéticas, além de participarem em atividades tais como a de recursos minerais transporte e outras.

Há numerosas associações da PETROBRÁS e de suas subsidiárias, notadamente da PETROQUISA, com outras empresas em que a nossa participação é minoritária. Observe-se que, nestes casos, os empresários que representam o capital particular, e mesmo o capital estrangeiro, este também minoritário, procuram-na e insistentemente solicitam sua cooperação financeira, técnica e empresarial.

CRESCIMENTO DEFORMADO?

No entanto o crescimento da Empresa é usado pelos seus detratores como argumento de crítica, havendo mesmo quem afirme que a expansão foi simultânea ao atrofiamento da atividade de pesquisa e produção. Mais ainda, o presumível atrofiamento é apresentado como resultado de uma política deliberada.

Assim, quando a PETROBRÁS esclareceu, sem subterfúgios, que sua missão básica não era a de alcançar a auto-suficiência, os esclarecimentos foram usados como indicadores de uma política inibidora da atividade de exploração e desenvolvimento da produção.

Vale a pena aprofundar o exemplo. Em julho de 1970 o então Presidente Ernesto Geisel, em depoimento prestado às Comissões de Minas e Energia do Senado e da Câmara Federal, afirmou:

"A exploração de petróleo é atividade aleatória e incerta, sujeita a fatores imponderáveis, apesar do contínuo aperfeiçoamento dos processos de pesquisa. Muitas vezes têm sido encontradas estruturas geológicas promissoras, mas o petróleo ou lá não existe ou não se acumulou em volume que justifique uma produção econômica. Por isso, não se pode fixar previamente prazos para se alcançar a auto-suficiência na produção de óleo, ou mesmo afirmar que essa auto-suficiência será atingida algum dia. Também não se pode investir desordenadamente no setor de exploração, com aquele objetivo, pois não se trata de obter óleo nacional a qualquer custo, mas de obtê-lo em condições de preço compatíveis com a economia geral do País".

Posteriormente, ao deixar a PETROBRÁS, o Presidente Geisel reafirmou as diretrizes básicas que devem nortear nossa política petrolífera:

"— que a auto-suficiência na produção nacional de petróleo, por mais desejável que seja, não é a missão básica da Empresa e que deva ser alcançada a qualquer preço, e isto porque ela é função de fatores e circunstâncias aleatórias, independentes de nossa vontade; porque pode exigir custos demasiadamente onerosos; porque, se é difícil obter essa auto-suficiência, mais difícil ainda mantê-la, dada a explosiva expansão do mercado de consumo, de um lado, e a inexorável exaustão das jazidas, de outro, e, por fim, porque não devem ser excluídas as possibilidades e conveniências de suprimento através de intercâmbio comercial com outros países".

E mais adiante:

"— que os problemas de petróleo não podem ser confinados ao quadro restrito de nosso país, nem ao âmbito da

América Latina, de vez que eles têm caráter global, por isso a PETROBRÁS deve estender sua atuação ao exterior, para adquirir o adequado conhecimento desses problemas e de como enfrentá-los, desenvolver interrelações e maior capacidade competitiva, abrir novas fontes de suprimento e, bem assim, mercados para colocação de excedentes de nossa própria produção;

— que o desenvolvimento da Empresa, para cumprir sua finalidade, em diferentes setores de atividades, terá de ser integrado e levado a efeito ordenado e harmonicamente, com prioridade na pesquisa de jazidas de petróleo;

— que a PETROBRÁS, não obstante esteja sujeita a estrito controle estatal, com preços administrados, deve conduzir-se segundo os moldes da empresa privada, principalmente os das suas congêneres, propiciando lucros que remunerem o capital dos acionistas e permitam novos investimentos para sua contínua expansão e, pois, a tônica constante de sua administração deve estar voltada para a redução dos custos e o aumento da produtividade, com a melhor utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, com que ela conta".

Como se vê, os conceitos emitidos confirmam, com clareza didática, princípios básicos da administração de uma empresa pública, na qual estão presentes a busca da eficiência e a preocupação com o custo social, de vital importância, especialmente em um país carente de recursos para seu desenvolvimento.

É, portanto, o estranho, que, inclusive de áreas do setor privado de nossa economia, partam críticas a uma ação que deveria ser louvada, pelo cuidado que demonstra no uso criterioso dos recursos confiados pela sociedade à empre-

sa estatal. Criticável seria a aplicação de recursos com o objetivo de obter índices que permitissem a capitalização política de realizações meramente estatísticas.

Com os objetivos nacionais colocados sempre em primeiro plano, a empresa estatal não pode contudo descuidar de sua lucratividade, pois o lucro é sua principal fonte de recursos e de sua existência depende essencialmente a continuidade dos investimentos.

Esse aspecto é crucial quando boa parte desses investimentos se caracteriza pela aleatoriedade de resultados, como é o caso da exploração de petróleo.

De resto, é preciso compreender que uma empresa que tem o preço de seus produtos fixados pelo Governo e precisa atender a diretrizes de interesse nacional que naturalmente, se sobrepõem às motivações empresariais "strictu sensu", a formação do lucro fica, de fato, condicionada ao atendimento prioritário daquelas diretrizes e à componente minimização de custos.

Pensar que a PETROBRÁS poderia enfrentar os pesados encargos da exploração e da produção de petróleo sem lucros elevados é, no mínimo, ingenuidade ou desconhecimento. O antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) ou o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), como é do domínio público, tiveram essa experiência no passado. Apesar de sua ação enérgica e patriótica viveram à mingua de recursos.

Por outro lado, pode-se dizer que a percepção adequada dos problemas decorrentes das dificuldades geológicas brasileiras e o equacionamento da problemática do petróleo, no contexto internacional, possibilitaram à PETRO-

BRÁS estruturar-se nos moldes das grandes empresas petrolíferas mundiais e, dessa forma, contornar os problemas de abastecimento decorrentes da crise do petróleo, até mesmo sem nunca recorrer ao mercado "spot" (de preços mais altos).

Mas, afinal, de que "atrofia" se acusa a PETROBRÁS?

NOÇÕES QUE UM ANALISTA NÃO PODE DESCONHECER

Para questionamento da eficiência na complexa atividade de exploração e produção não se pode prescindir de um conhecimento técnico mínimo necessário à análise da evolução da tecnologia à disposição dos exploracionistas e do estágio exploratório das áreas pesquisadas, entre outros fatores.

Não se pode desconhecer a dificuldade tecnológica para a exploração de petróleo nas grandes bacias sedimentares brasileiras, denominadas paleozóicas. Essas dificuldades ainda existem, notadamente na bacia do Paraná, e todos estão cientes disso, inclusive as companhias internacionais. O grande progresso verificado na tecnologia da geofísica está removendo essas dificuldades em grande parte, embora sem poder ainda responder a condições adversas como as observadas no sul do país. As pequenas bacias cretáceas foram muito bem exploradas, e, no mar, os trabalhos de prospecção se iniciaram no devido tempo.

Como acontece com a maioria dos recursos naturais, a distribuição das acumulações de hidrocarbonetos é extremamente irregular, particularmente quanto à magnitude dos volumes contidos.

Com relação ao óleo, uma única e limitada região do globo, o Oriente Médio, encerra em suas bacias sedimentares

57% das reservas mundiais. Mais de 70% das reservas de óleo da América do Sul localizam-se na Venezuela e, na África Ocidental, quase 90% dessas reservas estão na Nigéria.

Talvez o exemplo extremo seja o campo de Ghawar, na Arábia Saudita, que encerra quase 10% da reserva mundial de petróleo, tanto quanto as reservas dos Estados Unidos, México e Canadá somadas toda a América do Norte!

Esses dados fornecem uma primeira idéia das diferenças de geologia nas diversas regiões do globo. No caso do Brasil, a grande dificuldade geológica pode ser antevista pela análise, mesmo superficial, de suas bacias sedimentares.

Segundo o renomado geólogo H.D. Klemme (1971)*, as bacias sedimentares classificam-se em oito grupos (tipos 1 a 8). A distribuição das reservas mundiais de hidrocarbonetos é muito desigual entre os tipos de bacias, sendo de notar que as bacias sedimentares do tipo 1, que ocupam 85% da área sedimentar brasileira, detêm somente 1% das reservas mundiais. De outra parte, as bacias do tipo 4, ausentes no Brasil, detêm cerca de 50% das reservas mundiais de hidrocarbonetos.

É grotesco constatar que ainda há no Brasil quem afirme que "é perfurando que se encontra petróleo", num estilo de regras empíricas ("drill along de creek bottom" ou "follow the trend" etc.) oriundas de uma fase ultrapassada.

Muito cedo a indústria de petróleo verificou que não bastava perfurar e, com a elevação dos custos de perfuração,

a partir do final dos anos sessenta, quando a perfuração submarina mostrava ser a opção mais promissora a longo prazo, esses jargões foram definitivamente expurgados do vocabulário dos investidores, salvo uma ou outra exceção exótica.

São críticos como esses que pretendem julgar a capacitação técnica da PETROBRÁS, acusando-a de incompetência, chegando mesmo a minimizar, não só o valor das descobertas no país, mas, até o do campo de Majnoon, no Iraque.

No entanto, os fatos falam por si mesmo; afinal, foram as equipes da BRASPETRO que descobriram um dos maiores campos de petróleo do mundo, nesses últimos 10 anos. E o que é mais importante, no Iraque, que foi o terreno de caça das maiores empresas americanas.

É também muito estranho que se afirme ter a PETROBRÁS descuidado dos investimentos em exploração e produção entre 1969 e 1973 justamente um período marcado pelo redirecionamento da terra para o mar da pesquisa exploratória no país e no mundo.

Um levantamento idôneo das informações e que tenha o cuidado elementar de utilizar bases monetárias comparáveis, mostrará que os investimentos em exploração, produção ou a soma de ambos foram crescentes, em termos reais, desde o início das atividades da PETROBRÁS.

Quanto ao período 1969/73, quase sempre destacado pelos críticos, a tendência geral foi mantida, em que pese o redirecionamento terra-mar, já citado.

Com o intuito de permitir uma análise do desempenho da PETROBRÁS, procurar-se-á, a seguir, apresentar informações essenciais ao exame do problema.

THE GIANTS and the supergiants. Oil and Gas Journal, p. 85-90, mar. 1, 1971 p. 103-110, mar. 8, 1971; p. 96-100, mar. 15, 1971.

Em primeiro lugar, deve-se ter presente que a parcela mais representativa dos gastos exploratórios (cerca de 80%) refere-se à perfuração, sendo os restantes 20% relativos a estudos geológicos, que procedem a locação do poço a perfurar. Em outras palavras, gasta-se 20% em busca de garantias para 80% de investimento.

Caso se adotasse o procedimento de perfurar sem a adequada orientação geológica, poder-se-ia perfurar ao acaso, com elevados riscos e custos. E, se prevalecesse o método de alguns "analistas" que não questionam o mérito de aplicação, a conclusão seria a de que se tratava de programa eficiente.

Torna-se claro que o esforço exploratório deve ser orientado com base em informações geológicas, as mais completas possíveis, evitando-se, desse modo, os desperdícios ocasionados pelas perfurações ao acaso, apenas para efeito estatístico e sem validade científica. O conhecimento geológico de uma área e as sutilezas características de determinados prospectos fazem com que a exploração de petróleo, seja, em grande parte, um processo de aproximações sucessivas. Falar em grande número de poços e metros perfurados é significativo somente quando se refere a bons prospectos, obtidos com a tecnologia adequada. Fora disso é jogar dinheiro fora.

Convém aduzir que a perfuração de poços aumenta o suprimento até um determinado limite, pois a quantidade de petróleo em qualquer área ou país é finita. Deve haver compatibilidade entre a perfuração e a resposta oferecida pelo "habitat" dos hidrocarbonetos.

A política adotada pela Companhia nessa atividade, portanto, objetiva a máxima eficiência no uso dos recursos disponíveis, e é também importante a cons-

tatação de que nunca faltaram à PETROBRÁS os recursos necessários à realização dos seus programas exploratórios, apoiados em bases técnico-científicas e em função do objetivo mencionado.

Aliás, constituiu sempre preocupação do Governo a geração de recursos indispensáveis à atividade prioritária da exploração petrolífera. Nesse sentido, é de se destacar a criação de um mecanismo adicional de geração de recursos, mediante o Decreto-Lei nº 1091, de 12 de março de 1970, que criou parcela específica na estrutura do preço dos derivados, destinada a amortizar investimentos em pesquisa de novas reservas nacionais de petróleo bruto, dado o interesse em intensificar o esforço exploratório na plataforma continental. Observe-se que a alocação de recursos adicionais previstos pelo Decreto refere-se a período em que se diz ter sido descurada a exploração.

Convém frisar que o trabalho desenvolvido pela PETROBRÁS nas áreas terrestres por volta de 1968/69 já se encontrava em avançado estágio exploratório, apresentando essas bacias fracas possibilidades de importantes descobertas adicionais.

A esta altura iniciaram-se os trabalhos de exploração da plataforma continental brasileira, com resultados iniciais muito promissores: descobriu-se o Campo de Guaricema e identificaram-se excelentes características estruturais na Foz do Amazonas e na Bacia de Santos. Iniciava-se, assim, a pesquisa na plataforma continental, seguindo tendência internacional, que, a despeito do caráter pioneiro dessas atividades, foi sendo aumentada gradativamente face aos resultados favoráveis, ensejando maciços investimentos nessa área, de acordo com

os procedimentos técnicos observados na exploração do petróleo em todo o mundo.

Pode-se dizer, sem medo de incorrer em ufania ingênua, que a decantada tecnologia estrangeira não é nossa desconhecida, pois a estamos usando corretamente, como atestam os trabalhos em curso no Vale Amazônico e outras áreas. As companhias estrangeiras podem ter à sua disposição esta ou aquela sofisticação, mas o essencial o Brasil tem e usa bem. Geólogos, cientistas e professores estrangeiros podem confirmar essas assertivas.

VALE A PENA PRODUZIR PETRÓLEO NO BRASIL?

A estratégia exploratória brasileira sempre esteve marcada por gastos efetivos dentro dos padrões de eficiência.

Entre 1955 e 1979, foram descobertos 2,2 bilhões de barris de petróleo, tendo sido o investimento correspondente a US\$ 7,1 bilhões. O confronto desses dois números mostra um investimento por barril descoberto de pouco mais de 3 dólares. Em todo o período esse custo manteve-se sempre bem abaixo do preço de importação. E há quem diga que até 1975 não haviam sido descobertas, no Brasil, reservas efetivamente econômicas de petróleo...

A produção acumulada de petróleo nacional entre 1955 e 1979, a preços de substituição de importação, em cada ano, é quase 40% superior ao valor de US\$ 7,1 bilhões, o qual inclui todos os gastos de exploração e de desenvolvimento, amortizados ou não. Ainda que os custos operacionais de extração representassem a diferença de 40%, todas as aplicações financeiras em exploração e produção terão sido recuperadas.

Em outras palavras, a reserva existente em 31 de dezembro de 1979, da ordem de 204 milhões de m³ de petróleo, toda a reserva de gás, da ordem de 47 bilhões de m³, bem como os equipamentos e instalações existentes tiveram custo nulo para o país.

Somente no tocante à reserva recuperável de petróleo, ainda que suposta de valor correspondente a pelo menos 20% do custo do petróleo importado, chega-se à cifra de US\$ 7 bilhões, em 31 de dezembro de 1979, ou seja, 100% sobre o investimento realizado.*

Mais importante ainda é levarmos em conta que as aplicações em exploração e produção absorveram mais de 50% de moeda nacional, enquanto o valor da produção de petróleo representa economia efetiva de divisas.

Apesar dos resultados da atividade de exploração de petróleo serem aleatórios e incertos, sujeitos a fatores imponderáveis, parece lícito concluir que o investimento nesse setor, tomadas em consideração as respostas decorrentes dos parâmetros geológicos, constituiu excelente aplicação de recursos. As atividades de exploração e produção no país, além de atenderem ao interesse nacional, representam a melhor alternativa de investimentos na área energética.

De outra parte, afirmar que a PETROBRÁS não conseguiu avaliar o potencial petrolífero nacional implica em dizer que o México, recente descobridor de campos gigantes, após décadas de trabalho, e o Canadá, com sua descoberta em Hiberna, também não avaliaram antes os seus potenciais petrolíferos.

* Resultados dos Programas de Exploração de Petróleo no Brasil — João Neiva de Figueiredo — Simpósio sobre Energia no Hemisfério Ocidental — Set. 1980.

A avaliação de recursos petrolíferos é mais complexa do que muitos apressados analistas pensam.

Afirmações desse tipo são usualmente feitas por quem desconhece o processo seguido em todo o mundo na exploração de petróleo, atividade onde, usualmente, não cabem afirmações peremptórias. Dentro dos limites de falibilidade das avaliações de potenciais petrolíferos, podemos dizer que o Brasil não é um país dos mais ricos em petróleo, mas se espera alcançar uma produção entre 370 a 500 mil bbl/dia em 1985 e que, a prazo mais longo, poderá crescer de modo substancial.

OS CONTRATOS COM CLÁUSULA DE RISCO

Ao esforço de avaliação efetuado diretamente pela PETROBRÁS veio somar-se a partir de 1976 a pesquisa feita por companhias particulares, através de contratos de prestação de serviço para exploração de petróleo, com cláusula de risco. Esses contratos, autorizados pelo então Presidente Ernesto Geisel, são celebrados mediante licitação internacional e negociação, sobre áreas oferecidas pela PETROBRÁS.

Já foram assinados 70 contratos de risco. Os compromissos dos contratantes prevêm a perfuração de 48 poços pioneiros, que, com a perfuração de cerca de 66 pioneiros opcionais, podem elevar-se a 114.

Foram, até agora, terminados 34 pioneiros, sendo 20 na Bacia de Santos, 13 na Foz do Amazonas e 1 na Bacia do Paraná, infelizmente com resultados negativos.

Da área total das bacias sedimentares brasileiras cerca de 83% foram abertos aos contratos de risco e 17% estão sob

exploração direta pela PETROBRÁS. Nas quatro licitações realizadas foram oferecidos blocos que correspondem a 38% da área de risco, sendo que desses 27% já foram contratados.

O interesse das companhias só não se tem mostrado maior em função dos poucos resultados até agora obtidos, e não devido às características dos contratos oferecidos pela PETROBRÁS.

Dentre as contratantes destacam-se a British Petroleum Company Limited, a AGIP Spa, a Exxon Corporation, a Shell Oil Company, a Société National Elf-Aquitaine, a Standard Oil Company of California, além do consórcio nacional formado pelo IPT/CESP.

Embora até agora não tenha ocorrido descoberta comercial de petróleo, os trabalhos exploratórios dessas Companhias estão contribuindo para acelerar o processo de definição do potencial petrolífero brasileiro.

Não há, portanto, qualquer sentido em se dizer que a instituição dos contratos de risco foi feita afastando as médias e grandes empresas, evitando o confronto da eficiência por alguns anos. As grandes empresas internacionais estão presentes.

A AMPLITUDE DAS ATRIBUIÇÕES DA PETROBRÁS

Neste ponto é preciso lembrar que a Lei 2004 não delegou à PETROBRÁS apenas a missão de explorar e produzir petróleo, incumbiu-a igualmente de assegurar, em termos econômicos, o abastecimento nacional de derivados de petróleo, com vistas a atender à demanda em toda a extensão do território brasileiro. Nem sempre os críticos do monopólio atentam para a problemática que envolve o suprimento do mercado

nacional, tendo em vista as dimensões continentais do país.

Também não se pode ignorar que, a partir de 1968, o Brasil viveu uma fase de expansão econômica acelerada e, refletindo esse comportamento, o mercado nacional de derivados de petróleo praticamente duplicou em 5 anos.

A evolução do consumo de derivados exigiu que fosse duplicada a capacidade do parque nacional de refinação, de modo a manter a auto-suficiência do país na produção de derivados básicos alcançada desde 1963, evitando dispêndios de divisas com a importação de derivados.

Em consequência, indispensáveis também foram os investimentos realizados no sistema de transporte para escoamento dos produtos, quer em navios, terminais marítimos e oleodutos, quer em parques de armazenamento.

O desenvolvimento econômico do país, ao tempo em que nos colocou entre as dez economias de maior Produto Interno Bruto, conduziu-nos à posição de oitavo consumidor de petróleo do mundo ocidental. Essa condição determinou profundas modificações na estrutura da economia brasileira, com a implantação de setores industriais grandes consumidores de energia, notadamente de petróleo.

Claro está, pois, que a ampliação das demais atividades atribuídas à PETROBRÁS, longe de ser devida à vontade de seus administradores, foi imposta pelo crescimento sem precedentes do país.

De outra forma, talvez hoje se estivesse — e então com razão — questionando a eficiência da PETROBRÁS no abastecimento, porque teria o país voltado à condição de importador de derivados, de custos mais elevados, de garantia de suprimento mais difícil e, por-

tanto, com maior dependência energética externa.

A intensificação dessas atividades não é, pois, sintoma de "desvio de recursos de pesquisa e produção de petróleo" e, tampouco, de negligência do esforço exploratório, como aliás sobejamente demonstrado. Ao contrário, além de minimizar a importação de derivados, permitiu a ampliação da geração de recursos, viabilizando programas cada vez maiores de pesquisa e produção de petróleo.

A crise do petróleo de 1973 ocorreu quando o país alcançou o pique da expansão da demanda de derivados de petróleo. Naquele ano a taxa de crescimento do consumo atingiu o nível recorde de perto de 20%. As medidas adotadas pelo Governo com vistas à redução desse ritmo tiveram na política de preços o principal instrumento. O resultado fez-se sentir logo no ano seguinte, quando caiu para 7,5% e a partir daí manteve-se até 1979 em média bem inferior a 7%.

Aliviou-se, assim, a pressão sobre essa área do abastecimento e conseqüente necessidade de aplicações. As folgas existentes na capacidade de refino para atender às flutuações do mercado interno e aos possíveis riscos de paralisação ocidental de alguma refinaria, têm sido também usadas para exportação de excedentes, com sensíveis vantagens cambiais para o país.

Mas a atividade de abastecimento não é difícil apenas pela necessidade de ajustar o parque industrial e de transporte aos níveis de demanda. Certamente, um dos aspectos críticos diz respeito à capacidade de negociar a importação de petróleo, assegurando um fluxo de suprimento de matéria-prima condizente com o porte do mercado.

A partir de 1964, toda a importação de petróleo e derivados passou a ser feita pela PETROBRÁS. A atuação da Empresa nessa área — em condições de igualdade com as grandes corporações multinacionais — é destacada no mundo inteiro. Alguns países, sobretudo na América Latina, nesses últimos anos, precisaram comprar petróleo através da PETROBRÁS para sua maior segurança de suprimento. E não apenas em fases de crise, pois durante muito tempo a PETROBRÁS comprou petróleo do Oriente Médio e o revendeu para a Argentina e o Uruguai.

A Espanha, Itália, Alemanha, Japão e outros países desenvolvidos para manterem a normalidade de seu suprimento, tiveram que recorrer ao mercado livre ("spot") enquanto o Brasil não sofreu qualquer solução de continuidade no seu suprimento, sem necessidade de ir ao "spot".

O êxito alcançado pela PETROBRÁS em todas as frentes de atividade comprova o acerto da solução adotada há 27 anos atrás para o equacionamento do problema do petróleo no Brasil.

Com efeito, a excelência do instrumento que permitiu centralizar os diversos segmentos da indústria do petróleo,

atribuindo a uma empresa do Estado o seu desenvolvimento, deve-se creditar a maior parcela do mérito.

Esse mérito é partilhado pelos seus administradores, na medida em que souberam interpretar o monopólio da União como um meio adequado de atingir objetivos nacionais prioritários.

Tanto é reconhecida a eficiência da Empresa do Estado em setor tão crítico da segurança nacional que a tendência, em todo o mundo, é de crescer a participação governamental em companhias de petróleo.

A deflagração da crise de 1973 não acarretou nenhuma anormalidade no suprimento de petróleo, embora o Brasil seja um grande importador desta matéria-prima.

Antes do fortalecimento da OPEP, as grandes fontes fornecedoras de petróleo importado eram as empresas multinacionais de petróleo, com as quais a PETROBRÁS firmava contratos de duração variável.

De uma situação inicial, já distante, segundo a qual as companhias internacionais respondiam pela totalidade das importações brasileiras, evoluiu-se para nova configuração em que as compa-



Leon Zeitel é economista formado pela London School of Economics, Inglaterra, diplomado pela Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro — Turma 1972). Ex-membro do Grupo de Coordenação dos Planos de Desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento Econômico, entre outras funções de destaque em sua carreira profissional. Exerce atualmente o cargo de Assistente de Planejamento da Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A.

nhas estatais dos países produtores — em última análise, os efetivos detentores do produto — assumiram posição de destaque. O número de países fornecedores foi igualmente ampliado, ao longo do tempo, sendo a PETROBRÁS cliente de quase todos os países exportadores com participação significativa no cenário mundial. No momento, a PETROBRÁS realiza 30% das suas compras em multi-

nacionais e 70% diretamente em companhias estatais produtoras.

Essa política tem assegurado ao país a garantia do suprimento, pela diversificação das fontes e a economicidade, mediante a contratação sem intermediários. Não obstante, também essa atividade é objeto da crítica dos que condenam o monopólio da importação de petróleo e derivados.



COMPREENSÃO DA GUERRA

Alzir Benjamin Chaloub

General de Divisão, Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

O Discurso da Guerra

"Eu sou a mãe de todas as cousas, a grande força que gera e transforma as sociedades; eu sou seu mais poderoso meio de expressão. Tribunal da História, eu peso, eu julgo, eu modelo o mundo; eu faço os Deuses e os Reis, os senhores e os escravos. Eu fascino os homens e mesmo a Paz vive em mim fascinada.

Eu posso colocar frente a frente, até a morte, o Irmão contra o Irmão; eu posso arrancar aos milhares e milhões o Filho ao Pai, o Esposo à Esposa, a todos exaltando seu sacrifício.

Dispondo, para o desencadeamento da violência, de milhões de vidas, eu sou, sem dúvida, a causa menos divina da morte.

Eu me divirto com o mecanismo das cousas, como com as paixões dos homens.

Eu faço com que sirva aos meus fins tanto a superabundância como a penúria, o espírito de domínio como a timidez, a revolta como a fraqueza, a coragem como o medo, o heroísmo como a covardia, a esperança como o desespero, a generosidade com o egoísmo, o cálculo como o erro, o cinismo como a pureza, o Direito como a Força. Eu faço pegar em armas aqueles que a tanto querem se sujeitar como aqueles que querem permanecer livres. Eu uso de todos os meios para alcançar os fins, dos cálculos, como dos impulsos do racional, como do irracional.

Desde que o Homem existe, e ao correr dos séculos, eu tenho, sobre o planeta Terra, feito eclodir, sem descontinuidades marcantes, a flama brilhante de meus incêndios e o estrondo de minhas batalhas. Não há ano, não há lugar onde eu não tenha aparecido. Mas poderão me reconhecer?

Pois, como o Deus Prometeu, eu mudo e renovo constantemente minha figura e minha voz. Nos conflitos entre os homens, tenho sido o último motivo e o supremo recurso. As desavenças internas das nações, eu as faço explodir em revoluções ou desviar em conquistas; suas rivalidades, estourar em guerras externas ou desembocar em conflitos internos.

Eu tenho sido a grande ilusão. As nações me tomavam por meio, mas era eu que, finalmente, lhes impunha meus fins inesperados, desfazendo regimes, estados e sociedades.

Os Exércitos me preparavam e, nos seus confrontos, acreditavam me conquistar, mas era eu que, em último recurso, desfazia os Exércitos, pois nenhum saía ileso no cadinho de minhas batalhas. Eu sou um fim que se mascara em meio.

Fortalecida por meus sucessos e por minha experiência com os homens e com os acontecimentos, eu coloco o homem no desafio de passar sem mim, de me descartar. Amanhã, como outrora e como hoje, eu tenciono permanecer como árbitro de suas contradições e de seus problemas, a fatalidade de seu destino é guardar a Paz acorrentada a meus desígnios."

(Prólogo de O DESAFIO DA GUERRA, de Gaston Bouthoul e René Carrère)

O ATO E A ESCOLA

Distinguido com o convite do Exm.^o Sr. Comandante desta Escola para proferir a Aula Inaugural de 1981, é com imensa satisfação que retorno a este Auditório, de tão gratas recordações para quem aqui tantas vezes compareceu como aluno, instrutor e comandante.

O ato de que agora reverente participo, julgo ter um caráter basicamente comemorativo. E assim, cumprindo o formalismo do ritual, declaro inaugurados os cursos da ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, em seu 76.^o ano de atividades, pedindo a Deus que abençoe e ilumine os trabalhos que aqui serão realizados e augurando a todos vós nele envolvidos — Docentes e Discentes — que alcanceis pleno sucesso nas árduas e belas tarefas que vos serão cometidas.

Ressalto com particular júbilo a presença dos companheiros de Forças Armadas de Nações Amigas, os quais, com sua presença nesta Escola, contribuem decisivamente para estreitar o conhecimento entre nossos Exércitos e, conseqüentemente, para o fortalecimento da confiança e amizade recíprocas entre povos unidos pela mesma formação espiritual e moral; pela mesma concepção de vida, com liberdade e respeito à dignidade humana; pela mesma fé no primado da Justiça e da Democracia; pelo mesmo repúdio às ideologias totalitárias de qualquer espécie; pelo mesmo elevado espírito de solidariedade internacional e cooperação em prol do progresso da Humanidade e da Paz Mundial.

Aos companheiros que, de todos os rincões do País, acorrestes a este Instituto de Altos Estudos, meu testemunho de quanto a ECEME se rejubila ao receber nova turma de oficiais de escol que

lhe confia o Exército; aqui chegastes, laureados pelas vitórias alcançadas ao longo da carreira, para aprimorar a mente e o espírito, desenvolver a inteligência e a cultura, fortalecer a vontade e o caráter e, por vossos méritos e esforços próprios, qualidades e valor, cem vezes comprovados e medidos, vos credenciar-des à honra e à responsabilidade de Oficiais de Estado-Maior.

Bem sabeis o quanto de vós esperam o Exército e o Brasil. Este é o mais alto Instituto de Ensino do nosso Exército, e o curso que ides fazer, corresponde, no ensino civil, a um curso de pós-graduação "strictu sensu", no nível de doutorado. Após horas e dias, meses e anos de estudo e meditação, daqui deveis sair doutores na arte e na ciência da guerra.

O TEMA

O Tema por nós escolhido — A GUERRA — traduz, basicamente, a responsabilidade que temos na defesa da Pátria, bem como a fidelidade que devemos, como militares profissionais, a um aspecto pouco lembrado nos dias atuais — nossas origens. Como já dissemos no ano anterior, na EsAO, se já não somos uma classe, como a dos antigos guerreiros das sociedades primitivas, mas sim, Cidadãos-Soldados de um país civilizado, continuamos a ser o braço armado da Nação. A guerra, para nós, deve ser uma preocupação constante. Não a de desejá-la, muito menos a de provocá-la, mas a de não rejeitá-la, se ela sobreviver. Esta preparação, permanente e completa — física, mental, técnica e cultural — é um compromisso para com a Nação, que com ela conta e em nós confia. Conhecedores dos terríveis efeitos dos modernos engenhos de guerra, já-mais seremos apologistas de conflitos ar-

mados. Mas estamos convencidos de que, nos dias atuais, somente a nossa pronta disposição e completa preparação poderão dar a nosso País a necessária segurança, diante de quaisquer tentativas de domínio e submissão.

O Tema constitui, por outro lado, uma motivação a vossos estudos nesta Casa, Instituto de Altos Estudos Militares, aonde viestes aprender, praticar e desenvolver métodos e processos, uma Doutrina, enfim, que vos habilite ao planejamento e conduta de operações de guerra.

Merece, porém, uma explicação adicional o título dado a esta Aula Inaugural — COMPREENSÃO DA GUERRA. Com isto pretendi, antes do mais, limitar o Tema a seus aspectos fundamentais, àqueles que julgo essenciais a seu melhor entendimento, considerando que, em ocasiões como esta, o Tema será apenas uma orientação geral, e seus tópicos servirão apenas como roteiro a balizar trocas de idéias, apenas sugeridas, para serem meditadas e discutidas entre vós mesmos.

Pretendi, também, evitar expressões consagradas — como Conceção de Guerra, por exemplo — constante de regulamentos, manuais ou outros documentos oficiais. É que interpretei a deferência de vosso ilustre Comandante, por cuja inteligência, cultura e equilíbrio de julgamento nutro a mais sincera admiração e respeito, a par da mútua estima que nos une, concedendo-me um privilégio que legitimamente lhe pertence, não como obediência a um costume que vem se implantando, mas como um desejo que, nesta oportunidade, os novos alunos da ECEME pudessem apreciar um enfoque um pouco mais pessoal sobre um problema que se tornou clássico para pensadores militares e civis.

Trata-se apenas, portanto, de uma simples clarinada no alto da colina, para despertar consciências e assinalar a alvorada de uma nova era em nossa vida militar.

No decorrer do ano que agora se inicia, tereis então a oportunidade de participar de numerosos trabalhos, que fixarão em vossa mente e espírito os superiores ensinamentos desta Casa, cuja tradição é já um patrimônio.

Passemos, pois, à breve análise dos elementos que considero essenciais à compreensão da guerra nos dias atuais.

CONCEITUAÇÃO DA GUERRA

O conceito de Guerra, por si só, já traduz uma compreensão do fenômeno, e ele será tanto ou mais atualizado quanto melhor pudermos compreender sua natureza, seus condicionamentos e suas implicações no mundo em que vivemos, dominado pelo progresso vertiginoso da ciência e da tecnologia, mas mergulhado na embaraçosa crise de valores e de confiança quanto ao próprio futuro.

No passado, algumas mentes esclarecidas anunciaram opiniões desestimulantes quanto às pesquisas sobre a natureza e as causas profundas da guerra. Assim, DERENHOFF, um pensador da Escola Alemã, dizia: "O domínio da guerra ultrapassa o da razão" e proclamava que "a guerra tem razões que a razão ignora". JOMINI, que era considerado o "Adivinho de Napoleão", pela perfeição com que conseguia prever algumas de suas manobras, declarava: "Longe de ser uma ciência exata, a guerra é um drama assustador e apaixonante". E até um filósofo, PROUDHON, afirmou em certa ocasião: "Ninguém tem necessidade de que se lhe diga o que é a guerra, pois todos, de certa forma, a conhecemos".

Convém declarar-vos que não concordo com essas opiniões, preferindo considerá-las como exercícios de retórica, a que só me referi por serem muito citadas em compêndios e obras do assunto. A afirmativa de Proudhon, então, parece-me muito europeizada para nossa mentalidade sulamericana.

Preferimos partir para a pesquisa da essência do problema e utilizar essa pesquisa como ponto de partida para um estudo racional. De início, buscando criar um ambiente propício aos nossos trabalhos, ouvistes, como motivação para esta exposição, o Discurso que a Guerra poderia nos fazer e que GASTON BOUTHOU e RENÉ CARRÈRE, autores de O DESAFIO DA GUERRA, apresentaram como prólogo de sua obra, pioneira entre nós da nova disciplina criada em 1945 — a POLEMOLOGIA, que visa ao estudo científico da guerra do ponto de vista sociológico.

O Discurso da Guerra tem pouco de original. Ele nos impressiona pela crueza de suas expressões e audácia de suas proposições, mas essa impressão resulta principalmente da condensação de opiniões de diversos pensadores e filósofos, historiadores e sociólogos que, através dos séculos, têm procurado retratar a guerra com palavras candentes e frases sonoras. Sem discutir, como os próprios autores, em que sentido o Discurso é justo ou falso, gostaria de lembrar apenas que os estudiosos do assunto jamais chegaram a acordo quanto à natureza, origens e causas profundas da guerra, muito menos quanto a seus aspectos éticos e morais. Exaltada por uns, por promover o progresso humano e o aperfeiçoamento da Humanidade, é amaldiçoada por outros, por brutalizar os homens e atrasar sua evolução espiritual.

A única forma de adquirir uma compreensão própria do fenômeno é através do exame de sua natureza, causas e formas gerais de sua evolução até os nossos dias, o que nos permitirá analisar algumas concepções de guerra atuais e chegar ao estabelecimento de um conceito atual de guerra. Para esse estudo, podemos e devemos nos socorrer dos ensinamentos dos grandes mestres que, através dos tempos, nos transmitiram o resultado de suas meditações sobre o assunto e, em particular, os ensinamentos de CLAUSEWITZ, sem dúvida, o maior pensador militar da História.

Quanto à *natureza da guerra*, observemos inicialmente que ela é uma das formas de resolução dos conflitos humanos, as quais podem ser grupadas em quatro categorias gerais:

- persuasão
- negociação
- mediação ou arbitragem
- coação

As três primeiras categorias ficam situadas no campo da Diplomacia, enquanto a última — a *coação* — exigindo o emprego ou a ameaça de emprego da força, pode tomar a forma de uma ação militar. É a guerra que, entretanto, não é apenas um fenômeno militar, mas um complexo de ações de que participam todos os campos do Poder Nacional, isto é, o Campo Político, com as ações de política externa e interna; o Campo Econômico, com as ações de bloqueio, restrições comerciais, intervenções financeiras, etc.; o Campo Psicossocial, explorando conflitos internos ou paixões ideológicas; e o Campo Militar, pelo emprego das forças armadas.

Como facilmente se pode deduzir, não é apenas na forma coercitiva que existe a conjugação de todos os campos do Poder nos esforços para a solução fa-

vorável do conflito. As outras três formas: *persuasão*, *negociação* e *mediação* ou *arbitragem*, embora situadas no âmbito da DIPLOMACIA, também podem contar com o concurso de ações de outros campos. É que a Diplomacia, embora seja considerada como a arte de convencer sem o uso da força, muitas vezes recorre a formas diversas de pressão econômica, psicológica ou de qualquer outra natureza, inclusive a da simples existência de uma força militar poderosa.

Podemos, desde logo, concluir que as diversas formas de resolução de conflito não são excludentes; pelo contrário, os melhores resultados são os obtidos mediante a judiciosa combinação de todas elas. Devemos também concluir que a força não é importante apenas no caso da coação.

Em síntese, a distinção entre diplomacia e guerra é apenas relativa, pois ambas, lançando mão da força, são obrigadas a recorrer a modalidades distintas da ESTRATÉGIA, existindo, pois, tanto uma estratégia militar, como uma estratégia diplomática. A dualidade "arte de convencer" — "arte de coagir" são apenas aspectos complementares da POLÍTICA NACIONAL.

Essas conclusões, fundamentais para a exata compreensão da guerra e o estabelecimento de sua conceituação, foram primeiro assinaladas na obra de CLAUSEWITZ, como veremos um pouco mais adiante.

Queremos, antes, ressaltar que o emprego da força visa a coagir o adversário a submeter-se a nosso ponto de vista, isto é, a *capitular*. A vitória na guerra toma, assim, a forma de uma capitulação, e esta pode ser atualmente obtida através de:

— domínio militar, pela destruição do poder de combate das forças armadas inimigas;

— asfixia econômica, impedindo o adversário de alimentar e suprir sua máquina de guerra;

— deterioração psicológica, solapando a confiança na vitória e abatendo o espírito que anima todo o esforço de guerra.

Em síntese, a capitulação pode ser obtida visando-se particularmente o CORPO, o CORAÇÃO ou o ESPÍRITO do adversário. Daí as três formas que a guerra pode apresentar nos dias atuais: a GUERRA MILITAR, a GUERRA ECONÔMICA e a GUERRA PSICOLÓGICA, cada uma visando particularmente um dos grandes componentes do potencial de guerra.

Mas, que motivos levará o homem a fazer a guerra, com todo o seu cortejo de violência e destruição? Em outras palavras, quais seriam as *causas da guerra*?

Este é o aspecto mais controverso de todos que se referem à guerra, pois cada pesquisador acaba estabelecendo uma teoria diferente e discordando total ou parcialmente das demais. Assim, o número de teorias é praticamente igual ao de pesquisadores.

A própria classificação dessas teorias em grupos distintos é dificultada porque algumas teorias participariam de mais de um grupo, ou pertenceriam a um grupo, quanto ao método, mas estariam incluídas em outro grupo, quanto às conclusões. Eu gostaria de adotar uma classificação que tomasse como referência o Homem. Neste caso, a causa da guerra estaria situada *acima do Homem*, no *íntimo do Homem*, ou *fora do Homem*, nas instituições por ele criadas.

A primeira categoria compreende todas as *teorias normativas ou de valores*;

elas podem ser religiosas, filosóficas, morais, políticas ou legais e se relacionam principalmente à vida consciente do homem e da sociedade, às idéias, valores, motivos, preferências e símbolos. Esta categoria inclui as teorias místico-sentimentais, cujas explicações são de base teológica ou metafísica e reconhecem a guerra como inevitável, por ser de essência divina, não podendo o homem senão obedecer a essa vontade sobrenatural. A guerra seria, então, o instrumento divino para o progresso moral, intelectual e físico da humanidade. A admissão de que os homens podem se matar, devido a suas diferenças de idéias a respeito de Deus, vem sendo há muito ridicularizada. Entretanto, essas idéias básicas incorporam os valores fundamentais da sociedade, e os homens lutarão para preservar seus valores e símbolos e evitar que sofram a imposição de valores estranhos. Os homens preferem suas próprias crenças, suas próprias maneiras e sua própria visão interior da verdade, que consideram superior à de outros povos.

A defesa de instituições representativas e liberdades humanas contra ditaduras, tiranias e totalitarismo representam um fator relevante nos objetivos da 2.^a Guerra Mundial e na própria criação da Aliança do Atlântico, após a guerra.

A segunda categoria de teorias — a das que buscam as causas da guerra no íntimo do homem — se relaciona com os *instintos e forças inconscientes* da vida do homem. Inicialmente, foram os psicólogos que apelaram para os instintos, principalmente o instinto de luta. Agora são os biólogos — as ciências naturais e biológicas estão em grande moda atualmente — que apontam na estrutura genética do indivíduo certos fatores que o levam a determinado tipo de conduta para com o próximo, revitalizando a

tese do instinto. O homem então conservaria vestígios de instinto que determinam uma conduta inata, sobressaindo dentre eles o *instinto de agressão* que pode ser considerado como o instinto vital de conservação da espécie. Essas teorias admitem a guerra como processo de seleção coletiva e o desejo de poder como um instinto vital.

A terceira categoria de teorias é a das que buscam as causas da guerra nas instituições criadas pelo homem. A guerra será, então, resultante dos impulsos e necessidades da vida em sociedade, que, às vezes, chegam a conduzir os homens contra suas crenças. Esta categoria inclui:

— as *Teorias Psicossociais*, que destacam, entre outros aspectos, a correlação entre o conflito externo e o interno, a imperiosa necessidade de conservação do tríplice INIMIGO — ALIADO — HERÓI como motivação para o altruísmo da juventude e, ainda, a existência ou formação dos chamados "centros demográficos explosivos". Todos esses aspectos seriam causas de guerra, associados ou não a outros fatores.

— as *Teorias Econômicas*, que atribuem as causas das guerras a interesses econômicos, considerando que os demais fatores apenas mascaram os verdadeiros intuitos de possuir cada vez mais. De acordo com essas teorias, o que existe, no fundo de tudo, é a velha luta pela sobrevivência ou por maiores riquezas, racionalizadas com outras motivações para não ferir códigos de ética e valores.

— por último, as *Teorias Políticas e Ideológicas*, que atribuem as causas da guerra aos interesses políticos e ideológicos, pois a guerra entre duas nações é sempre, fundamentalmente, uma decisão política dos governos. Entre essas teorias, é bom lembrar que se inclui a

teoria *marxista-leninista* do imperialismo internacional, que atribui ao capitalismo a principal causa das guerras internacionais. Como quase tudo que deriva do marxismo-leninismo, suas bases são falsamente científicas, e o resultado é o fracasso de suas previsões; tais como: a inevitabilidade da luta entre os países capitalistas, o que é desmentido pela constituição da comunidade européia; — jamais poderá haver qualquer guerra entre estados socialistas irmãos, afirmação contrariada, entre muitos outros, pelo próprio conflito sino-soviético; — a descolonização acarretará o colapso econômico do ocidente, desmentido pela elevação do padrão de vida da Europa Ocidental após a perda ou abandono de suas colônias.

Deixando de lado a impostura das teorias marxistas, não podemos deixar de reconhecer que as *causas políticas* da guerra constituem seu fator determinante. O que resta discernir é se essas causas serão as primeiras, que é o que procuramos para identificar as origens da guerra, ou, apenas, as últimas, sobre o que parece não restar dúvida. A conclusão a que, no momento, podemos chegar, quanto às causas e origens da guerra, é que cada uma das Teorias que sumariamente analisamos enfoca um aspecto da verdade que procuramos. A própria Teoria dos valores ainda tem sua validade, pois o homem continua lutando por aquilo em que acredita. Mas a verdade total ainda não está plenamente determinada.

Passaremos agora ao exame das formas gerais de *evolução da guerra*, que será focalizada apenas em suas grandes linhas.

Ao perscrutarmos a evolução gradativa das transformações da guerra, desde os tempos primitivos até os dias atuais,

observaremos que diversos critérios poderão ser adotados para a fixação dos sucessivos períodos ou fases evolutivas.

O *critério clássico* é o da consideração dos processos de luta, sempre condicionados ao progresso técnico, material e econômico, o qual estabelece as seguintes eras:

- a *era inicial*, caracterizada pelo emprego da *arma branca*;

- a *segunda era*, caracterizada pelo emprego das *armas de fogo*;

- a *era atual*, a partir do término da 2.^a Guerra Mundial e caracterizada pela *desintegração nuclear*, mísseis intercontinentais e comunicações de massa.

Outro *critério*, mais moderno, considera os *objetivos* sucessivos que passaram a ser alcançados pela guerra, estabelecendo as seguintes fases:

- 1.^a fase, em que se atuava quase exclusivamente sobre as forças combatentes, limitando-se a guerra, na prática, ao *campo de batalha*;

- 2.^a fase, após o aparecimento da aviação, no fim da 1.^a GM, em que a guerra passou a abranger não só o campo de batalha, como, também, a *retaguarda*, atuando sobre o complexo econômico e a população das grandes cidades;

- 3.^a fase, a partir da 2.^a Guerra Mundial, em que, ao lado das bombas termonucleares e dos foguetes intercontinentais, surge a violência psicológica, empregando as modernas técnicas de condicionamento da opinião difundidas através dos mais aperfeiçoados meios de comunicação de massa.

A evolução da guerra seria, assim, caracterizada, em suas grandes linhas, pelas fases sucessivas de *atuação no campo de batalha*, *atuação no interior dos Estados* e *atuação sobre a mente dos homens*.

Finalmente, julgo interessante considerar o *critério sociológico*, que mostra a evolução da guerra de acordo com as grandes mutações das sociedades nacionais e internacionais, estabelecendo três datas como marcos evolutivos:

- 1775: o povo e a ideologia na política e na guerra, começo do declínio das sociedades principescas;

- 1914: a sociedade internacional e o poderio industrial na guerra;

- 1945: explosão científica e tecnológica, que submete o mundo a novos padrões de conforto, acentuada dependência mútua e permanente ameaça de destruição nuclear.

Como vemos, qualquer que seja o critério adotado, 1945 representa o início de uma nova fase de evolução da guerra, compreensão esta fundamental para que se possa estabelecer um conceito atual para a guerra. Realmente, a libertação do átomo iniciou uma nova Era, para o bem ou para o mal, na História da Humanidade. Acresce que ela não foi um fato isolado no avanço científico e tecnológico, surgindo no bojo de uma série fantástica de novas descobertas, invenções e aperfeiçoamentos que mudaram inteiramente o modo de vida e até o comportamento de vastas parcelas da humanidade. Realce maior, sem dúvida, cabe ao desenvolvimento espetacular da eletrônica e das comunicações. É fácil imaginar o reflexo de tais inovações no meio militar e na própria conduta da guerra. Mais adiante, teremos que analisar em mais detalhes alguns aspectos relativos ao fato nuclear.

Parece-me que, agora, já temos observações e dados suficientes para serem cotejados com os ensinamentos dos grandes pensadores, buscando, em especial, as teorias e conceitos de KARL VON CLAUSEWITZ, contidos em sua

obra clássica DA GUERRA. Ela é constituída de 8 livros, dos quais ele considerou completo apenas o primeiro capítulo do primeiro livro. Publicados após a morte do autor, é no livro I que ele realça a natureza da guerra, a importância do objetivo político e a diferença entre a teoria e a prática, elementos básicos para a compreensão da guerra.

A obra de CLAUSEWITZ é atualmente reconhecida como o primeiro estudo baseado em observações científicas e na análise objetiva dos princípios de guerra, além de conter um conjunto de pensamentos aplicáveis à evolução da História e da Arte Militar.

Infelizmente, examina-se sua obra mais em termos de citações famosas, sem levar em consideração o sentido que queria transmitir. Ele estava imbuído do espírito de busca pelo absoluto, no que foi grandemente influenciado pela atração que sentia pelas obras de Kant, professor de Lógica e Metafísica na Universidade de Königsberg. Para Kant, existia uma razão "pura", algo absoluto que serviria de medida para todo o raciocínio. Clausewitz, em sua busca da verdadeira natureza da guerra, supôs, em termos "Kantistas", a existência de uma forma arquetípica de guerra, ou seja, uma regra para orientar a conduta da guerra.

Clausewitz definiu a guerra como "um ato de violência destinado a compelir o adversário a cumprir nossa vontade". E, considerando a violência como o meio específico da guerra, condenou a introdução de qualquer espírito de benevolência na filosofia de guerra, afirmando que nenhum adversário se submeterá à nossa vontade se não estiver desarmado ou sem condições de reagir. E, uma vez que ambos os adversários terão os mesmos objetivos, as ações recíprocas conduzirão a extremos e, dessa

forma, complementa sua definição, dizendo que "a guerra é um ato de violência impelido ao seu limite máximo".

Assim, no plano abstrato, Clausewitz chega à noção de "guerra absoluta" para, em seguida, observar: "Ao raciocinar no campo abstrato, a mente não pode deixar de ir a extremos... Tudo adquire, porém, forma diferente, quando se passa do campo das abstrações para a realidade". A fim de distinguir a "guerra real" da "guerra absoluta", Clausewitz instituiu o conceito de "atrito", observando que o ambiente de guerra é constituído de perigo, esforço físico, dificuldade de informações, incertezas e probabilidades. Estas são algumas das causas que impedem que a guerra real se aproxime da guerra teórica e planejada.

As maiores contribuições de Clausewitz para a teoria da guerra, reconhecidas até por vários de seus detratores, foram a primazia dada ao fator político e a ênfase atribuída aos fatores psicológicos.

Afirmou o genial pensador: "A guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, no prosseguimento das relações políticas, uma realização desta por outros meios". Complementou dizendo: "... não se pode separar a guerra das relações políticas e se, na consideração do assunto, isto ocorrer em alguma parte, todos os laços das diferentes relações estarão partidos e teremos diante de nós uma coisa absurda, sem objetivo".

Mais adiante, após admitir a possibilidade de modificar o objetivo político, devido à deficiência dos recursos bélicos, conclui: "pois o objetivo político é o fim, enquanto a guerra é um meio e não se pode conceber o meio independentemente do fim".

Transcrevemos propositadamente muito mais que a simples e repetida citação de que *"a guerra é a continuação da política por outros meios"* para deixarmos bem claro que, já no pensamento de Clausewitz, a guerra não é a *continuação* no sentido de *substituição* da Política. Ela é, na realidade, um *instrumento*, uma expressão da Política, do mesmo modo que a diplomacia. Mas, enquanto a diplomacia tenta *convencer*, a guerra visa a *coagir*.

Após esse mergulho no pensamento de Clausewitz, parece-me termos adquirido compreensão suficiente para analisarmos algumas concepções de guerra atuais.

A *concepção clássica da guerra* como luta armada entre Estados, submetida a convenções que marcam seu começo e seu fim, está em grande parte ultrapassada. Em nenhum dos 191 conflitos surgidos após 1945 houve prévia declaração de guerra, e a tendência é pela supressão do Tratado de Paz. Por sua vez, o critério tradicional de considerar Guerra e Paz como noções mutuamente excluídas perde cada vez mais sua validade. Desde o término da 2.^a Guerra Mundial, temos visto uma sucessão de crises internacionais que atingem o máximo da pressão recíproca suportável, mas assim permanecem sem solução, num estado de tensão agonizante, pois nenhum dos estados envolvidos quer tomar a iniciativa de uma decisão que possa levar ao confronto direto.

Essa situação fluida, de ameaças que não se concretizam, de agressões apenas esboçadas, assemelham-se em muito às técnicas dos ilusionistas de palco, que chamam a atenção do espectador para aspectos "inocentes", enquanto utilizam outros recursos para consumir sua "mágica". O "equilíbrio do terror" entre as

duas superpotências, como veremos adiante, é uma das causas das crises indefinidas dos nossos dias, mas seu elemento fundamental é a *concepção marxista da guerra*, cujos postulados estabelecem:

- a guerra é permanente, total, universal e global;

- a guerra é a regressão da luta de classes, em que a massa humana é o terreno a libertar e a transformar;

- a guerra revolucionária, como guerra horizontal das classes, condiciona a guerra vertical entre as nações;

- a guerra não é exclusivamente uma luta armada, pois esta surge apenas como um caso particular de um fenômeno permanente e nem sempre é seu aspecto mais importante;

- a guerra não pode subordinar-se a limitações morais ou a convenções; não havendo moral nem justiça eternas, todos os meios são justos, desde que contribuam para o fim colimado;

- a guerra coexiste com a paz e, assim, não implica necessariamente na ruptura de relações aparentemente pacíficas.

Na realidade, isto não é apenas a *concepção marxista da guerra*, mas a própria *concepção marxista da vida*; por isto, principalmente, ela repugna à mentalidade ocidental, desenvolvida sob o influxo da doutrina cristã do bem e do mal, do certo e do errado, e crendo firmemente na existência de uma Moral Eterna. Embora há muito ultrapassada a doutrina medieval da guerra justa, o ocidente insiste no respeito à dignidade da pessoa humana como dom divino e não pode aceitar nem a guerra permanente, nem sua coexistência com a Paz, ou seja, a coexistência de inimigos que se fingem de amigos enquanto um deles não se descuida ou se deixa enfraquecer. O

mundo ocidental aceita a guerra apenas como recurso extremo a que se pode ou deve recorrer para dirimir conflitos que não puderam ser resolvidos por outros meios. A Paz continua a ser seu supremo anelo. Se a guerra dificilmente pode ser justa, uma vez que violência gera violência e ela termina por escapar a qualquer controle, pelo menos na Paz, o mundo ocidental busca alcançar a Justiça.

Interessante é que, apesar de opostas em seus aspectos filosóficos e morais, as duas concepções, a marxista e a ocidental, são ambas fortemente influenciadas pelos pensamentos de Clausewitz. A diferença é que o Mundo Ocidental aplica os ensinamentos de Clausewitz na guerra, enquanto os comunistas os aplicam na paz. Aliás, em palestra anterior, já observei que, na edificação de doutrina política do comunismo, LÊNINE foi mais influenciado pelo pensamento de Clausewitz que pelas idéias sociais de Marx. Daí a organização do Partido Comunista em termos militares, o estabelecimento de uma estratégia e uma tática revolucionárias e a conclusão de que a revolução deve ser obra de especialistas, fundando escolas de diferentes níveis para os revolucionários profissionais, numa perfeita imitação ou preparação militar profissional.

Após o exame que fizemos da natureza da guerra, suas causas e sua evolução, da recordação dos ensinamentos de Clausewitz, o maior pensador militar da História, e da ligeira análise das atuais concepções da Guerra, parece-me que adquirimos a compreensão suficiente para que se possa anunciar um conceito de guerra atualizado.

De tudo que vimos, deve ser ressaltado o aspecto político da guerra. Se a guerra é um ato político, que resulta de uma situação política e visa a um objeti-

vo político, a vitória deve ser avaliada também em termos políticos, e não, apenas, em termos militares de destruição do inimigo.

É evidente que a vitória militar é condição necessária para que se possam atingir os objetivos políticos da guerra, mas as medidas mais eficazes para *ganhar a guerra*, do ponto de vista militar, não são, necessariamente, as mais indicadas para que se atinja o objetivo político de *ganhar a Paz*.

Daí a formulação de um CONCEITO DE GUERRA que submeto à meditação dos presentes:

A GUERRA É A EXPRESSÃO VIOLENTA DA POLÍTICA NACIONAL QUE VISA COMPELIR O ADVERSÁRIO A ACEITAR NOSSAS CONDIÇÕES DE PAZ.

Neste conceito procuro incluir as características que considero essenciais à guerra:

- sua natureza política;
- a violência, que subentende o emprego ou ameaça de emprego de forças armadas, associadas ou não a outros meios;
- a necessidade de capitulação do adversário;
- e a finalidade precípua de obtenção de uma melhor situação de Paz, uma paz verdadeira, a Paz pela qual nosso povo anseia.

E que me parece fundamental é aceitar o erro cometido pelos aliados na 2ª Guerra Mundial e que LIDDELL HART assim resumiu:

“Não olharam além do objetivo estratégico imediato de *ganhar a guerra* e ficaram satisfeitos em assistir que a vitória militar

O ENIGMA NUCLEAR E AS GUERRAS ATUAIS

Com o advento da era nuclear, a definição de guerra enunciada por Clausewitz (continuação da política por outros meios) passou a ser freqüentemente criticada e dada por obsoleta. É que não se conseguia uma resposta satisfatória para a pergunta que passou a intrigar grande número de pensadores: "Que objetivos políticos poderão ser alcançados pela guerra nuclear?"

É que a destruição causada pela guerra nuclear, segundo se prevê, é tal que só permite atingir um único objetivo político: a sobrevivência da nação vencedora, em meio ao caos inconcebível formado pelos remanescentes de uma civilização destruída.

Mas Clausewitz advertiu que sua obra não deve ser interpretada como um dogma, mas sim, como uma diretriz e uma fonte de orientação. E ele sugere, ao tratar do objetivo da guerra, que o objetivo político pode ser alterado para conformar-se ao caráter específico dos meios disponíveis. Ora, objetivos políticos ilimitados exigem forças também ilimitadas, o que poderia estender as consequências da guerra além das suas finalidades políticas. Assim, somente pela limitação do objetivo político poderão as nações minimizar os riscos da guerra nuclear.

A conclusão, pois, é que a definição não está ultrapassada; o meio é que se tornou exagerado. Mais do que nunca, a sobrevivência da espécie passou a depender do próprio homem.

Isto porque o homem, esse aprendiz de feiticeiro que se esforça por imitar Deus e a Natureza, apresenta como uma de suas características marcantes os dois poderes que roubou da própria Natureza

e continuamente desenvolve: — o poder de *criação* e o poder de *destruição*. Mas, enquanto os poderes da Natureza, embora por vezes violentos, são equilibrados por outras forças da própria Natureza e limitados por acidentes geográficos, o poder de destruição do Homem, com a descoberta das armas nucleares, biológicas e químicas ultrapassou nitidamente não apenas seu poder de criação, como sua própria capacidade de recuperação, tornando-se capaz de destruir a totalidade da espécie humana e seu planeta — a Terra.

A capacidade de destruição da guerra termo-nuclear é simplesmente aterradora. Pergunta um estudioso de seus efeitos: — Se um Estado perde 75% de sua população e 90% de sua capacidade produtiva, os sobreviventes se consolarão ao saber que o inimigo perdeu ainda mais, cerca de 85% de sua população e toda sua capacidade produtiva?

Será compensadora a vitória em tal hipótese, ou os vivos invejarão os mortos?

O Mal da RAF, Lord Tedder, afirmou: "Uma guerra com o emprego da arma nuclear não seria um duelo, mas, antes, um suicídio mútuo".

Este é o dilema das superpotências: para preservar as coisas que mais amam, construíram e acumularam poderosos arsenais nucleares, embora sabendo que o uso dessas apocalípticas armas pode destruir tudo aquilo que tentam defender.

A libertação do átomo e, em particular, a paridade que acabou sendo estabelecida entre as duas superpotências, cada uma com capacidade de destruir a outra pelo menos quatrocentas vezes, conduziu o mundo atual a um impasse, significativamente chamado de equilíbrio do terror. Que soluções então tentaram os

homens para resolvê-lo? Eliminá-las, renunciando ao seu emprego? Jamais. O que por duas vezes se obteve, foi a sua limitação, quanto às armas estratégicas, nos célebres Acordos SALT I e SALT II, mas limitação na base de manutenção do "status quo". O último acordo desse tipo ainda não teve aprovação final e, com isto, a própria "detente" está ameaçada.

Mas, enquanto negociam, os homens continuam desenvolvendo essas armas, aperfeiçoando seu emprego. As primeiras bombas atômicas eram acusadas de serem armas de dois gumes, devido aos efeitos imediato e remanescente da irradiação. Isto impedia a utilização da área destruída, por largo período, além de tornar impossível a localização de seus efeitos a uma área restrita. Desse modo, tornava o poder de destruição do homem pior que o da própria natureza, pois, por mais violenta que seja uma catástrofe, um cataclismo era sempre localizado. Partiu-se, assim, para as "bombas limpas", com efeito radioativo reduzido.

Obtida a redução sensível da radioatividade, logo depois surgiram as "bombas táticas", de poder destrutivo limitado, para que fosse possível seu emprego no campo de batalha, com o que se imaginava a possibilidade de realizar uma guerra nuclear limitada, sem os riscos da hecatombe que seria provocada pelas armas nucleares estratégicas. Era uma tentativa de estabelecer dois estágios na guerra nuclear.

Mas a preocupação com o ataque estratégico continuou e, como o problema foi colocado na base do tempo, isto é, de saber quem poderia destruir o adversário em menos tempo, partiu-se para as ogivas múltiplas, ou seja, para o ataque

simultâneo a vários objetivos com o lançamento de um único foguete.

Por sua vez, a possibilidade de localização das armas estratégicas enterradas em silos levou à construção de submarinos, para o seu lançamento de locais submersos, continuamente modificados e até mesmo em movimento.

Enfim, não havendo limites para a imaginação humana, os arsenais continuaram crescendo dia a dia, tanto em qualidade como em quantidade. Mas, além desse crescimento contínuo, que outros resultados foram obtidos?

O impasse continuou, porque o aperfeiçoamento de um lado era seguido pelo outro. Com seu caráter devastador, as armas nucleares passaram a se constituir em óbice do próprio emprego, pois a iniciativa de um lado pode provocar a represália imediata e maciça do outro. As diferentes e sucessivas doutrinas elaboradas para seu emprego são mais doutrinas de não-emprego, ou melhor, de restrição de emprego, passando elas a representar mais um terrífico fator de dissuasão que propriamente um artefato ofensivo, como foram inicialmente imaginadas.

A própria bomba nuclear tática (de meio quiloton) dificilmente será empregada, pois chegou-se à conclusão de que a guerra nuclear é como a gravidez. Assim como a mulher não pode estar apenas "um pouco grávida" — ela estará, ou não grávida — a guerra futura será, ou não, nuclear. Será difícil admitir que, uma vez desencadeada a guerra nuclear no campo tático, o país que estiver inferiorizado nesse campo renuncie ao emprego de suas armas estratégicas, colhendo as vantagens do "primeiro golpe", quando já conta com o argumento de que a guerra já é nuclear, e não há

mais como ater-se a um falso "complexo de virgindade".

Agora, discute-se a fabricação da chamada "bomba de neutron". É uma espécie de retrocesso, ou melhor, um retorno ao ponto de partida, para o prosseguimento numa outra direção. O raciocínio é o seguinte: — Se a bomba tática, que é uma bomba nuclear praticamente "limpa", não produziu os resultados esperados, voltemos à bomba "suja" e façamo-la tão suja que contenha somente sujeira, isto é, radioatividade, sendo mínimos seus efeitos explosivos e térmico. Essa bomba terá a possibilidade de matar todos os seres vivos que estiverem dentro do seu raio de ação, sem ocasionar praticamente nenhuma destruição material. Mas o que ninguém ainda pôde afirmar é se ela não será também considerada mais um tipo de arma nuclear em vez de admiti-la como sendo apenas uma arma biológica.

Na realidade, a guerra nuclear ainda não aconteceu, e tudo quanto sabemos a seu respeito é mais fruto do estudo e da pesquisa. Hiroxima e Nagasáqui permanecem apenas como trágicas demonstrações da realidade de sua existência, na época em que havia monopólio atômico absoluto. Após 1945, não houve senão tentativas nucleares na Coreia e na Indochina, uma chantagem nuclear em Suez, (1956) e duas crises nucleares (Cuba, 1962 e Suez, 1973), além da ocorrência de dois ou três alarmes falsos. A guerra nuclear é a grande incógnita da Humanidade neste final de século.

Mas não podemos deixar de reconhecer sua existência. Embora difícil de imaginar seu desencadeamento por cálculo, temos também que admiti-lo

por desespero, engano ou acidente. E, nesses casos, seria a guerra conduzida de acordo com os ensinamentos dos velhos mestres como Clausewitz?

Já vimos que o próprio objetivo político da guerra teria que ser limitado, se quisermos minimizar o risco de transformar a guerra numa catástrofe. Diversos outros aspectos da obra clássica de Clausewitz precisam ser revistos ou, pelo menos, melhor compreendidos. A principal dificuldade de compreensão resulta da dualidade de pensamento de Clausewitz, no que, aliás, reflete a influência de Kant. A noção de guerra absoluta e guerra real é o exemplo típico, que muitos não assimilaram, pois ele se referia ao absoluto somente em termos abstratos, para depois afirmar que a guerra não é abstrata, é real e sofre as limitações de toda ordem, que denominou de "atrito". Assim, baseado nas condições militares do século XIX, algumas de suas condições que impediam a guerra absoluta estão atualmente invalidadas na era nuclear, tais como:

— *"A guerra não é um ato isolado, que se origina repentinamente e sem relação com acontecimentos anteriores"*. É que, no seu tempo, eram necessários semana e meses para reunir e deslocar um exército. Hoje, a guerra nuclear pode eclodir quase instantaneamente.

— *"A guerra não consiste em um só golpe sem continuidade."* Hoje, um ataque inicial com armas termonucleares pode, por si só, determinar o término da guerra.

— *"O resultado da guerra nunca é absoluto"*. Ora, as consequências devastadoras de uma guerra termonuclear são

de tal magnitude que invalidariam qualquer esperança de sobrevivência do Estado atacado. Se a derrota for considerada segundo o conceito de Clausewitz, ela significaria a extinção do país derrotado.

Em síntese, a guerra total imaginada no abstrato por Clausewitz tornou-se possível, atualmente, na esfera do real.

Podemos, então, concluir que a arma nuclear seja um fator de paz? Realmente, como dissemos há pouco, a guerra nuclear até agora não ocorreu, mas, informa-nos a Polemologia, nos trinta anos que se seguiram à "demonstração" de Hiroxima (1945-1975), houve 191 conflitos, sem um único dia de paz.

A suposição de que o poder nuclear elimine a guerra é, pois, errônea e ilusória. A elevação da capacidade de destruição a um extremo "suicida" fez surgir novos e mais aperfeiçoados meios de guerra convencional, além de estimular e acelerar o retorno aos métodos indiretos de estratégia. O pavor do apocalipse nuclear tornou as guerras atuais indiretas, localizadas e limitadas.

O CONHECIMENTO DA GUERRA

Logo após a Religião, o assunto sobre o qual mais se escreveu até hoje é a Guerra. Talvez por isso, uma das maiores bibliografias existentes é a relativa à vida de Napoleão; é que o genial corso, além de ter sido considerado o maior chefe militar da História, foi, também, por muitos, comparado a um Deus.

Além dos militares que, por dever de ofício, precisam vivê-la e, portanto, necessitam conhecê-la em todos os seus aspectos, a guerra, esse "drama apaixonante e assustador", a que se refere JOMINI, tem atraído a atenção e o interesse de intelectuais de todos os ramos do saber, e de profissionais das mais distintas ca-

tegorias. Escritores, poetas, historiadores, filósofos, pensadores, sociólogos, biólogos, antropólogos, psicólogos, juristas, físicos, matemáticos, astrônomos, religiosos, economistas, enfim, todos julgam conhecê-la, muitas por terem-na vivido ou sentido seus efeitos. Entretanto, como observa o Prefácio de O DE-SAFIO DA GUERRA, a Humanidade sabe calcular, quase em uma fração de segundo, os eclipses dos satélites do planeta Júpiter; sabe construir computadores capazes de operar dezenas de milhões de dados; mas não sabe prever nem evitar as guerras. É que, durante milhares de anos, as sociedades humanas foram universos morais, os homens se interessando mais por normas políticas, religiosas e ideológicas, que por explicações científicas.

Talvez onde menos se discutam os aspectos gerais da guerra seja justamente nas Escolas Militares: naturalmente, não estou me referindo a *assuntos de guerra* e sim, à *guerra em si*. É que a especialização, enfocando aspectos particulares e ampliando os detalhes, faz-nos, muitas vezes, perder a noção do conjunto.

Somente a partir do século passado é que surgiram as primeiras tentativas de elaboração de teorias científicas da guerra e, ultimamente, como já nos referimos, surgiu a Polemologia, como ciência da guerra em geral, pesquisando, com base na estatística, e sob o enfoque sociológico, a natureza, as causas, os efeitos e as funções da guerra.

Assim, aos poucos, os conhecimentos sobre a guerra vão sendo ampliados e talvez um dia possamos elaborar uma teoria científica que explique a razão da guerra. Mas essa teoria terá que contar com o concurso de muitos campos e muitas disciplinas: a psicologia, a psicossociologia, a biologia, a história, as ciên-

cias políticas, a sociologia, a antropologia, a teoria das comunicações, a estratégia e também as ciências normativas, a religião, a teologia, o direito e a filosofia.

Antes de prosseguir, peço permissão aos ilustres ouvintes para abrir um pequeno parêntese nesta exposição e fazer uma ligeira especulação sobre o comportamento humano.

Mesmo que prescindam de algum rigorismo científico, pelo menos me têm sido muito úteis na ordenação das idéias.

O Homem se comporta como se fora constituído basicamente de quatro faculdades:

SENTIR, PENSAR, JULGAR, AGIR

Pelo sentimento, pela faculdade sensorial, através dos sentidos, portanto, ele *apreende* os aspectos e aparências das coisas e é afetado pelas emoções boas ou más, agradáveis ou desagradáveis que essa percepção lhe traz, caracterizando um *desejo*.

Pelo pensamento, pela faculdade intelectual, através dos processos mentais de que for capaz, ele *compreende* a natureza das coisas, e percebe o que pode julgar ou contrariar seus *interesses*.

Por último, citamos a faculdade de agir, pela qual, através do esforço físico, ele *empreende* suas *ações* no plano material.

Mas o homem consciente e responsável não permite que sua faculdade de agir se torne reflexa de um sentimento traduzido em simples desejo ou mesmo de um pensamento que aponte seu interesse no caso. Ele, antes de se materializar uma ação, passa os desejos e interesses pelo crivo de sua faculdade superior, a de julgar, compara as possíveis atitudes com a *escala de valores* incorporada a seu Eu e *decide* o que realmente *quer fazer*, isto é, qual a sua *vontade* em cada caso.

Pois bem, a cada uma das faculdades do homem corresponde o desenvolvimento de uma forma de conhecimento. Assim:

— à faculdade superior de julgamento corresponde o estabelecimento de um critério de valores e a busca da compreensão da realidade em sua totalidade, mediante a reflexão sobre o próprio conhecimento adquirido, ou seja — a Filosofia;

— à faculdade intelectual corresponde o conhecimento certo e metódico dos fenômenos, mediante o levantamento de hipóteses comprovadas pela observação e o estabelecimento de Teorias que expliquem a razão de ser do fenômeno; ou seja — Ciência;

— à faculdade de agir corresponde a adaptação dos conhecimentos científicos, elaborados no plano abstrato, à realidade do mundo material, mediante o estabelecimento de métodos e processos de execução prática, ou seja — a Técnica;

— finalmente, à faculdade de sentir corresponde a capacidade de interpretação das técnicas e seleção das mais adequadas à obtenção do efeito desejado; ou seja — a Arte.

Conforme ensina a Moderna Filosofia, a filosofia não é um saber — desde que no mundo moderno a função de conhecimento é preenchida pela ciência — mas uma reflexão crítica sobre o saber. Ela não só não é um *saber* como não é um *poder*, pois no mundo atual o poder do homem é expresso pela técnica.

O terrível perigo suscitado pelo desenvolvimento das armas nucleares, assim como os perigos de "robotização" trazidos pela mecanização de nossas vidas, evidenciam, incontestavelmente, que a técnica não substitui a sabedoria, do mesmo modo que a ciência não substitui

a filosofia. A técnica só fornece *meios* ao homem; ela emudece quanto aos *fins* que devem guiar nossa conduta. Somente a filosofia levanta o problema dos *valores*.

Fechemos o parêntese e voltemos ao Tema.

O conhecimento da guerra abrange as quatro formas do saber humano, existindo, pois:

- Filosofias de Guerra;
- uma Ciência da Guerra;
- Técnicas de Guerra;
- e a Arte da Guerra.

Eles podem também ser considerados sob dois aspectos:

— como *Teoria*, isto é, estudo abstrato e subjetivo, de natureza intelectual e moral, de âmbito universal e finalidade explicativa, aspirando a ser definitivo e permanente; compreende a Filosofia e a Ciência;

— como *Prática*, ou seja, como Ação, e por isso concreta, objetiva, sistematizadora, particularizada para o espaço geográfico e os recursos disponíveis, adequada ao ambiente social e cultural, e, portanto, evolutiva; abrange as Técnicas e a Arte.

A Filosofia de Guerra de um país é fruto da mentalidade de seu povo e é traduzida em sua *Concepção da Guerra*, que, em síntese, é o modo de encarar e conduzir a guerra, pelo país. Assim, a Concepção de Guerra Norte-Americana, além da decisão firme de fazer a guerra em outros continentes e nunca em seu território, ainda dá ênfase ao uso dos meios materiais para, em qualquer circunstância, preservar as vidas humanas. Um documento do Senado Norte-Americano diz textualmente: "Tendo em vista que o progresso científico exerce uma influência crescente sobre o caráter e a conduta, da guerra, e que o pa-

trimônio mais importante da América é a vida de seus cidadãos, devemos basear nossa segurança em organizações militares que utilizem ao máximo a ciência e a tecnologia, a fim de diminuir o número de homens". Em outro trecho, assinala um aspecto particular da ameaça: "Os comunistas sabem que a base física de todo o nosso poderio militar é a nossa economia e que, se esta economia puder ser danificada e sabotada, o efeito poderá ser tão desastroso para nós quanto uma grande derrota militar". Em resumo, sua concepção da guerra busca preservar a vida de seus cidadãos, proteger sua capacidade de produção e utilizar ao máximo os recursos da ciência e da tecnologia. Esses princípios contrastam, por exemplo, com a pequena preocupação do pensamento militar da China com a proteção da vida e com a ênfase dada às operações de guerrilhas, propugnadas por Mao Tsétung. Já a Concepção de Guerra soviética, exposta nos Anais do XXº Congresso do Partido Comunista, ressalta a importância de sincronizar as manifestações das massas proletárias com a execução das operações do Exército Vermelho e com o emprego em massa de forças aéreas, de foguetes de diferentes tipos e de artefatos de extermínio em massa, como as armas term nucleares, químicas e bacteriológicas. No emprego das armas convencionais, a preocupação com a massa de fogos e de materiais supera a ênfase dada à manobra e à mobilidade. A iniciativa, a surpresa, o choque e o ímpeto de uma ofensiva maciça dominam claramente os conceitos soviéticos sobre a conduta da guerra. A opinião soviética é de que a melhor maneira de lutar e vencer é ser o primeiro, com o ataque mais eficaz. Para isso, suas forças devem ser organizadas desde o tempo de paz, ainda que

isto desagrada ao inimigo potencial. Tencionam, inclusive, manter os campos de batalha afastados de sua periferia.

Assim, a filosofia de guerra varia de país para país, conforme a escala de valores adotada, do mesmo modo que variam os sistemas filosóficos conforme a preeminência dada por cada filósofo a um aspecto da realidade.

Já a *Ciência da Guerra* pretende ser universal, pois considera a guerra no seu aspecto fenomenológico, como coisa sujeita à observação do exterior e na sua totalidade. A Ciência elabora Teorias para explicar a natureza, as causas e os efeitos da guerra e, de acordo com as Teorias, estabelece as *Leis da Guerra*.

Essas leis costumam ser grupadas em *Leis Permanentes* e *Leis de Evolução*. Enquanto as primeiras procuram explicar a guerra em si, na sua essência, estabelecendo as condições para que ela seja possível com êxito, as outras devem permitir uma previsão sobre as condições de uma guerra futura.

O primeiro estadista a falar em Leis da Guerra foi CLAUSEWITZ que, inclusive, cita várias delas, como a de atrito e a de proteção. FOCH, em seus *Princípios de Guerra*, também fala em Leis, distinguindo-as dos Princípios, e cita expressamente a de movimento. A sistematização adotada é a exposta pelo Gen DE LA CHAPELLE que, reunindo idéias de vários autores às suas, consegue uma base aceitável.

As *Leis Permanentes* compreendem:

1) — *Lei da Vontade ou das Forças Morais*: — Se a guerra é uma dialética de vontades, antes de mais nada é preciso querer travar a guerra, aceitando seus riscos e conseqüências. Só é vencido aquele que se reconhece como tal.

2) — *Lei do Movimento*: — O movimento é um fator intrínseco à própria

natureza da guerra. Mesmo que, inicialmente, os adversários lutem à distância do alcance de suas armas ou que haja períodos de imobilização mais ou menos prolongados, como ocorreu na 1.^a Guerra Mundial, somente após o início, ou reinício, do movimento das forças em presença é que se terá uma decisão. O movimento é explorado particularmente na *manobra*, que é um movimento feito com a finalidade de romper o equilíbrio de forças.

3) — *Lei do Choque*: — A necessidade de decisão conduz logicamente a uma prova de força, ao choque dos adversários, em que um procurará sobrepor-se ao outro, levando-os à batalha.

4) — *Lei da Ofensiva*: — Não se pode imaginar uma guerra sem intenção ofensiva, pelo menos de uma das partes. A ofensiva é a alma da guerra, só ela permite forçar a decisão e alcançar a vitória.

5) — *Lei da Proteção*: — É outra lei indispensável à execução da guerra. Para o chefe, a proteção assegura a necessária liberdade de ação para decidir, e, para as próprias forças, ela significa a segurança contra as ações do adversário.

6) — *Lei da Surpresa*: — A guerra é o domínio do inesperado, que provoca o desequilíbrio, dificulta a reação pronta e eficaz e facilita o sucesso de quem a obtve.

7) — *Lei do Atrito*: — Foi CLAUSEWITZ quem primeiro observou que a tensão do perigo constante, o cansaço físico, o desgaste do material, a incerteza originada por erros ou falta de informações e inúmeras outras circunstâncias dificultam ou retardam a execução de operações cuidadosamente planejadas.

8) — *Lei das Probabilidades*: — A guerra é um jogo. Exige simultaneamente coragem e cálculo, jamais o cálculo

excluindo risco; isto é, comporta um jogo de probabilidades e azares.

As *Leis da Evolução* explicam como se processa a evolução da guerra, determinam as tendências gerais do futuro conflito e propiciam um melhor esforço de preparação. Compreendem:

1) — *Lei da Semelhança*: Apesar da evolução da técnica, os conflitos sucessivos conservam determinadas constantes. A guerra mantém-se fiel a si mesma.

2) — *Lei do Incremento*: Há uma tendência para a exasperação da violência e para o gigantismo, o que faz com que cada guerra se processe com mais violência que a anterior e se expanda, tanto no aspecto espacial, como no das formas de ação.

3) — *Lei da Aceleração e Contradição*: É a lei que traduz a velha luta entre o canhão e a couraça, em que o aumento da potência de um é contraditado pelo reforço da outra. Além de assinalar a contradição, a lei destaca a aceleração dessas melhorias alternadas, como se pode observar no extraordinário desenvolvimento dos meios de fogo — em cadência, potência e alcance, no aumento da mobilidade do equipamento, até no crescente custo financeiro da guerra.

4) — *Lei da Descontinuidade*: Esta lei mostra que o incremento e a aceleração não são obtidos de maneira perfeitamente coordenada e harmônica, havendo, por exemplo, aumento de potência sem aumento da mobilidade, melhoria da eficácia do fogo sem o aumento da blindagem, etc.

5) — *Lei da Vantagem Inicial*: Em 157 conflitos examinados, 63% tiveram resultado favorável a quem tomou a iniciativa, 36% foram desfavoráveis e 11% ficaram indefinidos. Assim, essa vantagem pode não ser decisiva, acabando por

perder-se no decurso da guerra, se a vitória não for alcançada rapidamente.

6) — *Lei da Remanescência*: Os conflitos anteriores influenciam a fase inicial de uma nova guerra, determinando ações e reações baseadas em operações do conflito antecedente.

7) — *Lei do Reequilíbrio*: Corresponde à extinção gradual da remanescência pelo surgimento progressivo da verdadeira fisionomia do novo conflito que, em sua última fase, por sua vez, prenuncia a forma inicial do conflito seguinte.

As leis da guerra que, de maneira muito resumida, como convém a esta ocasião, acabaram de ser citadas, podem ser identificadas em qualquer tipo de conflito, nos grandes, como nos pequenos; ao longo de toda a História, na antiga, como na contemporânea e nas diversas formas de guerra, nas convencionais, como nas irregulares.

Elas se manifestam simultaneamente em ambos os lados, tanto entre os vencedores, como entre os vencidos, pois tratam a guerra no seu aspecto fenomenológico, como coisa sujeita à observação do exterior e na sua totalidade. Não são princípios de ação, pois não se preocupam com a atitude a tomar pelos contendores; mas, se elas não existirem em algum conflito, este deixará de ser uma guerra.

Apesar de bastante resumida sua exposição, creio que deve ter ficado evidente que ainda carecem de maior precisão no enunciado, necessitando de um estudo mais aprofundado que, inclusive, possa comprovar, além da sua necessidade, a sua suficiência. Não quis omiti-la, porém, para que nesta ocasião pudesse ser registrado um dos aspectos da Ciência da Guerra, ou seja, suas Leis.

Passarei agora a referir-me a uma outra forma de conhecimento da guerra —

as *Técnicas de Guerra*. Com isto, entro no campo específico dos trabalhos desta Casa e redobro os meus cuidados para permanecer apenas nos seus aspectos mais gerais.

É que as *Técnicas de Guerra*, que refletem a capacidade de ordenação metódica da faculdade de agir, são consubstanciadas nas *Doutrinas Militares*. Conforme definição do então Gen Castelo Branco, "uma doutrina forma um corpo de princípios, métodos e processos, retirados quase sempre de uma Teoria, ou de várias Teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de uma Nação, para organizar suas forças, prepará-las para a guerra e levá-las a operações admitidas e previstas".

Diz ainda o grande mestre e antigo comandante desta Escola: "Deve-se, por outro lado, bem compreender que uma DOCTRINA MILITAR é delimitada para uma época e que a sua evolução decorre da influência da ciência e da técnica, do aparecimento de novos meios e da mutação da política de segurança nacional. Não é estabelecida para uma guerra qualquer e sim, para um conflito ou conflitos que uma nação pode admitir em seus antagonismos, na vigência de determinadas hipóteses de guerra".

Em outra parte do seu trabalho, ainda esclarece: "uma doutrina destinada a organizar uma guerra e, na eventualidade de seu desencadeamento, destinada também a fazê-la, tem que assentar em conclusões tiradas de fatos, tem que sair de uma realidade para orientar outra realidade. É o aproveitamento, por meio de um processo pragmatista, do saldo de uma experiência que a História sempre oferece e, em seguimento, o trabalho de imaginação para o emprego de novos recursos".

Não pode haver dúvida, portanto, de que a Doutrina, como técnica processual para fazer determinada guerra, tem que ser prática, objetiva e concreta; ademais, deverá ser conjuntural e evolutiva, ao contrário da Teoria em que se baseia e que, sendo científica, é permanente. A Teoria explica o *porque fazer*, ao passo que a Doutrina, com técnica normativa, diz o *como fazer*.

A Doutrina não cerceia as iniciativas nem as imaginações, pois ela não impõe nenhum esquema. Formando os espíritos na mesma orientação, ela os habilita a encarar as questões do mesmo modo e cria os reflexos que asseguram a ação rápida e justa no campo de batalha.

Essa sua finalidade primordial: — assegurar a indispensável *disciplina intelectual* entre todos os participantes de uma operação militar. Ela desenvolve uma estrutura mental que facilita a tomada de decisões convergentes e possibilita a conquista do objetivo comum.

Apesar do seu caráter evolutivo, as Doutrinas baseiam-se em elementos fixos e invariáveis — os *Princípios de Guerra*. Eles se originam do estudo da História Militar e são praticamente comuns a todas as Forças Armadas do mundo.

Dos Princípios, considerados como fundamentos que orientam a conduta das operações e a própria Arte da Guerra, decorrem certos *corolários*, normalmente menos gerais, e, de ambos, as *regras, preceitos e processos* de execução prática, ainda menos gerais, porque mais concretos e objetivos.

São essas regras, preceitos e processos decorrentes dos Princípios, juntamente com aqueles derivados dos demais fundamentos, tais como a Concepção da Guerra e a Forma Geral das Operações, que vão constituir o alicerce para o em-

prego das Forças Armadas, ou seja, a DOUTRINA. Pode-se, pois, dizer que da penetração dos Princípios na Técnica é que surge a DOUTRINA.

Os PRINCÍPIOS DE GUERRA são normas de ação aplicáveis a todas as situações de guerra e não estão vinculados a um tempo histórico nem são influenciados pela tecnologia.

Os Princípios de Guerra oficialmente adotados são nove. Grupando-os de acordo com a classificação estabelecida pelo EMFA em 1958, teremos:

— *Princípios Gerais*, que estabelecem as linhas mestras da guerra: PRINCÍPIO DO OBJETIVO e PRINCÍPIO DA OFENSIVA.

— *Princípios de Conduta*, que regulam as condições de conduta das operações: PRINCÍPIO DA MASSA, PRINCÍPIO DA ECONOMIA DE FORÇAS, PRINCÍPIO DA MANOBRA, PRINCÍPIO DA SEGURANÇA e PRINCÍPIO DA SURPRESA.

— *Princípios de organização*, que estabelecem as bases de organização para o emprego: PRINCÍPIO DA UNIDADE DE COMANDO e PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE.

Embora enunciados há muito mais tempo que as Leis da Guerra, os Princípios de Guerra também carecem de melhor formulação e de uma desejável sistematização. Sobre o assunto, não há dois autores que emitam opiniões concordantes e, por isso, limitei-me a apresentar os Princípios oficiais, cujo número, entretanto, me parece exagerado. Há três Princípios, por exemplo — MASSA, ECONOMIA DE FORÇAS e SEGURANÇA — que não podem ser explicados isoladamente e, para justificá-los, teremos sempre que fazer referência aos outros dois.

Não quero chegar ao extremo da conclusão do espírito gaulês, que chegava a afirmar, como o fez o Gen GAMELIN, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, em conferência no Clube Militar em 1919:

"A Doutrina deve conter uma só Conceção de Guerra — a luta entre duas vontades; um só método de raciocínio — a aplicação do método cartesiano aos quatro fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios; e um só Princípio — o de Economia de Forças, ou seja, empregar somente o necessário, tudo que for necessário, nada mais que o necessário, onde for necessário e quando for necessário."

É que, embora dito de maneira magistral, parece-me que isso não é tudo, ou melhor, que a Economia de Forças não é o único fundamento, o único Princípio do qual pudessem ser deduzidas todas as demais normas de ação básicas.

Entretanto, participo inteiramente da idéia de que os Princípios, como normas de ação primárias, devem ser em número reduzido e ter um caráter de generalidade, ao contrário das regras que, sendo mais particulares, objetivas e concretas, podem ser mais numerosas.

Quem sabe se, como fundamentos para a conduta de homens, não poderiam os Princípios serem apenas um para cada faculdade básica perceptível no comportamento humano?

Teríamos então:

— um PRINCÍPIO MORAL: a Vontade de Vencer, traduzida na manutenção de um inquebrantável ESPÍRITO OFENSIVO.

— um PRINCÍPIO INTELECTUAL: a escolha criteriosa de um OBJETIVO, cuja conquista seja capaz de desequilibrar todo o sistema de forças do inimigo

ou, pelo menos, contribuir poderosamente para isso.

— um PRINCÍPIO PSICOLÓGICO: o da SURPRESA que, pelo inesperado, pode desequilibrar não apenas o dispositivo como a própria mente do comandante inimigo.

— um PRINCÍPIO FÍSICO-MECÂNICO: o da ECONOMIA DE FORÇAS, que permitirá concentrar a MASSA no ponto decisivo, destacando apenas o mínimo de meios para as demais necessidades.

As demais normas oficiais — MASSA, MANOBRA, SEGURANÇA, UNIDADE DE COMANDO e SIMPLICIDADE — seriam incluídas entre as muitas Regras que devem orientar as operações de guerra.

Para completar este esboço sobre o conhecimento da guerra, vou agora abordar a mais sutil, a mais intrigante e a mais surpreendente das formas de saber: a *Arte da Guerra*.

Essencialmente criativa, a Arte da Guerra tem que ser livre. Mas, como qualquer outra arte, tem que inspirar-se numa Teoria, aplicar uma Técnica e obedecer a seus Princípios e Regras. Ou não seria bem uma ARTE.

Assim, os Princípios de Guerra a que há pouco me referi, constituem os fundamentos de toda a Arte da Guerra. A sensibilidade necessária à percepção dos Princípios dominantes em cada situação, a perfeita aplicação de princípios que se contrapõem, como MASSA e SEGURANÇA, a utilização judiciosa de Princípios concorrentes, como MANOBRA e SURPRESA — são aspectos que revelam o domínio da Arte da Guerra.

DRAGOMIROV explica o aprendizado na Arte da Guerra: "Esse aprendizado não tem a pretensão de formar Napoleões. Ele assinala os modelos, as obras-

primas realizadas no domínio da guerra e, assim, aplaina os caminhos dos que a natureza dotou de capacidade militar. Mas ele apresenta esses modelos ao estudo e meditação dos homens de guerra, não para que eles os imitem servilmente, mas para que penetrem seu espírito, para que neles se inspirem". E conclui: "A grande mestra da Arte da Guerra é a História".

A partir do século XVIII, a Arte da Guerra passou a ser chamada de *Estratégia*, significando literalmente "a arte do general". Com a evolução da guerra, que passou a utilizar, além dos meios militares, recursos dos demais campos da vida nacional, houve necessidade de distinguir-se uma *Estratégia Nacional* e uma *Estratégia Militar*. Houve ainda outra circunstância que deu sentido prático à distinção entre as duas estratégias: é que agora dificilmente o comandante das forças em operações será o mesmo Chefe de Estado, como no tempo de Alexandre, Frederico ou Napoleão.

A ESTRATÉGIA NACIONAL, atualmente, é conceituada pela nossa Escola Superior de Guerra como:

"a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, considerados os óbices existentes ou potenciais, para alcançar e manter os objetivos fixados pela Política Nacional".

A inclusão da consideração sobre os óbices, antes não constante do conceito daquela Escola, é para mim um avanço notável na precisão do conceito. Pois é preciso distinguir o sentido científico do termo daquele sentido vulgar, hoje muito generalizado na imprensa e em muitas profissões liberais. Para isso, julgo essencial a compreensão de que a *Estratégia é uma arte de luta*, o que pressupõe o confronto de vontades conscientemente

opostas. Não vejo estratégia na luta contra enfermidades, intempéries ou outras espécies de dificuldades.

Ainda de acordo com a ESG, a ESTRATÉGIA MILITAR, como às demais Estratégias Específicas — a Política, a Econômica e a Psicossocial — cabe a preparação e a aplicação dos meios do Poder correspondente, nas mesmas condições estabelecidas para a Estratégia Nacional, isto é, para alcançar e manter os objetivos fixados pela Política Nacional, a despeito dos óbices de qualquer natureza, existentes ou potenciais.

O *Objetivo da Estratégia Militar* é o desequilíbrio das forças inimigas, a fim de obter sua desagregação ou o enfraquecimento de sua resistência, o que tornará mais fácil sua destruição na batalha.

O desequilíbrio procurado pode ser atingido:

- pela Manobra;
- pela Surpresa.

A MANOBRA é um movimento, uma ação, portanto, de natureza física, enquanto a SURPRESA é subjetiva, de natureza psicológica. Entretanto, essas duas ações estratégicas muitas vezes reagem de forma recíproca: o movimento gera a surpresa e esta, por sua vez, dá maior impulso ao movimento.

O alvo prioritário de todas as ações estratégicas é a própria mente dos comandantes inimigos, pois a diferença entre a vitória e a derrota depende mais do moral. Atribui-se a NAPOLEÃO a afirmação de que na guerra "o fator moral está para o físico na proporção de três para um". A verdade é que o choque da surpresa e a sensação de impotência abalam mais que a perda de homens, canhões e territórios.

Há 500 anos AC, o velho mestre SUN TZU já dizia que "a arte da guerra ba-

seia-se no engodo". Realmente, a Estratégia Militar consiste essencialmente na arte da dissimulação, sendo, portanto, o inverso da moralidade. Mas a Estratégia Nacional tende a fazer coincidir sua conduta com os princípios da Moral, pois deve ter em vista o objetivo final da guerra, que é a PAZ. E não se constrói uma paz duradoura fundada na falsidade e no embuste.

Com estas breves considerações sobre a Arte da Guerra, concluo o tópico referente ao Conhecimento da Guerra, reafirmando que ele abrange os quatro ramos do saber e se manifesta:

— nas *Filosofias de Guerra*, traduzidas nas Concepções de Guerra de cada País;

— numa *Ciência de Guerra*, que nos fornece as Teorias e as Leis da Guerra;

— nas *Técnicas de Guerra* expressa nos Princípios e nas Doutrinas;

— e na *Arte da Guerra* espelhada na Estratégia e na Tática.

Considero, assim, realizado o exame a que me propus dos aspectos fundamentais da guerra, julgados essenciais e uma adequada COMPREENSÃO DA GUERRA.

Resta-me uma palavra final aos vitoriosos companheiros que acabam de ingressar neste Templo de Cultura e Saber:

No binômio que define a própria vida do militar profissional: "PENSAMENTO E AÇÃO A SERVIÇO DE UM IDEAL", aqui vos dedicareis particularmente ao primeiro termo do binômio: o Pensamento.

Um escritor dissidente russo, ALEXANDRE SOLJENITSIN, assinalou que, em seguida à manutenção da integridade intelectual, o primeiro dever do soldado é — PENSAR.

No início do século passado, NAPOLEÃO alertava: "Não é um gênio que

me revela, em segredo, o que eu devo dizer ou fazer em uma circunstância inesperada para os outros; é a reflexão, a meditação”.

E, no princípio deste século, FOCH, quando comandante da Escola Superior de Guerra da França, dizia a seus alunos: “Mais tarde vos irão pedir para serdes os

cérebros do Exército. Agora e aqui, quero dizer-vos: aprendei a pensar”.

Pois bem, Senhores, agora, também eu vos digo: — aproveitai bem todas as oportunidades que a Escola vos oferece para aprenderdes a pensar. Porque lá fora — não tenhais dúvida, futuros chefes do Exército — de todos vós espera confiante o Brasil: AÇÃO, AÇÃO e mais AÇÃO.



AFGANISTÃO E IRÃ: DOIS CAPÍTULOS DO MESMO PROCESSO HISTÓRICO

Manoel Pio Corrêa Junior

Ex-Embaixador do Brasil no Irã, México, Uruguai e Argentina. Atual Diretor-Presidente da Siemens S.A.

Os dois pontos álgidos do panorama mundial neste momento são, inquestionavelmente, o Afeganistão e o Irã (recuso-me a escrever "Afeganistão" pela mesma razão que não aceitaria escrever "adevogado" ou "submarino"). Ali se oferece a interface mais sensível entre os dois mundos opostos e inevitavelmente inimigos, o dos Estados Unidos da América e o da União Soviética. Ali se roçam diretamente, em incômodo e inflamado atrito, as epidermes dos dois gigantes. Para ali se voltam os olhares e as expectativas temerosas de todas as Nações do planeta, aguardando com apreensão o próximo lance desse confronto.

Para avaliar e compreender corretamente aquele duplo problema, convém, no entanto, como para todo episódio da vida dos povos, remontar ao passado e buscar a luz da História para a boa inteligência dos acontecimentos presentes.

O que ocorre hoje não é mais, com efeito, do que novo lance em um processo de longos antecedentes históricos, fundado na oposição de interesses geopolíticos antagônicos e de extrema importância: não se creia, pois, que a invasão do Afeganistão pela U.R.S.S. foi um gesto impensado e leviano, muito menos uma imprudência. Foi, indubitavelmente, um ato deliberado e inscrito em uma sequência lógica, e devidamente calculados seus riscos com escassa margem de erro possível — como é aliás geralmente o caso nas iniciativas do Governo russo — de todos o que mais estritamente se cinge, através dos tempos, à consecução de seus Objetivos Nacionais Permanentes.

Esses Objetivos Nacionais não variaram, da Rússia Tzarista à Rússia comunista. Eles se delinearão em forma reconhecível com Pedro, o Grande, e foram perseguidos com admirável tenacidade e

constância desde então até hoje. Durante três séculos — o XVII, o XVIII e o XIX — a Europa gastou rios de ouro e verteu torrentes de sangue para impedir que a Rússia os alcançasse; no século XX, o Tratado de Versalhes abriu o caminho para a sua consecução, e mais tarde Roosevelt os ofereceu "de bandeja" ao seu amigo Stalin, fazendo caso omisso da fúria impotente de Churchill e passando por cima das aspirações, interesses, direitos e vontade de uma Europa exangue.

Entre tais Objetivos avultavam três: a hegemonia sobre o Vale do Danúbio, o acesso a bases navais livres de gelo durante o ano inteiro, o domínio dos Dardanelos como chave do Mar Negro e porta de acesso ao cobiçado Mediterrâneo.

A Guerra da Criméia representou um duro revés para a consecução dos objetivos da Rússia, cuja derrota frustrou (frustração que seria repetida em 1877) as suas esperanças de manumissão sobre os Principados do baixo Danúbio, vassallos da Porta Otomana. O Império Austro-Húngaro não participou da guerra ao lado da Grã-Bretanha e da França; mas mantinha forte e vigilante domínio sobre o médio curso do rio. O Império russo, após sua derrota, achava-se fora de estado de renovar qualquer tentativa nessa direção, e muito menos em direção ao Mar do Norte, em cujas praias velava uma Prússia em pleno e pujante progresso militar, e em cujas águas cruzavam as esquadras britânica e francesa.

Nessas condições, a Chancelaria Imperial resolveu voltar-se para o Oriente, e retomar desígnios, aliás já antigos e nunca abandonados, em direção da Ásia. Ano após ano, os exércitos russos entravam em campanha para a conquista metódica das estepes da Ásia Central,

subjugando sistematicamente as Nações de religião muçulmana e de raça mongólica que as habitava, e que hoje se acham incorporadas ao império soviético sob uma forma de colonialismo impune e invulnerável, que permanece curiosamente incólume e inquestionado nesta era de anti-colonialismo universal.

Nessa "Marcha para Leste", na qual o Daghestan e o Turquestão, com o Emirado de Bokhara e os Khanatos de Kokand e de Khiva, representaram etapas e vítimas de mais ou menos fácil deglutição, o Afganistão tornou-se objetivo de primordial interesse, por uma simples e clara razão: é que o Afganistão poderia ser, para a Rússia, a chave da Índia, que ela cobiçava não menos avidamente do que a Grã-Bretanha — a qual por sua vez nele tinha não menos vivo interesse, e exatamente pela mesma razão: o domínio do Afganistão constituiria o ferrolho na porta traseira da Índia, contra as ambições russas.

O Afganistão transformou-se, assim, na meta comum de uma verdadeira corrida entre o Urso moscovita e o Leão britânico, porfiando cada um em lá chegar primeiro.

Quem chegou primeiro foi o Leão: tropas da Rainha Victória, em campanhas sucessivas, conseguiram invadir o Afganistão, e ocupar tanto Cabul como Kandahar — onde o general Roberts conquistou, com a vitória, uma coroa de Conde e o título de "*Lord Roberts of Kandahar*".

O Afganistão, no entanto, revelou-se um osso singularmente duro de roer, dado o ardor bélico e a altivez indomável de suas tribos. A Grã-Bretanha optou finalmente por retirar as suas tropas, fechando o ferrolho das Portas da Índia na garganta eminentemente defensivo do desfiladeiro de Kahybar. O Afganistão

tornou-se então, por acordo tácito, um "Estado tampão" entre os dois Impérios rivais, sua neutralidade entre eles sendo o preço de sua independência.

Restava, porém, entre o Afganistão e as fronteiras do Império Otomano, um outro e bem mais vasto campo no qual se defrontavam desde o século XVIII as ambições das duas grandes potências: a Pérsia, fraca, desarmada, mas cuja ardilosa política pendular, apoiando-se alternativamente em uma e na outra das potências rivais, permitia-lhe resguardar uma ampla medida de independência, ao afagar as esperanças ora de uma, ora de outra, para secreto gáudio dos soberanos persas. O grande Shah Abbas, ao receber sucessivamente duas Embaixadas, uma britânica, outra russa, pôde exclamar devotamente: "Em verdade Allah é grande! Ele faz com que estes cães de infieis venham dos confins do mundo porfiar em quem me trará mais ricos presentes, disputando a minha aliança!"

No século seguinte, e no princípio do atual, a rápida decadência da dinastia Kadjar arrastou o enfraquecimento econômico e militar do país, colocando-o na impossibilidade de oferecer maior resistência às ingerências políticas das duas grandes potências em seu longo duelo pela supremacia na área. Ambas, finalmente, como no caso do Afganistão, optaram por evitar o confronto direto, com a diferença de que, na Pérsia, cada uma definiu uma zona de influência própria, e reconheceu a alheia; isto é, a Rússia reivindicou como sua esfera de influência as províncias setentrionais limítrofes com o seu território, e a Grã-Bretanha as meridionais, ribeirinhas do Golfo Pérsico ou limítrofes com o Império da Índia. Entre essas zonas de influência direta, permanecia uma extensão territorial na qual a Coroa persa

exercia uma precária soberania, "terra de ninguém" do ponto-de-vista do jogo dos grandes interesses mundiais, mas sempre vulnerável, em caso de crise, à pressão desses interesses, e foi, aliás, o que se deu mais de uma vez.

No quadro da Primeira Guerra Mundial, dois fatos, da maior importância estratégica e econômica, viriam bruscamente aguçar as tensões externas pelas quais o Irã se via premido, e projetá-lo ao primeiro plano de graves preocupações das potências beligerantes.

Um desses fatos foi a decisão do Almirantado britânico, prévia de alguns anos ao conflito, mas que a partir de então passava a arrastar implicações seríssimas no plano da política internacional, de substituir o carvão pelo óleo para aquecer as caldeiras dos navios da Armada Real. O outro foi a entrada em guerra do Império Otomano ao lado dos Impérios Centrais.

A primeira tentativa para anular a ameaça militar da Turquia consistiu na desastrosa idéia do jovem Churchill, então Primeiro Lord do Almirantado, de um ataque frontal contra o coração do império turco: os Dardanelos e Constantinopla; ela cifrou-se pelo fragoroso fracasso do desembarque de Galipoli, frente a forças turcas inesperadamente determinadas e disciplinadas, comandadas pelo excelente general alemão Liman von Sanders. Ante o insucesso, a Grã-Bretanha optou por três tipos de ação estratégica, a fim de afastar qualquer ameaça turca contra o Canal de Suez, de importância vital para a segurança das comunicações com a Índia. A primeira, foi a "desestabilização" das províncias e protetorados árabes do Império Otomano, fomentando e explorando ressentimentos e aspirações de suas populações: o legendário Lawrence organiza,

inspira e dirige ações de guerrilha contra as forças turcas na Palestina e na Arábia, incita à dissidência os Emirados Hachimitas da Transjordânia e do Iraque, fomenta a rebelião entre as tribos beduínas, prepara o terreno para o segundo lance, que é a brilhante ofensiva do exército de Allenby a partir do Canal de Suez (seguindo uma rota vitoriosa já percorrida antes dele), nos mesmos campos de batalha onde triunfara, três mil anos antes, outro conquistador vindo do Egito: Ramses II. Armageddon e Gaza são novamente nomes de vitórias. A galharda campanha de Allenby, concebida essencialmente como uma série de ações de tropas a-cavalo — massas de cavalaria e de infantaria montada —, envolvendo inclusive a última carga com lanças de toda a História, teve seu desfecho na junção com os irregulares de Lawrence no triunfante tropel da entrada em Damasco. Após essas duas iniciativas estratégicas conjugadas, uma terceira teve lugar no teatro de operações da Mesopotâmia, articulada por sua vez com a ofensiva russa no eixo Kars-Erzerum, contornando assim, e fechando entre as pontas de uma tenaz, o flanco oriental turco. Essa manobra envolvente conduziu logicamente tanto os russos como os britânicos a invadir o território iraniano, tanto por motivos militares (cobrir o seu próprio flanco a Leste) como políticos (estabilizar a vacilante fidelidade do governo persa) e econômicos (no caso dos britânicos, ocupar as regiões petrolíferas da Mesopotâmia e do Golfo Pérsico).

A já frágil dinastia Kadjar não resistiu ao impacto da ocupação anglo-russa, que ela própria de certo modo provocara pelas suas visíveis vacilações no apoio a seus aliados teóricos. O último soberano Kadjar foi destronado, e a coroa arrebatada por um enérgico general, antigo

soldado da Brigada Cossaca instruída por oficiais russos, Reza Khan, que assim fundou a efêmera dinastia Pahlevi.

Na verdade, por uma convenção concluída em agosto 1907, a Grã-Bretanha e a Rússia haviam-se reconhecido mutuamente o direito de garantir os seus interesses na Pérsia, nas zonas de influência respectivas, a saber, o Norte do país para a Rússia e o Sul para a Grã-Bretanha. A ocupação militar apoiava-se, portanto, nos termos do acordo vigente, e era justificada pelas simpatias mal dissimuladas do governo iraniano pela causa da Alemanha e da Turquia; mas fazia caso omisso da soberania da Pérsia, e irritava profundamente o sentimento nacional.

Por volta de 1920 haviam já deixado o território iraniano a maior parte das forças estrangeiras; mas um novo fator se perfilava, a saber, a substituição na Rússia do regime czarista pelo comunista. O governo soviético pensou em assegurar-se uma posição privilegiada no Irã repudiando em aparência a política impopular de seus predecessores (e da Grã-Bretanha), e celebrou com o governo iraniano o Tratado de Amizade de 26 de fevereiro de 1921, pelo qual renunciava aos seus privilégios históricos e afirmava o princípio de não-intervenção nos negócios internos no Irã. O Tratado continha, porém, uma ardilosa cláusula pela qual "caso uma terceira potência *tentasse* praticar uma política de intervenção armada na Pérsia, ou *ameaçasse por qualquer maneira* a segurança da U.R.S.S. a partir de bases em território persa, a União Soviética teria o direito de suprir à eventual incapacidade do governo amigo em reprimir tais atividades, fazendo entrar tropas em território iraniano". Em suma, recuperava

com essa cláusula os mesmos direitos de que alardeava abrir mão.

O acesso ao trono, em 1925, de Reza Shah Pahlavi ocorreu frente a esse "pano de fundo", e a ação do novo monarca orientou-se tenazmente no sentido de dar ao Irã uma verdadeira independência. Isso levou-o a inevitáveis atritos com a U.R.S.S. e com a Grã-Bretanha, cedo despertando a atenção da Alemanha, onde o governo nazista recolhera a tradição da Alemanha Imperial no afã de retomar uma política de penetração no Oriente Médio. Ao irromper a Segunda Guerra Mundial a economia iraniana, com exceção do petróleo, achava-se sob forte influência, para não dizer dominação, alemã; situação aceita pelo Shah como meio de contrabalançar as influências da Grã-Bretanha e da Rússia, em nova expressão da "política pendular" que outrora visara equilibrar a influência destas duas últimas potências entre si. O resultado, porém, foi que em 1939 o Irã, oficialmente neutro, estava praticamente alinhado ao lado da Alemanha.

Irrompidas as hostilidades na Europa, e invadida a Rússia pelos exércitos alemães em 1941, tal situação tornava-se claramente inadmissível para os aliados. A um *ultimatum* anglo-russo seguiu-se a ocupação do país por forças das duas potências, dentro das respectivas "zonas de influência" tradicionais. Seguiram-se, ainda, a virtual deposição do soberano reinante, e a sua substituição por seu filho Mohammed Reza, muito jovem ainda, que concluiu com os ocupantes o Tratado Tripartite de Aliança de 29 de janeiro de 1942, pelo qual o Irã entrava em guerra ao lado de seus novos aliados, os quais, em contrapartida, se comprometiam a respeitar sua soberania e integridade territorial, e a evacuar o seu ter-

ritório no prazo de seis meses — prazo esse que se revelou algo elástico.

O primeiro ponto a reter é que o Tratado Tripartite reafirmava a configuração internacional do Irã como "Estado-tampão" entre os domínios da Rússia e os da Grã-Bretanha e, por definição, neutro entre elas. O segundo é que muito rapidamente ia surgir nesse teatro novo interlocutor para a Rússia, a saber, os Estados Unidos da América, substituindo-se à Grã-Bretanha no Oriente Médio pelo jogo do que a dialética marxista denomina "as forças objetivas da História".

A U.R.S.S. fez desde logo o possível por garantir sua posição hegemônica na área por meios ocultos, aproveitando a vantagem que faltava ao regime czarista e que a ela assiste, de poder acionar em outros países forças ideológicas internas à sua devoção. O Partido Comunista Iraniano — o "*Tudeh*" — foi um dos instrumentos de infiltração russa no Irã e, eventualmente, da subversão que levou, em nossos dias, à derrocada da Monarquia milenar.

O que a U.R.S.S. não podia prever — e que a levou a várias ações drásticas — era que o jovem soberano Mohammed Reza conseguiria dominar as forças de desagregação endêmica em seu país e fomentadas por Moscou (exemplo: o episódio Mossadegh) e, uma vez atingida a plena maturidade de suas qualidades de estadista, concentrar em suas mãos um grau formidável de autoridade e prestígio, imprimir ao país um ritmo sem precedente de desenvolvimento e de poder econômico em escala mundial e, com isso, afiançar uma presença militar de impressionantes proporções no Golfo Pérsico, emergindo como o árbitro da estabilidade na área e gravitando cada vez mais nitidamente para a órbita Ocidental. Apesar das repetidas garantias da

das pelo Shah de seu respeito à letra do Tratado Tripartite, e de seu escrúpulo em não arranhar os interesses da U.R.S.S. *em sua área de influência histórica* (as províncias do Cáspio) e muito menos sua segurança *na área fronteiriça*, o papel de policiamento que o Irã vinha assumindo no Golfo Pérsico era de natureza a contrariar a política de Moscou naquela região e a transgredir, aos olhos dos russos, o postulado de neutralidade do Irã.

Mais exatamente, a inesperada força do Irã como "potência emergente", com um poderoso e súbito impulso industrial e militar, particularmente desde o "boom" dos preços do petróleo, e o inesperado prestígio internacional do seu Soberano como "*primus inter pares*" no Golfo Pérsico, ameaçavam frontalmente secretas aspirações da U.R.S.S. Fato raramente citado, durante a breve lua-de-mel nazi-comunista do efêmero Pacto Von-Ribbentop-Molotov, a U.R.S.S. registrou em 25/26 de novembro de 1940 uma expressa reserva à aplicação do Pacto, no tocante ao Irã, estipulando o reconhecimento expresso da "região ao Sul de Batum e Baku *em direção ao Golfo Pérsico*, como O CENTRO DAS ASPIRAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA". Pena que tão pouca gente, e tão poucos Governantes do Ocidente, conheçam a história diplomática de nossa própria época — quanto mais das anteriores.

No quadro dessas intenções, assim claramente expostas, a U.R.S.S. ousou, em 1944, solicitar a concessão da exploração de petróleo nas cinco províncias iranianas ribeirinhas do Mar Cáspio; e foi o Dr Mossadegh, então Deputado ao *Majlis*, quem tomou a iniciativa da Lei de Dezembro de 1944 que impossibilitou essa concessão.

Durante o quarto de século subsequente ao episódio, a política iraniana em relação à U.R.S.S. caracterizou-se por uma extrema prudência, prodigando ao poderoso vizinho garantias de neutralidade; mas a sua nova força, encontrada nos anos 70, sua súbita posição de prestígio e poder, derivada da conjuntura petrolífera e da agressiva política desenvolvimentista assim tornada possível, a transformação do país em potência cortejada pelo mundo inteiro pela sua riqueza e poder de decisão no quadro da O.P.E.P., configuraram indubitavelmente um poderoso obstáculo às aspirações da U.R.S.S., e, ao ver desta, uma violação do princípio das "zonas de influência" que é uma regra de política externa que ela aplica para si e reconhece em relação a terceiros com realismo sempre e com boa fé quando indispensável. A "implosão" do regime iraniano tornou-se, para o Kremlin, um imperativo vital, executado graças à hábil exploração das forças disruptivas internas já iminentes, criando entre o Cáspio e o Golfo Pérsico um "vácuo de poder" que interdita efetivamente a área toda à presença política e militar dos Estados Unidos da América.

Se, porém, a vitória da "Revolução Islâmica" arruinou as posições e esperanças dos E.U.A. no Irã, ela nem por isso traz à U.R.S.S. garantias positivas, dada a irresponsabilidade de dirigentes fanáticos, subservientes apenas a uma forma brutal e primária de obscurantismo religioso. Nessas condições, elementares considerações geopolíticas ditavam a Moscou a conveniência de assegurar-se o domínio estratégico da área, de vez que o novo quadro de modo nenhum lhe facilita no imediato o acesso à sua meta confessada — o Golfo Pérsico.

Um olhar à carta geográfica elucida a jogada seguinte da União Soviética. O Irã afeta a forma, *grosso modo*, de um triângulo retângulo, cujo ângulo reto é envolvido pelos territórios da U.R.S.S. e do Afganistão; a fronteira soviética se estende ao longo do cateto E - W, e a afgã ao longo do cateto N - S. Ocupado o Afganistão, o Nordeste do Irã passa a constituir um saliente estratégico, envolvido ao Norte e a Leste pelo dispositivo inimigo, e fica vulnerável, portanto, por dois lados a ala direita de qualquer dispositivo em território iraniano. É a manobra clássica de envolvimento pelas alas, sempre válida desde Anibal.

A ocupação soviética do Afganistão fora planejada e preparada de longa data; certamente desde que o Irã e o Paquistão ingressaram no sistema defensivo do C.E.N.T.O., sob a égide norte-americana. A partir de 1954 a U.R.S.S. passou a dedicar recursos importantes à "cooperação econômica" com o Afganistão, e continuou aumentando consideravelmente o volume dessa "ajuda" nos 25 anos seguintes. Durante esse quarto de século a U.R.S.S. financiou e construiu um sistema rodoviário de primeira classe, transitável mesmo no inverno, ligando os quatro cantos do Afganistão à rede rodoviária soviética. Esse verdadeiro anel rodoviário, no qual se inscreve todo o território afgão, parte da margem do rio Oxus, na fronteira com a U.R.S.S., defronte à cidade soviética de Termez. A via, partindo dali, atravessa o túnel de Salang para chegar a Cabul e dali prosseguir até Kandahar. Desta última cidade a rodovia dirige-se para o Norte até Herat, e dali novamente vai encontrar a fronteira soviética em Kushka. Dentro do quadrilátero formado por esse traçado rodoviário, foi construída toda uma rede de vias secundárias, bem

como aeroportos e pistas de aviação interligados por essas vias. A partir de 1967 intensificou-se notavelmente esse esforço de construção, e o porto fluvial de Termez adquiriu instalações de primeira ordem, de natureza a apoiar uma cabeça-de-ponte na margem oposta ao rio Oxus. Foi assim que, na semana de Natal de 1979, os blindados soviéticos puderam transpor o rio e trafegar velozmente por excelentes rodovias, construídas por engenheiros russos com verbas russas, e alcançar facilmente todos os seus objetivos em território afgão. Ao mesmo tempo, os aviões de transporte soviéticos desembarcavam tropas e material nos aeroportos construídos anos antes pela U.R.S.S. como "ajuda" ao Afganistão. Notável exemplo de oportuno e perfeito planejamento estratégico em apoio de objetivos políticos externos.

Completado este lance da manobra, vejamos as perspectivas que ele abre para outros lances no tabuleiro de xadrez da estratégia mundial.

Consideremos em primeiro lugar que a resistência nacional afgã, importante em termos morais, heróica em termos de risco para as populações, é irrelevante no plano global. É certo que dos 15 milhões de habitantes apenas 2 milhões vivem nas cidades, sob fácil controle das forças de ocupação. É certo que dos 13 milhões restantes, boa parte integra tribos pastoris semi-nômades, que poderão escapar quase indefinidamente à autoridade soviética, subsistindo com seus rebanhos nas montanhas menos acessíveis. É certo, enfim, que uma forma latente de rebelião nacional poderá persistir e mesmo desencadear ação esporádica de guerrilhas contra as tropas de ocupação, causando-lhes baixas. É não menos cer-

to, porém, que esse coeficiente de baixas será sempre aceitável, e o "kill-ratio" infinitamente favorável ao invasor, cada vez que se abalançar a ações retaliatórias. É indubitável, enfim, que a ação de forças afgãs, irregulares ou regulares, será incapaz de cercear apreciavelmente a mobilidade, o apoio logístico e a liberdade de manobra das forças soviéticas no Afganistão. Aliás, não seriam os russos, com sua obsessão histórica e acertada pela segurança de suas linhas de comunicação, que iriam se meter em um Dien-Bien-Phu.

Para convencer-se da tranqüilidade e da segurança com que operam os soviéticos no Afganistão, convém rememorar as etapas cronológicas de sua intervenção.

Em 27 de abril de 1978, o governo afgão, que empreendera uma ação repressiva contra a subversão comunista, é derrubado por um golpe de estado arquitetado pela KGB, e o Presidente Daud, sua família e seus colaboradores assassinados. O Secretário-Geral do Partido Comunista, Tarakki, assume a Presidência da República, e a U.R.S.S. reconhece imediatamente o novo governo e envia a Cabul 350 "assessores militares". O novo Ministro do Exterior, Hafizullah Amin, proclama em uma emissão radiofônica o papel decisivo do Partido Comunista na insurreição militar, informando que na Força Aérea e na Arma Blindada todas as unidades haviam estado "sob completo controle" de membros do Partido. Convém lembrar que, nos anos anteriores, de 200 a 300 jovens oficiais afgãos haviam sido convocados *cada ano* a seguir cursos na União Soviética.

Em março de 1979 movimentos anti-comunistas ocorrem. Hafizullah Amin é nomeado Primeiro Ministro, e intensi-

fica a repressão. Em junho os "assessores militares" soviéticos já são 2.000. Em julho chega ao Afganistão a primeira unidade combatente soviética, um batalhão aeroterrestre, que ocupa o grande aeroporto de Bagram, a 30 quilômetros da capital. No dia 5 de agosto chega a Cabul um visitante ilustre: o General Pavlovski, Comandante-Chefe das Forças Terrestres da União Soviética. O General Pavlovski era certamente a pessoa indicada nas circunstâncias, não só por sua função, mas porque fora ele, em 1968, o Comandante-Chefe das forças de intervenção soviéticas na Tchecoslováquia. Vê-se, por aí, que as Forças Armadas soviéticas não seguem a prática brasileira, de mandar para casa o mais cedo possível os chefes mais experimentados, em nome da "renovação dos quadros".

Em 16 de setembro, o Primeiro Ministro derruba e assassina o Presidente da República, e assume a Presidência. Entre 11 e 15 de dezembro, concentram-se na região de Moscou e também junto à fronteira efetivos militares e meios de transporte aéreo. No dia 23 de dezembro, o jornal *Pravda*, de Moscou, desmente categoricamente qualquer projeto de intervenção soviética no Afganistão. No dia 25 de dezembro, 300 aviões de transporte AN-12 e AN-22 começam a desembarcar tropas e material no aeroporto de Cabul e na base aérea de Bagram, inclusive viaturas blindadas BMD e BMP, armadas com canhões de 73 m/m. Nos dias 28 e 29 de dezembro quatro Divisões de Infantaria Motorizadas, apoiadas por unidades de carros de combate pesados T-54 e T-62 atravessam o rio Oxus, e, movendo-se velozmente através do Afganistão, dirigem-se para Cabul. Nos mesmos dias uma coluna blindada soviética atravessa a frontei-

ra afgã em Kushka, a Oeste, e ocupa a cidade de Herat e a base aérea de Shin-dand, a 100 quilômetros da fronteira. As operações terrestres tiveram cobertura aérea de duas Divisões da Força Aérea soviética, totalizando 400 aparelhos, inclusive caças MIG 21/23 e SU-17, e helicópteros de ataque MI-24.

No dia 28 de dezembro, ou seja, *no mesmo dia da invasão*, forças aeroterrestres soviéticas já dominavam a capital. O Presidente Amin fora fuzilado com toda sua família e seus colaboradores, e substituído por Babrak Karmel, dócil instrumento de Moscou. No momento atual, avaliam-se os efetivos soviéticos no Afeganistão em quatro a seis Divisões de Infantaria Motorizada e uma Divisão Aero-terrestre, sejam no mínimo 80.000 homens, com 1.700 carros de combate e 2.000 viaturas de transporte de Infantaria Blindada.

Em questão de dias, um exército soviético havia avançado 800 quilômetros para o Sul através do Afeganistão e havia alcançado posições a menos de 500 quilômetros do Golfo Pérsico. E assim surge o sentido principal da manobra efetuada. Agora, quais as possibilidades que ela desdobra?

O alvo é visivelmente, consistentemente, o Golfo Pérsico e, com ele, *o domínio de mais de dois terços das reservas de petróleo do mundo não-comunista.* Ao Sul das novas posições soviéticas, entre o Afeganistão e o Golfo Pérsico, estende-se uma região politicamente dividida entre o Irã e o Paquistão, mas etnicamente homogênea, habitada pelo povo Balutch que, frustrado em sua longa aspiração pela unidade e pela independência nacional, suporta com impaciência o domínio tanto do Irã como do Paquistão. Seria tanto mais fácil fomentá-la desde o Afeganistão as veleidades se-

paratistas da nação, quanto o extremo Sul do Afeganistão abriga populações dessa raça.

Nessa "*pátria irredenta*", como diria D'Annunzio, encontram-se sobre o Oceano Índico dois excelentes pontos: Chah-Bahar em território iraniano e Gervadar em território paquistanês. O primeiro vinha sendo dotado, pelo governo deposto do Irã, de facilidades portuárias e aéreas de primeira ordem. As obras do porto foram interrompidas em 1979, mas a base aérea está completa e pronta para funcionar, com uma extensão de pistas superiores, por exemplo, a do maior aeroporto britânico, Heathrow perto de Londres. Isso a 300 quilômetros, ou sejam alguns minutos de voo de um avião supersônico, do Estreito de Ormuz, apertado gargalo do Golfo Pérsico.

À luz dos acontecimentos no Afeganistão e do "socorro" tão pronta e drasticamente ali levado aos "elementos progressistas" do Afeganistão, é lícito pensar que não é inverossímil um "apelo espontâneo", captado em Moscou, de "elementos nacionalistas" do Baluchistão contra a "brutal opressão" paquistanesa, dando origem a uma "guerra patriótica de libertação" do tipo que a União Soviética tem notoriamente o princípio e a política de apoiar: veja-se Angola *et alia*.

A quem considerar absurda essa hipótese, convém lembrar que é exatamente o que *já ocorreu*, embora pouco noticiado no Brasil: no dia 26 de junho de 1978, no Iemen do Sul, ocorreu um golpe militar comunista que teve o imediato apoio da U.R.S.S.: aviões MIG pilotados por oficiais cubanos metralharam as forças leais ao Presidente Ali (que foi fuzilado mais tarde) e *navios de guerra soviéticos canhonearam as posições governamentais*. Foram esses, até a invasão do

Afganistão, os primeiros tiros disparados por forças soviéticas (e não por forças "escravas", cubanas ou outras) fora da área do Bloco Comunista. Resultado líquido: a U.R.S.S. tem hoje forças navais e terrestres baseadas na "República Democrática do Iemen", cobrindo a retaguarda da poderosa base soviética (ex-britânica) de Aden e ameaçando o flanco do Emirado de Oman, que ocupa a margem Sul do Estreito de Ormuz.

Fecham-se assim as pontas da tenaz soviética sobre o Golfo Pérsico. A U.R.S.S. está militarmente presente ao Norte e ao Sul do Estreito; Aden, ponto estratégico crucial, de onde a Grã-Bretanha dominou durante dois séculos a entrada do Mar Vermelho e o tráfego marítimo do Oceano Índico Ocidental, é hoje sede de um Comando Regional Soviético; e a opinião pública ocidental, cujo peso obrigou a Grã-Bretanha a evacuar Aden para fugir à pecha de "colonialismo" e de "intervencionismo militar", aparentemente não vê na presença militar soviética no mesmíssimo Aden nem "colonialismo", nem "intervencionismo militar": exemplo alarmante da dualidade de padrões que anestesiam o Ocidente. Ou seja: os russos dispõem desde já em Aden de uma base naval e aérea com facilidades de primeira ordem, de onde apoiar uma investida sobre o Estreito de Ormuz, partida do Afganistão; não somente um fundeadouro adequado para uma esquadra e uma base aérea, mas também docas, armazéns, estaleiros de reparação, uma infra-estrutura industrial e uma força de trabalho especializada. Enquanto isso a Sétima Esquadra norte-americana, a cujas unidades incumbe a vigilância do Golfo Pérsico, tem sua base em Pearl Harbour, a *oitto mil e trezentas milhas náuticas* de distância do Estreito de Ormuz — *quinze*

mil quilômetros, ou 3/8 da circunferência da Terra...

Analisando a ação soviética no Afganistão e suas consequências, não se pode acusar a U.R.S.S. de duplicidade ou de má fé. Pode-se, isso sim, acusar os países ocidentais, e antes de tudo o governo dos Estados Unidos da América, de pusilanimidade e de pasmosa ingenuidade. A União Soviética jamais escondeu o seu jogo, nem o modificou. Os seus objetivos são conhecidos, historicamente definidos, claramente declarados. A Rússia agiu dentro do que entende ser o seu direito: logo que em uma área, o Irã, onde lhe fora historicamente reconhecida uma legítima zona de influência, que mais tarde em sua totalidade fora tacitamente, e mesmo explicitamente estabelecida como área neutra no grande divisor de águas entre o seu império e aquela onde os Estados Unidos se haviam subrogado à Grã-Bretanha, deslizou para a área adversa, ela por sua vez cuidou de romper em seu próprio favor o equilíbrio na área contígua — o Afganistão, e de neutralizar a seu modo a primeira.

Em previsão disso, ela havia tomado de longa data as suas precauções, à vista de todos, ao construir no Afganistão uma rede estratégica de estradas e aeroportos, ao ministrar instrução profissional e educação política a várias centenas de oficiais afgãos *cada ano*, ao infiltrar a cúpula política e administrativa do país. Aos olhos russos isso, além de constituir a sequência lógica de uma política três vezes secular de alastramento de seu domínio na Ásia Central, constituía decerto a contrajogada lógica para compensar o deslizamento do Irã para a órbita de influência norte-americana. Obtida, por outra parte, a "implosão" de um regime iraniano que distorcia a situação em detrimento da U.R.S.S., o esquema de se-

gurança defensivo e ofensivo da Rússia aconselhava a intervenção militar no Afeganistão, cingindo as ruínas do Irã dentro de um círculo de ferro. Não faltou sequer a legitimação jurídica da invasão, ao poder-se invocar um ato internacional em boa e devida forma, o Tratado de Amizade que previa o "socorro militar" soviético quando solicitado pelo governo afgão — o que ocorreu. Nada disso foi segredo em qualquer tempo, nada disso podia constituir surpresa. Para maior clareza, são inúmeras as manifestações de fontes autorizadas soviéticas revelando cristalinamente suas intenções. O jornal *"Pravda"*, órgão mais oficial ainda do que os outros diários russos, escreveu em 22 de agosto de 1973 que a estratégia da "coexistência pacífica", erigida desde o tempo de Krustchev como "princípio fundamental" da política exterior soviética, era *"uma estratégia de transição, enquanto não ocorresse a vitória completa e final do comunismo no plano mundial"*; ou seja, um meio de fazer pender a balança do poder mundial para o lado da U.R.S.S., sem correr o risco de um enfraquecimento nuclear. Clausewitz, que muita gente cita mas poucos de fato leram, escreveu realmente que *"a guerra é apenas a continuação da política por outros meios"*: em nenhum país do mundo é Clausewitz lido e comentado mais do que na U.R.S.S. O próprio Stalin, que lia pouco, mas agia muito, fazia-lhe freqüentes referências. O episódio da invasão e ocupação do Afeganistão foi um exemplo clássico do emprego concatenado e sucessivo dos meios políticos e dos meios militares para alcançar um mesmo objetivo, com articulação perfeita e precisão cronométrica.

Frente a tanta, e tão fria capacidade de organização e de ação, as lideranças

do conglomerado amorfo em que se transformou o extinto "Bloco Ocidental" permanecem desorientadas, acovardadas e apáticas. Confrontado com o catclisma iraniano, com a avalanche sobre o Afeganistão, o Ocidente reage timidamente, inadequadamente, patenteia sua incapacidade de fazer-se respeitar.

O governo soviético certamente contou nos seus cálculos com a fraqueza e a falta de coesão do Ocidente, e com a incapacidade de revide dos Estados Unidos da América. Afinal, estes já assistiram de braços cruzados a outras intervenções militares soviéticas além das fronteiras da U.R.S.S.: em Berlim-Leste, na Hungria, na Tchecoslováquia; porque iria o longínquo Afeganistão despertá-los de sua letargia, da obsessão de como evitar a guerra, mesmo à custa de abandonar aos russos todos os objetivos por eles cobiçados. O Kremlin certamente previu isso — e acertou. Ele identificou nos E.U.A. o único exemplo em toda a História de uma grande potência militar que não somente se deixa impunemente ludibriar, insultar e humilhar por Estados de terceira ou quinta ordem de grandeza, como deliberadamente se abstém de defender os pontos estratégicos de mais vital interesse para ela.

Em linguagem militar chama-se *"linha de deter"* aquela que uma tropa, após haver combatido em retirada, não pode ultrapassar, por não ter condições além dela, de manobrar em profundidade; aquela onde ela vai fazer-se forte, resistir com todos os meios ao seu alcance, aceitar a batalha final, vencer ou morrer.

Resta ver em que ponto do globo os Estados Unidos da América vão traçar a sua "linha de deter"; ou se vão ceder aos poucos, sem combate, o que resta do mundo livre.

É hora de lembrar aos seus dirigentes, e aos de todo o Ocidente, declarações explícitas como a do Doutor Gregory Arbatov, perito soviético em Relações Internacionais e Presidente do Instituto Soviético de Assuntos Norte-Americanos, quando disse em 1975, a propósito da "détente":

"Os países socialistas (leia-se a U.R.S.S.) nunca se comprometeram, e não podiam se comprometer, a garantir o "status quo" social no mundo, NEM A DETER O PROCESSO DA LUTA DE CLASSES E DE GUERRAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL QUE DECORREM DAS LEIS OBJETIVAS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA."



A POLÍTICA DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — SUAS NECESSIDADES

Caspar Weinberger

Entrevista dada pelo Secretário de Defesa dos EUA a representantes da imprensa mundial, em 5 de maio de 1981.

Hoje desejo falar sobre a política de defesa da Administração REAGAN, de como a temos formulado nos meses recentes. Desejo dizer alguma coisa a respeito dos nossos Objetivos, sobre a nossa Estratégia para enfrentar as diferentes pressões e contingências, e também a respeito das mais prementes metas de nossa Capacidade de Poder.

Sem sombra de dúvidas, farei uma descrição incompleta da nossa Política de Defesa. Não quero exigir demais de suas paciências descendo a detalhes; só pretendo adiantar-lhes alguns dos aspectos principais. Os senhores devem compreender a nossa Política de Defesa da forma como a apresentaremos e considerar que ela abrange muitos aspectos da nossa Segurança. Ela deverá ser capaz de conter todas as pressões significativas e todas as possíveis alternativas, passíveis de colocar em perigo a nossa Segurança. Quando se trata da Seguran-

ça de nosso país, não devemos estar preparados somente para enfrentar aquelas pressões que são mais fáceis de se lidar. A grande conclusão da nossa análise está no objetivo fundamental, que é fazer tudo o que seja necessário para preservar a paz com liberdade, e fazê-lo com oportunidade.

Como destacados representantes da imprensa mundial que são, é natural que os senhores estejam provavelmente desejando que eu lhes fale mais a respeito de novidades na nossa Política de Defesa, do que naquilo que lhe dá continuidade. Eu lhes daria, porém, uma imagem distorcida se não viesse a fazer menção também a algumas de suas constantes.

Como lhes falei, o principal objetivo dos nossos esforços de defesa têm sido a manutenção da paz com liberdade. A paz sozinha não é suficiente. Tecnicamente ou teoricamente existe paz na Polônia. E não desejamos assegurar a paz com liberdade unicamente nos dias

atuais; nós a queremos também para o futuro, e não só para nós e nossos descendentes, mas para muitas daquelas outras nações que se unem a nós em uma aliança para a Defesa Comum.

Dos nossos compromissos e alianças resultam algumas dessas constantes que se tornam importantes para a nossa estratégia, tática, e o nosso desdobramento, isso porque esses assuntos têm sido tratados em comum acordo. E se surgir a necessidade de atualização provocada pelo aumento de uma pressão ou pelo surgimento de nova tecnologia, nós voltaremos a buscar o comum acordo.

Desse modo, entre os aspectos que terão continuidade na nossa Política de Defesa está a Estratégia Básica para a OTAN, conforme foi estabelecida no acordo e que requer poder em meios militares convencionais, meios militares nucleares táticos no Teatro de Operações (TO) e forças nucleares estratégicas de modo a constituir a gama completa dos recursos de Dissuasão. Nós também nos reengajamos no fortalecimento dos meios militares convencionais dos EUA na Europa, no aumento de sua capacidade de emprego imediato (prontidão); procuramos progredir em acordo com os demais na modernização das armas nucleares táticas do TO, como também associando os nossos esforços com vistas à negociações para o controle de armas.

Então, o que temos de novidade na nossa Política?

É o que tem mudado a nossa determinação para responder realisticamente ao crescimento das pressões, toda vez que elas vierem a confrontar a nossa Segurança Nacional.

Por mais de uma década a União Soviética vem fazendo despesas com armamento convencional que tem correspondido ao dobro das nossas. E os seus

investimentos com armamento nuclear estratégico têm sido o triplo dos nossos. Esses fatos não são novos; vocês já ouviram falar deles anteriormente.

O que temos de novidade é que os americanos, no último outono, reasseguraram sua crença de que a nossa nação deve restabelecer o seu Poder Militar como prometeu o Presidente REAGAN. O que vem a ser a novidade é que nós decidimos que a América pode, e de fato deve, permanecer uma grande potência se nós quisermos manter a paz e a liberdade. O que é novo é a determinação do Presidente REAGAN e de todos aqueles que o servem, em diminuir as despesas federais e assim restringir a participação do governo, de modo a dar lugar a uma vitoriosa expansão dos nossos esforços para defesa, sem que isso venha a causar maior inflação.

O crescimento do poder militar soviético em armas, nos últimos 15 anos, não constitui a única atualização em pressões a que nós devemos dar atenção. Durante esse mesmo período, o poder soviético tem crescido de igual modo em outras expressões. A União Soviética tem feito uma significativa expansão geoestratégica implantando bases militares no Oriente Médio, na África e, além do mais, tomando pé na Etiópia, no Lêmem e no Afeganistão, ameaçando os vitais campos petrolíferos do Oriente Médio e, de fato, a paz mundial. Essas bases e instalações eram anteriormente neutras ou estavam na nossa área de influência: as forças soviéticas vêm crescentemente sendo projetadas e desdobradas com a finalidade de aproveitar a vantagem obtida com a última conquista que tenham realizado, como acesso para se lançarem em novas conquistas.

Desse modo, a capacidade soviética de projetar o seu poder além de suas

fronteiras tem crescido, o acesso dos americanos e de seus aliados a bases e ao espaço aéreo em muitas áreas de interesse que são críticas tem diminuído, particularmente, nas regiões vitais do Oriente Médio.

Durante esse período nós temos permitido que a nossa deterioração no nosso poder nuclear pudesse ser estabilizado por meio dos acordos de controle de armas e de que os líderes soviéticos, de fato, co-participavam desse nosso objetivo visando ao equilíbrio nuclear estável.

É um infortúnio, na verdade um fato trágico, que esta nossa esperança venha sendo maliciosamente deturpada: os gastos soviéticos em armamentos, particularmente em armas estratégicas, cresceram mais rapidamente e mais decididamente durante o chamado período de "détente", do que no da chamada "guerra fria". Isto não quer dizer que a "détente" (distensão) tenha motivado o preparo soviético, declaração que alguns jornais europeus quiseram atribuir à minha pessoa. Quer dizer que a distensão diminuiu somente os nossos investimentos em armas estratégicas.

Como eu estou dando ênfase na necessidade em dar resposta ao ininterrupto crescimento dos arsenais soviéticos, não quero ser incompreendido como se pensasse que o poder militar soviético venha a ser a única pressão que preocupa o Departamento de Defesa. Nós e os nossos aliados estamos ficando criticamente dependentes de regiões do mundo que estão sujeitas a grande instabilidade. Muitos de nossos recursos vitais provêm dessas regiões. E, nessas áreas, algumas nações estão fortemente armadas e são também hostis com relação a nós. Essas pressões regionais aos nossos interesses e às instabilidades re-

gionais em geral, freqüentemente constituem uma atração para as diversas formas de intervenção soviética. Elas vêm a ser as águas agitadas preferidas para pescaria ao gosto dos soviéticos. Basta que olhemos para a Síria, Iran e Iraque, sem precisar que citemos também os distúrbios do Caribe, para que constatemos isso.

Não podemos enfrentar sozinhos todos os desafios de expansão que possam surgir. Temos que contar com uma maior e mais cerrada cooperação dos nossos amigos e aliados. Na verdade, os compromissos e interesses em que estamos envolvidos e que devemos apoiar em quase todos os quadrantes do globo não são pontos de interesses isolados. Por exemplo, que fazemos nós para garantir a continuidade do fluxo de petróleo do golfo pérsico para o Japão e Israel, e para todos os nossos aliados europeus? Que faz o Japão para fortalecer a sua defesa, aumentando nossa capacidade para atender as nossas obrigações de acordo com os tratados com a Austrália e a Nova Zelândia? O que a Austrália e a Nova Zelândia contribuem para que asseguremos os acessos por Leste ao Oceano Índico e, com isso, aumentar a nossa capacidade, como também a da OTAN, para conter qualquer pressão coercitiva nos planos da OTAN mais distantes que são os da Turquia e da Noruega?

Nossos interesses e compromissos, nossas alianças e os nossos tratados são, ao mesmo tempo, direitos e obrigações.

Essa associação de interesses e de encargos do mundo livre cria obrigações mútuas de participação nas responsabilidades da nossa defesa comum. Creio que o Presidente REAGAN constituiu um exemplo de coragem e de liderança política, ao cortar com adequação muitas

despesas domésticas do governo, de grande conteúdo político, enquanto cria oportunidade para aumentar os nossos recursos, necessários para enfrentar a pressão militar crescente. Eu sei que nossos aliados têm ficado profundamente impressionados com este exemplo. Espero que muitos deles encontrarão possibilidades para poder segui-lo. Como participante na defesa comum, todos nós devemos assumir um esforço adequado ao nível apropriado.

No passado, nós e nossos aliados gozávamos de uma vantagem em tecnologia e nas suas aplicações na defesa. Hoje não podemos ter como garantida essa vantagem e, se ela existe, será mantida em matérias importantes para nossa defesa. Tenho certeza de que os Estados Unidos dispõem de recursos humanos capazes de manter e conduzir essa liderança — a habilidade, a imaginação, a inventividade. Não temos dado, entretanto, a suficiente atenção à nossa tecnologia como um valioso e limitado recurso nacional; negligenciamos essa parcela de recursos que devem ser dirigidos para que continuemos assegurando à nossa nação o poder e a liberdade. Temos que guardar com ciúmes a nossa tecnologia que tenha aplicação militar. Compreendam que quando estamos falando a respeito de "transferência de tecnologia leste-oeste", não estamos falando com relação a transferir o patrimônio nacional em uma direção — de oeste para leste.

Permitam-me voltar agora a algumas questões de estratégia de defesa. É missão primordial do Departamento de Defesa estar preparado para conduzir a guerra; isto porque se estivermos despreparados estaremos fazendo um convite à agressão e, da mesma forma, ao

desastre, se tentarmos enfrentá-la sem o adequado preparo.

O terrível paradoxo que enfrentamos constantemente é que, tentando preservar a paz com liberdade, deveremos nos fortalecer com armas que jamais iremos usar, se formos bem sucedidos. Sabemos, de uma experiência de aproximadamente 20 anos com os soviéticos, que a contenção unilateral é a mais perigosa de todas as políticas, e que é a política que mais provavelmente provoca o expansionismo ou a subjugação.

Para cumprir nossa missão, devemos restabelecer a nossa capacidade de mobilizar nossas forças rapidamente e apoiá-las no combate que, dessa forma, esperamos evitar. Em consequência, temos acrescido vultosos investimentos na capacidade de pronto emprego (aprestamento), na revisão de nossos orçamentos de Defesa para 1981/82.

Entretanto, todos os investimentos feitos em equipamento e pessoal não serão suficientes se estivermos despreparados para responder adequadamente aos alarmes. E a história nos tem ensinado que os alarmes de ataques são quase sempre ambíguos.

Cumpre-nos desenvolver e implementar melhoramentos para fortalecer nossa capacidade de responder a alarmes. Estamos desenvolvendo melhores sistemas de comando e de comunicações que sejam duráveis e que, em consequência, possam ter emprego adequado numa guerra.

As novas forças soviéticas de projeção do poder não somente proporcionam um alcance sem precedentes às aventuras militares soviéticas em regiões da mais alta importância para nós, como são também inerentemente capazes de executá-las com rapidez. Por essa razão, temos de estar em condições de deslocar

nossas forças rapidamente. A escala e a velocidade com que o Afeganistão foi invadido demonstram que a capital de um país e todos os seus aeroportos podem cair sob o controle militar soviético em questão de horas.

É mister que reconheçamos com franqueza a possibilidade de ocorrer uma operação militar semelhante contra outros países em que sejam vitais os interesses do Ocidente. É possível que no meio de uma noite qualquer sejamos acordados com a notícia de que a União Soviética está na iminência de realmente invadir um país que nos cabe defender, mas onde não possuímos nem bases nem tropas. Para sermos precisos, temos planos de emergência; mas estarão nossas forças realmente preparadas para executá-los? Para sermos ainda precisos, existem preparativos para conduzir uma crise; mas estaremos também administrativa e psicologicamente preparados com todas as detalhadas e indispensáveis providências para deslocamentos militares rápidos e de longo alcance? Eis porque coloco tanta ênfase no aperfeiçoamento de nossa capacidade de mobilizar nossas forças, e de mobilizá-las rapidamente. Não podemos contar novamente com o mesmo tempo de preparação que tivemos para nos aprontar para a Segunda Guerra Mundial, na época, quase que insuficiente.

Mais importante ainda: temos que implantar uma presença militar mais forte em áreas vitais, para enfrentar uma potencial agressão antes que ela se torne um fato consumado. É esta a razão do esforço que estamos fazendo para sermos capazes de um rápido desdobramento de forças no Oriente Médio. E é também o motivo de importantes disposições da "Lei de Assistência à Segurança", ora sob apreciação do Congresso,

que se destina a ajudar países como a Turquia, o Egito, Sudão e Israel.

Entretanto, dentro de alguns anos, nós e nossos aliados, não mais teremos condições de reorganizar suficientemente nosso poderio de modo a enfrentar todos os riscos de agressão militar. Uma agressão com apoio soviético contra algum dos nossos interesses vitais em regiões distantes do mundo, poderá sobrepujar parte de nossas forças. O que vale numa guerra não é vencer a primeira batalha, e sim a última. Torna-se cada vez mais evidente que não podemos, e na verdade não devemos, depender exclusivamente de forças estratégicas nucleares, e que necessitamos de um maior poderio convencional para conter o agressor convencional que possa ser empregado contra nós.

Temos de estar preparados para desfechar contra-ofensivas em outras regiões e para explorar as deficiências do agressor, onde quer que as descobriremos. Em outras palavras, devemos estar preparados para travar uma guerra convencional que possa se estender a muitas partes do globo, caso a agressão local e persistente por parte de forças superiores não possa ser repelida. É nesse contexto que nossas necessidades por uma superioridade naval adquire uma dimensão especial.

Por tradição histórica, sempre temos dependido fortemente de nossa base industrial. Estamos bem lembrados de quão decisiva foi nossa genialidade produtiva e decisiva em nos dar a vitória em ambas as grandes guerras neste século. Hoje, é óbvio que temos de depender da prontidão de nossas forças nucleares para dissuadir um ataque nuclear, bem como para evitar um ataque convencional contra o nosso principal sistema de

aliança. Mas é a nossa imensa e latente capacidade para expandir a produção de defesa o que sempre tem proporcionado um adicional e poderoso dissuasor contra uma agressão à paz nas demais regiões onde tenhamos interesses vitais.

Não obstante, não podemos contar com essa qualidade como garantida. Através dos anos, temos negligenciado nossa capacidade de mobilizar a indústria para a defesa. Coube-me instituir modificações em nossos métodos de compra de armamentos (o chamado processo de aquisição), destinados a reduzir custos e prazos na compra de armas em tempo de paz. Além disso, tais reformas também aumentarão nossa possibilidade de mobilizar a indústria em tempo de guerra ou durante uma emergência importante. Em primeiro lugar, colocar-nos em condições de expandir substancialmente nossos esforços de defesa, se tivermos de fazê-lo, constituirá um aspecto de custo muito baixo em nosso programa de defesa — e além do mais aquele que traz grandes retornos compensatórios na defesa da nossa segurança. Em segundo, tais procedimentos têm uma particular importância em países como o nosso. As democracias acham difícil conduzirem-se e perseverarem num programa de defesa e numa política externa atuantes e a longo prazo. Como frisou De Tocquville, há bastante tempo, "A política externa raramente exige qualquer daquelas qualidades que são peculiares à democracia; o que ela exige, ao contrário, é o uso perfeito de quase todas aquelas qualidades nas quais ela é deficiente". Pelo mesmo motivo, as democracias são naturalmente avessas à manutenção de imensos arsenais e de grande quantidade de homens em pé de guerra, em tempo de paz. Não podemos esperar, nem é nossa

intenção, igualarmo-nos a nossos adversários em forças terrestres durante a paz. Assim sendo, o preparo e a capacidade de rapidamente mobilizar nosso poderio industrial constitui a nossa reserva compensadora do poder militar.

Hoje, na medida em que nossa política de defesa for desenvolvida e posta em execução, não faltará quem se proponha a dar-lhe um rótulo fácil e simplificado para descrevê-la de forma a se ajustar numa manchete sensacionalista. Não duvido que breve ouviremos falar de uma "Estratégia X" ou de uma "Doutrina Y". Mas em nosso mundo fluido e complexo, as políticas e as doutrinas que devam orientar nossa defesa jamais poderão ser definitivas e acabadas, isto é, encerradas em termos dogmáticos.

O que propomos a fazer é claro. E também será clara a razão pela qual o faremos. Tem ocorrido um imenso aumento no poderio soviético, e o desequilíbrio é cada vez maior entre suas forças e as nossas.

— Dessa maneira, sentimos que nos é imperioso fortalecer a capacidade de dissuasão de nossas forças nucleares, partindo para deslocar ao ponto correto o atual desequilíbrio estratégico.

— Temos de manter em plenitude nossos compromissos com a OTAN, no que se refere à dissuasão nuclear e convencional.

— Nossos compromissos e interesses globais determinam que nossas forças armadas adquiram maior raio de ação, maior mobilidade e maior capacidade de sobrevivência. Isso significa que o poderio naval seja capaz de dominar as vias marítimas que são vitais para nós e nossos aliados. Significa que devemos desenvolver urgentemente maior capacidade para dar resposta às crises, o mais

afastado possível do nosso litoral, e lá permanecermos pelo tempo que se fizer necessário.

— O Golfo da Arábia é uma dessas áreas vitais para nós e para nossos aliados. A dependência ocidental de seu petróleo significa que devemos ter a garantia de que podemos responder eficientemente a qualquer ameaça nessa região.

A idéia de que todas as guerras convencionais serão curtas está ultrapassada pelos acontecimentos. Guerras convencionais poderão ocorrer em qualquer escala; se valorizarmos nossa liberdade, estaremos em condições de defender-nos em guerras de qualquer tamanho e for-

ma, e em qualquer região onde tenhamos interesses vitais.

— Não temos a pretensão de fazer tudo isso da noite para o dia. Algumas das metas em que estamos empenhados são tarefas obviamente contínuas. Se formos persistentes — e o povo americano está determinado a persistir — poderemos realizar mudanças, e não apenas no equilíbrio estratégico. Uma defesa aperfeiçoada acarretará consigo maior estabilidade internacional e a esperança constante de podermos legar aos nossos descendentes o inestimável privilégio da paz com liberdade.

(Tradução da equipe de redatores de A DEFESA NACIONAL)



CONFLITO E DECISÃO

Uma Reflexão Sobre as Condições do Emprego Violento do
Campo Internacional Poder no

Fernando M. F. Diégues

Nas páginas de seu formidável *A Study of War*, Quincy Wright registrou, no período que vai de 1480 a 1941, a ocorrência de 278 guerras. A frequência e o caráter repetitivo com que esse fenômeno se apresenta — em 461 anos, de acordo com os dados acima, ter-se-ia uma média de aproximadamente uma guerra de dois em dois anos — demonstram que ele não é excepcional às sociedades humanas. Devem ter sido poucas as gerações que não tenham participado ou vivido a expectativa de uma guerra.

As diferentes modalidades através das quais ela se manifesta na História refletem os padrões culturais e os níveis de desenvolvimento material das sociedades envolvidas. No entanto, quaisquer que sejam as motivações dominantes, a sua localização geográfica ou a tecnologia

empregada, a essência da guerra é sempre a mesma — o duelo de morte, como escreveu Clausewitz — a luta armada e violenta entre grupos socialmente organizados.

Paradoxalmente, as guerras quase nunca apresentam os resultados que delas esperavam aqueles que as empreendem, como se a História zombasse dos projetos excessivamente pretenciosos e descabidos dos homens. Elas transformam as sociedades, impondo-lhes consequências inesperadas, aniquilando Estados e sacudindo nações, quando não conduzem novos protagonistas ao prosaetrio do palco internacional.

Por que as nações fazem a guerra?

É razoável pensar que os atos humanos sejam comandados por motivações que compensem o esforço despendido na ação. Pode-se perfeitamente imaginar

que o valor dos objetivos devem ser suficientemente elevados para explicar os sacrifícios morais, humanos e materiais, *que* estão implícitos na violência da guerra. Então, quais são os lucros ou vantagens que as nações identificam na guerra? Poder-se-ia responder a essa pergunta de uma maneira bastante geral: o poder, o prestígio e, às vezes, sua sobrevivência; e, ainda, de uma forma mais objetiva: uma conquista territorial, um benefício comercial ou uma descompressão de seus problemas internos.

Mas, por outro lado, será que essa argumentação, voltada para uma duvidosa racionalidade dos atos humanos, não seria demasiadamente presunçosa? Não seria apenas um artifício mental, destinado a anestesiar nossas consciências, escandalizadas diante da violência que se encontra associada à condição humana? Será que — como já foi referido por alguns autores — a guerra não teria apenas uma função de jogo, consagrado à dissipação de ansiedades e tensões acumuladas? Ou, ainda, ela não seria apenas o estuário de processos, através dos quais, à revelia dos homens, a agressividade coletiva irromperia sem lhes pedir licença ou lhes dar satisfação?

Se o leitor supõe que tenho a pretensão e — por um excesso de otimismo e confiança — a sabedoria, para responder a todas essas questões, fornecendo-lhe respostas definitivas e indiscutíveis, estará certamente enganado. Meu propósito é bem mais modesto. Pretendi apenas esboçar, neste ensaio, uma análise das condições que envolvem o emprego violento do poder no campo internacional, quando as perspectivas de guerra surgidas de uma situação de antagonismo ou de crise tendem a se concretizar.

Utilizei a palavra estadista — talvez seja preciso esclarecer esse ponto — para

designar o homem de Estado ou a autoridade governamental, civil ou militar, situada em um elevado nível de decisão e ação político-estratégica.

Apesar das páginas e mais páginas que já se escreveu, até hoje, sobre o fenômeno histórico-sociológico da guerra, suas causas fundamentais ainda permanecem, até certo ponto, sujeitas a diferentes interpretações. Seu estudo veio a incorporar, mais recentemente, as contribuições de analistas e pesquisadores munidos do instrumental científico e dos diagnósticos provenientes das mais variadas disciplinas. Talvez por isso mesmo, pela variedade disciplinar com que o fenômeno guerra pode ser abordado em nossos dias, a síntese de suas causas se mostre tão difícil e, como uma decorrência dessa situação, a importância relativa e o papel que cada fator causal desempenha no desencadeamento do conflito.

Para os antropólogos, por exemplo, a guerra tem um fundo de caráter religioso, cujas origens podem ser facilmente detetadas na essência mítica das guerras entre sociedades primitivas. Um estudioso já afirmou que nossos tupinambás não faziam a guerra por motivos econômicos ou territoriais, mas, sim, com vistas à captura de um certo número de inimigos, cujo sacrifício assegurava a estabilidade e a sobrevivência do grupo tribal, consolidando os vínculos que o ligavam às divindades¹.

Dentro dessa perspectiva sócio-cultural, outros pesquisadores identificam as causas predominantes das guerras nas características e valores constituintes das culturas humanas, de onde germinariam certos segmentos ideológicos — o racismo, o messianismo político, o militarismo, o exclusivismo religioso — que estimulam a precipitação dos conflitos. Um

dos exemplos mais notáveis seria o da 2ª Guerra Mundial: Hitler catalisa os ressentimentos e as ressonâncias psicológicas derivadas da cultura e da sociedade alemãs, orientando seu apelo aos subterfâneos da mente e despertando nos jovens — como assinala um autor — a esperança de libertação de frustrações e inseguranças pessoais, através da imersão de suas identidades na imagem, por ele criada, de uma nação superior e gloriosa².

Para outros cientistas, as causas da guerra seriam mais profundas e estariam incubadas, esperando ocasião para se manifestarem, na própria constituição biológica da espécie humana. Para Konrad Lorenz, um dos ganhadores do Prêmio Nobel, em 1973, a grande ameaça à existência de uma espécie não é o adversário ou o predador que dela se nutre, mas, sempre, o concorrente da mesma espécie. Quando a humanidade alcançou um estágio em que com suas armas, suas vestimentas e sua organização social ela pôde começar a enfrentar, com maior sucesso, os desafios naturais, então, os perigos e ameaças do meio ambiente deixaram de ser fatores importantes na seleção: "O fator seletivo passava a ser, de agora em diante, a guerra entre as hordas vizinhas de homens inimigos."³

Se a idéia da guerra como uma decorrência do processo seletivo intra-espécies pode ser, para alguns estudiosos, considerada como sendo razoavelmente duvidosa, é difícil, no entanto, recusar o fato básico da concorrência, como um fenômeno fundamental, inscrito no âmago das relações entre os homens e entre as sociedades. É dessa forma que se pode interpretar, por exemplo, o conteúdo demográfico das guerras.

A concorrência, nesse caso, manifesta-se no desequilíbrio provocado por um

apreciável excedente de jovens, em relação ao volume de atividades que comportam a organização e o funcionamento econômicos de uma sociedade. De acordo com Gaston Bouthoul, que dedicou grande parte de sua obra à análise dos efeitos demográficos das guerras, esse excedente, atuando como uma força social perturbadora, constitui a matriz do que ele chamou uma *estrutura demográfica explosiva*. Através da guerra, o excesso de *capital humano* acumulado é bruscamente expelido. A agressividade coletiva viria a ser um reflexo psicológico de emanações febris, provenientes de desequilíbrios sócio-demográficos instalados nessa sociedade⁴.

Se a hipótese da função demográfica está sempre presente e é a única constante, por outro lado — reconhece Bouthoul — sua influência não exclui a simultaneidade de outras funções. De fato, se existe concorrência entre as sociedades humanas é porque a escassez, em termos de recursos naturais ou territórios, constitui o reverso da constante demográfica. Logo se infere que não menos atuantes e decisivos, como causas da guerra, são os fatores de natureza econômica.

Com efeito, a história da humanidade é um registro ininterrupto de conflitos territoriais, rivalidades comerciais, disputadas pela posse de matérias-primas e colônias, lutas pelo controle das áreas de maior interesse econômico do planeta. Os interesses de natureza econômica têm estado sempre presentes na política das nações, orquestrados pelos grandes fenômenos conjunturais que marcaram, sucessivamente, a fisionomia de cada época: as constantes migrações da Antiguidade; o aparecimento das cidades-estados; o sistema feudal; a revolução comercial dos séculos XV ao XVIII, trazendo em seu bojo o mercantilismo

e o colonialismo; a revolução industrial dos séculos XIX a XX, com suas máquinas e suas tecnologias.

Assim, as nações procuram consolidar e desenvolver suas bases agrícolas e industriais; promover a expansão de seu comércio e a ampliação de seus mercados; garantir o suprimento de matérias-primas e recursos naturais indispensáveis à manutenção de suas atividades produtivas. A aplicação de força na afirmação de seus interesses econômicos e, portanto, a ocorrência do conflito armado, será determinada pelas condições de competição com que elas se defrontam no cenário internacional e da maior ou menor incidência de obstáculos e antagonismos provenientes de outras nações.

Não vamos prolongar essa rápida visão das causas mais normalmente atribuídas à guerra, mesmo considerando, que ainda outras poderiam ser aqui registradas. Parece correto dizer, que todas essas causas ou explicações se combinam a interação, formando um complexo de estímulos e pressões, que abre a trilha do conflito.

Por outro lado, vale à pena nos debruçarmos um pouco sobre o problema da validade real dessas causas, como diretamente responsáveis pela deflagração dos conflitos.

Na verdade, não me parece que a noção de causa, aplicada ao campo das Ciências Sociais, possa ter o mesmo sentido que em Física ou Biologia. Em outras palavras: poder-se-ia dizer, que interesses econômicos divergentes ou o choque de ideologias inconciliáveis podem ser considerados, pelo menos em nosso século XX, no estrito sentido em que se estende o conceito newtoniano de causa e efeito, como causas definitivas e irrecusáveis de guerras?

Seria altamente discutível e duvidosa uma resposta afirmativa a essa questão. É irrecusável, que o aparecimento de um estado de crise ou de tensão, gerado por divergências e impasses, pode ser considerado como sendo espontâneo e natural. Com efeito, se uma oposição de interesses se insinua nas relações entre duas ou mais nações, é razoável pensar que a própria consciência dessa oposição, a mobilização de vontades e o receio de uma solução desvantajosa suscitem, naturalmente, à revelia dos protagonistas, uma situação de confronto político. Por outro lado, a passagem do confronto político ao estado de guerra nem sempre vai se verificar da mesma forma. É muito menos em termos de uma relação mecanicista e direta, como se observa com os fenômenos de natureza física, onde uma aplicação de força gera inevitavelmente uma aceleração e uma transferência de calor altera inapelavelmente a temperatura dos corpos implicados nessa transferência.

Não me parece exato, então, identificar nos fenômenos de natureza social, a presença de um automatismo determinista, governando a ocorrência do efeito guerra como resultado de certas causas fundamentais, sejam elas econômicas, biológicas, políticas ou culturais. Embora não sejam propriamente comuns, a História registra exemplos de controle ou diluição de antagonismos internacionais. Parece ser esse, essencialmente, o sentido dos acordos de Camp David, entre Egito e Israel. Ou, ainda, o período da *détente*, moldado, até certo ponto, pelo congelamento deliberado das divergências existentes entre as superpotências. Apesar de ser relativamente raro, o exercício da vontade política de contenção — através das negociações diplomáticas, da valorização dos interesses

comuns, da exploração dos elementos de cooperação — não se encontra totalmente banido da História.

A passagem do estado de tensão ao estado de guerra não é, conseqüentemente, um processo que se apresenta como uma lei inexorável da História. Pode ocorrer, que os estímulos e pressões desencadeados no interior da situação sejam em maior ou menor grau governados. Quais são as razões, então, pelas quais o confronto político evolui para um estado de guerra?

Embora a maioria dos clássicos da História Universal, ao tratar das causas e antecedentes das grandes guerras vividas pela humanidade, quase sempre se limite a um inventário de divergências políticas e rivalidades econômicas, não é difícil encontrar, em determinados autores, referências mais ou menos explícitas à formação de um certo ambiente político e psicológico, que precede e acompanha a eclosão do conflito.

Colocando em evidência os dilemas que condicionam as atitudes do estadista e os dramas e vicissitudes que envolvem suas decisões, esses autores assinalam o aparecimento e a consolidação gradual de comportamentos, que parecem fortemente influenciados pela transformação da cena internacional. A atmosfera começa a se carregar com as nuvens da incerteza e da desconfiança mútua; os rumores de guerra circulam no ar; o nervosismo e a dúvida embaçam a visão dos estadistas; e, por vezes, as ameaças recíprocas invadem o espaço político, cristalizando comprometimentos que podem se tornar irreversíveis.

É essa idéia que parece estar implícita, por exemplo, em um dos livros do General Beaufre, quando, ao refletir sobre as causas da guerra, ele observa:

"A história recente mostra, que além das causas acidentais [da guerra], que desempenham um papel de centelhas, constata-se a formação antecipada de um clima psicológico favorável à explosão. É o aparecimento desse clima que cria o verdadeiro perigo. Desde que ele aparece, a doença está a caminho."⁵

Uma de suas características essenciais se traduz no sentimento de incerteza, dentro do qual o estadista vai assimilar os fatos e interpretar as informações que recebe. Uma incerteza que se robustece a partir de determinados fatores destilados do ambiente: a consciência da presença de riscos ponderáveis em qualquer decisão que seja adotada; a expectativa ansiosa da procura da melhor linha-de-ação; e a exigüidade de tempo para as deliberações, antes que a situação alcance o seu clímax.

Como escreveu T. Schelling, ao examinar o cenário da crise: "É da essência de uma crise que os participantes não sejam absolutamente senhores dos acontecimentos; eles avançam os peões e tomam decisões que aumentam ou diminuem o perigo, mas é uma atmosfera de risco e incerteza."⁶ O sentimento de incerteza aguça a sensação de insegurança. A tensão aumenta à medida em que os temores se acentuam. O medo — já latente na sociedade internacional — vai alimentar-se dos efeitos interativos produzidos pelas atitudes e pela retórica dos estadistas, espiralizando o confronto a níveis cada vez mais elevados.

O estadista se encontra mergulhado em um ambiente onde a responsabilidade pelas conseqüências de suas decisões e o receio de recuar ou conciliar de forma favorável ao inimigo tornam-se fundamentais. É no interior desse contexto que vai se configurar a tomada de decisão, influenciada por um padrão de

comportamento carregado de suspeita e ansiedade. Vale à pena transcrever algumas conclusões de Holsti, em seu estudo sobre a crise de 1914, sugerindo relações entre o ambiente, a percepção e a decisão: à medida em que a tensão aumentava, as autoridades passavam a considerar o tempo como um fator determinante e se preocupavam mais com as consequências imediatas de suas atitudes do que com seus reflexos a longo prazo; com o aumento da tensão, os dirigentes nacionais imaginavam que a probabilidade de soluções vantajosas aumentava para os adversários e diminuía para eles; com o agravamento da crise, o volume das mensagens aumentava entre os membros de uma mesma coalisão e diminuía entre as coalisões adversárias⁷.

É verdade que a guerra é resultante da formação de um complexo de causas e motivações que podem ser econômicas, ideológicas, demográficas, políticas ou quaisquer outras denominações que se lhes deseje atribuir; mas, também, não é menos verdade, que sua deflagração está essencialmente ligada à formação de um ambiente, do qual as ações do estadista recebem uma influência determinante.

E, de fato, parece evidente que as decisões mais críticas, tomadas nos momentos mais cruciais que antecedem o emprego efetivo do Poder Militar, são geradas em um contexto internacional marcado pelo jogo das interações psicológicas, onde a incerteza e a insegurança são constantes. Esquematisando-as, podemos dizer que essas interações subentendem iniciativas e respostas, que se realimentam sucessivamente, ligando os oponentes entre si, em um mesmo mecanismo ascendente e acumulativo de tensão.

Exemplo característico do processo interativo que conduz ao conflito é o da

Guerra dos Seis Dias, em 1967, envolvendo Israel e o Egito. Ele se manifesta nas ações empreendidas pelas partes, como em uma cadeia de causas e efeitos, que reflete a percepção dos antagonistas. Primeiro ato do processo: circulam rumores de que Israel prepara uma grande incursão para derrubar Nasser. O segundo ato se abre com a exigência de retirada das tropas da ONU, por parte de Nasser, e prossegue com a partida das tropas egípcias para o Sinai e um novo bloqueio do estreito de Tiran pelos árabes (21.05.67). A marcação do terceiro ato é comandada pela mobilização geral em ambos os lados. A 28 de maio, Nasser afirma que não deseja a guerra, mas que se o Egito for atacado isso significará o fim do Estado de Israel. Quarto ato: a aviação israelense bombardeia, em 05 de junho de 1967, as bases aéreas da Síria, do Egito, da Jordânia e do Iraque, completando o processo interativo.

O envolvimento norte-americano no Vietnã representa outro exemplo sugestivo dessa reciprocidade de ações. O número de militares americanos no Vietnã aumenta na medida em que se intensifica a ação militar do Viet Cong e essa se torna mais audaciosa, com o recrudescimento dos bombardeios norte-americanos. Segundo John G. Stoessinger, Johnson nunca se deu conta do fato de que suas decisões haviam disparado um formidável envolvimento americano na guerra. Ele sempre acalentava a esperança de que uma pequena ampliação dos bombardeios, um pequeno acréscimo de tropas, poderiam levar o inimigo, afinal, à mesa de negociações⁸.

Não é raro que um estado de tensão, marcado pelo confronto político e diplomático, com alguma ocorrência eventual de ameaças ou mobilização militares, possa engendrar uma percepção con-

vencida da inevitabilidade da guerra e, por conseguinte, da necessidade de ação militar, se possível em primeiro lugar. Como afirma Bouthoul: "não são os fatos que impõem as guerras, mas sim a maneira como os dirigentes interpretam os fatos."⁹ Tudo parece indicar que o estadista se sente, efetivamente, prisioneiro no interior de um processo que compele a agir em uma direção pré-fixada. E seu comportamento político, absorvendo as pressões que sobre ele se abatem, tende a refletir uma percepção progressivamente mais nítida da ineficácia das atitudes conciliatórias e da impossibilidade de se conjurar o desenlace violento.

A percepção da inevitabilidade do conflito, de que já não existe alternativas que possam impedi-lo, pode emergir no decorrer de uma crise e robustecer-se até o ponto em que, pelo aprofundamento das intransigências, o emprego das armas se torna aparentemente incontornável. Derivada do fracasso das negociações políticas e das frustrações decorrentes de divergências já cristalizadas, o clima de inevitabilidade é fruto da dinâmica da tensão inerente a toda crise. O estadista se impregna, assim, do sentimento de que só a força pode se opor a um presumível uso da força ou alterar uma situação que em sua opinião lhe é desfavorável. Como Golda Meir entendia e resumia a questão: "Nossos vizinhos são muito mais propícios a evitar uma guerra e mais inclinados às negociações quando Israel é um Israel forte."¹⁰

A conceituação da guerra como consequência de uma composição de forças exógenas é percebida de forma tal, que o conflito se apresenta como um acontecimento alheio à vontade do conceituador. Tudo se passa como se ele não

fosse sujeito, mas sim objeto de uma trama, cujo funcionamento escapa a seu entendimento e controle. Ele se imagina, sinceramente ou não, como vítima desnorreada e impotente, diante dos acontecimentos que se atropelam na cena internacional. Arrancado de forma inusitada de uma situação *normal* e atirado na *anormalidade* de um quadro marcado pela animosidade e a violência de vontades, emoldurado em uma dimensão estranha àquelas dentro das quais ele tem condições de agir. E que, por isso mesmo, furta-se a seu alcance, oculta-se aos efeitos de sua interferência.

Não é difícil identificar, na retórica e nas atitudes candentes dos estadistas, a presença manifesta ou difusa desse clima de inevitabilidade, nos momentos que precedem e acompanham imediatamente a deflagração ou a escalada do conflito. É evidente que essa retórica pode ser considerada, muitas vezes, como sendo formulada apenas para determinados efeitos políticos ou psicológicos, não representando, na verdade, um reflexo fiel da percepção e da visão do estadista. Mas é inegável, também, que embora podendo representar uma imagem distorcida da realidade, na medida em que ela alcança essa mesma realidade, seus efeitos e reflexos serão objetivamente concretos. Vejamos, então, alguns componentes desse clima de inevitabilidade, expressos nos pronunciamentos e nas atitudes dos estadistas.

O clima de inevitabilidade delineia, muitas vezes, em um maniqueísmo que confere ao antagonista a responsabilidade pelas iniciativas mais graves e desastrosas que abrem caminho ao conflito ou à sua escalada. Na guerra do Vietnã, por exemplo, Hanoi atribuiria aos Estados Unidos a responsabilidade pelo prolongamento da guerra, caso não con-

cordassem em assinar, até 31 de outubro de 1972, o acordo de nove pontos resultantes das conversações entre Kissinger e Le Duc Tho¹¹. No Oriente Médio, também, não são raros os momentos em que Sadat ou Begin¹ se atribuem mutuamente a culpa pelo possível fracasso das negociações de paz. E, se certas iniciativas militares se mostram necessárias, se o emprego da força se torna inevitável, a responsabilidade é do adversário. É isso exatamente que podemos inferir do discurso de Brejnev, pronunciado em fins de fevereiro de 1980, no qual ele afirma que a unidade do povo soviético "se manifesta com força especial quando se vê ameaçada pela voz da força" e que a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão só poderia se concretizar assim que "a ingerência externa dirigida contra o Governo e o povo afgão, sob todas as formas, terminasse completamente."¹²

Sendo a responsabilidade transferida ao adversário, é natural que os empreendimentos militares sejam considerados como tendo um caráter defensivo. No Vietnã, os bombardeios aéreos norte-americanos receberiam denominações bastante sugestivas: *dynamic defense* e *reinforced protective reaction strike*¹³. Passando ao Oriente Médio, assim se pronunciaria o embaixador de Israel nas Nações Unidas, sobre o desvio de um avião de passageiros libanês, em agosto de 1973, por aeronaves da Força Aérea israelense: "... nossa situação não é normal. Estamos continuamente na defensiva, sofrendo constantes ataques. Portanto, podemos aplicar o direito de auto-defesa, que é uma exceção admitida pela Carta da ONU e pelo direito internacional."¹⁴. Na Assembléia da mesma Nações Unidas, em 08 de outubro de 1973, um representante sírio declararia, por sua vez: "Israel havia formulado um

plano que não deixou à Síria nenhuma opção, senão a de reagir para se proteger."¹⁵; ou, como se manifestaria outra autoridade síria, ainda a propósito da guerra de outubro de 1973: "Nossas forças agem contra a agressão ao longo da linha de cessar-fogo, com o fim de proteger nosso país e nossa nação."¹⁶

É importante frisar que não desejo afirmar que tais declarações sejam, objetivamente, mentirosas ou fictícias; pelo menos se as considerarmos do ponto-de-vista de seus autores e da interpretação que eles conferem à situação, a partir de uma percepção condicionada pela imagem do conflito. Por outro lado, elas revelam um indisfarçável conteúdo de inevitabilidade e vão, ao mesmo tempo, lubrificar os mecanismos de compulsão político-psicológica da escalada.

O emprego *defensivo* do Poder Militar supõe, por parte de quem toma essa iniciativa a possibilidade ou a iminência de uma ação agressiva a ser empreendida pelo adversário. A decisão correspondente adquire a forma, portanto, em muitos casos, de uma reação preventiva. A iniciativa árabe de atacar Israel, em outubro de 1973, ilustra uma decisão decorrente desse jogo de interações políticas e psicológicas, no qual os dados que informam a decisão são quase sempre baseados em suposições de maior ou menor grau de consistência. Tal iniciativa parece ter se apoiado na certeza de que não se poderia contar com uma mínima esperança de modificação pacífica da conjuntura no Oriente Médio, a não ser por meio de concessões, que os governos árabes julgavam inaceitáveis. Alguns indícios sugeriam que as duas superpotências estavam satisfeitas com o *status quo* e a consolidação da *détente* parecia diluir as possibilidades de uma ação diplomática mais eficaz¹⁷. O governo israelense,

por seu turno, adotando medidas de colonização e exploração do petróleo do Sinai, levava os egípcios a se convencerem de que a trégua teria de ser rompida através de uma ação militar.

O balanço da situação política e diplomática convergia, portanto, para a configuração de um quadro em que a iniciativa árabe resultava mais do efeito das circunstâncias e do comportamento presumível do adversário, do que de uma atitude deliberada e autônoma, desmembrada de influências exteriores. Em outras palavras: alimentando-se das interações entre as partes, tal iniciativa integrava um ponderável componente de compulsão político-psicológica, materializado na necessidade de uma reação defensiva.

Do lado israelense, a resposta haveria de se inspirar no mesmo tipo de reação que orientava a iniciativa árabe — como a imagem é o reflexo de um objeto no espelho — contribuindo com o outro termo das interações. Seria necessário atingir os árabes em profundidade e com considerável vigor. A invasão não deveria ser simplesmente repelida, mas seus responsáveis rigorosamente punidos, por meio de contra-ataques ao coração do território árabe. Se os egípcios permanecessem na margem oriental do Suez, isso poderia ser interpretado como um sintoma de fraqueza e, conseqüentemente, como um convite aos árabes, para a conquista de novos territórios¹⁸.

As considerações de ordem moral acompanhadas do sentimento de honra e, por vezes, de uma certa dose de humanitarismo, constituem, igualmente, um importante componente do clima de inevitabilidade. Nesse contexto, a frustração militar também não poderia deixar de estar presente na guerra de outubro de 1973. O desejo egípcio de apagar

a lembrança das humilhações e derrotas sofridas nas guerras anteriores seria uma outra dimensão inseparável da montagem do quadro preparatório do conflito.

O estadista parece, realmente, estar mergulhado e obcecado por esse tipo de considerações. Não me preocupo aqui — repito — em discutir a coerência ou em julgar o fundamento de suas declarações. O que desejo ressaltar é, simplesmente, a presença desse componente moral no clima da inevitabilidade, que vai servir de respaldo e de justificação retórica às decisões do estadista e, ao mesmo tempo, desempenhar uma função objetiva na estruturação desse clima.

Assim se expressaria, por exemplo, em outubro de 1973, o Chefe do Estado-Maior egípcio: "Vamos recuperar as glórias do Arabismo e demonstrar ao mundo que somos homens de guerra, que vivem orgulhosamente ou morrem honrosamente."¹⁹ Passando à guerra do Vietnã, observamos o apelo à honra projetar-se também nas palavras do Presidente Nixon, em discurso transmitido pela TV, em maio de 1972: tudo seria feito para salvaguardar a honra americana e o sacrifício de sangue já feito pelos Estados Unidos na Indochina; os Estados Unidos não poderiam abandonar um compromisso e um aliado; o aspecto humanitário, expresso na preocupação pelas vidas dos 60.000 norte-americanos no Vietnã, também não poderia deixar de ser levado em conta²⁰. Delineava-se, assim, a paz com honra, incorporada ao projeto americano perseguido pela administração Nixon-Kissinger.

A preservação da paz é um outro indispensável ingrediente retórico, que integra o panorama de inevitabilidade da ação militar. Assim se pronunciaria o Presidente Sadat, na Assembléia do Povo Egípcio, em outubro de 1973:

"Estamos lutando pela causa da paz, a única paz que é digna desse nome: isto é, a paz baseada na justiça."²¹ A mesma linha de pronunciamento pode ser encontrada na afirmação do Primeiro-Ministro turco, por ocasião do desembarque de tropas turcas em Chipre, na crise de julho de 1974. O Primeiro-Ministro declarava que seu governo fora obrigado a tomar tal decisão, depois de tentar todos os caminhos políticos e diplomáticos: "Não estamos indo a Chipre para fazer a guerra, mas restaurar a paz, para os turcos e também para os gregos. Creio que nossa decisão será um grande serviço a toda a humanidade e à paz mundial."²² A paz e a segurança internacional justificam igualmente o projeto político soviético para o Golfo Pérsico e o Oceano Índico. A intervenção soviética no Afeganistão teria sido um fato inestimável para a causa da paz, como afirmava um editorial do *Pravda*, ao insistir na "conversão dessa região em uma zona de paz, o desmantelamento das bases estrangeiras e outras medidas para acalmar as tensões e fortalecer a segurança."²³

Poucas idéias em política internacional sejam, talvez, tão escorregadias e subjetivas como a de equilíbrio de forças ou de poderes. E é esse, enfim, o último componente da retórica da inevitabilidade que me ocorre aqui mencionar. Sua manipulação revela o emprego do Poder Militar como uma exigência irrecusável e inexorável da preservação de um equilíbrio — sujeito à interpretação e às conveniências de cada um — indispensável à estabilidade internacional. Sob essa perspectiva — a de assegurar o equilíbrio de forças — situar-se-ia, por exemplo, segundo uma autoridade turca, a invasão da Ilha de Chipre²⁴. Ou, ainda, conforme interpretado pelo Presidente Nixon, em 19 de outubro de 1973, o

fornecimento de suprimentos militares a Israel: "... providências necessárias para a manutenção de um equilíbrio militar e a consecução da estabilidade na região."²⁵

Este rápido exame dos componentes desse *clima de inevitabilidade* sugere a presença de um elenco de fatores, que estimulando uma disposição e uma atitude mental, envolve o estado de tensão. A suspeita do adversário, a desconfiança implícita nas negociações diplomáticas, a insegurança capaz de levar a uma intensificação dos preparativos militares, a dúvida e a ansiedade que encharcam o comportamento político dos estadistas, determinam o sentido das interações entre as partes. Quase sempre, inscrito nesse contexto psicológico, o emprego efetivo do Poder Militar passa a ser entendido como uma solução inevitável. O clima de inevitabilidade corresponde, assim, a uma ponte ligando o confronto político ao estado de guerra, que, uma vez nivelada e pavimentada pela retórica dos estadistas, vai possibilitar a passagem de uma margem à outra do dilema conflitual.

Dentro dessa ordem de idéias, talvez não exista modelo mais significativo e acabado do que o da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Analisando o comportamento de seus protagonistas, John G. Stoessinger confirma essa impressão: "Esse tema da inevitabilidade é assombroso e penetrante. A maioria dos estadistas, responsáveis pelas decisões cruciais, comportaram-se como atores de uma tragédia grega. O terrível desenlace foi previsto, mas não houve maneira pela qual ele pudesse ser evitado. Frequentemente, os homens transferiram a responsabilidade deles mesmos para um Deus ou Providência impessoal, que eles

imaginaram estar além de seu controle." 26

Como explicar, então, esse estranho processo político-mental; enquadrá-lo no enfoque de uma explicação objetiva e coerente, baseada na racionalidade dos atos humanos? Ou, por outro lado, deveríamos relegar essa questão ao limbo dos problemas insolucionáveis e, como os principais protagonistas da Grande Guerra, interpretá-lo como fruto da Tragédia e da vontade inabordável do Destino?

Vamos procurar, então, examinar o significado e as implicações contidas nessas duas indagações, que têm como pontos de referência, respectivamente, a racionalidade e a compulsão (ou irracionalidade) presentes nos atos humanos. Começaremos pela última.

O processo político-mental que substancia o clima de inevitabilidade apresenta, realmente, uma certa analogia com a dinâmica da tragédia grega. A fatalidade de seu curso e a inexorabilidade das atitudes e decisões parecem caracterizar o processo. E são esses os ingredientes que governam a ação do Destino e formalizam o desenrolar da Tragédia. Ele surge, então, como um jogo, em que as peças são os homens, os exércitos, as esquadras e as nações; e com um único jogador: o Destino.

Na tragédia grega os personagens são vítimas impotentes da fatalidade. Embora tenham consciência das implicações de seus atos, pressintam o conflito terrível que se avizinha, vislumbrem as desventuras que o futuro lhes reserva, não hesitam em prosseguir no rumo que lhes é traçado. E quando têm a pretensão de corrigi-lo, cedo ou tarde descobrem que não desfrutam de poder para isso.

A revolta de Antígona contra a ordem política é uma revolta consciente

da punição, à qual ela se submete com serenidade e determinação. Édipo, por seu turno, tenta escapar de um destino cruel — que ele conhece — procurando iludir-se de que tudo se passa e acontece pela vontade dos homens e não pela vontade dos deuses. Se Antígona representa a revolta obstinada, mas submissa às suas conseqüências, Prometeu encarna a revolta inconformada. Ele é duas vezes um revoltado, ao se rebelar contra o poder dos deuses e ao bradar contra o castigo de Júpiter lhe impõe. Mas, ele também, no final de contas, reconhece a potência do Destino: "Não sei eu, por acaso, que é inútil lutar contra a força da fatalidade?" e aceita o papel que lhe cabe desempenhar na Tragédia: "Eu quis cometer o meu crime! eu o quis, conscientemente, não o nego."

O fulcro da tragédia grega se instala, portanto, nessa dicotomia básica, que, no fundo, constitui o verso e o reverso da mesma moeda: por um lado, a atuação implacável do Destino; pelo outro, as vontades individuais que se contorcem em suas malhas. Seja em Antígona, em Édipo ou em Prometeu, a Tragédia se nutre do conflito em que as consciências se sentem aprisionadas; e a dinâmica que a anima tem sua réplica no processo que caracteriza o drama da política empapada de violência. Em ambas, as forças da individualidade e do Destino-Poder se repelem, configurando o clima de inevitabilidade que envolve e condiciona a percepção dos personagens.

Essa percepção se projeta, de maneira geral, em uma importante característica que permeia o desenvolvimento de quase todos os conflitos, principalmente aqueles que se apresentam de forma mais exacerbada: eles parecem ser gerados mais como fruto de uma compulsão do que de uma escolha conscientemente

efetuada. Eles parecem resultar de um antagonismo cuja resolução segue um caminho onde as alternativas diminuem com o tempo, reduzindo a margem reservada à liberdade de opção.

Nem de longe tenho a pretensão de me lançar a uma explicação psicológica ou comportamental da compulsão. Esse é um trabalho para os sociólogos e psicólogos. Mas, é necessário registrar sua presença, contrabalançando a racionalidade política. Como um autor deixa entrevisto, ao se referir às tentativas de racionalização do controle dos conflitos humanos: "Se existe uma lição que possa ter sido acentuada pela guerra no século XX, com sua crescente mistura de homens e máquinas, é que existe um componente irracional no mecanismo da guerra. As emoções e as armadilhas que a acompanham não podem ser ainda acomodadas em uma caixa ou em um modelo." ²⁷ Tudo se passa como se o clima de inevitabilidade transmitisse uma certa energia que compele a agir; como se fossem ativados determinados circuitos psicobiológicos, próprios da espécie humana.

É bem verdade que as decisões do estadista vão se referir à situação e às atitudes de seu adversário e, portanto, em função delas, ele poderá adotar opções mais ou menos diferenciadas em sua forma — mas não no essencial. Na atividade febril que ele desenvolve, em suas pressuposições inconscientemente já cristalizadas, na convicção inabalável de seus pressentimentos, já se encontram enteradas as raízes da ação compulsiva.

Sua existência pode ser reconhecida, por exemplo, no momento em que ocorre o desenlace — ou seja — na ocasião em que o confronto deriva para o estado de guerra. A energia psicológica que sustenta a compulsão parece dissipar-se

com a eclosão do conflito. Esse processo pode ser percebido nas palavras de Churchill, no dia em que a Inglaterra declarou guerra à Alemanha. "Senti paz de espírito e estava cômico de uma espécie de desprendimento inspirado dos assuntos humanos e pessoais. A glória da velha Inglaterra amante da paz e mal preparada como estava, mas direta e destemida ao chamado da honra, emocionava meu ser e parecia elevar nosso destino a esferas muito além dos fatos terrenos e da sensação física." ²⁸ É quase uma alvorada de serenidade e certeza; uma liberação que se identifica com o término das expectativas e ansiedades políticas embutidas na ação compulsiva, evidenciando a natureza catártica da decisão.

Mas, é preciso reconhecer também — como veremos mais adiante — que, normalmente, a compulsão não desfruta de uma exclusividade indiscutível. Ela tem seus limites. Em que medida, então, pode ser aferida a presença de um componente de compulsão no comportamento político dos estadistas? Até que ponto é válida a analogia entre a Tragédia e a Política?

Napoleão afirmou, certa vez, que a diferença essencial entre a tragédia antiga e a tragédia moderna estava no fato de que esta última não incluía mais o Destino, sob a ação do qual os homens sucumbiam na tragédia antiga. E apontava a transformação fundamental que, em sua opinião, era responsável por essa diferença: a Política viera ocupar o lugar do Destino ²⁹; e, através dessa substituição, a representação da realidade tendia a se aproximar da própria realidade.

A Política opera, assim, a dessacralização da Tragédia, arrancando-a dos píncaros da transcendência e relegando-a ao terreno profano e vulgar das vicissitudes humanas. E nessa metamorfose

delineiam-se, ao mesmo tempo, os limites da analogia entre o Destino e o Poder, entre a Tragédia e o conflito de natureza política. Na Tragédia, os acontecimentos se sucedem à revelia dos homens; na Política, eles se desdobram a partir dos arquétipos criados na imaginação dos homens.

Se na Tragédia os atos humanos são marcados pelo sentido fatalista da vida, decorrente da vontade inabalável dos deuses, no conflito político eles vão compor um enredo, que se constrói em torno de interesses e da luta pelo Poder. E, conseqüentemente, é também a partir desses parâmetros que se poderá aprofundar o significado e o alcance da encenação da Tragédia no terreno político.

Tucídides — nunca é demais nos aproveitamentos de suas lições — parece confirmar esse enfoque, ao abordar as razões que conduziram ao conflito militar entre Atenas e Esparta: "A causa verdadeira da guerra, mas não confessada, foi, em minha opinião, o poder que os atenienses haviam adquirido e o temor que eles inspiravam aos lacedemônios."³⁰ E, mais adiante, quando os lacedemônios decidem recorrer à guerra, Tucídides volta a afirmar que eles "obedecem menos aos discursos de seus aliados do que ao temor de ver aumentar o poder dos atenienses, porque eles percebiam que a maior parte da Grécia estava já sob a dependência de Atenas."³¹

No mundo em que vivemos, como diz Morgenthau, quando não estão ativamente envolvidas em um conflito, as nações estão, em maior ou menor escala, se recuperando ou se preparando para um outro³². A preparação, a ampliação e a possibilidade de emprego de seus respectivos poderes nacionais estão sempre em cogitação; e como a outra

face da mesma moeda, a redução, a neutralização e por vezes a destruição total, como aconteceu a Cartago, de poderes concorrentes ou hostis. A luta pelo Poder enrijece e articula o complexo causal que vai armar o cenário propício ao desencadeamento das guerras.

Nesse contexto, as grandes linhas de ação políticas de um Estado, que possam afetar sua segurança ou suas relações com outros Estados, não são fruto de uma decisão irrefletida e improvisada. Desde os chamados *tempos de paz*, os Estados identificam os principais fatores estratégicos que possam incidir sobre a manutenção ou conquista de seus objetivos nacionais; as constantes históricas e geográficas que lhes impõem determinadas limitações ou, por outro lado, favorecem sua ação; os fulcros de tensão que possam ser suscitados pelos interesses e motivações em confronto. As ameaças que se vislumbram à consecução de seus objetivos e a medida de seu poder em relação ao das outras nações são os pontos de referência essenciais dessa avaliação.

Dela resulta uma formulação política, traduzida nas diferentes iniciativas voltadas para a segurança nacional e, no limite, as que se referem à mobilização e ao emprego do Poder Militar. Se a eventualidade da guerra está sempre presente, inscrita nessa formulação política, como um cenário ou uma alternativa possível, isso não significa afirmar, que quando os fulcros de tensão se insinuam e a segurança, os interesses ou mesmo o prestígio nacional sejam mais ou menos questionados por outros Estados, a ocorrência da guerra seja sempre uma certeza. De fato, determinadas condições interferem e atuam na transição do confronto político ao estado de guerra, re-

fletindo o grau de racionalidade política contido nas decisões do estadista.

A primeira dessas condições vem à luz quando o estadista examina a conveniência de emprego da força militar. Em outras palavras: a força militar poderia *resolver* o problema criado pelas divergências e impasses inscritos no confronto político? Ela seria a única forma ou, pelo menos, a mais adequada, para a obtenção de uma solução favorável? Esse dilema se apresenta quando parece se evidenciar a impossibilidade de uma solução negociada e decorre, normalmente, da incapacidade ou da inexistência de mecanismos no sistema internacional, capazes de desarmar a tensão e possibilitar uma solução política. É essa a primeira condição que deve ser objeto da avaliação do estadista — a condição de adequabilidade — que se projeta na idéia de uma indispensável compatibilidade entre os objetivos políticos almejados e o uso da força militar.

No entanto; mesmo diante da impossibilidade de uma solução negociada, é preciso levar em conta o balanço das forças em confronto. Uma outra noção emerge, como uma segunda condição de racionalidade política: o Estado deve decidir o que fazer, levando em consideração o que tem capacidade de fazer. Caso o estadista reconheça a fragilidade de seus meios, certamente não se arriscará à conquista militar de objetivos que estão além de suas forças. É nesse ponto, que a relatividade dos poderes antagonísticos tem uma função a desempenhar, assinalando a viabilidade de sucesso do emprego do Poder Militar. Em síntese, vemo-nos diante da condição de exequibilidade, que se apóia na necessária compatibilidade entre os objetivos políticos da nação e sua capacidade de Poder.

Mas, nenhuma iniciativa militar vale a pena, tendo em vista as inevitáveis perdas e danos que ela representa, se os objetivos políticos perseguidos não forem compensadores. É essa, na verdade, uma lei banal, que preside às ações humanas, não importa o campo em que elas se façam presentes. Em qualquer ação a empreender está sempre presente uma esperança de ganho e, da mesma forma, um risco. Se um dos antagonistas confia na superioridade de seus meios e minimiza os riscos, considerando-os aceitáveis face à importância de seus objetivos, terá maior inclinação para uma solução violenta. E com maior razão ainda, se o objetivo for vital, ou aproximadamente vital, ele estará certamente disposto a correr os riscos inerentes à ação militar. Por outro lado, se os riscos forem enormes, imponderáveis e, no limite, catastróficos, não justificando a contenda em torno de um objetivo menos crítico. Aí se encontra a terceira condição que deve ser objeto da avaliação racional do estadista: o balanço das relações entre suas expectativas de ganho e os riscos a que pode estar sujeito, isto é, a avaliação da aceitabilidade do conflito.

São essas, portanto, as três condições que vão por à prova a racionalidade política do estadista. Mas, evidentemente, não vamos nos deixar iludir, afirmando que sua avaliação seja sempre correta e irrecusavelmente objetiva. Seria exigir demais da imperfeição e das vacilações que caracterizam o espírito humano... Outros fatores de ordem psicológica, interferindo em sua percepção dos acontecimentos, vão se propagar aos resultados da avaliação. Ela é, por conseguinte, fundamentalmente subjetiva; e não são raros os equívocos que podem ocorrer. Muitas vezes, o estadista supõe que está sendo *racional*, pensa que está interpre-

tando de forma apropriada as condições infiltradas no cenário internacional; mas, na verdade, os dados que ele manipula podem estar inconscientemente ajustados às suas expectativas e desejos, se suas deduções não estiverem, por seu turno, impregnadas de idéias fixas e de preconceitos disfarçados.

Se está no ar a impossibilidade de uma solução negociada, se o balanço de forças parece favorável, se os objetivos em jogo são vitais, é imediato pensar que o confronto, não encontrando obstáculos que inibam o seu curso, siga livremente o caminho da radicalização.

É quase certo que a passagem do estado de tensão ao estado de guerra não se concretizará se as condições de racionalidade política não se positivarem; se os estadistas alimentarem dúvidas quanto à avaliação dessas condições ou se reconhecerem a vigência de um certo equilíbrio. Eles hesitam quanto à conveniência de emprego do Poder Militar e as incertezas, que os danos e perdas possíveis inserem em suas avaliações, fazem com que se afastem da solução violenta. Por outro lado, em outras ocasiões, o uso da força militar pode se mostrar adequado à conquista dos objetivos políticos do Estado. A sua capacidade militar pode estar à altura da conquista desses objetivos; e o balanço entre sua expectativa de ganhos e os riscos aos quais certamente se sujeitará, ao se decidir pela ação armada, pode se lhe apresentar como aparentemente vantajoso.

No entanto, será que essas condições, compondo um quadro estanque e insensível de racionalidade, podem determinar, por si mesmas, a eclosão do conflito violento? Será que o estadista se decide pela guerra, de maneira fria e calculada, principalmente neste século XX, levan-

do em conta apenas a vigência dessas condições?

Na verdade, a guerra não é uma simples questão de racionalidade; é preciso subir um outro nível na escalada da tensão. Servindo como pontos de referência à luta pelo poder e à afirmação dos interesses nacionais, às condições de racionalidade política compete apenas a montagem das diferentes peças do mecanismo político, que vai ser disparado com a ajuda de outros elementos, difusos no ambiente que envolve o estado de tensão, onde, certamente, um papel de destaque é também reservado à ação compulsiva.

É difícil dizer até que ponto a tensão é supervalorizada e o clima de inevitabilidade pode ser forjado, para proporcionar ao estadista as justificativas e os pretextos de que ele necessita para sustentar suas ações e alcançar seus objetivos. Tucídides, por exemplo, conta que, no período de tensão que antecedeu ao desencadeamento das ações militares no Peloponeso, ao enviarem a Atenas uma comitiva para apresentar suas queixas e exigências, os lacedemônios "queriam ter, assim, no caso de suas reclamações não serem levadas em conta, um pretexto excelente para fazer a guerra"³³. Além de revelar a astúcia de que é capaz a mente humana, ele desvenda também a dimensão consciente e racional da decisão.

O estadista se encontra imerso em um universo político onde atuam os grupos de pressão, os partidos políticos lutam para impor sua influência e a opinião pública, doméstica e internacional, não pode, muitas vezes, ser menosprezada. É indispensável que suas atitudes se ajustem, ao menos aparentemente, à relação de forças predominante nesse universo. O clima de inevitabilidade vem fa-

ilitar a sementeira do terreno e a neutralização das resistências, abrindo caminho para a concretização de seu projeto político.

É tarefa delicada, determinar a medida em que o estadista é sujeito ou objeto da *inevitabilidade*; até que ponto, sua vontade é capturada sem possibilidade de opções, pela emergência sufocante desse clima, ou, se, inversamente, ele não é um produto consciente da vontade do estadista. Parece mais razoável dizer que em suas ações se misturam contribuições de dois afluentes: um de racionalidade — que se reflete em seu esforço por comandar o processo — e o outro de compulsão — imposto pelo ambiente e a avalanche de fatos que se sucedem. Em uma situação de *normalidade*, a contribuição racional é predominante; à medida em que o conflito se delineia no horizonte, a contribuição compulsiva tende a superar a racional. Esse processo se projeta na retórica que acompanhe a ação do estadista, que, como penso ter sugerido mais atrás, é frequentemente marcada pela contradição e a incoerência.

Essa contradição e essa incoerência, enfim, nada mais são do que o reflexo de um dilema maior que assalta o estadista. O primeiro termo desse dilema apresenta-se na forma de uma sociedade entregue ao seu ritmo próprio de vida, absorvida nos seus dramas do quotidiano, pouco propensa a arriscar benefícios ou a se deixar envolver em iniciativas incertas e perturbadoras e que encara, com ceticismo ou indiferença, sinais de borrasca difusos que despoem no ar. Do alto de seu posto, armado de uma sensibilidade forjada na experiência dos embates políticos, o estadista encontra o outro termo de seu dilema nas realidades da vida internacional. Aí se pre-

param emboscadas e se delineiam perigos, que configuram obstáculos à afirmação dos interesses nacionais.

Como tornar realidade essa tênue, mas sempre renitente esperança de paz, em um mundo transbordante de ameaças? Renunciar à violência ou à ameaça do uso da violência — imagina o estadista — pode significar uma política de apaziguamento, onde em cada esquina uma *Munique* está sempre presente, conduzindo a um desastre irreparável. Abdicar do uso da força, pode levar ao esbulho de direitos e prerrogativas considerados inseparáveis da soberania do país. Além disso, a mais insignificante demonstração de fraqueza, o menor descuido, não poderão ser interpretados pelo adversário como um estímulo à agressão?

Por outro lado — reflete outro estadista — como lançar-se à prova de força, como obrigar o adversário a executar sua vontade, através de um ato de violência, se os rescaldos dessa violência irão certamente incidir, em maior ou menor escala, na substância viva e possivelmente no território de sua própria nação? Como conciliar a necessidade de segurança aos imperativos de uma paz indispensável à felicidade e ao bem-estar da nação?

Sobretudo na era dos armamentos nucleares, da diplomacia da violência e do equilíbrio do terror, da guerra revolucionária e das crises, é injusto afirmar que esse dilema não encontra lugar nas avaliações do estadista. Contudo, a combinação das necessidades de paz e de segurança é uma tarefa difícil, cuja realização não é dada a qualquer um dos mortais... O estadista navega entre os escolhos de ameaças e antagonismos. Assimila as impressões e informações que recebe, ensaiando um rumo que lhe permita escapar aos perigos. Mas, na maioria

das vezes, falta-lhe habilidade para a estíma e em outras, ainda, ele não consegue governar com firmeza em um mar coagulado de obstáculos.

Não pense o leitor que desejo aqui instituir o julgamento dos homens e condená-los na pessoa do estadista... Eles teriam um excelente advogado em Spinoza, que lhes proporcionaria pelo menos um bom atenuante, ressaltando a fragilidade do espírito humano: os homens podem ter consciência de seus atos, mas, normalmente, desconhecem as causas profundas que os levam a agir. Eles pensam que atuam livremente, mas, na verdade, confundem a intencionalidade formal da ação com uma duvidosa liberdade absoluta de opção.

Também não tenho a pretensão de absolvê-los, pois, apesar de tudo, eles desfrutam de certas faculdades únicas, preciosas, que os colocam em um nível superior ao de todas as outras criaturas: o pensamento conceitual e a linguagem verbal, presentes nas mais elevadas manifestações do espírito, na arte e na ciência e, principalmente, na transcendência das grandes religiões monoteístas.

Quem sabe, aí não se situa exatamente o grande paradoxo da condição humana, pai de todas as outras incoerências *menores*, que se insinuam inclusive na Política? Lorenz, por exemplo, diz que os grandes perigos que ameaçam a humanidade são consequências diretas dessas faculdades, que "expulsaram o homem do paraíso, onde ele podia impunemente seguir seus instintos e fazer o que bem entendesse"³⁴, desde que — aduzimos nós — não substituiu a reflexão criativa pelo conceito simplificador do real e a capacidade de sentir e de entender pelas engrenagens frias e traiçoeiras das palavras. A história da árvore do bem e do mal, suspeita Lorenz, teria o

caráter de uma interdição cultural, aliçada no Sagrado e destinada a garantir a continuidade da espécie, contra as investidas prematuras de uma racionalização incompleta³⁵.

Tentei, neste trabalho, delinear os diferentes aspectos contidos na situação relativamente indefinida, caracterizada pelo agravamento da tensão política, pela acumulação de ameaças e perspectivas de agressão, pela crescente intransigência das reivindicações, que pode resvalar para a precipitação ou intensificação do conflito militar.

Para isso, tracei algumas linhas explicativas que poderiam ser assim resumidas:

— a guerra é precedida pela emergência e o desenvolvimento gradual de um complexo de fatores estruturais — econômicos, sociais, demográficos, culturais, etc. — que, pelos efeitos que provoca e as alterações que introduz no sistema internacional, pode suscitar confrontos de interesses e veicular ameaças, capazes de levarem aos limites da ruptura;

— o estado de tensão e de confronto engendra a formação de um ambiente político e psicológico, que se define como sendo o produto das interações entre o indivíduo e a realidade;

— o ambiente induz, no estadista, uma determinada percepção dos acontecimentos, que vai servir de referência às suas decisões e fundamentar o seu comportamento político;

— o comportamento político do estadista parece resultar de duas fontes simultâneas de alimentação: uma de racionalidade e outra de compulsão;

— o eixo da racionalidade política é centrado na avaliação de elementos aparentemente objetivos, que informam a situação: o valor de seus interesses e objetivos, sua capacidade de poder em rela-

ção ao adversário, os riscos subjacentes no empreendimento militar; e

— à medida em que os comportamentos e as decisões dos adversários interagem e que a tensão se acumula, emerge o clima de inevitabilidade, consubstanciado formalmente na retórica dos estadistas e no eixo compulsivo que então parece se consolidar, favorecendo a passagem do confronto político ao estado de guerra (ou de intensificação do conflito).

O propósito deste estudo não foi o de esgotar os múltiplos e complexos problemas envolvidos em uma atmosfera de tensão ou de crise. Daí poder afirmar, também, que as observações aqui contidas não pretendem gozar de uma validade universal. As generalizações são sempre perigosas e a riqueza específica de cada crise, a variedade das reações humanas e a relativa imponderabilidade das forças econômicas, políticas e sociais, que atuam no campo internacional, me levam a salientar essa limitação.

Para terminar, procurei sublinhar algumas conclusões, que têm como foco o papel e a responsabilidade do estadista na tomada de decisão, à luz dos parâmetros e condicionantes delineados no decorrer deste estudo.

A primeira delas tem como alvo as sombras de incerteza que estão quase sempre presentes na avaliação do estadista. É bem verdade que a pesquisa operacional, a teoria dos jogos, a teoria da decisão e outros instrumentos racionais de apoio pretendem atenuar o desconforto da decisão em um espaço psicológico normalmente movediço e inconsistente. Contudo, como assegurar a lógica e a coerência de uma decisão, se ela é gerada no interior de um conflito mental, onde o desconhecido e a incerteza se combinam para dificultar a tare-

fa do estadista? A opção com que ele se defronta não é simplesmente racional ou científica, mas, supõe, também, uma carga de irracionalidade e reflexos inconscientes. Não é outra a conclusão que se pode extrair, por exemplo, da minuciosa pesquisa estatística de Bouthoul e Carrère. Em 366 conflitos ocorridos de 1740 a 1974, eles identificaram a presença de complexos de alienação e frustração em 97% dos casos³⁶.

Daí, o segundo ponto de observação que desejo destacar: o que se refere à capacitação pessoal do estadista. Pressionado pelo tempo e absorvido nos labirintos da tensão, ele se orienta por informações, que recebe e processa, examinando a gravidade dos riscos e estimando suas alternativas de ação. Nesse contexto, as qualidades e carências do estadista assumem uma relevância especial. Por mais surpreendentes que sejam os milagres da tecnologia, o computador não fornece uma decisão indiscutivelmente *correta*. Como integrar em suas estruturas lógicas os interesses em jogo, as motivações e as vontades humanas? Portanto, ao lado dos atributos que podem marcar sua personalidade — a coragem moral, a intuição dos fatos, a firmeza de atitudes e, ab mesmo tempo, a flexibilidade mental, quando isso se torna necessário — avulta a meu ver, a importância de sua experiência e do conhecimento que só uma formação humanística pode proporcionar.

As considerações acima me conduzem a relembrar Max Weber. De fato, os atributos que se fazem necessários ao estadista traduzem a "ética da convicção" e a "ética da responsabilidade", que "não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam um homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à vocação política"³⁷. Essa afirma-

ção revela e sublinha a vertente subjetiva da decisão, marcada pela individualidade e pelo valor relativo dos homens. Max Weber insinua, assim, as variáveis em função das quais a legitimidade moral da decisão pode ser avaliada: a convicção com que o estadista determina os Fins e o senso de responsabilidade com que seleciona os Meios, comprometidos em um projeto político nacional. E mais: lembra o domínio em que esses atributos se fazem necessários, em que a autenticidade de uma vocação de estadista vai normalmente se manifestar.

Como uma consequência do segundo, passo, então, ao terceiro ponto que desejo destacar: o do primado e da abrangência da Política, em seu sentido mais elevado, nas atividades e nas relações que as sociedades humanas desenvolvem entre si. Como um prolongamento da Política com a introdução de meios violentos, a guerra é um caso particular da generalização acima sugerida. O confronto político projeta uma conjuntura de incerteza em que a possibilidade de uma transição entre a paz e a guerra está sempre presente, exigindo uma alta dose de criatividade e capacidade políticas. É razoável conferir à Política a preponderância a que tem direito, pois, afinal de contas, nela se refletem e se encontram acomodadas, também, as motivações, os desenganos e as esperanças objetivas das nações. E são esses, em última instância, os elementos que devem definir a essência e consubstanciar o sentido das decisões.

REFERÊNCIAS

- 1) É essa, em síntese, a tese defendida por Florestan FERNANDES em *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, Livraria Pioneira Editora & Editora

da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2.^a edição, 1970.

- 2) John G. STOESSINGER, *Why Nations go to War*, St. Martin's Press, New York, 2.^a edição, 1978, pp. 60-63.
- 3) Konrad LORENZ, *L'Agression*, trad. do alemão por Vilma Fritsch, Flammarion, Paris, 1969, p. 52.
- 4) Gaston BOUTHOU, *Traité de Polémologie - Sociologie des Guerres*, Payot, Paris, 1970, pp. 258-275.
- 5) Général BEAUFRE, *L'Expédition de Suez*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1967, p. 237.
- 6) Thomas C. SCHELLING, *Arms and Influence*, New Haven and London Yale University Press, Londres, 1966, p. 97.
- 7) Ole R. HOLSTI et alii, *Les Relations Internationales en tant que Science Sociale*, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, UNESCO, Vol. XVII, 1965, (3), p. 484.
- 8) OSTOESSINGER, op. cit., p. 124.
- 9) BOUTHOU, op. cit., p. 250.
- 10) TIME, 13/12/81, p. 15.
- 11) TIME, 06/11/72, p. 12.
- 12) O GLOBO, 23/02/80.
- 13) TIME, 10/01/72, p. 5.
- 14) VEJA, 22/08/79, nº 259.
- 15) Embaixada de Israel no Brasil, *Declarações e Documentos da Guerra de Outubro 1973*, 1974, p. 24.
- 16) Embaixada de Israel no Brasil, op. cit., p. 24.
- 17) TIME, 22/10/73, p. 22.
- 18) TIME, 22/10/73, p. 18.
- 19) TIME, 22/10/73, p. 17.
- 20) TIME, 22/05/72, pp. 13-14.
- 21) TIME, 29/10/73, p. 10C.
- 22) JORNAL DO BRASIL, 20/07/74.
- 23) Citado em O GLOBO, 26/05/80, p. 17.
- 24) JORNAL DO BRASIL, 20/07/74.
- 25) Embaixada de Israel no Brasil, op. cit., p. 34.
- 26) OSTOESSINGER, op. cit., p. 2.
- 27) Roger A. BEAUMONT & Martin EDMONDS (ed.), *War in the next decade*, The University Press of Kentucky, Kentucky, 1974, p. 212.

- 28) Winston S. CHURCHILL, *The Second World War*, Vol. I, Cassell & Co. Ltd., Londres, 3.^a ed., 1950, p. 364.
- 29) Citado por André GLUCKSMANN, em *Le Discours de la Guerre*, L'Herne, Paris, 1968, p. 109.
- 30) TUCÍDIDES, *Histoire de la Guerre du Péloponnèse*, Vol. I, trad. por Jean Voilquin, Farnier-Flammarion, Paris, 1966, p. 43.
- 31) TUCÍDIDES, op. cit., p. 78.
- 32) Hans J. MORGENTHAU, *Politics among nations — the struggle for Power and Peace*, Alfred A. Knopf, New York, 4.^a ed., 1966, p. 36.
- 33) TUCÍDIDES, op. cit., p. 97.
- 34) LORENZ, op. cit., p. 253.
- 35) LORENZ, op. cit., p. 278.
- 36) Gaston BOUTHOU & René CARRÈRE, *Le Défi de la Guerre (1740-1974)*, Presses Universitaires de France, Paris, 1976, p. 51.
- 37) Max WEBER, *Ciência e Política — duas Vocações*, trad. por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota, Cultrix, São Paulo, 1970, p. 122.



O capitão-de-Fragata Fernando M. Diégues é aperfeiçoado em Hidrografia e Navegação. Tem o curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval e recentemente realizou, na França, o curso da "École Supérieure de Guerre Interarmées" e o "Cours Supérieur Interarmées". Tem artigos publicados em revistas especializadas, um dos quais veio a integrar o livro "Panorama do Poder Marítimo Brasileiro", editado pela Biblioteca do Exército Editora.



COMPROMISSO DO EMPRESÁRIO COM O BRASIL DO AMANHÃ

Amaury Temporal

Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Palestra proferida para a turma Pedro II da Escola Superior de Guerra (1973) em novembro de 1980.

Pretendo, ao focar a responsabilidade das elites e do estamento empresarial em particular, realçar a importância do momento que vivemos, marcado e condicionado por rápidas e profundas mutações, a níveis nacional e internacional.

O empresariado, incluído na qualificação de elite estratégica, pertence ainda ao "power order" das elites de uma sociedade-poder etimologicamente definido como capacidade de realizar.

O II Congresso das Associações Comerciais recém-realizado, demonstrou de forma cabal, que o empresariado brasileiro é um estamento consciente e coeso, com plataforma política comum, com lideranças reconhecidas e capacidade de aglutinamento, aumentando assim sua responsabilidade na participação do processo decisório e por via de consequência, na construção do Brasil no futuro.

Todo este alinhamento de idéias é válido a partir da premissa de normalização democrática — como diria Bergson "nenhuma criatura se sente obrigada se não for livre."

O BRASIL DE 1980: PROBLEMAS INTERDEPENDENTES

Com maior ou menor intensidade as elites brasileiras se dão conta do formidável problema que o Governo e a Sociedade brasileira enfrentam, definidos no pentalema de Roberto Campos:

- 1 — Balanço de Pagamentos
- 2 — Desenvolvimento/Emprego
- 3 — Estabilidade Política
- 4 — Inflação
- 5 — Justiça Social

Convivemos com uma verdadeira cacofonia de apreciações em torno destes temas e os meios de comunicação se esmeram em apresentar novas facetas e as

previsões de velhos oráculos. A grande maioria dos observadores, inclusive os estrangeiros, carrega nas tintas do pessimismo, quando não escorrega para a sinistrose desvairada. Deixamos pois de qualificá-los ou quantificá-los, entendendo que já são sobejamente conhecidos.

Para evitar polêmica estéril, utilizamos critério de ordenação alfabético dos problemas que deveremos enfrentar, salientando desta forma sua interdependência.

É imprescindível entretanto que a abordagem de nossos problemas econômicos, estruturais e conjunturais, seja feita à luz de doutrina coerente e harmônica, pois o pragmatismo erigido em doutrina orientadora da ação Governamental é inaceitável. Trata-se de reinstaurar a economia de mercado no país, como opção fundamental de uma sociedade politicamente aberta, incompatível com a economia estatizada e centralizada.

O assunto é tratado exaustivamente no documento "A Empresa e a Economia", aprovado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil.

O MUNDO EM 1980 — CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

Mutações Aceleradas

Ao ganharmos uma perspectiva histórica sobre os tempos que vivemos é razoável esperar que a característica mais pronunciada, a ser apontada pelos historiadores do futuro, será a constatação que vivemos na interface da história em que a velocidade das mutações ultrapassou a capacidade de absorção do homem médio.

Proudhon disse que "a história da civilização é uma sequência de reformas".

O que temos de inusitado é tão somente a velocidade do fenômeno, acelerado pelo extraordinário desenvolvimento da cultura e da comunicação de massa.

Vivemos na era da educação contínua, em que os conhecimentos dos recém formados já entraram em obsolescência; da indústria em permanente corrida para se adaptar às mudanças tecnológicas; dos economistas tentando explicar a ruína das teorias econômicas; onde a estrutura financeira criada em Bretton Woods demonstra arteriosclerose avançada; onde o processo gerencial, sem coordenadas ou pontos de referência, passa a ter mais afinidade com os jogos de azar que com as ciências administrativas.

Desníveis Interregionais

As enormes disparidades de desenvolvimento a nível mundial têm sido tratadas sob o critério de divisão NORTE-SUL, o "norte" incluindo os países industrializados ao sul do Equador: Austrália e Nova Zelândia.

O Norte abrange a quarta parte da população do mundo e quatro quintos de sua renda, abriga 90 por cento da indústria e consome mais de 90 por cento da energia mundial.

É chegado o momento de entendermos claramente que a divisão de trabalho imposta e estruturada em tempos coloniais não pode ser cimentada.

Impõe-se a reordenação internacional do trabalho, que interessa de sobremaneira aos países industrializados, na medida que proporcionará a expansão dos mercados nos países em desenvolvimento.

Reestruturação é um processo contínuo das economias eficientes, na busca de maior produtividade e aumento da competitividade relativa. Esta reestrutu-

ração deverá resultar na transferência para os países em desenvolvimento das atividades ligadas à produção de aço, navios, calçados, artigos de couro, têxteis e confecções.

Estrutura Financeira Inadequada

Uma ordem financeira internacional estável e confiável é pré-requisito para o desenvolvimento do comércio. A estrutura financeira existente, constituída pelo acordo de Bretton Woods em 1944, tendo como centro o Fundo Monetário Internacional começou a mostrar sinais de fadiga no início da década de 70, principalmente porque não incentivava a reciclagem dos excedentes dos balanços de pagamentos.

Urge uma reforma de base, afetando conversibilidade, processos de ajustamento e mecanismos de compensação e reserva.

A reciclagem dos enormes superávits da OPEP, estimados em 118 bilhões de dólares em 1980 e 80 bilhões em 1981, representam um inquietante desafio para um sistema claramente inadequado para as atuais condições do intercâmbio internacional.

Inflação com Recessão: "Stagflation"

Os países membros da OCDE tiveram um crescimento econômico da ordem de 4% em 1978, de 3,4% em 1979 e em 1980 não deve ultrapassar 1%. A Alemanha, "locomotiva" eficiente dos países industrializados, deve fechar o ano de 80 com um crescimento de 0,2%, uma inflação de 5% e 1,5 milhões de desempregados.

O mundo atravessa um período de ajustamento ao fim da era de energia abundante e barata, ajustamento brusco

e doloroso, que implica numa redução do bem estar mundial.

Energia

Em que pesem as atuais dificuldades no suprimento e custo do petróleo o mundo como um todo tem amplo estoque de energia: as reservas carboníferas e de xisto dos E.U.A. são suficientes para três séculos, ao ritmo de consumo de energia total atual (90 Quads).

O problema reside no fato destas reservas e potencial não estarem atribuídas segundo o consumo de cada região. Esta constatação permite-nos concluir que a nova divisão internacional do trabalho incluirá a exportação de energia como componente de produtos industrializados, como mecanismo mais eficiente de ajustar o suprimento/demanda.

O Japão, que importa 88 por cento da energia que consome, tem no petróleo a fonte de 75 por cento do seu balanço energético, contra 41 por cento no Brasil. Quanto ao petróleo, sua dependência externa é total: 99,7%, contra cerca de 80% do Brasil. E justamente o país mais vulnerável à crise do petróleo é exatamente o que melhor assimilou o problema.

A crise de energia, a nível internacional, é assim uma crise de adaptação e reforma.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES A NÍVEL INTERNACIONAL

Adaptação às Mutações

A enunciação dos mais prementes problemas internacionais indicam a necessidade de reformas profundas que constituem um desafio a todas as nações. Como desafio pode ser decomposto em

perigo, acompanhado de *oportunidade*, devemos, sem ignorar e evitando o perigo, aproveitar as oportunidades criadas pelo novo ritmo da dinâmica das mutações.

Trata-se de optar por um compromisso com o futuro, assumindo atitude positiva e esclarecida. A alternativa é ser atropelado pela história.

A responsabilidade maior no processo cabe às elites de cada nação e em especial de suas lideranças políticas.

Desenvolvimento do Terceiro Mundo

Devemos reconhecer que as necessidades humanas devem ser atendidas pelos esforços produtivos de uma sociedade organizada para este fim. Crescimento zero significa congelamento de injustiças e discrepâncias; o comprometimento de aspirações e expectativas; a subutilização do potencial humano; a fossilização da sociedade.

Necessitamos não somente de novas soluções, mas de lideranças inspiradoras, que as tornem realidades.

É necessário investir na valorização do capital humano do Terceiro Mundo, eliminar seus problemas crônicos de subnutrição, saúde, educação e habitação para que possamos utilizar sua capacidade produtiva.

Mais do que uma proposta de cunho ético, é uma visão de eminente bom senso econômico. Trata-se de elevar 3 bilhões de seres humanos à condição de parceiros econômicos.

O desenvolvimento da capacidade de troca dos países em desenvolvimento pode significar a necessária alavancagem para uma nova fase de desenvolvimento a nível mundial.

A atual fase do "milagre japonês" é um exemplo típico das vantagens de

adaptação às mutações. Podemos destacar as seguintes características:

- Reciclagem da indústria no sentido de artigos de menos conteúdo de energia e maior "input" tecnológico. Ex. Siderurgia.
- Exportação de indústrias. No ano fiscal encerrado em março de 1980 mais de 350 empresas japonesas investiram 5 bilhões de dólares em instalações no exterior, 20% nos E.U.A. e 8% no Brasil.
- Investimento em mineração e agricultura no exterior.

Renovação da Estrutura Financeira

A reforma do sistema monetário internacional deve compreender, primordialmente, melhoras no Sistema de reservas, nos processos de ajustamento dos balanços de pagamentos e a reestruturação do manejo geral do sistema financeiro, no qual deve ser permitida a participação de toda a comunidade mundial.

Torna-se premente chegar a um acordo sobre um processo de ajustamento que não aumente as pressões contracionistas na economia mundial, principalmente aquelas relacionadas aos países em desenvolvimento nos quais existe a necessidade básica de manter o desenvolvimento econômico e social por longo prazo.

Cabe ao FMI melhorar e ampliar consideravelmente o raio de ação do Sistema de Financiamento Compensatório, ampliando os limites das cotas e concedendo maior flexibilidade aos pagamentos, considerando que diversos países se defrontam com inúmeras pressões

sobre seus balanços de pagamentos, que escapam ao alcance de controle desses países.

Os países superavitários devem aceitar maiores responsabilidades, assim como é necessário aumentar a participação dos países em desenvolvimento na administração e, conseqüentemente, nas tomadas de decisão do FMI.

Inflação/Recessão

Para salientarmos a divergência no debate sobre o tratamento adequado da inflação, exemplificamos com a visão oposta de dois ilustres economistas americanos, ambos chamados Friedman. Enquanto Milton Friedman recomenda a redução da demanda, via instrumentos monetários, Irvig Friedman, precursor da "economia da oferta", insiste que o caminho ideal para acabar totalmente com a inflação é estimular a economia, isto é, aumentar a produção e em decorrência, o consumo.

Sendo a inflação essencialmente um desbalanceamento entre a oferta e procura, não há uma receita universal para corrigir o problema, mas soluções específicas, não só adaptadas à realidade econômica de cada país, mas que leve em conta sua estrutura política, social e institucional.

Temos visto inúmeros e recentes exemplos em que a recessão não só não curou a inflação, mas resultou na mais indesejável das situações — a estagflação (inflação com estagnação do crescimento econômico).

Torna-se cada vez mais difícil usar a recessão como arma no combate à inflação, pois mesmo que tecnicamente correta, é politicamente inaceitável, dado seu corolário inexorável de desemprego e padrões de vida mais baixos.

Energia

Possivelmente o que de mais significativo podemos acrescentar aos estudos do problema da energia diz respeito à solidariedade de preços. Estudos recentes (J. Schnittker-EUA) indicam que o preço de produtos agrícolas transformados em álcool ultrapassarão seu valor como alimento por volta de 1985. Desta forma, o preço do petróleo começará a servir de base para os cereais convertíveis em álcool e, por solidariedade, aos demais alimentos.

O significado desta constatação para os países com abundância de fatores de produção agrícola não pode ser subestimado.

Se por um lado a acelerada elevação dos preços do petróleo trouxe um sem número de problemas, em especial para os países em desenvolvimento, o mundo foi alertado com suficiente tempo para o caráter finito de suas reservas, permitindo as mudanças necessárias das matrizes energéticas, a níveis nacional e regional. Cada mudança de base energética no passado, da madeira para o carvão e do carvão para o petróleo, foi acompanhada de um desenvolvimento generalizado. Não temos razões para crer que o processo não se repetirá.

POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O BRASIL

Modelo Econômico Coerente e Harmônico

Creio que poderemos fazer uma abordagem do problema da organização político-econômica do Brasil sob um enfoque enológico.

O modelo econômico brasileiro sofre do mesmo mal que os hábitos brasileiros

relacionados ao vinho. Sem saber se servimos tinto ou branco, adotamos o "vinho universal", o malinado rosé, praga nacional, vinho bastardo que não tendo corpo e "bouquet" do tinto, nem o charme discreto do branco, é servido indistintamente do sutil linguado ao assado mais atuante. Em troca de uma bela cor, abdicamos do que há de mais importante no vinho — a possibilidade de um casamento harmonioso com a comida. É o pragmatismo à "outrance".

Na economia convivemos com um modelo, ou falta de modelo, que mistura o tinto e o branco para obter um rosé duvidoso e indigesto. O animal resultante tem cabeça estatizante, braços de economia de mercado e barriga socialista. Sua coordenação motora é errática e seus reflexos enferrujados e só agora a sociedade percebe com clareza a natureza de suas contradições.

O documento "A Empresa e a Economia", elaborado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil, defende um modelo abrangente, coerente e harmônico.

Permito-me citar o jornal "O Estado de São Paulo", no seu editorial "O Empresariado Toma Posição", de 23 de novembro de 1980: "O que defendem não é bem a economia de mercado, mas a economia social de mercado, forma moderna assumida hoje pelo liberalismo nos países desenvolvidos e democráticos e a única capaz de conciliar os interesses dos empresários com os dos empregados e desses dois segmentos com o imenso setor dos consumidores, únicos juízes da eficiência, qualidade e confiabilidade dos produtos colocados no mercado."

Balanco de Pagamentos

Os próximos 5 anos provavelmente serão extremamente difíceis em termos

de balanço de pagamentos, mas mesmo os observadores estrangeiros consideram as nossas perspectivas como excelentes, após 1985.

A despeito de ter-se elevado nos últimos seis anos, a participação da renda líquida enviada ao exterior — incluindo juros sobre o endividamento externo, lucros, royalties e outras rendas de fatores — ainda beira os três por cento do PIB brasileiro, bem abaixo da contribuição desses fatores externos para a geração do próprio produto interno bruto brasileiro.

Podemos alinhar os seguintes mecanismos acionáveis para solução do problema de balanço de pagamentos:

Medidas de curto prazo:

- Crescimento da posição de reservas internacionais, através de transferência de recursos reais para investimento.
- Redução do fluxo de desembolso programado.

Medidas de médio e longo prazo:

- oferta doméstica de combustíveis alternativos ao petróleo.
- aumento da exportação de mercadorias e serviços.

Parece-me importante alertar para o fato que a redução das importações, além do limite atual, é indesejável pois nos conduziria a uma ineficiente auto-suficiência.

Desenvolvimento

O desenvolvimento está diretamente ligado ao investimento e por via de consequência, a poupança nacional, é pois com preocupação que notamos o declínio da taxa de investimentos líquidos ou taxa de poupança do país de 20,5% do

PIB em 1975 para 17,6% do PIB, em 1978 e 17,0% em 1979.

A tendência de queda dos investimentos, é, portanto, anterior às medidas de pré-fixação da correção monetária, que certamente terão efeito negativo na taxa referente a 1980.

O problema do financiamento do desenvolvimento brasileiro avulta portanto como de primordial importância. É nosso entendimento que um ajustamento gradual da economia não pode prescindir do financiamento externo, com recursos não inflacionários, via capital de risco.

A forma de participação do capital estrangeiro via "joint-ventures" nos parece particularmente adequada, tendo em vista a possibilidade de transferência e absorção de tecnologia e capacidade gerencial. As pequenas e médias empresas poderão ter um papel destacado neste programa.

Emprego

Em que pese a queda do índice demográfico desde o censo de 1970, a necessidade de geração de empregos na década de 80 é resultante da taxa de natalidade da década de 60, que beirava os 3%, determinando a necessidade de cerca de 15 milhões de novos empregos na década, para atender o incremento da população economicamente ativa.

Resta ainda o problema da redução do nível de desemprego, estimado em 7% e do subemprego, evidenciado pelos 5 milhões de trabalhadores que recebem menos de 1 salário mínimo, segundo o último PNAD.

Considerando que a criação de empregos ao ritmo de 1,5 milhão ao ano exigirá níveis de poupança da ordem de 25% do PIB, e que níveis próximos a este só

foram atingidos com a participação relevante de poupança externa, concluímos pela importância de seu papel no financiamento do desenvolvimento brasileiro.

Inflação

Temos defendido um tratamento da inflação brasileira baseado no bom senso e na análise objetiva das razões dos aumentos de preço.

Diante da dicotomia "cost push" versus "demand pull" mais vale restabelecer os controles da economia de mercado ao invés de instituímos controles que não funcionam, e alimentar uma burocracia ineficiente e hipertrófica.

É com satisfação que verificamos que há um consenso nacional contra a recessão, pelo reconhecimento de que a resultante é a redução dos salários dos trabalhadores, a fome, a miséria, a criminalidade crescente e, possivelmente a instabilidade política.

Justiça Social

Do documento "A Empresa e o Contexto Social", aprovado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil:

"Fundamentalmente concluímos que a solução básica do problema social reside na efetiva igualdade de oportunidades dentro de uma economia de desenvolvimento.

Soluções de caráter paternalista não só não resolvem o problema, como tendem a agravá-lo pela introdução de distorções e efeitos colaterais indesejáveis.

Nossos estudos indicam a importância da atuação consciente da sociedade para garantir a desejada igualdade de oportunidade. Neste sentido a intervenção do Estado é necessária, na gestão de programas almejados pela sociedade,

para superar os problemas apontados, dentro de um cronograma viável.

O atendimento às necessidades básicas da população brasileira, nas áreas de emprego, assistência médica, alimentação e habitação até o final do século não é fundamentalmente um problema econômico ou financeiro, mas uma questão de vontade política”.

Podemos alinhar alguns indicadores da extensão de nosso problema social:

Emprego:

34% ganhavam menos de 1 salário mínimo;

24,5% ganhavam de 1 a 2 salários mínimos;

10,1% ganhavam de 2 a 3 salários mínimos.

(PNAD 1977)

Educação:

7 milhões de crianças sem escola.

Alimentação:

Somente 42% dos brasileiros atingem seu peso normal. Cerca de 45% das famílias brasileiras recebem menos de 2 salários mínimos (renda familiar) insuficiente para uma alimentação adequada.

Saúde:

Endemias e doenças de massa

Verminose: 60 milhões de infestados;

Doença de Chagas: 20 milhões de infestados.

Habitação:

Deficit habitacional de 5,5 milhões de unidades.

São problemas com os quais não estamos condenados a conviver, não é moralmente defensável procrastinar sua solução, nem ao menos economicamente rentável.

A ELIMINAÇÃO DA MISÉRIA É O EQUIVALENTE MODERNO DO FIM DA ESCRAVATURA

Modelo Político

Como diria o personagem de Glauber Rocha em “A Terra em Transe” — a solução é política. Em recente declaração, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, em oportuna síntese, afirmou que a solução dos problemas brasileiros resume-se na competência política.

Podemos citar do documento “A Empresa e o Contexto Social”, tal como aprovado no II Congresso das Associações Comerciais: “O fortalecimento da representação política das bases sociais é pré-condição de uma legislação ajustada às características da Nação”, e ainda: “Não há projeto social que possa prescindir de pré-condições de ordem política. Consideram indispensável que a ordem política se esteie, não no paternalismo ou nos esquemas impostos de cima para baixo na pirâmide social, mas sim em estruturas que aperfeiçoem e garantam o processo de formação de vontade política da Nação, a partir dos cidadãos individualmente considerados”.

A democracia é um esquema de convívio social que inclui uma parcela de autoridade, decorrente da gestão de programa e consecução de metas desejadas pela sociedade.

Impõe-se portanto a clara manifestação das aspirações da sociedade. Como disse o Vice-Presidente Aureliano Chaves: “não basta ao Governo encontrar os melhores caminhos; é preciso que o povo os deseje”.

É perfeitamente compreensível que, os setores mais dinâmicos da sociedade

tenham utilizado do solo fértil de liberdade, criado pela abertura política, para plantar e cultivar idéias que se consubstanciaram em um "Projeto Social", catalizador de um "Pacto Social" que possa

engajar a participação consciente da sociedade como um todo.

E a participação é a única via que leva a sociedade a assumir voluntariamente responsabilidades estabilizadoras.



A FORÇA MILITAR E A POLÍTICA NACIONAL

Robert C. Powers

Marinha dos EUA

Para os engenheiros militares, os desafios técnicos do futuro são complexos e exigentes. Eles se preocupam, em primeiro lugar, com projetos, construções e operações militares; entretanto, é bom que, de vez em quando, revejam os múltiplos aspectos da organização de segurança nacional, da qual fazem parte. Em nível político-estratégico, este assunto, relacionado com a necessidade de forças militares poderosas, é freqüentemente questionado: — Será a utilização da força militar (da guerra) instrumento viável da política nacional? Será a existência de uma força militar respeitável essencial para se ter autoridade na arena internacional? MACHIAVELLI sustentou que o caminho natural para que os homens resolvessem seus problemas seria o da lei. Como, porém, ela era freqüentemente insuficiente, foi necessário fazer-se uso da força.

A História está cheia de exemplos de nações que usaram o poder político para

resolver problemas; porém, estaria MACHIAVELLI certo, dentro do convívio internacional moderno? Não teria a humanidade se colocado acima da necessidade de resolver questões entre nações por meio da ameaça ou do uso efetivo da força?

A escola realista dos políticos internacionais argumenta que todas as relações políticas são baseadas na disputa pelo poder e que, num mundo desprovido de uma autoridade suprema, essa disputa resultará, inevitavelmente, em violência organizada, isto é, na guerra entre nações. Desde a 2.^a Guerra Mundial, entretanto, mudanças significativas têm tomado assento nas relações internacionais, questionando a relevância do uso da força.

Conflitos entre Estados implicam em que eles retenham os elementos-chave na ordem internacional e sejam capazes de resolver divergências pela força, se necessário. Todavia, isto vai se tornando

cada vez menos verdadeiro à medida em que cresce a interdependência entre regiões e entre os povos. As facilidades de locomoção e de telecomunicações têm progredido muito, proporcionando, a nível regional, um contato mais direto e mais freqüente entre eles. O poder absoluto de um governo tem, assim, se enfraquecido. Problemas econômicos e sociais são, freqüentemente, mais importantes para os governos do que aqueles de política interna e externa. O poder do Estado tem-se reduzido bastante com o crescimento das multinacionais, as quais afetam questões domésticas e internacionais. Tais empresas são, normalmente, bastante poderosas para exercerem considerável influência nos governos. Com isto, o Estado é um elemento muito menos dominante agora do que há 10 anos atrás.

O uso do conflito para solucionar questões internacionais pressupõe, também, que a força é um instrumento útil e eficaz. A autopreservação do Estado através da segurança militar é defendida por muitos como sendo a prioridade número um de um governo. Ainda hoje, nas nações industrializadas, problemas internos, tais como a conservação de energia e a preservação do meio ambiente, podem se apresentar como uma ameaça muito maior para o povo do que uma força militar externa. A interdependência entre as nações pluralistas do Ocidente tem crescido e a ameaça da aplicação da força de umas sobre as outras é mínima. Entre as nações menos desenvolvidas do mundo, a força é um fator dos mais importantes; entretanto, o custo e a destrutibilidade das armas modernas tendem a limitar seu uso a simples demonstrações de força e a breves conflitos.

As armas modernas têm causado significativo impacto na maneira pela qual os Estados Unidos têm reavaliado o uso da força. Nos últimos 30 anos, os Estados Unidos basearam sua segurança na superioridade nuclear, a qual vem dissuadindo qualquer tipo de ameaça. A concentração das armas nucleares nas duas nações polos do mundo — USA e URSS — tem-lhes obrigado a uma excessiva cautela na adoção de atitudes que possam envolvê-las num conflito nuclear. Muitos percebem que nenhum dos lados poderá vencer tal conflito e que dele somente resultaria uma destruição mútua. Portanto, a estratégia militar dos Estados Unidos tem sido a de organizar suas forças para a dissuasão através da infalibilidade da destruição total.

Por ser cada lado vulnerável aos mísseis balísticos intercontinentais de ogivas nucleares (mesmo um pequeno número deles causaria uma destruição inaceitável a ambos os governos), essas duas nações estão efetivamente dissuadidas de usar a força nuclear. Por conseguinte, ambos os lados ganham com a vulnerabilidade. O Tratado das Armas Estratégicas de 1972, limitando o número de mísseis antibalísticos, baseou-se em tal certeza de destruição mútua. A força militar, particularmente em armas nucleares, tem acumulado tal poder de destruição que se tornou de uso impraticável por seres racionais.

Desde o advento das armas nucleares, nenhuma superpotência está garantida contra uma outra, ao contrário das nações mais fracas. As grandes nações têm usado a força para intervir nos negócios das pequenas nações, de modo a protegerem seus próprios interesses. Apesar disto, a guerra deixou de ser um instrumento da política nacional das potências mundiais. Em seu lugar, nós temos

assistido à "Guerra Fria" da desconfiança mútua entre USA e URSS, seguida, em 1970, de significativa cooperação no controle de armas, no comércio e na educação.

O sistema político norte-americano é baseado na tradição liberal da liberdade do indivíduo e num livre desenvolvimento econômico. Os Estados Unidos foram à guerra por várias razões e demonstraram grande coragem e obstinação; mas, quando em paz, eles preferem desenvolver sua economia, em vez de serem envolvidos por um estado Clausewitziano, de permanente conflito internacional, que os conduza a uma nova guerra. Os Estados Unidos têm mantido forças militares como uma necessidade, mas, em tempo de paz, o sistema americano apresenta uma resistência intrínseca em permitir gastos públicos para financiar forças militares fortes e permanentes. As pressões sociais, econômicas e políticas recebem uma prioridade maior no sistema americano do que o presumível inimigo externo.

Os Estados Unidos preferem acreditar que a dissuasão nuclear é uma defesa adequada; que não há nenhuma guerra lucrativa na era moderna; que a força militar não é um instrumento efetivo da política; que as questões econômicas e políticas com os demais países desenvolvidos são, talvez, mais merecedoras de atenção do que a "ameaça soviética"; que os soviéticos estão interessados na cooperação e na estabilidade internacional; que o controle das armas é preferível a uma corrida armamentista; que eles conseguem manter uma postura moral em assuntos domésticos e internacionais; e que o mundo tornou-se tão interdependente que a sociedade multinacional de comércio coo-

perativista não só é uma necessidade como, também, na verdade, é natural.

Podemos nós arcar com estas crenças? É a nossa visão do mundo suficientemente endossada, tal que possamos nos assegurar dos objetivos comuns internacionais de cooperação e paz? Em particular, qual é o ponto de vista da União Soviética quanto ao uso da força como instrumento de política nacional?

Os soviéticos vêem o socialismo como uma força em ascensão no mundo. Para eles, o mundo socialista é o caminho da paz duradoura. Todos os meios são justificáveis para se atingirem os fins — o socialismo marxista-leninista: um Estado utópico, no qual os bens são igualmente repartidos, onde não há conflitos e nem necessidade de governo. Na Rússia, para esse objetivo, a ditadura do proletariado e uma sociedade fechada são os meios necessários para impor o socialismo, até que ele se torne autossustentável e natural. No resto do mundo, o meio para os fins socialistas é a revolução mundial liderada pela União Soviética. A URSS tem, assim, o direito na verdade a obrigação, de expandir o socialismo mundial, por quaisquer meios, inclusive o da força. Para os norte-americanos, este argumento soa como propaganda que pode facilmente ser rebatido; para os comunistas soviéticos, ele é uma filosofia e um meio de vida profundamente seguido e praticado.

Os socialistas vêem o capitalismo e o imperialismo ocidentais como uma força decadente. A "correlação de forças" tem pendido a favor dos soviéticos: os imperialistas vêm sendo forçados a aceitar a paridade das armas nucleares; a "détente" política e militar e a ajuda à União Soviética no campo econômico, tecnológico e agrícola. De acordo com a doutrina socialista, o capitalismo oci-

dental tem causado a expansão imperialista e o colonialismo; e este imperialismo e a competição entre estados imperialistas são os mentores da guerra. No mundo moderno não há guarida para o imperialismo ou para a guerra. Portanto, desde que o capitalismo, processo do imperialismo, esteja declinando de importância, a manutenção da força militar pelo Ocidente não é nada mais do que uma perigosa tentativa de prolongar um agonizante, corrupto e beligerante meio de vida.

Por isso, os países do Ocidente não têm nenhum direito moral de possuir forças militares, visto ser o imperialismo corrupto e causador da guerra. Assim, quando o mundo socialista estiver em superioridade de forças, as nações ocidentais irão gozar dos benefícios, juntamente com todas as outras.

Por outro lado, a União Soviética necessita de uma força militar poderosa para fazer emergir o mundo socialista e tem o direito moral de usá-la por causa da correta filosofia de "paz e amor" do marxismo-leninismo.

Alguns líderes ocidentais têm também concluído que o Ocidente não necessita de uma força militar poderosa, contudo, por razões bem diferentes. Alguns líderes americanos gostariam de incrementar uma comunidade internacional à custa do nacionalismo norte-americano. Eles preferem vislumbrar o mundo de um modo em que esta idéia tivesse assento, sem a necessidade do uso da força ou de gastos para mantê-la. Já os soviéticos gostariam de criar um mundo capitalista liderado pela Rússia, ainda que, se necessário, pelo uso da força; e eles aplaudem os pontos-de-vista ocidentais que achincalham a credibilidade de suas próprias forças militares.

No mundo moderno, seria maravilhoso poder acreditar que nós pagamos um baixo custo pela dissuasão contra a agressão; que não são necessárias forças militares poderosas; que não há "ameaça soviética"; que uma simples postura moral é eficaz na política mundial e que a cooperação econômica pode nos guiar para uma verdadeira interdependência e paz mundial. De um ponto-de-vista inteiramente ocidental, talvez estas crenças não realistas tenham alguma credibilidade. Porém, considerando a posição soviética e as não realistas do mundo, a segurança dos USA torna-se muito perigosa. Isto induz a acreditar que os soviéticos deverão armar-se para implantar o socialismo, enquanto o Ocidente se deixará enfraquecer o suficiente para aceitar um socialismo imposto.

A visão não realista prevaleceu nos EUA durante os anos 70, enquanto os soviéticos, além de sua área de influência do pós-guerra, expandiam o socialismo diretamente em Angola, Etiópia, Yemen do Sul e Afeganistão, e, indiretamente, a outros países da África e da Ásia.

Um ponto-de-vista mais realista por parte dos USA será necessário para os anos 80 e subseqüentes, porém deverá ser ajustado para acomodar-se a um novo mundo. Ainda é verdade que as relações políticas internacionais são baseadas na disputa pela força e que o conflito entre as nações é inevitável. Entretanto, a forma desse conflito tem mudado drasticamente desde a 2.^a Guerra Mundial. A primeira causa dessa mudança foi o desenvolvimento das armas nucleares, o qual, se não eliminou o conflito, pelo menos mudou a sua forma.

Os USA, embora envolvidos em muitos conflitos após a 2.^a Guerra Mundial, não declararam guerra neste período. As

armas nucleares têm colocado uma camisa-de-força sobre a guerra. Ninguém pode contemplar qualquer sorte de conflito sem as chances de uma guerra nuclear, com resultados, que podem ser percebidos, de funestas e inaceitáveis conseqüências.

Com o equilíbrio nuclear existente entre norte-americanos e soviéticos, as vantagens em força convencional ou nuclear limitada podem fazer pender a

balança do poder militar. Tais vantagens decidirão as questões do futuro basicamente pela ameaça de serem usadas, embora a possibilidade do conflito efetivo entre as superpotências exista sob certas condições. — Que condições são estas?

As relações conflituais modernas podem ser imaginadas como uma faixa espectral da escalada da beligerância, similar à exemplificada na Tabela 1, abaixo.

TABELA 1 — ESPECTRO DA ESCALADA DO CONFLITO INTERNACIONAL

Nível de Escalada	Definição
1. PRESENÇA	Presença rotineira de forças diplomáticas e militares para influenciar, incluindo a influência dos aliados.
2. DISSUAÇÃO	Existência de medidas político-econômicas e de forças militares para deter, de um oponente potencial, ações indesejáveis.
3. INTERVENÇÃO: a. — Político-econômica b. — Militar	Uso da influência político-econômica para intervir em uma situação específica. Movimento, não obstaculizado, de forças militares para intervir numa situação específica.
4. CONFRONTAÇÃO	Curta intervenção, com resistência, de real conflito violento.
LINHA DE FOGO	Divisão entre os níveis que envolvem ou não conflito efetivo entre as superpotências. Intervenção e confrontação podem resolver conflito por procuração, mas as superpotências não são diretamente engajadas.
5. CONFLITO CONVENCIONAL CURTO	Conflito convencional violento de duração que não requer movimentos de reservas e/ou de forças significantes de apoio logístico.
6. CONFLITO NUCLEAR a. — Limitado b. — Limitado em território nacional	Conflito nuclear violento que não tem por alvo os territórios das superpotências e é limitado ou pelo espaço geográfico ou pelo tipo das armas usadas, ou por ambos. Conflito nuclear violento que tem por alvo ponto do território de uma superpotência, de curta duração e máxima atividade nuclear.
7. GUERRA NUCLEAR TOTAL	Conflito nuclear que visa o território de uma superpotência e objetiva causar uma destruição total e maciça.
8. PÓS-GUERRA NUCLEAR	Qualquer nível do espectro da escalada conduzido no interior de um território após o uso de armas nucleares.

O objetivo da itemização de estados neste espectro é o de se decidirem questões em proveito próprio nos mais baixos níveis possíveis, isto é, pelo "controle da escalada". Portanto, um espectro de escalada como base de conflitos internacionais resulta, coberto pela terrível ameaça das armas nucleares, numa tendência para que os conflitos sejam decididos nos mais baixos níveis possíveis, muito abaixo da "Linha de Fogo".

Isto não elimina, entretanto, o conflito e nem a necessidade de forças militares respeitáveis. Pois, se um Estado sente a fraqueza do outro em algum nível da escalada, ele será incentivado a dispensar os níveis mais altos e a tentar decidir suas questões onde o oponente é mais fraco. Por exemplo: se a União Soviética for obrigada a resolver um impasse com os USA através um conflito convencional ampliado em TO marítimo, onde o Ocidente é forte, ela bem poderá escolher, no espectro da escalada, o nível de guerra nuclear limitada, onde os soviéticos são mais fortes.

De modo semelhante, a estratégia da OTAN, na Europa, ficou profundamente dependente da ameaça de escalada que faz, a nível de guerra nuclear limitada, no caso de um confronto com os soviéticos em um conflito convencional de curta duração, do tipo "blitzkrieg". Como, entretanto, os soviéticos passassem a organizar suas forças para um teatro de operações nucleares, foram atingidos níveis de escalada cada vez menos atrativos para a OTAN. Por terem forças militares críveis em qualquer nível de escalada na Europa, os soviéticos estão rapidamente amoldando sua habilidade para atingir seus objetivos nos níveis de escalada os mais baixos possíveis.

Os estrategistas nucleares americanos tendem a não pensar além de uma mal-

azarada guerra total nuclear, como se não existisse nenhum futuro após um tal Armageddon. Os articulistas soviéticos, por outro lado, analisam a relação custo versus benefício em qualquer nível do espectro nuclear e calculam que poderão vencer uma guerra toda vez que os benefícios cobrirem os custos. Mesmo no caso extremo do nível de pós-guerra nuclear, o espectro da escalada exige que forças e doutrina sejam estruturadas de maneira eficiente.

Deve ficar claro que a organização militar como um instrumento viável da política nacional não depende somente do uso efetivo de sua força. Embora nunca tenha ocorrido o nível extremo, é quando o espectro da escalada atinge tal significância que, nos tempos modernos, as forças permanentes com credibilidade são mais importantes.

O controle da escalada está também relacionado com a distância que o local da questão em disputa guarda do território de uma superpotência nuclear. O uso da força nuclear, convencional ou limitada, tenderá a diminuir à medida que os problemas litigiosos estejam mais afastados ou tenham uma expressão menor do que aqueles de valor capital para a superpotência nuclear. Assim, o uso de uma força convencional norte-americana contra as forças soviéticas que invadiram o Afeganistão, em dezembro de 1979, poderia ser inviável por estar este país muito próximo do território russo. Em contrapartida, se os soviéticos decidissem atacar o Irã ou o Paquistão, isto teria um significado diferente. Embora esses países estejam mais próximos da União Soviética do que dos Estados Unidos, o interesse da questão é muito maior por causa da dependência, não só dos Estados Unidos, como da Europa e Japão, do petróleo do Oriente Médio; e

também, porque os soviéticos poderiam ganhar uma vantagem estratégica pela abertura de acesso aos portos de águas quentes do Golfo Pérsico e do Mar da Arábia.

Os realistas da política moderna devem usar o espectro de controle da escalada para compreenderem os interesses nacionais e saberem que forças serão requeridas para proteger esses interesses. A Tabela 2 mostra um possível relacionamento entre o controle da escalada e os interesses norte-americanos. Por exemplo, se a área OTAN/MAR MEDITERRÂNEO é suficientemente crítica, então as suas forças devem ser organizadas para tanto. Se elas assim forem organizadas, serão boas as chances dos objetivos dos USA serem alcançados através níveis mais baixos do espectro. Se assim não for, a credibilidade das forças dos USA não se coadunará com os interesses americanos.

A proteção do petróleo do Oriente Médio é crítica, particularmente em face da invasão militar soviética no Afeganistão. A tabela 2 sugere que a proteção do petróleo do Oriente Médio merece, pelo menos, um conflito convencional de curta duração, por parte dos USA. Contudo, as forças norte-americanas naquela área não têm sido estruturadas para se apresentarem como uma força capacitada para tal conflito. Pequena força naval, estacionada em Bahrain, antes de 1980, marcava basicamente uma "presença" e uma outra força embarcada, mais forte, foi enviada ao Mar da Arábia em janeiro de 1980, representando, primariamente, uma força de dissuasão que poderá, se acionada, conduzir uma intervenção limitada através ataques aéreos ou bloqueio naval.

Durante os idos de 1970, os norte-americanos repetidamente rejeitaram

planos para ampliar a capacidade de sua força convencional na área do Oceano Índico. Agora, defrontando-se com a ameaça dos movimentos soviéticos, os USA têm examinado opções de emprego de força convencional localizada fora dessa área; têm debatido abertamente a capacidade real de suas forças em darem suporte a pronunciamento presidencial de que elas poderão opor-se a qualquer movimento soviético mais audacioso; têm concluído que não podem fazer frente aos soviéticos, naquela área, sem a ajuda dos aliados; e, finalmente, têm-se conscientizado que deverão lançar mão de armas nucleares táticas para uma oposição aos soviéticos na área. Isto tudo é sintoma da grande confusão que existe acerca do papel das forças armadas na era moderna e reflete a influência dos Estados Unidos daqueles que têm obtido sucesso em desacreditar o valor e a credibilidade da força militar no contexto da política internacional.

Há alguns indícios, hoje em dia, de que os "falcões" nos Estados Unidos conseguirão seus intentos, pelo menos por enquanto. Há, agora, uma grande propaganda em auxílio do militar, que, muito provavelmente, será exagerada e dramatizada. O boicote político-econômico norte-americano decorrente da invasão soviética no Afeganistão foi realizado, mas tal tipo de ação demanda um longo tempo para produzir um impacto. Resta aguardar se os Estados Unidos terão a paciência de agüentar firmes, face ao grande tempo necessário.

Quando os ânimos arrefecem e os soviéticos conseguirem que suas últimas conquistas sejam reconhecidas pelo mundo, os Estados Unidos retornarão à sua mentalidade de paz e permitirão que

TABELA 2
ESPECTRO DO CONTROLE DA ESCALADA VERSUS
INTERESSES NORTE-AMERICANOS

<div style="transform: rotate(-45deg); display: inline-block;">Nível de Escalada</div> <div style="transform: rotate(-45deg); display: inline-block;">Área</div>	Presença	Dissuasão	Intervenção	Confrontação	L I N H A D E F O G O	Conflito Con- ven- cional Curto	Conflito Con- ven- cional Expandido	Conflito Nuclear Limitado	Guerra Nuclear Total	Pós-Guerra Nuclear
Território Norte-Americano									X	X
OTAN/Mar Mediterrâneo								X		
USA/Petróleo							X			
OTAN/Petróleo (LMC)							X			
Japão/Petróleo (LMC)							X			
Israel						X				
Petróleo do Oriente Médio						X				
Objetivos na América Latina				X						
Objetivos na África e no Oceano Índico			X							
Objetivos no Sul Asiático		X								
Objetivos de Política Mundial	X									

OBS.:

X — Sugere o nível máximo da escalada que os EUA necessitam, de forma a defenderem seus interesses, baseados nas relações políticas e na força.

LMC — Linha marítima de comunicações.

a credibilidade de sua política agressiva e de sua força militar seja outra vez atrofiada.

Esta flutuação cíclica "falcão-pombo" está no cerne da fraqueza norte-americana em entender o uso da força militar na política nacional. Enquanto a União Soviética continuar com o atual ponto-de-vista do mundo, os Estados Unidos não viverão em paz. E, porque a guerra é mais terrível e dispendiosa como nunca antes, os americanos, e outros povos, tentarão ardorosamente jamais

entrar em guerra. Mas haverá conflito e, a menos que os norte-americanos aprendam a maneira de vencê-lo, eles bem poderão terminar no grande mundo de "paz e amor", de hegemonia socialista soviética.

Do que os Estados Unidos precisam não é de "falcões" ou de "pombos", mas da sabedoria das corujas que entendam a natureza permanente do conflito internacional e o papel da credibilidade da força militar na política nacional.

Tradução do TEN CEL QEM RONALD BRAGA DE OLIVEIRA.



REFLEXÕES A RESPEITO DA COESÃO NO EXÉRCITO

Francisco Batista Torres de Melo

General de Brigada; Comandante da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (ES).

"Nenhum sistema pode transformar o homem."

Piotr Grigorenko

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por preocupação a posição do Exército no futuro e a sua coesão dentro da Sociedade Moderna, em permanente evolução.

Visa levantar problemas e possíveis soluções para o Exército, no contexto da Sociedade em que vivemos.

Tudo vai girar em como manter a coesão face às pressões, sejam as do campo interno do próprio país, sejam as decorrentes de fatores alienígenas.

No final, ao concluir, esperamos ter criado dúvidas que estimulem novos estudos.

2. DESENVOLVIMENTO

a. *Coesão no Exército*

A coesão é a força última que mantém a Instituição dentro de seus grandes objetivos.

A amálgama da Coesão do Exército reflete a integração da hierarquia, da disciplina e do moral. Esta integração depende, ainda, da postura da Chefia e do seu corpo de profissionais (Oficiais e Graduados) sedimentado no seu preparo militar.

As diretrizes do Estado-Maior do Exército dizem com grande propriedade que a eficiência operacional, o valor profissional de seu Comandante e o valor moral da Tropa expressam o Poder de Combate do Exército, e que é por meio da Instrução Militar que se revigoram anualmente os valores profissionais e os valores eternos da Nação Brasileira, que servem de alicerce ao Exército, bem como vincula-o à Nação. É a coesão pela eficiência.

b. *Índice de Coesão*

Como medir esta coesão? Qual o índice a aferir para termos a certeza de que ela existe?

Num artigo da *Military Review* encontramos que o *"Índice de Coesão é a certeza de que uma Unidade Militar tentará desempenhar sua missão designada ou imposta, independente da situação."*¹

O objetivo é o cumprimento da missão. É a vontade de realizá-la.

Quando começa a dúvida sobre as possibilidades; quando as ponderações se realizam em grande número; quando o moral entra em declínio; quando o murmúrio reflete insatisfação; quando na tropa já se pensa que a morte não compensa o cumprimento da missão, a COESÃO se encontra ameaçada e o EXÉRCITO e a NAÇÃO se acham doentes.

Estes fatos não acontecem de repente. Não surgem da noite para o dia. Há tempo para detectá-los, para senti-los.

c. Os componentes do Exército

Em qualquer país do mundo o Exército é composto por dois grandes componentes: o material e o homem.

O material pode variar na sua eficiência e sofisticação. Pode ser um míssil ou um arco. O seu emprego vai depender do homem.

O Exército existe para proteger a Sociedade a que pertence e, para tanto, precisa ser forte materialmente e espiritualmente coeso. "Do ponto de vista do soldado, então, a própria vida dela depende da qualidade de suas FA, tanto em homens como em equipamentos, mas principalmente de seus homens."²

O homem, particularmente o militar, precisa de sustentações para o seu espírito.

Estes sustentáculos, estas pilstras, são os valores afetivos, técnicos e táticos e os valores eternos da Nação.

Toda ação para quebrar a Coesão dos Exércitos, terá, portanto, que visar dois grandes objetivos: fazer com que o homem deixe de acreditar no valor de sua profissão e tenha abaladas as suas convicções nos Valores da Nacionalidade.

Os Exércitos existem para defesa dos valores da Sociedade a que pertencem. Enquanto os seus soldados continuam a fazer parte do país como um todo, integrados dentro da sociedade, esta condição básica da defesa da Nação se manterá firme. Em caso contrário, a Sociedade estará ameaçada.

d. Os valores que afirmam o Espírito do Homem e o Espírito Nacional

Os valores existem e se firmam no campo das idéias. Cada um tem que posuir a convicção das verdades de suas idéias, que traduzem os seus próprios sentimentos.

O homem sem verdades espirituais é carente de objetivos e pode ser conduzido em qualquer direção.

O militar que passa a duvidar de suas próprias verdades esquece e ignora que:

- O cumprimento do dever é uma honra;
- A profissão o enobrece;
- O cumprimento de uma ordem é a razão de ser de sua própria vida;
- O Exército existe para defesa da Sociedade;
- O Chefe ou Comandante é o responsável por tudo que acontece ou deixa de acontecer na sua Unidade.

Tem suas pilstras abaladas e passa a viver em busca do gozo material, que estremece e fraqueja sua vontade.

O homem que não mais acredita em si mesmo começa a não mais sentir o seu próprio espírito e, em consequência, o Espírito Nacional e os objetivos da Nacionalidade (Objetivos Nacionais Permanentes) deixam de expressar para ele a própria razão de sua existência. Foi rompida a Vontade Nacional, e o Exército, composto de homens sem vontade irá se frustrar e sentirá que a mortalha da vergonha nacional o envolverá.

Um indício terrível para o Exército é quando um militar idealista e entusiasmado já passa a ser olhado como fora do tempo.

O mundo tem ido para frente pela ação dos Idealistas. Como exemplo, no nosso Exército poderemos citar: CAXIAS, TIBÚRCIO, JOSÉ PESSOA, MÁRIO TRAVASSOS e tantos outros. Sonharam e construíram. José Pessoa imaginou o Cadete, a sua Escola. Mário Travassos brilhou pela inteligência e sonhava no campo da cultura. Caxias queria levar à frente o seu Exército. Vislumbrou e percorreu, vitoriosamente, a estrada do Chaco que Tibúrcio construiu.

A frase atribuída ao ínclito General José Pessoa diante da Academia Militar das Agulhas Negras: — “eu sonhava com uma Academia e me construíram um Quartel” — parece, à primeira vista, infantil, mas expressa o sonho de quem edificou algo que será eterno.

É preciso se ter, portanto, homens que sonhem para manter vivas as suas verdades, solidificadas na hierarquia, na disciplina e no moral.

De agora em diante, já que analisamos o fator COESÃO, o homem como único fator básico desta coesão e tudo que se encontra sedimentado dentro de nossas mentes, vamos apontar os fatores que, no mundo moderno, abalam o homem e suas verdades, criando diante da

Sociedade outras falsas verdades. O primeiro deles é a tendência a mudar.

e. *Mudar*

Em todo o estudo da história vamos encontrar a tendência de mudança e a volta aos antigos valores. Surgem e desaparecem civilizações e países. É a história a se repetir.

ROMA dominava o mundo. Os seus Exércitos representavam a sua vontade. A frase do Grande CIPIÃO no Senado Romano — “Ao Trabalho, Ao Trabalho, Ao Trabalho e Roma será Salva” — expressa uma época e uma verdade imorredoura. Quando em Roma desapareceu a Vontade Nacional veio a sua queda.

Os Exércitos derrotados não o foram só pelos erros de seus generais. As derrotas do Exército Russo face ao Japão e o desaparecimento do mesmo em 1917, devem ser medidos pela quebra da vontade e pelas tentativas de mudar.

O Exército francês, em 1940, esquecendo a lição do seu grande soldado de 1914, tentou mudar e veio o fracasso.

Mudar o que? O Homem ou o material? Mudar sim o material, o seu emprego e a sua técnica. O Homem jamais, por ser imutável dentro de si próprio. Quando se tenta mudá-lo vem o desastre.

As normas regulamentares são experiências vividas e sofridas. Não se acaba com os sinais de respeito sem grandes sanções. Os revolucionários pregam a igualdade na hierarquia e quando vitoriosos voltam a adotá-las com maior vigor.

Por que mudar os princípios básicos da hierarquia e disciplina?

Mudar, simplesmente mudar o que já foi comprovado não é apenas uma maneira de procurar esconder a cabeça para não se tomar conhecimento do desastre?

Quando já se tem vergonha de cumprir as normas e se tenta mudá-las para que tudo se torne legal, é o começo do fim.

De mudança em mudança, as tradições se acabam. O presente deixa de se ligar ao passado e o futuro perde a razão de ser.

Exército é Tradição, é continuidade.

A utilização do computador não é mudar, é evoluir. É o emprego de nova técnica. O perigo é pretender-se criar uma idéia de que com o computador o Exército mudou. Não. Ele se aperfeiçoou, mas as normas de Chefia, de hierarquia e de disciplina continuam imutáveis.

É preciso se ter cuidado em mudar. O que mudar? Quando mudar e por que mudar?

Nenhuma mudança deve vir com a idéia firme de que o Homem é que tem que mudar.

A força do Homem é interna e James Shotwell disse com grande propriedade: *"A força do átomo é menor do que a alma humana."* Mudar aquilo que atingindo a Instituição destrói a alma humana, não é mudar, é destruir o próprio homem.

Será que todos nós estamos preocupados com o que acontece para mudar?

f. Os meios de Comunicações

Vamos ligar as nossas Estações de TV, ouvir as nossas Estações de rádio e ler os jornais, revistas e livros com olhos e ouvidos bem atentos. Parece-nos que tudo é orientado para justificar a necessidade de mudar. Todos os valores tradicionais passam a rescender à velharias.

As novelas criam imagens de dissolução da família, bloqueiam os padrões morais, elevam o rufião, enaltecem a li-

cenciosidade e ridicularizam a família organizada.

Os noticiários procuram fatos escandalosos de todos os tipos: sejam de sexo, morte ou roubo.

As revistas pornográficas, os jornais com seus comentários e os livros mais expostos nas bancas e livrarias dão uma imagem de um mundo pervertido.

A impressão que tem o homem comum, ao sair e voltar para casa, é que tudo irá se acabar e nada poderá salvar a humanidade, caso ela não encontre novos valores, mesmo que sejam falsos.

O Ten Cel Henrique Almyr Masiero, em sua conferência — "O HOMEM NOVO" — diz com grande propriedade:

- *"Desde os tempos bíblicos parecer o homem o desejo incontestável de estabelecer a Nova Ordem, porque ela poderá produzir o HOMEM NOVO".*
- *"O DILÚVIO com NOÉ, talvez tenha sido a primeira tentativa de gerar o Homem Novo".*

Quais os valores novos que nos são apontados no dia a dia?

São os valores do Homem Novo.

O mundo tem assistido inúmeras tentativas de criação do HOMEM NOVO: Hitler, Mussolini, Stalin e tantos outros foram em busca desta maravilha. Os resultados foram terríveis. O homem continuou o mesmo e o mundo marcha. Estamos vivendo a época da tentativa de um outro Homem Novo? Já se torna comum a seguinte frase: O mundo se encontra em busca de novos valores. É preocupante esta afirmativa, pois os valores da civilização cristã nos parecem imutáveis.

Se uma Academia de sábios se reunisse e discutisse tudo para encontrar os novos valores, depois de anos de estudo,

chegaria à solução ideal: seguir os Dez Mandamentos das antigas civilizações.

Nós, do Exército, estamos pensando no Homem Novo já como solução? Já compreendemos o que isto pode representar para a Nação e para o próprio Exército? O que está acontecendo?

g. *O Homem-Massa e a Mediocridade*

O tempo vai se encarregando da quebra dos valores face aos meios de comunicação.

O Homem vai ficando igual, pensando igual, e tendo vontades iguais. É o Homem-Massa, que não pensa, não age, desejando tão só viver o dia de hoje.

Um dia uma jovem queria comprar calças Jean's. O pai fala que não gosta destas calças, e a adolescente responde apenas o seguinte: — papai, o Sr. está fora de época. O velho diz que não queria encontrar a filha igual a todas as outras moças, moças comuns; ela lhe dá uma resposta arrasadora: como posso eu deixar de ser igual às outras? Eis a gravidade do problema. Todos iguais, todos com cabelos grandes, dançando como loucos, usando drogas como tentativa de buscar outros mundos; roupas iguais e sujas, barbas repelentes, enfim:

“Minar pela erosão a vontade nacional e individual, criando uma idéia fixa antigueria, de uma sociedade de cultura do tóxico.”³

Quais os reflexos na atuação dos Chefes dentro do Exército? Há necessidade de pensar e pensar muito. Já há exemplos de Exércitos que não entram em forma. Estes Exércitos adotaram o cabelo grande, sindicatos. Adotam a norma da ponderação sistemática das ordens. Os seus oficiais são conduzidos a não mais pensar com idealismo e começam a ter vergonha de usar a farda. Os Comandantes não mais querem olhar detalhes.

O fardamento se deteriora e tudo é comum. O mundo se esfacela e chegamos ao Império dos Mediocres. Nada sabem, mas tudo querem resolver.

Sofrendo tão grandes impactos o Homem ainda sofre a influência da grande cidade.

h. *A Grande Cidade*

Há muitos anos li um livro — “O Homem Só” — de um Padre Alemão, escrito após a guerra. Nas suas páginas ele analisa o homem que vive na grande cidade. Poderíamos resumir sua idéia central: — O homem dos prédios de apartamentos, dos cinemas cheios, dos ônibus lotados, dos trens superlotados, dos supermercados, é um HOMEM SÓ. Só, dentro da massa. Solitário, ele perdeu a noção do calor humano. Não confia em ninguém, porque já é apenas um número dentro dos números de seus documentos que o identificam. Ninguém no Banco, na Polícia, na Repartição Pública pergunta o seu nome e sim o número da carteira de identidade. O homem é 00.000.001. Feliz este, porque é apenas 7 zeros seguidos de um. Fácil para memorizar.

A casa, o lar desaparece na luta pela vida. Cada um dentro da família, praticamente, vive a sua vida. Mulher e marido se encontram apenas à noite, pois ambos trabalham. Os filhos, nos colégios, recebem cargas, pressões dos pseudos amigos, e ao voltarem ao lar procuram na televisão a sua alienação. Normalmente não há mais a reunião da família ao redor da mesa e o diálogo, as amizades com os vizinhos.

A mulher teve reduzida a sua função nobilitante de sustentáculo da família. Algum dinheiro a mais, às vezes, é mais importante para ela do que viver tomando conta da família. Almoçar fora de

casa, aos domingos, vem se tornando, na sociedade, quase que uma obrigação. O barulho do restaurante, a morosidade do garçom, a comida comum, destroem a conversa tão necessária à vida familiar. O domingo é o martírio. A vida é fora e não dentro do lar. Divórcios, sonhos, abortos, brigas, suicídios, eis algumas conseqüências da "maravilhosa" explosão do louco homem do século XX — A cidade grande do HOMEM SÓ. A solidão que tão bem definiu Rollo May!

O homem da grande cidade, sofre estas pressões terríveis. Busca novas soluções e nos meios de comunicação gritam estas "novas" soluções que destroem um passado.

i. *O Internacionalismo das Idéias*

O homem viveu praticamente 17 séculos sem grandes contestações no campo fisiológico. Quando havia alguma investida contra a linha adotada pelo poder Papal, ficava em campo restrito, pois o mundo era grande e as notícias para atingirem as periferias levavam meses e as idéias morriam ou vegetavam.

Com o desenvolvimento da revolução industrial, a máquina a vapor, e, atualmente, os meios de comunicação de massa, tudo isto fez o mundo ficar pequeno. Todos recebem nos seus lares as notícias de países longínquos como se fossem nossos vizinhos.

O mundo de hoje é um só e as estruturas dos países claudicam. Chega-se a conhecer mais o mundo do que o próprio país em que se vive.

O internacionalismo das idéias comunistas, socialistas e do próprio Cristianismo, chega a cada momento dentro do lar de cada um.

Do século passado aos dias de hoje, ainda não duzentos anos, o mundo viu

chegar às ruas, ao comum e ao vulgar, questões, debates e polêmicas a respeito do que é Sagrado. Debate-se o valor das Religiões. As Religiões levantam dúvidas do econômico. Novos deuses são colocados diante de DEUS.

Os novos deuses — o deus econômico, o deus homem, o deus poder — como razões de ser da própria vida, abalam as bases da sociedade moderna e o Homem, na sua grande aventura, chega a querer mudar a si próprio para fugir de um presente que o esmaga. A cada dia que passa, o medo do futuro faz com que ele pense apenas na luz do dia, as noites sendo consumidas nos sons estridentes, nas luzes brilhantes dos holofotes coloridos e nas picadas ou fumaças dos tóxicos, buscando esquecer a realidade da vida que é o *alvorecer do nascimento* do novo dia.

j. *O Exército e os seus Homens*

Até agora estudamos tópicos que influenciam a COESÃO DOS EXÉRCITOS.

Vamos fazer uma pausa. Vamos fazer uma rápida recordação.

Afirmamos que a COESÃO é a força última que mantém a Instituição (Exército) dentro de seus grandes objetivos e que a certeza da existência do índice de Coesão é a maneira como a Unidade tentará desempenhar sua missão designada ou imposta, *independente da situação*.

Em seguida estudamos os componentes do Exército que são o material e o homem, sendo o principal o Homem. Este Homem vive ligado à Nação e à Instituição. São os valores que representam suas verdades e que não podem ser abalados.

O homem do Exército atual, do Exército dos nossos dias, sofre pressões inter-

nas e externas. Vimos que Os Meios de Comunicação influem na formação do *homem-massa*, do *homem medíocre* e que vivendo na grande cidade torna-se um "Homem Só", e que, face ao internacionalismo das idéias, procura mudar frente ao medo do futuro. Corre ele o risco de soçobrar no vazio interior, se o conformismo gerado pela solidão que o nivela aos demais não for superado pelo sentido do Eu e por sua experiência positiva de identidade pessoal.

Agora podemos perguntar:

- COMO FORMAR EXÉRCITO COM ESTES HOMENS?
- COMO MANTER ESTE EXÉRCITO COESO?

Todo contingente militar tem em suas linhas gerais os seguintes componentes:

- Homens de média cultura;
- Homens do campo universitário;
- Homens dos grandes centros;
- Homens dos pequenos e médios centros.

Para o Exército Moderno, com a sofisticação de seu equipamento, necessitam de homens de cultura técnica, só adquirida no ambiente Universitário.

O Universitário, normalmente, sofre a influência dos fatores estudados e, já quando abalado pelos valores negativos, procura, em sua grande maioria, mudar o seu próprio comportamento diminuindo a coesão.

Homens de média ou baixa cultura reduzem a eficiência operacional, mas aumentam a COESÃO, pois as influências negativas são menores.

As Unidades Militares dos Grandes Centros defrontam-se com o homem sentido as pressões da sociedade de consumo. Ele vive o drama da carreira ou da

família. Tende ao desajustamento e pressionado por tensões pode ter diminuída a sua produtividade. Normalmente, as Unidades Militares mais eficientes em material se encontram próximas aos grandes centros, onde o Homem deixa de ter os seus valores de sustentação preservados. A luta íntima, entre o término do expediente ou o trânsito da cidade, o apartamento próximo ao Quartel ou em local mais confortável em termos de grande cidade para a família, a mulher-lar ou a mulher-funcionária, leva-o a uma pergunta, questionando-se: a minha carreira ou a minha mais próxima passagem para a reserva? São as dúvidas que o esmagam.

As Unidades dos pequenos e médios centros, com deficiência de material, mas com o homem inteiramente ligado à vida da caserna, produzem um rendimento baixo de prestação profissional pela carência de equipamento.

Contradições num mundo de contradições, e dentro deste círculo fechado do fim do século XX, temos que manter a Coesão do Exército.

As afirmativas abaixo:

- *"Nas operações militares, atacar a mente é superior, atacar fortificações inferior. A guerra psicológica é superior, o combate inferior."* Chu-Ko Liang (220-AC)
- *"As armas são um fator importante na guerra, mas não o fator decisivo; são as pessoas e não as coisas, que são decisivas."* Mao Tse-Tung;

Obriga-nos a perguntar a nós mesmos: o que fazer?

Tirar os Quartéis dos grandes centros? Quem incorporar e onde?

O Aspirante deve ir para os grandes centros onde se situam as melhores Unidades e ser esmagado pelas condições

de vida ou ir para o interior e se frustrar pela deficiência do Material?

Quem servir: o pobre ou rico? o Universitário ou o Secundarista?

A revista MILITARY REVIEW do 2º Trimestre de 80 tem escrito o seguinte a respeito do Exército Americano no Vietnã:

"Um Soldado de educação superior que refletia o movimento antibeligerante dos "campus" universitários de sua Pátria. Ele parte para o combate com o desencanto e a desenvolvida sensibilidade de sua geração."

"Minado pela erosão da vontade nacional e privado de representantes de uma antiguerra, de uma sociedade cultural de Tóxicos, o Exército, eventualmente, se retirou do Vietnã frustrado, magoado, confuso sob a mortalha da vergonha e derrota."

Eis o drama com que nos defrontamos. Ter um Exército coeso com homens de estrutura abalada — eis o paradoxo. Já se torna comum a dúvida da palavra patriotismo e os Símbolos Nacionais já se apresentam meio nebulosos diante da Sociedade e do próprio mundo.

A campanha dos artistas americanos contra a guerra no Vietnã foi algo que chegou a abalar a Humanidade. Estamos vendo fatos e mais fatos que abalam o jovem de hoje.

A nossa juventude já não conhece a nossa história e a nossa geografia, que são fundamentais na formação do homem. Só se ama o que se conhece, o que se vê, o que se sente e o que se crê.

Abala-se um país, quando se deixa de acreditar no trabalho de seus homens. A nossa História já é posta em dúvida em livros e jornais. Várias tentativas já foram feitas para se escrever a história do brasileiro sob o refluxo de outros interesses nem sempre confessáveis.

O nosso homem atual, na maioria das vezes, conhece superficialmente apenas o Estado onde nasceu e o restante não chega a merecer qualquer atenção.

"A lealdade do homem é como a água profunda para o peixe; se o peixe perder a água morrerá, se o homem perder a lealdade (dos que o cercam) encontrará o desastre." — Pensamento chinês.

Minando-se os valores do homem, vê-se destruída a sua lealdade e destruída esta, o país estará em crise fatalmente.

3. CONCLUSÃO

Neste trabalho chegamos a uma conclusão básica e fundamental para todos nós:

O homem atual sofre pressões de toda ordem e suas estruturas se abalam; ele tenta mudar.

Mudar para onde?

A nossa tese é de que em todas as crises da humanidade o homem tentou mudar. Terá conseguido ou sempre voltou as suas origens? Cada um analise esta interrogação. Para nós o fundamental é lutar para manter os valores eternos da civilização cristã; encontrar estímulos, motivações para valorizar a profissão militar, enfocando-a como esteio da Unidade Nacional. Eis o grande trabalho dos Chefes atuais.

Achamos que tudo isto só será possível quando todos os homens, seja em que atividade se encontrarem, estiverem convictos de que:

- O trabalho é o único veículo capaz de fortalecer a estrutura moral do homem;
- O conhecimento de seu país, seja no campo histórico ou geográfico, une os sagrados sentimentos de amor à Pátria;

- O fortalecimento da família representa um dever inabalável de toda a Sociedade. Sem família não há Pátria;
- O amálgama de coesão dos Exércitos é a integração da hierarquia, da disciplina e do moral;
- O soldado vive e pertence à estrutura da sociedade. Quando isto deixa de acontecer, a Nação se encontra enferma;
- O Homem vive em função da idéia. Quando começa a duvidar das verdades de suas idéias a Sociedade se abala;
- O sentimento de lealdade é fundamental para a sustentação da Vontade Nacional;
- As tentativas de mudar o homem podem criar verdadeiras catástrofes mundiais;
- A luta pela manutenção dos valores da civilização cristã deve ser um ideal para todo cidadão;
- A mediocridade é uma doença que destrói toda a nacionalidade e mutila os valores morais do homem;
- As grandes cidades criam problemas de pressões de massas e o homem deste conglomerado humano é vazio por si mesmo;

— O sentimento de nacionalidade deve ser mantido a todo custo, face aos meios de comunicação de massa e ao internacionalismo das idéias;

— O combate, com a utilização de todas as armas da inteligência, ao pensamento abaixo é um dever sagrado — “Não tenho casa. Moro no Mundo — Este é o quadro da vida moderna.”

Afirmar sempre que a nossa casa é o nosso país.

— Por fim cumpre-nos enfatizar:

“UM EXÉRCITO DE NADA VALE SE OS SEUS SOLDADOS NÃO TÊM FÉ NA CAUSA POR QUE SE BATEM”.

Nosso futuro vai depender, em essência, da magnitude do homem do que dispusermos. Este homem precisará, antes de mais nada, de ter Fé, Fé em si e acentuado amor ao Exército e a Pátria.

REFERÊNCIA:

(1) — (3) — Military Review — Volume LX nº 2

(2) — Ward Just — Military Men



A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DA ERA OCEÂNICA

Eurípides Cardoso de Menezes

Embora, neste fim de século, se prepare audaciosamente o homem para o domínio do espaço sideral, e a despeito mesmo de já haver conseguido chegar à Lua, são ainda bem modestas nesse sentido as suas atividades.

Continuamos iniludivelmente na era oceânica, que os Portugueses, seguidos dos Espanhóis, iniciaram no século XV, na conquista do Atlântico, o legendário Mar Tenebroso.

De resto, ainda hoje, no âmbito das relações internacionais, é em torno dos pontos estratégicos à beira do oceano que se desenrola toda a luta do mundo bipolar.

Certa a doutrina do estadunidense Alfred Mahan sobre o poder marítimo; a Rússia, porém, é que está pondo em prática pela metódica e perseverante atuação do Almirante Sergei Gorskhov.

Feita esta ligeira observação introdutória, dividamos geograficamente o Con-

tinente Antártico, a imensa e riquíssima ilha gelada do Polo Sul, cercada pelos três maiores oceanos, em setores continentais: o *africano*, envolvido pelo Índico-Atlântico; o *americano*, pelo Atlântico-Pacífico; e o *australiano*, na esfera exclusiva do Pacífico.

Localiza-se o *setor antártico africano* entre os meridianos 0º e 120º Leste, sendo facilmente constatável no mapa a relativa proximidade e unidade das bacias do Índico e do Atlântico.

Num circuito equidistante, a África, a Oceania e a América do Sul fazem do Índico-Atlântico uma bacia fechada, semelhantemente ao que se dá, guardadas as devidas proporções, com o Glacial Ártico.

Na linha da Doutrina Gorskhov, que intenta criar facilidades navais entre o Índico e o Atlântico meridional, além do efetivo movimento de pinça contra a República da África do Sul, instalou a

Rússia o maior número de bases na Antártica africana; esta é um verdadeiro balcão debruçado no estratégico corredor marítimo encimado pela Rota do Cabo, por onde passam 80% do petróleo do conturbado Oriente Médio, do qual depende a Europa Ocidental; balcão debruçado também sobre o Índico, por muito tempo tido como um grande lago estagnado de um mundo subdesenvolvido mas agora em evidência pelos acontecimentos do Golfo Pérsico; e pelo qual também circulam 80% do petróleo consumido pelo Japão, presente também na Antártica africana pela base de Syowa.

Nesse conjunto vale ressaltar o posicionamento central da África do Sul nessa bacia de oceanos meridionais, e sua defrontante Antártica, com territórios reivindicados por decretos emitidos, embora sem reconhecimento internacional, pela Noruega e pela Austrália. Nessa conjuntura, também demonstra a República da África do Sul o seu interesse pelo Continente Austral mantendo ali a sua base de SANAÉ. Este o *setor antártico africano*.

Já o *setor antártico americano* se localiza entre os meridianos de 120º e 0º Oeste. Segundo a Doutrina Gorskho, de facilidades navais, uma das áreas de interesse se concentra no Atlântico-Sul, e precisamente na costa africana, onde já dispõe o Kremlin de vários portos amigos, entre os quais Guiné-Bissau, na linha de estrangulamento do Atlântico; Brazzaville, no Congo, donde partiram as operações militares contra Angola; e Luanda, capital de Angola, hoje reduzida a uma simples fazenda moscovita.

Ficou patente, na segunda Guerra Mundial, a importância desse Atlântico Sul pelo papel desempenhado na estratégia aliada: no norte, a linha Natal-Dakar; no sul, com a luta armada entre

alemães e ingleses nas águas geladas do Antártico.

No Atlântico Sul, sabemos que, além do petróleo, existem abundantes recursos pesqueiros. Segundo o relatório preparado em 1976 para o Governo inglês por Lord Shackleton, se concentram, entre a costa sul-americana e a Antártica defrontante, os bancos de krill, estimados em 100 milhões de toneladas — quantidade equivalente a quase o dobro do total mundial dos produtos de pesca.

Em termos de potencial militar, são ainda pequenas as forças armadas de que dispõem os países envolvidos no Atlântico Sul. Os três mais avançados são a África do Sul, a Argentina e o Brasil — este, com o mais extenso litoral.

No âmbito internacional passa destacar o nosso país a ser considerado mais em termos marítimos globais do que terrestres. É que se concentram na faixa marítima do nosso núcleo geohistórico 80% da população brasileira; e, conseqüentemente, as nossas economias mais desenvolvidas, abrangendo, pois, a nossa faixa marítima o ecúmeno estatal brasileiro, o qual contrasta com o hinterland, que envolve as nossas áreas neutras.

Nosso extenso litoral avança, outrossim, consideravelmente pelo Atlântico no entorse continental que leva a ser mesmo o meridiano de Lima, nas imediações do Pacífico, e de Washington, próxima do Atlântico. Nessas condições se encontra o Recife a quase 4.000 km a leste de Buenos Aires; e a pouco menos de 3.000 km da África Ocidental. Por outro lado, a distância dessa zona de estrangulamento do Atlântico Sul é menor do que a que vai do nosso litoral, no ângulo saliente nordestino, até a fronteira Brasil-Peru (a distância Recife-Buenos Aires é maior do que a do Recife a Dakar, como a do Brasil para a África é

menor do que a do Brasil ao Peru, no nosso continente).

Mais do que evidente, pois, a vocação atlântica do Brasil, e isto a despeito de se terem batido vários geopolíticos pela nossa continentalidade. Daí a criação de Brasília quase na mesma época da realização do Ano Geofísico Internacional (1957-58).

E, por havermos carregado tanto di-nheiro para o Planalto Central (até os tijolos eram transportados de avião!), não pudemos participar senão modestamente no A.G.I., no nosso tão modesto laboratório da Ilha da Trindade; pelo que, não tendo contribuído direta e ativamente para os trabalhos de pesquisa na região antártica, demos um pretexto, embora frágil, ao governo estadunidense para nos alijar da Conferência de Washington (de dezembro de 1959), conferência, aliás, que não deu à Antártica o tão desejado estatuto jurídico.

No entanto, a 16 de maio de 1975, ao acedermos oficialmente àquele Tratado, destacamos a nossa maritimidade, sobretudo no item D do Documento de Adesão do Brasil, onde, de resto, já se acha implícita a defrontação: "...o Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima no Atlântico Sul, costa esta devassada pelo continente austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártica"

Por se projetar no Atlântico, defronta-se o Brasil com a Antártica pelos meridianos de Martim Vaz e do Arroio Chuí; e, trazendo à baila os nossos interesses diretos e substanciais no Sexto Continente, diz o Documento no item E: "...considera-se (o Brasil) como co-responsável pela defesa da Antártica americana, reconhecida pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (art. 4.º).

Se esse TIAR já tem um ponto vulnerável no Caribe com a bolchevização de Cuba, é mister não deixar cair nas mãos de Moscou nenhum trecho da Antártica americana, mesmo porque, se no Atlântico Norte o bloco ocidental conta, bem ou mal, com a OTAN, é no Atlântico Sul que se acha o flanco desguarnecido desse bloco.

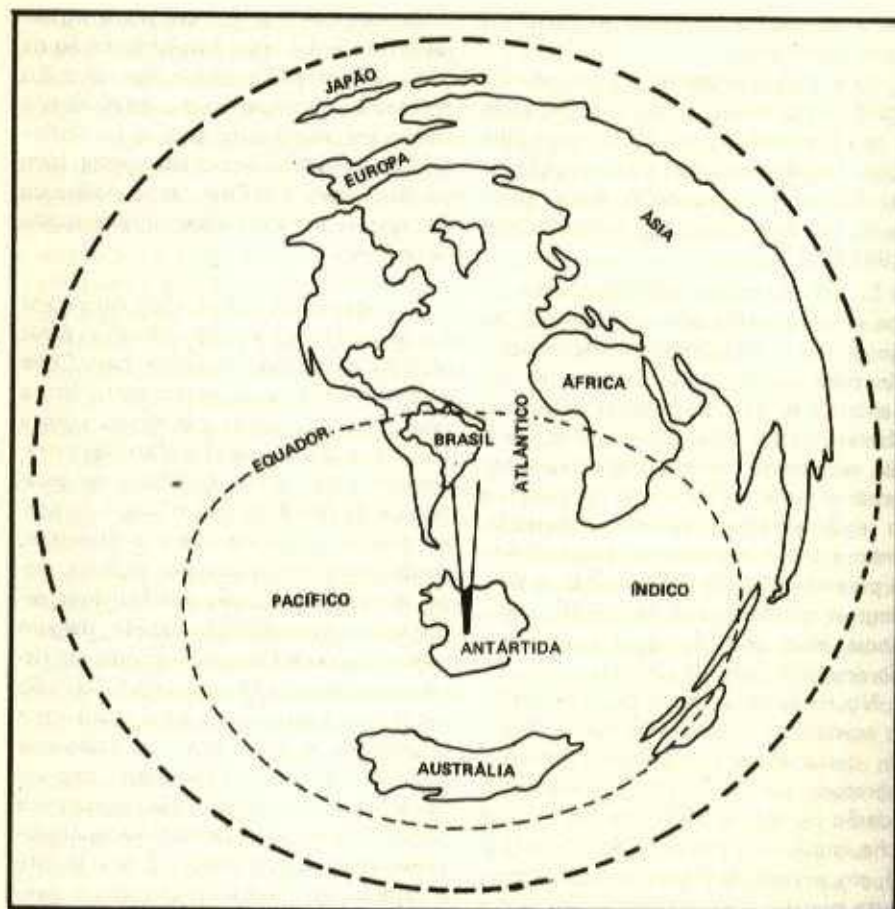
Perigosamente a Antártica americana é o setor em que se embaralham as áreas reivindicadas pela Inglaterra, pelo Chile e pela Argentina. E no contexto tem a Argentina problemas pendentes com a Inglaterra por causa das Malvinas (através das quais pode a Argentina ser escalonada da Antártica). A 610 km do litoral argentino, permanece o arquipélago, desde 1833, em poder dos ingleses. Pode, de resto, a questão das Malvinas, arquipélago subantártico, repetir dalgum modo o *affaire* Gibraltar, pondo em risco o próprio mundo ocidental. Daí não haver no já citado relatório Shackleton referências a problemas de soberania nas Malvinas (ou Falklands), explicitando que "a cooperação econômica com a Argentina é essencial ao desenvolvimento do arquipélago". É que se está a repetir ali, *mutatis mutandis*, o caso dos *golondrinas* de Gibraltar.

A Argentina tem também problemas com o canal de Beagle, e com implicações ainda mais profundas.

Diz textualmente o Tratado de Limites de 1881, que dividiu a Terra do Fogo entre os dois países:

"O Chile não pode pretender nenhum ponto sobre o Atlântico, como a Argentina não pode reivindicar pontos sobre o Pacífico."

Com isto se esfria a tese do arco antilhano defendida pelo Chile, segundo a qual se estende o Oceano Pacífico até as



Georgias do Sul, arquipélago subantártico em pleno Atlântico.

Beneficiado pelo laudo da Rainha Elizabeth na questão de Beagle, conseguindo as três ilhas Lennox, Picton e Nueva, passará o Chile, que já possui extenso litoral no Pacífico, e contrariamente ao disposto no Tratado de 1881, a ser um país atlântico; dominará as três únicas vias de acesso naturais no Atlântico-Pacífico, defrontantes com a Antártica, ou seja, os estreitos de Magalhães, Beagle e Drake; e, em consequên-

cia, garantirá uma fatia maior na Antártica se vitorioso afinal o princípio de defrontação.

Entretanto, se a Argentina, que rejeitou o laudo arbitral, conseguir ficar com essas três ilhas, manterá o acesso à estratégica base naval de Ushuaia, ponto mais avançado na defesa do país e a cidade que mais se aproxima do Continente Antártico; e impedirá outrossim que o Chile chegue ao Atlântico e, sozinho, exerça influência naquele labirinto de estreitos. Mas, ao reivindicar na Antárti-

ca uma fatia que se superpõe à do Chile, parece também ignorar a Argentina o Tratado de Limites de 1881, pois, embora seja feita essa reivindicação na parte sul do estreito de Drake, atingirá o Pacífico também.

Aliás agiu sabiamente no passado a diplomacia brasileira no Prata, preferindo, por não poder ficar com a margem norte (a Banda Oriental do Uruguai), a existência de um novo país; e assim dividiu a zona de influência nessa área estratégica.

A divisão, pois, da Antártica americana pela defrontação neutralizaria toda essa região considerada estratégica pelo TIAR, levando para lá os países mais afetados — Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Equador — todos co-participantes do Tratado do Rio de Janeiro.

O setor antártico australiano se localiza entre os meridianos de 120° Leste e Oeste.

Ao contrário da OTAN, a OTASE, que se propunha a ser dela uma réplica, jamais dispôs de força armada própria e nem levou os seus associados a um engajamento automático. Nesse contexto, a OTASE (Organização já desfeita) muito se assemelhava ao ainda hoje vigente TIAR, parecendo mesmo haver sido criada só para justificar a intervenção armada dos Estados Unidos no Vietnam, pois que, findas as operações, se desfez em 1977 a Organização.

Na conjuntura atual do Pacífico avulta a importância da Antártica australiana, na retaguarda da Austrália e da Nova Zelândia, que também já fizeram suas reivindicações territoriais, e que reparam a área com a França. Nesse setor se encontram numerosas bases dos Estados Unidos, inclusive a de Marc Murdo, em estado permanente de alerta e em comu-

nicação DDD com Washington e com telefone auto-excitado para Omaha. Nesse setor é que se encontra o único trecho que ainda não foi objeto de reivindicação por parte de nenhum país.

Como na Antártica americana, onde a Península Antártica e os arquipélagos subantárticos escalonam o continente sul-americano — na Antártica australiana a reentrância formada pelo mar de Ross, menos castigada pelos furiosos vendavais, embora não livre dos *icebergs*, se transformou no ponto preferido de partida para as expedições científicas; o que lhe evidencia o valor geoestratégico como via de penetração do continente.

CONCLUSÃO GERAL

Levando-se em conta as reivindicações, os interesses políticos e estratégicos no Continente Antártico, podemos dizer que o fulcro do poder mundial começou a se transferir para um eixo norte-sul, bem mais complicado do que o eixo leste-oeste.

Na década de 80 está havendo uma difusão e proliferação do poder no mundo, que aos poucos se afasta da bipolaridade. Haja vista o chamado bloco do "Terceiro Mundo". Por enquanto existem no sul países ainda fracos e heterogêneos, dependentes do norte, dentro da política neo-colonialista. Em tal contexto histórico deverá ressaltar-se que a Antártica continua sem estatuto jurídico visto que na reunião de Washington se opuseram vigorosamente os territorialistas aos internacionalistas.

Na década de 90 deverá resolver-se a questão da Antártica. É que o Tratado de Washington prevê uma resolução nesse sentido trinta anos após o começo de sua vigência, congelado que ficou até 1991 o problema da divisão territorial.

Em consequência, o eixo sul, interessado mais diretamente na Antártica, bastante populosa, com a maioria de seus membros na ONU e os seus aderentes ao Tratado de Washington, poderá fazer-se representado e ouvido. Não é mais possível, pois, desacoplar o norte ao sul; e, a despeito da extinção da OTASE e do descaso do TIAR, não poderá mais ser a Antártica posta de quarentena em relação à sua periferia defrontante, sobretudo nas fatias territoriais defrontantes com o Brasil, o Uruguai, a Argentina, o Chile, o Peru e o Equador.

Ao lado do valor estratégico militar da Antártica avulta o geoeconômico. A grande riqueza representada pelas 16.000 baleias arpoadas anualmente nas águas antárticas, rendendo mais de 200.000 toneladas de óleo e mais de 360.000 toneladas de carne (quase 1.000 por dia), deverá acrescentar-se a pesca do krill, avaliada em 50 milhões de toneladas, contrastando com o total pesqueiro brasileiro de apenas 6 milhões... Só a baleia e o krill, sem falar no cachalote (cujo ambar cinzento tem ampla aplicação na indústria perfumista francesa), trariam apreciável desdobramento para a nossa indústria naval pesqueira, criando novos empregos, incluindo-se dentro do 2.º PND, que prevê um "ajustamento às novas realidades da Economia Mundial, principalmente no sentido de dar impulso à condição brasileira de fornecedor mundial de alimentos e matérias-primas".

Sabemos que o Continente Antártico encerra vastas riquezas minerais. O Serviço Geológico dos Estados Unidos detectou e confirmou a existência de 45 bilhões de barris de petróleo e de 115 bilhões de m³ de gás natural só nos mares de Ross e Weddell, este último na defrontação brasileira.

Aliás, é interessante assinalar que o petróleo se encontra em maior quantidade nas zonas desprovidas de chuva: a parte desértica do Saara, o Oriente Médio e as zonas polares: — o Alaska, dentro do círculo polar ártico; a Sibéria ártica; e a Antártica.

Ora, o Brasil, com uma reserva de 2 bilhões e 500 milhões de barris, não se poderá desinteressar das imensas riquezas minerais do Continente Antártico. O 2.º PND afirma ser "peça decisiva da estratégia nacional" a política energética em nosso país, que "importa mais de 2/3 do petróleo consumido". Assim podemos dizer que praticamente 1/3 de nossas exportações vem sendo trocado por petróleo.

As reservas carboníferas da Antártica podem ser classificadas, quanto ao volume, no 2.º lugar depois das existentes nos Estados Unidos. A análise de amostras desse carvão o compara ao melhor, o pérmico da Austrália. Podemos assim dizer que estão as reservas antárticas entre o trilhão e meio de toneladas dos Estados Unidos (em 1.º lugar) e os 80 bilhões de toneladas da Polônia (em 2.º lugar). Isto posto, as reservas brasileiras de carvão coqueificável, segundo o nosso Departamento de Produção Mineral, são de apenas 600 milhões de toneladas. Por outro lado, enquanto o carvão antártico, comparado ao pérmico australiano, apresenta baixo teor de enxofre, o do nosso é bastante alto, dando-nos, portanto, desvantagem; enquanto o teor de cinzas no carvão antártico é de 8 a 10%, o nosso, só após oneroso processo de lavagem, tem o seu teor baixado para um percentual de 12 a 15%. O Brasil, que em 1979 importou 4 milhões de toneladas de coque, deve ter, pois, pelo carvão antártico o maior interesse.

Limitei-me ao carvão e ao petróleo, sem citar o urânio, existente na Antártica, consoante dados de fontes mais seguras, em grande quantidade — o que é do maior interesse para o Brasil, que já ingressou na era nuclear.

Como se vê, a Antártica, continente de 14.000.000 km², quase o dobro da área do Brasil, onde grande parte do solo ainda não foi explorado, é riquíssimo em recursos minerais. Desde a primeira informação prestada em 1895 pelo alemão Petersen, até os nossos dias, já se constatou a existência de cerca de 180 minerais.

Ainda no contexto econômico cabe ressaltar outrossim a importância dos icebergs. A Antártica, que contém 95% do total mundial de água potável, poderá contribuir eficazmente para irrigar as zonas semi-áridas do nosso nordeste. O transporte de icebergs antárticos para países carentes de água foi o tema da reunião realizada em Paris em junho de 1977, promovida pela *Icebergs Transports International*, empresa pertencente em partes iguais à Companhia Francesa CICERO e ao Príncipe Mohamed Al Faissal-al-Saud, da Arábia Saudita.

Em setembro de 1977 outra reunião foi convocada em Paris, preparatória do 9.º Encontro Consultivo Antártico, para tratar da futura exploração de minérios.

Por enquanto, porém, em relação ao problema da Antártica, tão reivindicada, tudo parece resumir-se mesmo em reuniões... em que nada de positivo se resolve. Ou quando se resolve é para se não cumprir, como a respeito, por exemplo, da limitação da pesca da baleia, que continua a ser exterminada sem restrições pela Rússia e pelo Japão, e até pelo Brasil no litoral da Paraíba; como acerca da diminuição da pesca do krill; da desmilitarização da Antártica, onde

continuam a existir bases militares de signatários do Tratado de 1959; de permuta obrigatória de informações científicas, de que faz a Rússia letra morta, etc.

Entrementes, vão-se consolidando as posições dos mais arrojadados, e se multiplicando também as bases da União Soviética, e se caracterizando paulatinamente os fatos consumados, e até mesmo o *uti possidetis*... ao arripio de tratativas e tratados transformados não raro em farrapos de papel.

Mostra-nos a História que de fato *audaces Fortuna juvat*, que a vitória não costuma ser dos vacilantes e tímidos (lembremo-nos de Entebe e do Iran), mas dos destemidos, dos que sabem que em política é preciso jogar — para ganhar, perder ou empatar; que é preciso competir... como faziam os dirigentes da política do Brasil Império, com aquele seu espírito decisivo e decisório, recém-redivivo, aliás, para honra desta geração, na construção de Itaipu.

Em face, pois, dos desafios da era oceânica, não há como subestimar-se a importância da Antártica — autêntica plataforma giratória entre mares tão cobichados, dantes nunca navegados e agora tão cruzados, importância que em futuro bem próximo avultará sobremaneira.

Aliás, em se falando a respeito da Antártica, é honesto e justo — *cui honor, honor* — lembrar que a tese que lancei perante o Congresso Nacional a 28 de novembro de 1970, dos direitos do Brasil no Continente Branco e da sua divisão territorial pelo critério da defrontação, foi pela primeira vez trazida a público no número de abril de 1956 da Revista do Clube Militar pela Professora Therezinha de Castro.

Esteve, entretanto, relegado o assunto, por parte das nossas autoridades du-

rante 15 anos, ao mais incompreensível e imperdoável esquecimento, até que, em 1970, se voltou a desfraldar a mesma bandeira e da mais alta tribuna do país. E a chama se propagou rapidamente, passando a Nação a tomar conhecimento dos *deveres*, que lhe haviam sido impostos pelo TIAR, e dos seus *direitos*, como nação defrontante e pelo seu "destino manifesto" em relação ao Atlântico, e, por desdobramento, às regiões polares austrais.

Interessaram-se, felizmente, em primeiro lugar, o Estado Maior do Exército, depois o EMFA, o Conselho Nacional de Segurança, a Escola Superior de Guerra, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, a Escola de Guerra Naval, a Escola Nacional de Informações, o Itamaraty, o Instituto Rio Branco, o Congresso Nacional, a imprensa falada e escrita, os universitários, os cientistas e as camadas mais esclarecidas da população.

Deveria o Brasil, *data venia*, antes da acessão de 16 de maio de 1975 ao Tratado de Washington, e à semelhança do que sete outras nações já haviam feito, ter emitido o decreto de anexação do território antártico compreendido entre os meridianos de Martim Vaz e do Arroio Chuí. Aliás, coincidentemente, foram também sete os países que, reivindicando territórios africanos no século XIX, se beneficiaram com a partilha feita no Congresso de Berlim, de 1884-5.

E mesmo a despeito do congelamento, imposto pelo Tratado até 1991, da questão territorial, não vejo por que, em vista de tais e tantas as violações já feitas ao Tratado, cujos signatários, aliás, não dispunham de autoridade para legislar *erga omnes*, não pudéssemos, mesmo agora, emitir o decreto de reivindicação da Antártica Brasileira.

Que ao menos, porém, em vista da divulgação de dados oficiais relativos à existência ali de imensas jazidas de petróleo e de urânio, tomássemos a inicia-



Eurípedes Cardoso de Menezes, ex-jornalista e professor universitário, parlamentar por 26 anos e meio, antigo presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, diplomado pela ESG (1972), para onde levou a tese lançada em 1956 pela professora Therezinha de Castro dos nossos direitos na Antártica e que, apresentada na tribuna do Congresso em novembro de 1970, foi vitoriosa em maio de 1975 com a acessão do Brasil ao Tratado de Washington. Conferencista em várias universidades e institutos militares de nível superior.

tiva de requerer a antecipação da conferência marcada para 1991.

Poderia mesmo o Brasil, um dos últimos signatários do Tratado de Washington, a despeito de não estar ainda participando ativamente das pesquisas na Antártica, tomar a iniciativa da convocação dessa conferência em Brasília. Algo análogo fez Bismarck, que, embora anti-colonialista, convocou o Congresso de Berlim, que repartiu politicamente a África, dando à Alemanha retardatária excelentes territórios no continente africano.

De qualquer modo, porém, urge encontrar e aplicar uma fórmula para a solução imediata do problema territorial antártico antes que, em se passando da exploração à exploração daquelas riquezas, surja um conflito no Continente Branco, que deveria ser sempre um oásis de paz, de harmonia e de fraternidade. Com esse objetivo, aliás, é que se tem sustentado sem esmorecimento durante todos esses anos a bandeira da defrontação.



A CIÊNCIA AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NACIONAIS

Trabalho conjunto dos participantes do Curso de Extensão da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) CE-1/80.

APRESENTAÇÃO

A *Ciência ambiental é o estudo das relações de coexistência do homem com a natureza que o envolve, objetivando o equilíbrio ecológico.* Supondo acertada esta definição, o Grupo anota a importância de tais relações na medida do Potencial Nacional, citando as palavras do Major Brigadeiro-Ar Pedro Frazão de Medeiros Lima (Seg & Des n.º 172); quando lembrou que *"A vida de uma nação dura tanto quanto a capacidade de seu povo utilizar os recursos naturais renováveis, conservando-os, renovando-os, aperfeiçoando-os e ampliando-os, o que só será possível mantendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado"*.

Com vistas ao bem-estar, o homem já despertou para a fundamental importância do Meio Ambiente. Consciente de sua condição única de espécie mais inteligente que opera no Planeta, sabe que

pode equilibrar, desequilibrar, conservar ou degradar os ecossistemas. A Natureza possui um grande potencial de regeneração, embora lento, que urge preservar e auxiliar, para que as destruições não se tornem irreversíveis.

Como pode ser claramente inferido, o ser humano não é um ente isolado no tempo e no espaço, mas extremamente dependente do meio que o cerca. Desde que esse meio possua uma ordem natural ou artificial propícia à vida, gera o gozo de um estado de saúde, mas que, uma vez alterado, transforma-se em veículo de ações deletérias ao organismo humano, provocando um estado de doença.

Evidentemente, a transferência de um estado ao outro subordina-se a inúmeras variáveis intervenientes nas forças ambientais. Essas forças podem atuar lenta ou bruscamente, estimulando ou restringindo as modificações do estado, com resultados positivos ou negativos sobre a qualidade da vida.

Ao ampliar-se a produção agrícola, cresce a utilização dos defensivos e a contaminação do alimento produzido. O espaço-paisagem urbana, nas grandes áreas metropolitanas, eclode de uma forma contínua, desordenada, e biologicamente antinatural ao homem. Em 1940, 30% da população brasileira viviam nas cidades, contra 70% residindo na área rural. Neste ano de 1980, teremos a situação exatamente inversa. Como os recursos existem em progressão aritmética e a demanda cresce geometricamente, os serviços de infra-estrutura estão sempre defasados das necessidades ambientais. Cada vez mais, somos menos produtores de bens essenciais à vida e mais consumidores. *O grande ecossistema importador (a cidade) cresce exponencialmente, enquanto o campo — ecossistema exportador se torna cada vez mais rarefeito, com conseqüências visíveis na ECONOMIA NACIONAL.*

AMPLITUDE DA AGRESSÃO AMBIENTAL

Um dos resultados do crescimento industrial desordenado consiste na liberação, no micro e no macro ambiente em que se processa a vida animal e vegetal, das substâncias químicas, muitas das quais de toxicidade desconhecida aos seres humanos e aos ecossistemas. Todavia, o grande dilema da sociedade tecnológica contemporânea, com relação às substâncias tóxicas, reside no fato de que, na maioria das vezes, a mesma propriedade pela qual determinada substância química é benéfica ao uso industrial, a torna prejudicial ao ambiente. Como resultado do rápido aumento da produção e consumo de bens, o controle da quantidade de resíduos perigosos está-se convertendo em motivo de grande preo-

cupação para quase todas as entidades sanitárias internacionais.

Nas residências, na indústria, na agricultura e na luta contra as doenças a humanidade utiliza um grande número de substâncias químicas diferentes, cerca de 4 milhões de variedades, segundo estimativas recentes. Desse total, apenas 30.000 (segundo algumas fontes este valor chega a 70.000) são produzidas comercialmente. As restantes, em sua maior parte, são produtos intermediários, resíduos ou produtos de laboratório que não chegam diretamente ao público. Muitas delas figuram como ingredientes em misturas, soluções, pós e demais produtos. O número desses produtos é, provavelmente, superior a um milhão. Todos os anos, descobrem-se vários milhares de novas substâncias químicas.

EQUACIONAMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Se, de um lado, existe o desequilíbrio da ordem ambiental nas grandes metrópoles industrializadas, transparece nitidamente no espaço territorial brasileiro a impropriedade de uma regra comum para o equacionamento das soluções. Os problemas de São Paulo diferem totalmente dos da Amazônia.

Ao país que interessa que a política da qualidade do ambiente auxilie a economia nacional, ordenando, integrando e orientando as medidas preventivas e, assim, se evite os gastos onerosos com uma futura fase corretiva, aliás, inevitável para a continuidade do próprio desenvolvimento.

Como se deduz, é complexo o equacionamento dos caminhos operacionais a utilizar para superar os óbices e obter ações competentes que atendem às ne-

cessidades e aspirações nacionais. Todavia, uma das medidas mais sentidas é a necessidade de integrar e direcionar a atuação dos vários órgãos que, direta ou indiretamente, contribuem para os resultados de uma *política ambiental*. O planejamento urbano e rural da ocupação do solo, o reflorestamento, os incentivos fiscais, os usos de uma bacia hidrográfica, são atividades freqüentemente desenvolvidas por diferentes estruturas orgânicas. Na hipótese de que não tenham uma única diretriz, fatalmente, anularão os esforços da preservação do ambiente. A adoção de medidas institucionais para coordenar as ações e os recursos com a mesma finalidade torna-se, então, condição necessária ao êxito na execução da política ambiental.

Inúmeros benefícios podem ser obtidos para a saúde pública e a economia nacional, se algumas medidas preventivas forem racionalmente entendidas e praticadas. Portanto, é o próprio conhecimento deste fato que leva à modificação dos conceitos econômicos, que podem, inclusive, colocar em risco a SEGURANÇA e o DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

Ora, devido à dimensão que assume este novo conceito, fatalmente induzirá à mobilização psicossocial visando a transformar a estrutura material e ambiental em sentido e intensidade diversos dos objetivos nacionais permanentes.

Evidências levam a detectar uma tendência de que isso ocorrerá, inicialmente, nas grandes áreas metropolitanas e, depois, nas agrícolas. Isso não deixa de trazer riscos, principalmente, a países como o nosso, em processo de desenvolvimento, pelas tensões geradas no campo psicossocial, onde a ausência de medidas equilibradas, por negligência ou excesso de zelo, pode ocasionar pressões

contra o desenvolvimento, resultando numa ameaça à soberania nacional.

ASPECTOS DA POLUIÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No I Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, realizado em Brasília, foi feita uma síntese dos principais problemas de várias regiões brasileiras.

Após rápido levantamento de focos de poluição em algumas áreas desenvolvidas do país, a seguir se apresenta um resumo da problemática da Proteção ao Meio Ambiente no Brasil, no campo de poluição da água, do ar e dos resíduos sólidos, de acordo com a experiência acumulada pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental — CETESB:

Poluição da água — Os problemas mais sérios, decorrentes da poluição das águas, ocorrem nas áreas metropolitanas das grandes cidades, ocasionando:

- a. Deterioração e contaminação ambiental de extensas e populosas áreas urbanas, provocadas pela falta de saneamento básico;
- b. Deterioração e contaminação maciça de cursos d'água que recebem as volumosas descargas de esgotos domésticos e despejos industriais provenientes dessas grandes concentrações humanas;
- c. Alteração da qualidade da água dos mananciais de abastecimento público e com reflexos na saúde humana.

Poluição em Bacias Hidrográficas — Por outro lado, em diversas regiões brasileiras, o despejo de uma cidade ou indústria não pode mais ser enfocado isoladamente, quando se estuda o seu lançamento, em um corpo de água receptor. De fato, o grau de desenvolvimento re-

gional, em face dos vazões dos cursos d'água disponíveis, torna obrigatório considerar os usos múltiplos da água, de modo a serem minimizadas as interferências mútuas e maximizados os benefícios globais.

A Bacia do Paraíba do Sul constitui, atualmente, exemplo sugestivo desse sério problema que existe hoje no Brasil. Muitas cidades e indústrias, tanto do Estado de São Paulo como do Rio de Janeiro, usam a água do Rio Paraíba para seu abastecimento. Inclui-se o Grande Rio, com mais de 9 milhões de habitantes, cuja captação no rio Guandu é alimentada quase que totalmente pelas águas do Paraíba, desviadas do seu curso natural, em Barra do Pirai, pelas obras do sistema hidroelétrico, da Companhia LIGHT.

Além do Vale do Paraíba, uma série de outras bacias hidrográficas pode ser citada, principalmente no Estado de São Paulo, nas quais o arbitrário crescimento industrial e urbano está acarretando uma deterioração progressiva e descontrolada dos recursos hídricos disponíveis: Bacias do Médio Tietê, Mogi-Guaçu, Alto Iguaçu e outros. Na Zona Marítima, a poluição de praias e águas têm comprometido a estética e posto em risco a saúde pública. É o caso das praias de Santos, São Vicente e do Interior da Baía de Guanabara. As modificações ecológicas têm acarretado o desaparecimento de peixes e outras espécies animais e vegetais.

Poluição do Ar — Os problemas mais sérios de poluição do ar nessas grandes aglomerações urbanas podem ser divididos em três categorias, ainda segundo levantamentos feitos pela CETESB:

a. Efeitos agudos sobre a saúde da população, no decurso de alguns dias,

em determinadas épocas do ano, principalmente no inverno;

- b. Problemas crônicos, com efeitos a longo prazo sobre a saúde da população, assim como sobre os materiais de construção (danos econômicos), a vegetação e a visibilidade;
- c. Problemas de incômodos ou desconforto para a população.

Poluição do Solo — Quanto à poluição do solo nas grandes concentrações humanas, relativamente às condições ambientais do solo, têm sido os seguintes aspectos a definir atualmente:

- a. A determinação do meio ambiente causada pela disposição final dos resíduos sólidos urbanos ou industriais sobre o terreno, sem tratamento ou acondicionamento apropriado;
- b. O uso do solo para exploração imobiliária mediante loteamentos que comprometem o equilíbrio ambiental urbano ou gera focos de poluição para os recursos hídricos, para o ar ou para os terrenos circunvizinhos;
- c. O crescimento vertical e/ou horizontal descontrolado das cidades;
- d. A localização inadequada de novas indústrias;
- e. As alterações ambientais por construções, movimentos de terra, desmatamento, vias públicas, extração de areia, pedreiras e outros.

Zonas Rurais — O problema é representado pela disposição direta do excreto do solo. Fecha-se, assim, o ciclo de transmissão da ancilostomose, ascaridíase, esquistossomose e outras endemias rurais de danosos significados social e econômico para o País. Pesticidas usados na lavoura, com efeito tanto sobre o solo como sobre a água, ainda não estão suficientemente estudados no Brasil.

Aspectos das Grandes Regiões Geoecológicas — Posicionamentos da política de desenvolvimento e integração regionais brasileiros devem guardar estreito relacionamento com as variáveis do meio ambiente. É o que ocorre com as grandes regiões econômicas do país, particularmente o Nordeste e a Amazônia. Quanto ao primeiro, os riscos ecológicos do desenvolvimento desordenado já vêm acumulando erros sucessivos, com agravamento de soluções a curto e médio prazos. Mais que em quaisquer outras, no Nordeste e Região Amazônica as ações deverão ser precedidas de estudos aprofundados, porquanto, já não se trata mais de conservar os ecossistemas, porém, de restabelecê-los no que for possível.

As informações e conferências do Curso de Atualização demonstraram generalizado desconhecimento dos indicadores prévios das condições de meio ambiente das regiões citadas. No exemplo Nordeste, a condição de aridez e os fatores de desertificação estão se mostrando evidentes nos últimos anos, sem que se conheça, ainda, suficientemente, a profundidade dos recursos e ecossistemas regionais.

Quanto à Amazônia, as implicações do meio ambiente são mais categóricas. As diversas florestas e solos amazônicos resultantes de um equilíbrio ecológico de uma floresta que nem sempre foi estável, e hoje é reciclante, em seus elementos orgânicos e minerais, exigem um conhecimento prévio, a nível técnico e científico, para se poder julgar a validade das opções de desenvolvimento.

Qualquer interferência pode se tornar desastrosa, a curto prazo, e irreversível, a médio e longo prazos. O mais acertado é manter a fronteira econômica da Amazônia com vigiada preocupação das

atividades, expandindo a pesquisa e o reconhecimento de recursos minerais aproveitáveis. Por outro lado, cabe garantir a ocupação dos pólos urbanos atuais como questão básica de soberania, até melhor identificação de formas seguras para seu aproveitamento sem o risco ecológico.

As grandes regiões econômicas, para se integrarem ao Desenvolvimento Nacional, carecem, portanto, de uma diretriz de geopolítica pela qual se possam transferir os resultados do progresso nacional, compensando a espera de um desenvolvimento local aparentemente mais rápido a curto prazo, porém, comprometedor para as gerações seguintes. Nessa ordem de idéias, a lei florestal, com a permissão dos parcelamentos de propriedade, a desfiguração da exigência de manutenção de área sem exploração e da garantia de conhecimento de recursos hídricos regionais, são exemplos a constatar de uma política ecológica para as florestas amazônicas, muitas vezes erroneamente dimensionadas como um capital nacional a explorar em benefício regional.

AÇÕES E PRIORIDADES

A aprovação do anteprojeto de lei instituindo a Política Nacional, o Conselho Nacional e o Sistema Nacional de Meio Ambiente é a ação prioritária que permitirá fortalecer os instrumentos de presença e planejamento do meio ambiente no Brasil, atuando, a partir de então, como atividade consistente e contínua. Trata-se de ação intimamente ligada à coordenação do esforço nacional no campo do meio ambiente e do desenvolvimento.

Outra ação recomendada é a de fixar-se elevada prioridade para a *pesquisa*

permanente sobre as alternativas de modelos de desenvolvimento, de forma a conhecer custos e opções que possam servir para novas atividades e para o remanejamento das atividades existentes.

Criar condições econômicas para os reajustamentos e revisões das atividades poluentes urbanas, industriais ou de outra ordem, buscando, para tanto, recursos e procedimentos especiais que passem a constituir incentivos para a correção dos focos de desequilíbrio ambiental.

Propugnar um *planejamento territorial e urbano adequado* que se anteceda à infra-estrutura, buscando, quando for o caso, a desconcentração industrial e a melhor ordenação às conturbações que vêm se agigantando no Brasil.

Fixar em procedimentos próprios a *formulação de indicadores e mecanismos de controles sistemáticos sobre áreas de interesse em relação ao meio ambiente*.

Ações pertinentes devem ser lembradas na linha de educação, ampliando os *quadros de recursos humanos para atuar direta ou indiretamente no setor, ao lado de amplo programa permanente de conscientização em torno dos problemas do meio ambiente em seus aspectos multidisciplinares mais relevantes*.

Ações complementares devem ser orientadas para uma efetiva *coordenação intergovernamental e de consolidação da legislação e regulamentos* existentes, aos níveis das três esferas de governo.

Desdobrar em ações semelhantes a experiência dos programas e projetos propostos para o Vale do Paraíba, através do seu Comitê intergovernamental existente, e outras experiências do gênero do Comitê de Desenvolvimento do Litoral de São Paulo/CODEL, quando o

entrosamento técnico e administrativo mostrou condições eficientes para encaminhar soluções para problemas de curto prazo e para aqueles carentes de definições de médio e longo prazo.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O planejamento e o desenvolvimento de novas atividades e da abertura de novas fronteiras econômicas devem ter, prioritariamente, o prévio conhecimento das condições e recursos básicos, tanto no campo material como no ambiental, de forma a julgar-se a validade de cada opção, de maneira integrada no binômio desenvolvimento — meio ambiente, apoiando-se em padrões normais e críticos que venham a ser definidos para os respectivos ecossistemas.

É fundamental para a garantia do desenvolvimento nacional, representado pelas múltiplas atividades econômicas, encontrar os caminhos para os necessários reajustamentos espaciais de processos, de forma a minimizar os danos ecológicos, que refletirão nos índices da qualidade da vida e do próprio desenvolvimento.

As tendências das áreas de grandes densidade demográfica e econômica configurada nas grandes metrópoles e nas calhas das Bacias hidrográficas impõem um tratamento preventivo, corretivo e prospectivo, de forma a definir-se políticas de uso do solo e vetores que acionam a urbanização capazes de não comprometerem sua expansão ordenada e em condições ecológicas satisfatórias. Nesse setor, cumpre registrar a ação que vem sendo desenvolvida pela CETESB em São Paulo, onde o retardamento da definição de tais políticas exigiu e ainda exige um grande esforço corretivo.

A solução da questão ambiental não se resolve através da centralização administrativa ou de uma única escritura orgânica para tratar especificamente do problema. Deve-se compreender que inúmeras entidades interferem na questão ambiental, conflitando ou anulando esforços. Neste conteúdo, é válida a criação de subsistemas que atendam aos aspectos de vigilância ecológica e epidemiológica, aproveitando a estrutura e sistematização das entidades a nível estadual.

Finalmente, a elevada carga emocional em torno dos problemas de meio ambiente é um grande instrumento de mobilização psicossocial, capaz de propiciar o emprego do tema como estratégia indireta dos grupos antagônicos nos objetivos Nacionais Permanentes, sem descuido de uma ação conjunta de esforços nos campos institucional, econômico, financeiro, tecnológico, educacional, de ocupação do espaço-paisagem urbano e rural e informática.

Participantes do Grupo:

As. Social Joelma Ribeiro de Siqueira; Profª Vilma Velloso de Oliveira; Gen Bda R1 — Helio Ibiapina Lima; Economista Luiz Carlos de Andrade; Engº Químico Abrahão Iachan; Bel. Antonio Thomé; Av Joel Machado; Engº Mec. Luiz Lourenço de Oliveira; Engº Maurício Ronaldo Giradello; Adm. Emp. Paulo Leite Julião e Bel. José Rubens R. G. de Motta.



APOIO DE SAÚDE DAS FORÇAS TERRESTRES

Aureliano Pinto de Moura

Tendo em vista a doutrina preconizada pelo Manual do Exército Brasileiro, C 100-10 — Apoio Administrativo e a organização das organizações militares de saúde existentes e previstas, o estudo e a análise da estrutura e da dinâmica do sistema de apoio de saúde das forças terrestres no teatro de operações, se fizeram necessários, considerando a situação atual, a estrutura ideal para a paz e a capacidade de adaptação ou transformação dessas estruturas face à evolução para uma situação de guerra.

O apoio administrativo às forças terrestres em campanha situa-se no âmbito da competência do Ministério do Exército, deve decorrer das possibilidades nacionais, atender às características regionais e ser proporcionado obedecendo a uma unidade de doutrina.

O sistema de apoio administrativo deve ser análogo na paz e na guerra ou, pelo menos, deve evoluir fácil e rapidamente da situação de paz para a de guer-

ra. Deve ser flexível, possibilitar ampliação imediata e permitir, em qualquer caso, um apoio eficiente e contínuo, nas melhores condições de economia e simplicidade.

As organizações de apoio administrativo, existentes em tempo de paz, devem estar em condições de evoluir para constituir a estrutura de apoio administrativo na guerra.

CONCEITOS

Sistema

“É um todo complexo organizado; uma reunião de coisas ou partes formando um todo unitário e complexo”. A idéia de sistema transmite uma noção de relação entre as partes, de modo que o todo reúne características próprias, não existentes em cada parte isoladamente. O sistema, incluindo as partes e mais a relação entre elas torna-se uma entidade

nova, não apenas uma simples soma das partes.

Os sistemas podem ser complexos, podem estar formados de subsistemas independentes e por sua vez estar englobado em um metassistema.

Apoio de Saúde

Apoiar consiste no ato de proporcionar ajuda, proteção ou complementação, realizado por um elemento em benefício de outro. No caso o apoio de saúde em benefício da tropa combatente.

Entende-se como saúde a atividade de logística que trata da conservação do potencial humano, nas melhores condições de aptidões física e psíquica, através de medidas de prevenção e recuperação.

DIRETORIA DE SAÚDE (DSau)

É o órgão normativo integrante do Departamento Geral de Serviços incumbido da assistência médico-hospitalar e sanitária ao pessoal do Exército e do provimento do material de saúde. Compete a DSau, além da assistência médico-hospitalar, as várias atividades relacionadas com a higiene do pessoal e do meio ambiente, o funcionamento técnico das organizações militares de saúde, o provimento do material de saúde, cooperar com a mobilização, baixar normas técnicas bem como a aquisição de material técnico.

A DSau compreende uma direção, um gabinete e seis seções.

A direção está estruturada em duas subdiretorias, responsáveis pela coordenação das seções:

- S/1: Planejamento e orçamento
- S/2: Controle, estatística e mobilização

- S/3: Provimento
- S/4: Administração financeira
- S/5: Perícia médico-militar
- S/6: Assistência médico-hospitalar e sanitária.

A organização da DSau está organizada para atender suas missões de tempo de paz, cuja estrutura permite apenas que ela esteja voltada para solucionar a rotina administrativa. Pouco ou nada se pode fazer em benefício do desenvolvimento do sistema, com a manutenção da estrutura atual.

Para que se tenha uma idéia dos órgãos de direção técnica de outros exércitos, pode-se analisar os organogramas constantes das Fig. n.º 1, 2, 3 e 4, referentes aos exércitos da França, Alemanha, Estados Unidos e Itália.

A nível de diretoria, além do trabalho de rotina, encontra-se em execução o projeto de dotação de material de campanha nacional, de 1.º e 2.º escalões, com previsão para atingir todas as OM a curto prazo. Em fase de estudo encontra-se o projeto de um hospital móvel nacional.

Na hipótese de um confronto bélico, a DSau teria que partir para um trabalho difícil de mobilização de pessoal técnico, de material ou de levantamento de leitos e serviços médicos disponíveis na área do futuro teatro de operações. Dificuldades irão surgir para a mobilização e provimento do material e do equipamento de saúde, assim como no aprestamento de unidades de saúde, em sua grande maioria inexistentes em tempo de paz (Fig. n.º 5).

Subordinados diretamente à DSau existem várias OM, com suas estruturas voltadas unicamente para o tempo de paz:

SERVIÇO DE SAÚDE

FA - ALEMANHA - OC

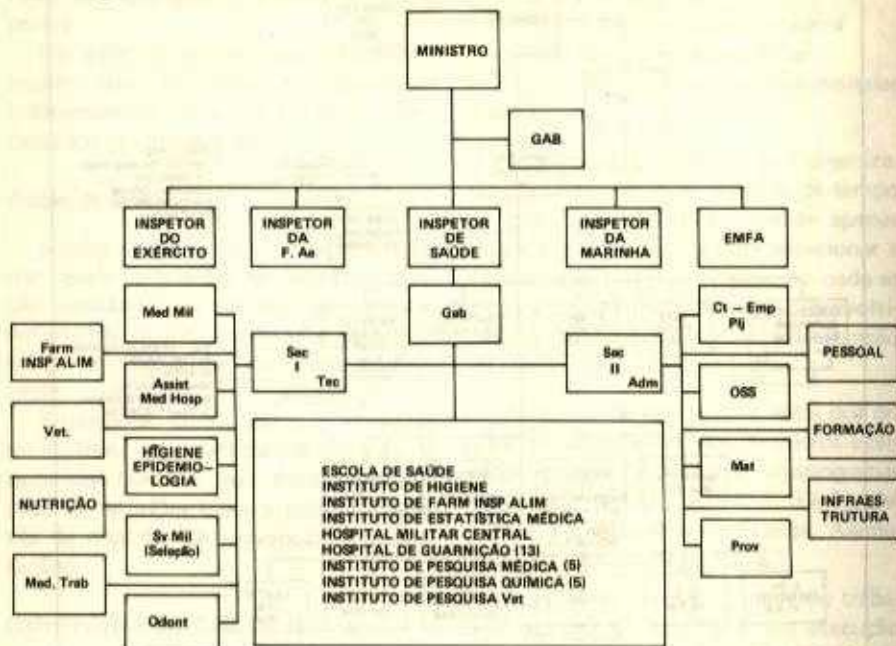


FIGURA 2

REGIÕES MILITARES (RM)

Dentro da nova organização das RM está prevista uma seção de saúde, subordinada ao escalão logístico. Pela sua estrutura atual, com deficiência em pessoal, mantém apenas os trabalhos de rotina do escalão considerado, em particular no que diz respeito às inspeções de saúde, voltada totalmente para o tempo de paz.

Subordinadas às RM existem várias organizações de saúde:

- dez hospitais gerais com capacidade total de 1.919 (mil novecentos e dezenove) leitos aproximadamente.

- doze hospitais de guarnição com capacidade total de 964 (novecentos e sessenta e quatro) leitos aproximadamente.

- cinco policlínicas militares.
- seis depósitos regionais de material de saúde.

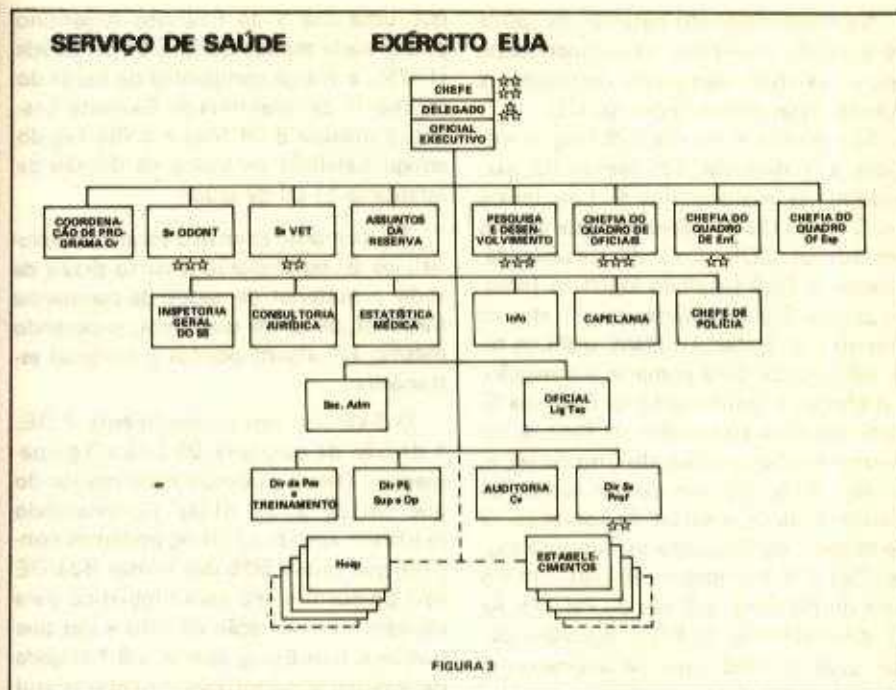
Toda a estrutura regional de saúde é organizada para atender a situação de paz, com sua capacidade de trabalho totalmente utilizada, não havendo capacidade ociosa.

SERVIÇO DE SAÚDE EM CAMPANHA

Primeiro escalão funcional

Realizado pelo pelotão de saúde (ou seção de saúde) das unidades, com efetivo reduzido, em tempo de paz.

O efetivo de oficiais médicos, em tempo de paz é insuficiente, sendo re-



completado com oficiais R/2. Há uma tendência para classificar o Of R/2 nas policlínicas e hospitais militares, contrariando o espírito da convocação que é a formação da reserva para atender uma possível mobilização.

A aquisição de material de saúde em campanha, totalmente nacional, por parte da DSau, modificou completamente o panorama existente.

Segundo escalão funcional

Realizado pela Companhia de Saúde do Batalhão Logístico das Grandes Unidades, constituída de um comando e seção de comando, um pelotão de ambulâncias e um pelotão de triagem, guar-

dando algumas peculiaridades de conformidade com o tipo de B Log.

Com a nova organização das forças terrestres (passando de Divisão de Infantaria para Divisão de Exército) desapareceu, ao nível divisão a seção de saúde da divisão e com ela deixaram de existir, no escalão, as figuras do chefe de serviço de saúde da divisão, do inspetor sanitário, psiquiatra e do chefe do serviço odontológico da divisão. Ninguém foi previsto, na DE, para exercer essas missões. O papel de Ch SS/Div passou a ser exercido pelo comandante da companhia de saúde do batalhão logístico da divisão de exército (no que se refere à base divisória) e no âmbito da brigada passamos a ter neste mister o comandante da companhia de saúde. Executa sua função cumulativamente.

Na organização do batalhão de saúde do exército israelense, na companhia de apoio, existem elementos destinados a atender estas necessidades nas GU.

São previstos, na Cia S/B Log, 5 médicos e 1 dentista. Em tempo de paz, quando na maioria dos B Log temos Pel S e não Cia S, a previsão é de apenas um oficial QOE, Cmt da subunidade. Apenas o 25.º batalhão logístico (escola) possui Cia S. Mesmo com 1 efetivo previsto, de 6 Med e 1 Dent, o B Log terá dificuldade para cumprir sua missão. Tal efetivo é insuficiente. O Cmt Cia S, além das suas atribuições de Cmt, é, ao mesmo tempo, assessor do Cmt BLog, e, como Chefe do serviço de saúde da grande unidade, assessor do comandante de brigada ou DE, para assuntos de saúde. Dos 4 1.º tenentes médicos, um é o Cmt do Pel Amb e 3 são do Pel Trg. As 12 dependências do PTrg contarão apenas com 3 Med. Isto considerando o PTrg desdobrado em um único ponto. Quando houver uma subárea de apoio logístico desdobrada, estes 3 Med terão que atender aos dois PTrg. Nas brigadas de cavalaria mecanizada, onde a Cia S possui 3 Sec em seu Pel Trg, nem por isso é aumentado o número de Med.

Considerando o acima exposto, em linhas gerais, a realidade nos mostra que a capacidade do PTrg preconizada para o apoio às GU e bases divisionárias não vai além de um posto de socorro. Sua capacidade e suas possibilidades são por demais reduzidas e, a nosso ver, não tem condições para cumprir as missões previstas nos manuais, face ao reduzido efetivo de oficiais.

Considerando insuficiente o efetivo de oficiais da Cia S, julgamos que para cumprir a missão necessitará de 8 Of Med, 1 Of Dent e 1 QOE/Saúde. Para que não pareça exagero, basta lembrar

que uma Cia S do Exército Argentino possui nada menos do que 11 Of Saúde (1975), a antiga companhia de saúde do regimento de infantaria do Exército Brasileiro possuía 8 Of Med e o Pel Trg do antigo batalhão de saúde da divisão de infantaria 11 Of de saúde.

Tal como no primeiro escalão funcional, os BLog disporão a curto prazo de todo o material de saúde de campanha nacional, de ótima qualidade, superando mesmo em alguns pontos o material estrangeiro.

O Exército possui atualmente 7 DE, 1 divisão de cavalaria, 20 Bda e 3 grupamentos. Deveria possuir nada menos do que de 28 a 31 BLog. Considerando existirem apenas 17 BLog podemos concluir que quase 50% das nossas Bda/DE não possuem o seu apoio logístico para atender uma situação de fato e das que possuem seus BLog, apenas a 9.ª brigada de infantaria motorizada (escola) possui Cia S. As demais contam apenas com um Pel S. Logo, apenas uma Bda possui o apoio logístico previsto.

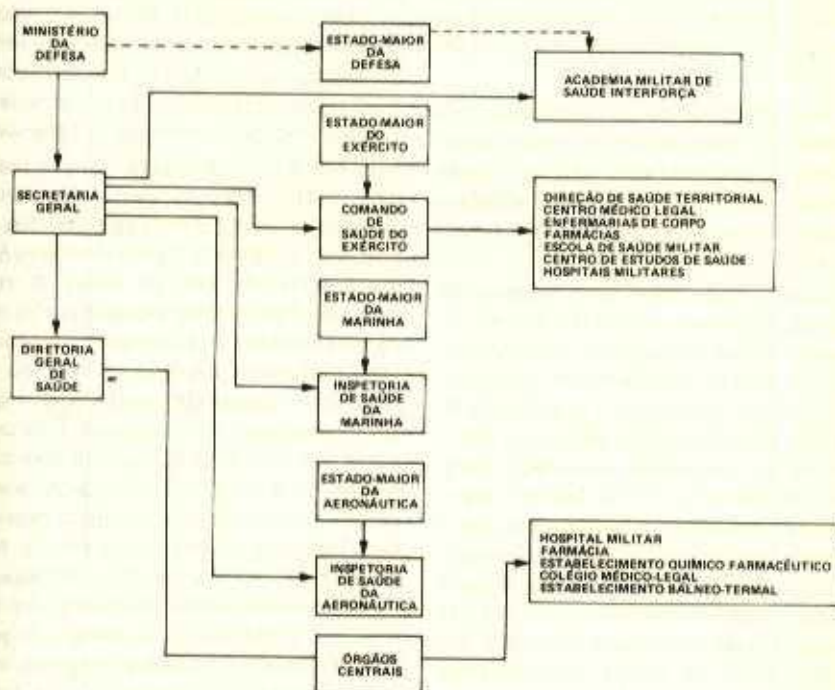
Durante o tempo de paz apenas um número irrisório de oficiais de saúde tem o aprestamento necessário para o emprego de uma subunidade de saúde, em combate. A própria instrução do soldado é prejudicada face o Cmdo da subunidade estar a cargo de um Of QOE.

Terceiro escalão funcional

Realizado pelas OM de saúde do Exército de Campanha, organizações estas inexistentes em tempo de paz, o apoio de terceiro escalão de saúde tem sua organização prevista nos manuais de campanha ou nos manuais escolares. Não existe nenhuma experiência, treinamento adequado ou simples exercício

SERVIÇO DE SAÚDE

FA - ITALIA



de função a não ser os conhecimentos adquiridos teoricamente ou nos exercícios da EsAO e ECEME.

Para o pessoal destinado a chefia, comando ou direção das OM de saúde de terceiro escalão, as fontes de treinamento, além dos exercícios da ECEME, seriam as seções de saúde do escalão logístico de região militar, desde que esta estivesse estruturada de maneira semelhante à seção de saúde do comando de apoio administrativo de exército. Hoje as Sec S/ Esc Log RM, são voltadas para a rotina administrativa da própria Sec ou voltadas para a perícia médico-militar das juntas de inspeção de saúde. Elas

não possuem estrutura suficiente para a realização de um trabalho de maior vulto.

A inexistência das organizações e do material previsto para apoiar o exército de campanha em suas operações não permite que se instrua, que se adquira experiência através de exercícios durante o período de paz. Não há preocupação de possuir um mínimo indispensável para manter o serviço de saúde em condições de apoiar uma situação de combate durante o início de operações de guerra até que a mobilização e o aprestamento permitam que o apoio se faça em toda intensidade.

Há exército sulamericano que possui atualmente três hospitais cirúrgicos móveis e dois hospitais de evacuação em condições de emprego, o que permite dizer que tem condições de apoiar um Ex Cmp de nove e quinze Bda.

O material de saúde necessário para equipar as organizações de saúde, semelhante ao usado na paz, seria facilmente provido pela indústria nacional a médio prazo. Do material de campanha pouco possuímos.

Quanto aos meios de transporte de feridos, embora a indústria nacional tenha condições de suprir as necessidades, não possuímos nada além de ambulâncias de 1.º escalão. As próprias Amb usadas pelo BLog em tempo de paz e que seriam as usadas por estes e pelas Cia Amb de 3.º e 4.º escalão em operações, são em número insuficiente. Isto é agravado pelo fato de que não são do tipo ideal que permitam a evacuação de 4 feridos deitados (Amb 1 ton) e que não são fabricadas atualmente no Brasil. Em uma situação de guerra dependeremos de uma mobilização da indústria automobilística nacional voltada nesta direção.

Além da Sec Sau do CAAEx, estruturada em subseções responsáveis pelo planejamento, controle, coordenação e supervisão das várias atividades de saúde neste escalão funcional, contamos para o apoio ao Ex Cmp com unidades de evacuação, de hospitalização e outros órgãos técnicos (Fig. n.º 5).

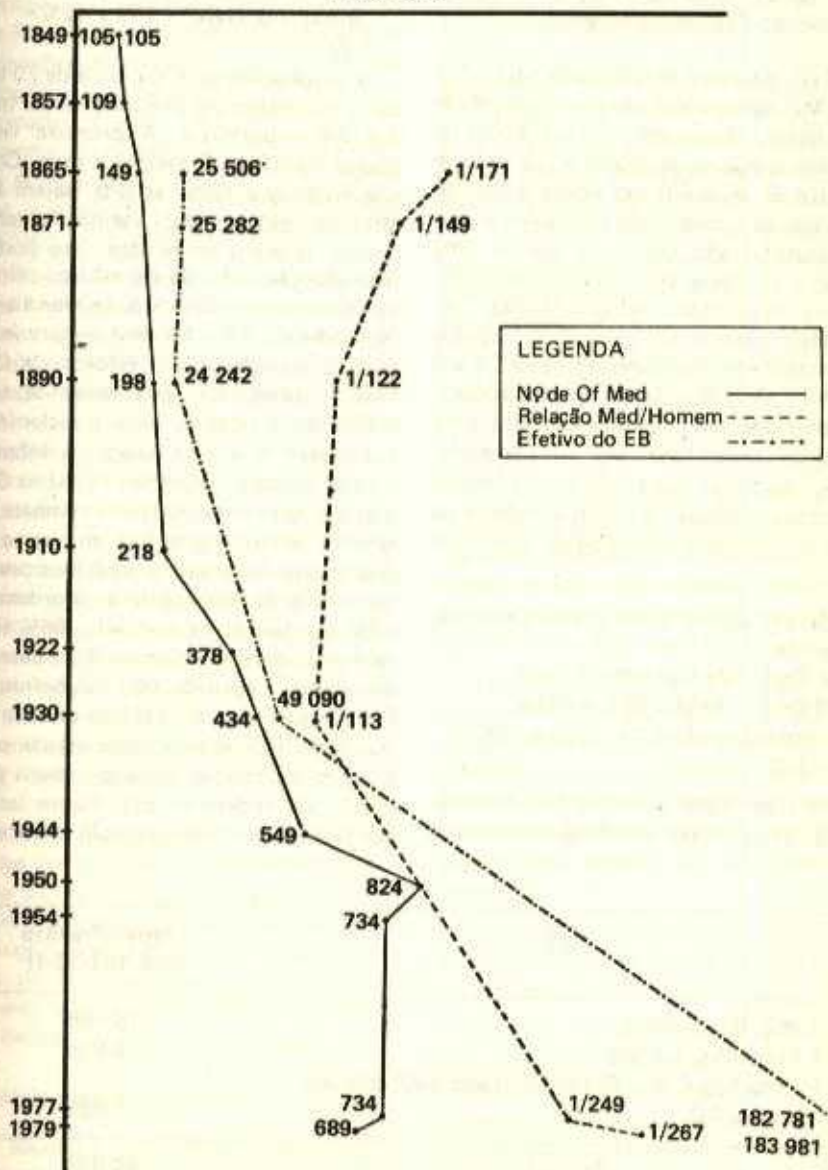
Há previsão de um pelotão cirúrgico móvel em cada hospital geral, em tempo de paz. Na verdade isto não é real. Faz-se necessária uma séria análise, com atenção especial à estrutura de apoio em hospitalização avançada preconizada em nossos manuais em vigor.

As possibilidades de sobrevida que tem atualmente um ferido grave no campo de batalha dependem muito do apoio cirúrgico avançado e móvel. O futuro destes feridos depende essencialmente do tempo decorrido até que se inicie o tratamento adequado, evitando que o quadro mórbido torne-se irreversível. Esta luta é um desafio constante à medicina militar. Não há outra alternativa, ou levar o ferido o mais rapidamente ao hospital, ou levar o hospital mais próximo possível da linha de frente. A utilização do helicóptero nas evacuações nos dá esta rapidez e o conforto ao ferido. Por outra parte, como já foi referido, os hospitais na zona de combate têm que ser móveis para poder desdobrar-se próximo das GU empregadas. No Exército Brasileiro a hospitalização avançada é realizada pelos postos cirúrgicos móveis, instalados e operados pelos Pel Cir Mv, na base de um Pel por GU empregado. Na maioria dos exércitos (Itália, Alemanha, Grã-Bretanha, EUA, URSS, Argentina, França) são usados hospitais móveis, apoiando as divisões (ou mesmo a brigada). O batalhão de saúde israelense, que apoia a divisão, possui uma companhia cirúrgica responsável pela instalação de um hospital cirúrgico móvel.

O Pel Cir Mv preconizado pelo QOE 100-3/ECEME possui uma estrutura visando a receber os feridos intransportáveis dos PTrg, realizar a cirurgia de emergência e prepará-los para evacuação. É empregado em apoio a uma GU (Bda ou base divisionária), com capacidade para 20 feridos. Possui, em seu efetivo, dois cirurgiões, dois anestesiistas e um clínico, além de um dentista (6 Of Sau). Instala e opera um posto cirúrgico móvel na área de apoio logístico da GU.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE OFICIAIS MÉDICOS

1849-1979



O Pel Cir Mv foi criado para substituir o hospital cirúrgico móvel (60 leitos) preconizado para apoiar uma divisão (antigo Sistema de Apoio Administrativo do Exército Brasileiro).

Pela estrutura preconizada para o Pel Cir Mv, assim como pela sua capacidade em leitos, dificilmente terá condições de prestar o apoio necessário à GU. Isto se agrava se levarmos em conta o QO de oficiais de saúde. Dois cirurgiões e dois anestesistas vão constituir apenas uma equipe cirúrgica, com capacidade limitada de durar no seu trabalho técnico. Dependerá sempre do reforço em equipe especializada. Considerando uma DE a 5 (cinco) Bda, conforme quadro abaixo, empenhada em operações contra uma posição, organizada, em 1.º dia e ataque, vamos ver que o número de feridos "intransportáveis" a serem atendidos na GU ultrapassará a capacidade dos P Cir Mv.

Se considerar a DE como um todo, teremos:

$$P \text{ Cmb} = 28.948 \times 5\% = 1447$$

$$B \text{ Cmb} = 1447 \times 70\% = 1013$$

$$\text{"intransportáveis"} = 1013 \times 12\% = 122$$

A capacidade total dos PCir Mv é de 120 leitos, logo insuficientes para o

apoio. Raciocinando com uma brigada de infantaria motorizada, teríamos:

$$P \text{ Cmb} = 5165 \times 5\% = 259$$

$$B \text{ Cmb} = 259 \times 70\% = 182$$

$$\text{"intransportáveis"} = 182 \times 12\% = 22$$

A capacidade do P Cir Mv é de 20 leitos, insuficiente para receber os 22 feridos intransportáveis. À primeira vista pouco significam 2 feridos a mais. Considerando que todas as Bda (sejam Inf Mtz, Inf Bld ou Mec) venham a ter o mesmo número de feridos. Isto porém não acontece. A Bda do esforço principal terá maior número de feridos e a capacidade do P Cir Mv *será sempre insuficiente* para apoiar o esforço da DE. Para as demais GU, possivelmente, será suficiente. Forçando mais o raciocínio, considerando que as baixas de infantaria são as mais frequentes (93%) na GU, que a tropa empenhada em combate terá mais feridos que as GU em reserva ou que a base divisionária, podemos prever que a Bda do Esf Pcp terá da ordem de 40% das baixas de combate. 60% ficaram por conta das demais GU e base divisionária. Seguindo este raciocínio, o P Cir Mv da Bda do Esf Pcp terá sua capacidade (20 leitos) ultrapassada pelo número de feridos intransportáveis previstos (da ordem de 52). Assim temos um apoio de hospitalização avançada,

OM	Efetivo Previsto (ME 101-10-1)
3 (três Bda Inf Mtz	15.495
1 (uma) Bda Inf Bld	5.636
1 (uma Bda C Mec Cmdo, unidades divisionárias, inclusive AD	3.565
TOTAL	28.948

deficiente para a Bda que executará o Esf Pcp e um excesso de capacidade para apoio ao esforço secundário.

A maioria dos exércitos apoia suas divisões com hospitais móveis variando de 50 a 100 leitos embora usando denominações distintas para esse tipo de instalações (hospital cirúrgico avançado, unidade médica autotransportadora, hospital de campanha ou equipe cirúrgica avançada). Assim o fazem os exércitos: argentino, francês, inglês, espanhol, italiano, russo e norte-americano.

Diante da evacuação aeromédica, em particular da evacuação por helicóptero, levou a que muitos duvidassem do emprego da hospitalização avançada. A realidade mostra este emprego em todos os últimos conflitos e cada vez em maior extensão desde a II Guerra Mundial, na Coreia, no Vietnã, no conflito indopaquistanês e finalmente na guerra do Yan Kippour, e não só a nível divisão mas também a nível de Bda. O número de feridos graves intransportáveis vem aumentando, de tal maneira que o número destes feridos, no último conflito árabe-israelense, foi o dobro do constatado na II Guerra Mundial. Isto devido ao emprego crescente de armas de grande poder destruidos e o emprego maciço de blindados. Por isso deve-se levar a hospitalização o mais a frente possível. E não cabe pensar que sempre podemos fazer uso de Hlcp, ou outro tipo de EvAem, pois existem limitações médicas que restringem sua utilização e outras relativas ao seu emprego. Daí a importância de prever um hospital cirúrgico avançado próximo ao PTrg.

Quarto escalão funcional

Realizado pelas OM de saúde do Comando de Apoio Administrativo das

Forças Terrestres no TO (CAATER). Destes apenas os HGe, e os depósitos regionais de material de saúde existem em tempo de paz.

Os H Ge, localizados nas sedes das RM, possuem estrutura diferente do previsto para a guerra. Seus leitos fixos são em número abaixo das necessidades, para atender uma situação de guerra. Não só a estrutura e a capacidade, mas também o pessoal existente, estão voltados para a medicina de paz. O mesmo ocorre com os vários hospitais de guarnição, com sua capacidade, material e pessoal insuficientes para atenderem uma situação de combate.

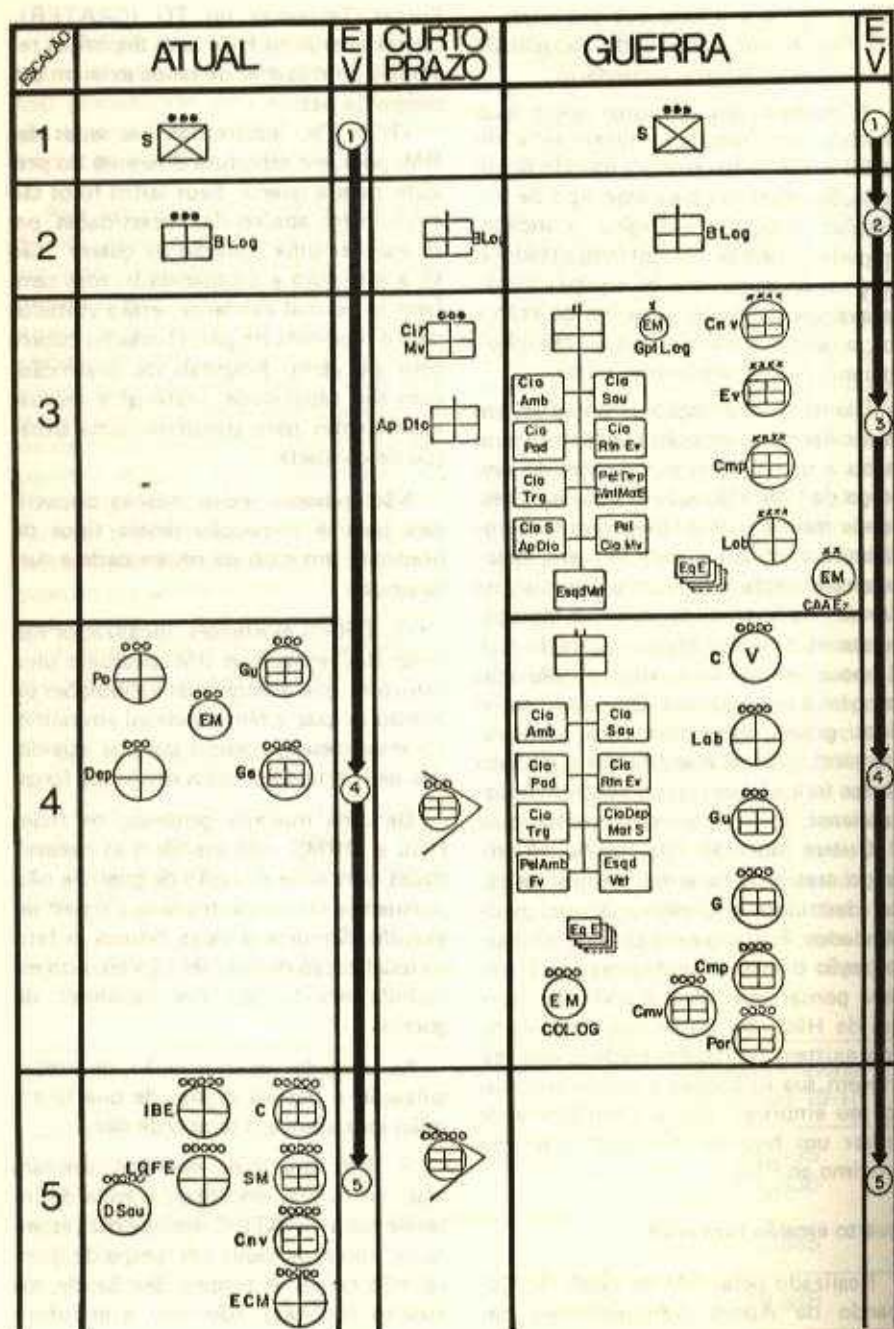
Não existem meios móveis disponíveis para a instalação destes tipos de hospitais, em caso de necessidade a curto prazo.

Os DRMS existentes, localizados nas sedes das respectivas RM, possuem uma estrutura que atende suas atribuições de tempo de paz e têm o pessoal em número insuficiente, mesmo para as atividades de rotina. São todos depósitos fixos.

De uma maneira genérica, os HGe, HGu e DRMS, não atendem as necessidades para uma situação de guerra e não possuem a estrutura desejada e o pessoal exigido. Soma-se a esses fatores o fato da localização destas OM não ter sido escolhida em função das hipóteses de guerra.

As unidades de evacuação, de hospitalização e demais órgãos de quarto escalão inexistem em tempo de paz.

A estrutura atual das RM, venham elas, no futuro, constituir a zona de interior ou a CAATER, no que diz respeito ao apoio de saúde em tempo de guerra, não existe. A própria Sec Saúde, do escalão logístico, não tem a estrutura



mínima necessária e sua passagem para uma estrutura de Sec Saúde/comando logístico será feita com dificuldade.

Quinto escalão funcional

Realizado pelas OM existentes em tempo de paz com as adaptações que se farão necessárias. A estrutura existente está montada para o tempo de paz e sua passagem para uma situação de guerra não será conseguida sem dificuldades.

Meios de evacuação

— Meios Terrestres

As padiolas e carrinhos porta-padiola são de fabricação nacional e não constituem problema face a uma mobilização.

As ambulâncias de primeiro escalão (1/4 ton) são em número insuficiente mas facilmente supridas pela indústria nacional em caso de necessidade. Já as ambulâncias (1 ton) necessárias para os demais escalões não são fabricadas em tempo de paz. Existem alguns protótipos de 3/4 ton mas estas deixam a desejar.

Quanto a ambulância blindada existe um protótipo ENGESA, do tipo URUTU e que não virá constituir problema em caso de necessidade.

— Meios Aéreos

O Exército não possui meios orgânicos para EvAem. Depende do apoio da FAB.

A FAB não possui meios aéreos específicos para a evacuação de doentes e feridos, sendo a EvAem realizada com as aeronaves disponíveis no momento, com adaptações sempre que possível.

Os meios existentes não atendem as necessidades exigidas para apoiar operações de guerra dentro do desejado. Isto

levará a dependência dos meios terrestres.

— Meios Aquáticos

O Exército não possui lancha leve Amb para atender as necessidades de batalhão logístico de selva. Depende de meios flutuantes dos elementos da companhia especial de transporte existentes na Amazônia e que terão que sofrer adaptações.

Guerra química, biológica e radiológica

Cabe à Saúde a participação na guerra QBR, não apenas pela preparação para a evacuação, hospitalização e tratamento de grande massa de pacientes atingidos por estes agentes, mas também nos trabalhos de pesquisa e execução da defesa contra os agentes QBR.

Em tempo de paz, inclusive o pessoal de saúde não faz o Curso de Guerra Química. Tem apenas conhecimentos elementares e teóricos do assunto.

O Instituto de Biologia do Exército, órgão que por suas características e estrutura seria o elemento destinado ao estudo e ao preparo de técnicos para atuar em caso de guerra biológica (principalmente na defesa contra agentes biológicos), nada tem ou faz neste sentido.

Pessoal de saúde

Mesmo para atender a estrutura atual de paz, onde as atividades estão voltadas mais para a assistência médico-hospitalar (SAMMED) o efetivo de pessoal de saúde da ativa é insuficiente para atender as necessidades. Há falta em oficiais e graduados, sendo críticas as deficiências, em pessoal, dentro de certas especialidades.

Procurou-se diminuir a deficiência em oficiais utilizando-se Of R/2, em

uma deturpação dos seus estágios de adaptação e serviço e estágios de instrução e serviço, fazendo com que, após sua curta formação, prestem serviço nos hospitais e policlínicas em detrimento do corpo de tropa, muitas vezes como "especialistas". A permanência em organizações de assistência médica, ao invés da tropa ou BLog, desvia o Of R/2 do objetivo do serviço militar para Of Sau (que é a formação da reserva) e faz com que a assistência médica seja mantida em um nível técnico mais baixo face a pouca experiência dos recém-formados.

O quadro de oficiais médicos, desde 1950, ao invés de acompanhar os aumentos de efetivo da tropa e a criação de novas OM (inclusive hospitais e policlínicas), diminuiu em cerca de 20% (135 Of a menos do que em 1950). O mesmo, em outras proporções, ocorreu com o efetivo de farmacêuticos.

Cálculos realizados na DSau fazem crer que o serviço de saúde funciona com uma deficiência em oficiais da ordem de 50% de suas necessidades mais para atender as forças terrestres.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A estrutura e a dinâmica atuais não atendem as afirmativas doutrinárias. Todo sistema atual está voltado para a situação de paz, funcionando baseado em uma estrutura e uma dinâmica voltadas mais para a assistência médico-hospitalar de tempo de paz (SAMMED). Mesmo assim sua atuação é limitada, uma vez que suas limitações em pessoal, em material e mesmo em organização são uma realidade.

A DSau, órgão normativo do sistema, integrante do DGS, possui uma estrutura ultrapassada, deficiente em pessoal e em recursos e está voltada apenas para a

rotina administrativa de tempo de paz. Exceção ao projeto referente ao material de campanha de 1.º e 2.º escalões, em fase de implantação. Há necessidade de uma reorganização da Diretoria, visando dar a ela maior operacionalidade e condições para que estabeleça as rotinas necessárias à mobilização dos meios de saúde para atender uma situação de guerra.

Dentre os órgãos subordinados à DSau, o IBE, o LQFEx e o ECMSEx necessitam uma análise de suas estruturas para que possam vir atender os estudos, os planejamentos e mesmo a execução de rotinas visando à mobilização de saúde. Todos estes órgãos, assim como os hospitais e depósitos regionais, estão voltados unicamente para a situação de paz.

A seção de saúde do escalão logístico das regiões militares apresentam uma estrutura voltada para a paz sobrecarregada pelos afazeres referentes às juntas de inspeção de saúde e ao SAMMED/FUSEx. Não possui estrutura para executar um planejamento ou manter dia-a-dia os dados necessários. Sem pessoal e recursos suficientes dificilmente poderá constituir um núcleo de uma seção de saúde de um COLOG (RM/ZA), de uma sessão de saúde de CAAEx ou mesmo de uma seção de saúde de uma RM/ZI.

As organizações de saúde regionais (hospitais, policlínicas e depósitos) não possuem estrutura e pessoal para atender uma situação de guerra imediata. Além de serem órgãos fixos suas localizações obedecem mais uma situação administrativa, ao efetivo de tropa em determinada Gu, do que uma hipótese de guerra. Os HGe não possuem condições de ajustar os Pel Cir Mv a curto prazo e suas capacidades em leitos fixos (assim como dos HGu) não atendem as ne-

cessidades de uma mobilização rápida para apoiar uma situação de guerra.

A estrutura atual das RM, venham elas constituir futuro CAATER, CAAEx ou ZI, não possui em tempo de paz as OM de saúde, previstas e necessárias, de 3.º e 4.º escalões (unidades de evacuação, hospitalização e outras especialidades) — e não permite uma evolução fácil da situação de paz para a de guerra. As organizações existentes não permitem ao menos a formação e o aprestamento do pessoal de saúde para constituírem a reserva mobilizável. Reserva inexistente (em alguns setores) no meio civil.

O 1.º escalão funcional (corpo de tropa) uma vez completada a distribuição do material de campanha, tem condição de passar rapidamente a viver uma situação de guerra. Haverá por certo o recompletamento do suprimento classe VIII e do pessoal previstos nos QO de guerra.

O estágio de adaptação e serviço (EAS) e o estágio de instrução e serviço (EIS), de conformidade com o espírito da lei vigente são previstos para a formação da reserva de oficiais de saúde. Reserva esta que na FEB representou 55,13% do efetivo de oficiais de saúde. Para fazer face ao aumento da demanda de pacientes na rede hospitalar do Exército e a diminuição do número de oficiais de saúde nos efetivos atuais houve uma deturpação do emprego do Of Sau R/2 na área assistencial, servindo nas policlínicas e nos hospitais em detrimento da tropa ou dos BLog onde estariam recebendo a instrução necessária. Cai o padrão do atendimento médico-odontológico em tempo de paz (profissionais pouco experientes tecnicamente) e cai o padrão da reserva.

O 2.º escalão funcional (BLog) é insuficiente para atender uma situação de

guerra, pois nem todas as GU possuem este tipo de OM. Quando a possuem, o elemento de saúde é o Pel e não a Cia S. Para atender as necessidades das HG mais prováveis, os BLog teriam que possuir sua Cia S mesmo que venha ser com seu QO reduzido. O Cmdo da subunidade de saúde não pode ficar na mão de um Of do QOE, mas sim na de um Of Med, face às limitações de conhecimentos técnicos daquele oficial. O efetivo de Of Med previsto no QO/Cia S é insuficiente para atender as necessidades, em particular nas Bda C Mec e Bda Inf SI. O material de campanha, uma vez concluída a distribuição prevista e desde que haja um estoque para seu recompletamento, atende as previsões para o apoio das forças em combate. É deficiente ainda o aprestamento das subunidades e do pessoal de saúde neste escalão.

Quanto ao 3.º escalão funcional (Ex Cmp), nada existe em tempo de paz. Na situação atual seriam muitas as dificuldades a serem vencidas em uma mobilização a curto prazo. Inexistem as unidades de evacuação, de hospitalização e demais organizações. A reserva só vem sendo instruída nos primeiro e segundo escalões.

O 4.º escalão funcional apresenta apenas os HGe, HGu e DRMS, com estrutura, material e pessoal voltados para a situação de paz. A rápida passagem para uma estrutura de guerra será difícil, não só pela limitação em leitos fixos mas também em relação ao efetivo de oficiais de saúde. Há necessidade de uma análise da situação atual visando a uma maior capacidade e melhor localização de nossos hospitais, em particular dos HGu, para atender os HG e a ordem de batalha. Em igual situação encontram-se os DRMS com uma estrutura e pessoal

limitados a receberem e distribuírem parte do suprimento de saúde. Não exerce a função de depósito na acepção da palavra.

A estrutura do 5.º escalão funcional está dirigida para o tempo de paz, necessitando uma reestruturação não apenas em suas OM mas também em seus QO.

Os meios de evacuação terrestres são insuficientes para atender a uma situação de emergência e por certo apresentará dificuldades de mobilização a curto prazo. Há necessidade de desenvolvimento de protótipos de ambulâncias destinadas aos segundo, terceiro e quarto escalões, que seriam dotadas, em tempo de paz, aos batalhões logísticos. O mesmo se faz necessário em relação aos meios de evacuação fluvial destinados ao apoio da Bda Inf de Selva.

A guerra química, biológica e radiológica em nosso Exército conta apenas com a companhia de guerra química da Escola de Instrução Especializada, alguns estudos no Instituto Militar de Engenharia, além dos conhecimentos teóricos recebidos nos vários cursos existentes nas várias escolas e OM. O serviço de saúde nada possui nesta área. Não como arma de ataque mas, pelo menos, a defesa contra agentes QBR teria que ser considerada pelas forças terrestres. Em particular a guerra biológica, mais afeta à área da saúde, mais fácil de ser executada e menos dispendiosa (ao alcance de qualquer nação), teria que ser olhada com mais atenção pelo serviço de saúde. O IBE tem condições de adaptação para estudos neste sentido.

Do estudo do sistema de apoio de saúde das Forças Terrestres do Teatro de Operações podemos concluir que o desenvolvimento brasileiro permitiu que a nação aperfeiçoasse suas possibi-

dades convencionais de segurança. Suas forças armadas, embora venham se modernizando, longe estão de considerarem-se como constituintes de uma potência militar. A estrutura e a dinâmica do sistema de apoio de saúde das forças terrestres estão voltadas para o tempo de paz, com sua capacidade de apoio ultrapassada pela demanda exigida. Seu efetivo existente é insuficiente para atender suas necessidades imediatas, seu material é suficiente apenas para atender os 1.º e 2.º escalões em tempo de paz e não possui nenhuma das unidades de evacuação, hospitalização móvel e demais órgãos especiais preconizados pela doutrina para constituírem os 3.º e 4.º escalões funcionais. Os meios de evacuação são insuficientes em número e tipo. Os hospitais fixos não possuem uma localização ideal, são em número insuficiente para atenderem o apoio de paz e têm sua capacidade de atendimento saturada pela demanda.

ALGUMAS SUGESTÕES

Após a análise e as conclusões sobre o sistema de apoio de saúde das forças terrestres, julgamos interessante apresentar algumas sugestões, visando a aproximar o sistema existente da doutrina do C 100-10 e do sistema previsto:

- Reestruturar a DSau dotando-a de uma seção de planejamento e mobilização (voltada para guerra) e uma seção de higiene e saneamento (voltada para a paz e para a guerra).

- Estudar, através da DSau, as rotinas necessárias para a passagem rápida (preconizada pelo C 100-10) da situação de paz para a de guerra.

- Dar condições ao IBE para estudo e pesquisa de assuntos ligados à defesa

contra guerra biológica e suprimento de sangue e derivados.

— Reestruturação da seção de saúde do escalão logístico das RM para que venham constituir um núcleo de seção de saúde do COLOG, do CAAEx e do Comando de ZI. Assim será possível o levantamento das áreas e o planejamento visando à passagem para uma situação de guerra.

— Dar condições para que alguns HGe e HGu tenham condições de mobilizar hospitais de evacuação e elementos cirúrgicos móveis, rapidamente.

— Intensificar a distribuição de material de campanha para as unidades de tropa e BLog e providenciar o mesmo material para equipar as unidades previstas para a implantação do Exército do Presente.

— Dotar os BLog com ambulâncias de 1 ton. Do BLog das Bda Bld ou Mec receberiam Amb Umtu. Em tempo de paz seria suficiente 50% das ambulâncias.

— Passar para companhia os pelotões de saúde dos BLog dos I, II e III Exército e criar os BLog das GU que ainda não o possuem, em particular o da Bda Inf SI.

— Reestruturar a organização da Cia S/Blog, em particular da Bda C Mec, da

Bda Inf SI e da Bda Pqdt, considerando que o efetivo de oficiais médicos previstos em QO é insuficiente para o cumprimento da missão. O Cmdo da subunidade de saúde dos BLog deve ser entregue a um Of Med e não do QOE.

— Substituir os Pel Cir Mv, previstos pela doutrina de emprego, por HCir Mv como preconizava o antigo Sistema de Apoio Administrativo do Exército Brasileiro.

— Criar a curto prazo algumas das unidades de saúde previstas para o 3.º e 4.º escalões funcionais que, em tempo de paz, permaneceriam subordinadas às Regiões Militares, servindo não só para o apoio de saúde do dia-a-dia mas também para a instrução e o ajustamento da tropa. Assim sugerimos criar:

1.ª Fase

— Cia S Ap Dto: 3.ª e 5.ª RM
— Pel Dep Mnt Mat S: 2.ª e 5.ª RM (orgânicos dos DRMS)

— H Cir Mv (ao invés de Pel Cir Mv): 3.ª e 1.ª RM

— DRMS: 11.ª RM
— HGu: 5ª RM (CASCABEL)

2.ª Fase

— Cia S Ap Dto: 1.ª e 12.ª RM
— Pel Dep Mnt Mat S: 12.ª RM (orgânico do DRMS)



O Cel Med Aureliano Pinto de Moura é diplomado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná e possui os cursos da Escola de Saúde do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Representante do Ministério do Exército no Conselho Diretor da Central de Medicamentos, é atualmente Diretor da Policlínica Militar do Rio de Janeiro.

— Cia Dep Mat S: 1.^a RM (orgânico do ECMSE)

— H Por: 1.^a RM (adido a Bda Pqdt) e 12.^a RM (adido ao HGeM)

— HGu: 12.^a RM (BOA VISTA) e 3.^a RM (SÃO GABRIEL)

— Constituir um grupo de trabalho para estudar a validade da substituição do HCirMv (usado pela maioria dos exércitos) pelo Pel Cir Mv preconizado pelo Exército Brasileiro atualmente. O GT poderia ser constituído por elementos da ECEME, EsAO, EsSE e DSau.

— Pesquisar o tipo de lancha leve Amb ideal para dotar o BLog SI. O projeto poderia ser elaborado pelo IME em colaboração com a ECEME.

— Estudar junto à FAB a criação de unidade de EvAem.

— Reestruturar o quadro de oficiais e sargentos de saúde, realizando:

• Aumento de efetivo de Of Med e Farm visando a atender as necessidades mínimas da força terrestre.

• Criação do quadro de Of Enf a serem formados pela EsSe, a semelhança dos demais Of Sau, analisando a possibilidade do ingresso de elementos do sexo feminino.

• Estudo da LSM para Med, Dent e Farm (atualmente menos de 10% dos

formandos prestam o serviço militar) e reformulando a formação do Of R/2 (EAS e EIS) se possível nos CPOR, NPOR e EsSe, com uma carga horária mais compatível com a responsabilidade de um Of Sau. Criar o Of Enf R/2.

• Reformular os critérios de convocação e distribuição dos Of R/2 pelas OM dando prioridade para os BLog e corpo de tropa, em detrimento dos HM e PoM.

• Ampliar para dois anos a duração do CFS/08-33 Aux Enf, criando cursos de Esp não apenas nas especialidades tradicionais existentes mas também em outras de interesse médica e militar.

• Aproveitar a capacidade ociosa que possa existir no CFS/EsSe para a formação de Sgt temporário.

• Estudar o problema da falta de Of Med com o CCEMSv/Sau, levantando suas causas e apresentando medidas de incentivo para atrair o médico-militar ao ingresso na ECEME, objetivando poder contar com elementos de saúde altamente capacitados para assessoria nos escalões EME, DGS, DSau e RM em tempo de paz, assim como na FTTO, CAATER (COLOG) e CAAEx, no teatro de operações.



TECNOLOGIA DE PONTA – UM EXEMPLO BEM SUCEDIDO

Marco A. G. Cecchini

Ex-Reitor e Professor do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA)

Já se falou bastante a respeito do papel que a educação desempenha no desenvolvimento de um país. O bastante, mas não o suficiente, pelo menos entre nós, onde as medidas concretas e efetivas em educação são relativamente modestas e não são tomadas com a devida antecedência.

Esta é mais uma oportunidade para falar sobre a importância da educação. Limitarei as minhas considerações à educação tecnológica e a alguns aspectos da sua correlação com o desenvolvimento industrial brasileiro.

Qualquer que seja a estratégia empregada para promover o desenvolvimento, o sucesso dependerá diretamente da existência de pessoal em número, qualidade e no tempo em que ele se tornar necessário.

Infelizmente, entre nós, contam-se mais os insucessos decorrentes do descompasso que se apresenta entre a im-

plantação de novas tecnologias e a disponibilidade de pessoal qualificado, do que os sucessos que resultam das experiências bem planejadas.

Há uma experiência que certamente foi bem sucedida, que não foi obra do acaso mas, pelo contrário, o produto de um planejamento feito a longo prazo. Refiro-me à implantação da indústria aeronáutica no Brasil.

A indústria aeronáutica brasileira é uma realidade e nela hoje pontifica a Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica, que já completou 10 anos de atividades. Essa empresa, que havia sido projetada para ter cerca de 1.000 empregados e produzir dois aviões "Bandeirante" por mês, ultrapassou a mais otimista das previsões: possui mais de 5.500 empregados, fabrica o "Bandeirante" em 13 versões, além de outros onze aviões destinados às aplicações militares, agrícolas e ao transporte executivo, entrega, em média, mais de 1 avião por dia

e faturou 4,5 bilhões de cruzeiros em 1979, dos quais praticamente a metade em moeda estrangeira (equivalente a 70 milhões de dólares), graças à política agressiva de vendas para o exterior que adota. E tudo isso com tecnologia própria, do processo ao produto, inteiramente brasileira, executada por brasileiros, projetistas, operários especializados, vendedores e dirigentes.

Não menos importante para caracterizar o sucesso da industrialização aeronáutica, é o da sua repercussão social representada pela geração indireta de, pelo menos, 5 mil novos empregos nas 300 empresas fornecedoras de peças e componentes para os produtos finais.

A Embraer foi criada em 1969, mas a sua semente já havia sido lançada há um quarto de século.

Ao ser criado, em 1941, o Ministério da Aeronáutica, receberia a incumbência de controlar e desenvolver a atividade aeronáutica brasileira. Recebera a tradição aeronáutica deixada por Santos Dumont e a responsabilidade de intercomunicar o território gigante que constituía e constitui o nosso país. De outro lado, recebera também o legado de algumas experiências de produção aeronáutica descontinuadas e falta de pessoal qualificado para a construção aeronáutica. Contavam-se pouco mais de uma dezena de engenheiros aeronáuticos brasileiros no país, nem todos exercendo atividades nesse campo. Foi então, que um dos oficiais mais ilustres desse Ministério, ainda vivo, hoje Marechal Casimiro Montenegro, assessorado por um especialista americano em aeronáutica, Prof. Richard H. Smith, já falecido, obteve aprovação da Presidência da República para criar um Centro Técnico que incluísse uma escola de engenharia, um instituto de pesquisas e um órgão que promovesse a transferên-

cia da tecnologia para a indústria aeronáutica. O argumento empregado em 1945, para justificar a criação do Centro Técnico, e nele o ITA, era de que "Nenhuma nação pode ter indústria e comércio iguais aos das nações mais desenvolvidas se ela permanecer numa posição de subordinação à engenharia desenvolvida nessas nações. A única forma de tornar o Brasil independente, no que concerne à atividade aeronáutica, é a de criar a sua escola de engenharia aeronáutica".

A escola de engenharia aeronáutica instalada em São José dos Campos, começou a formar pessoal, empregando, na época metodologia de ensino inovadora, sob vários aspectos. O engenheiro aeronáutico recebia ensino aprofundado nas ciências básicas e da engenharia, era obrigado a permanecer durante muitas tardes por semana nos laboratórios básicos e profissionais e todo o curso tinha forte orientação para o projeto. É claro que havia críticas para esse tipo de ensino que dizia-se, era "alheiado da realidade brasileira". Que poderia fazer o engenheiro aeronáutico projetista num mercado de trabalho que não comportava a construção aeronáutica?

Cabe aqui uma importante observação.

Nenhum currículo de curso de engenharia deve ser estruturado com a única preocupação de atender à solicitação imediatista do mercado de trabalho. Deve ir além: deve ser preparado também para criar novos mercados de trabalho.

Essa política curricular de "colocar o carro na frente dos bois" é a base do desenvolvimento tecnológico e deve prevalecer sobretudo no ensino público.

Contando com pessoal qualificado, embora momentaneamente desempenhando funções para as quais não tinha sido especificamente preparado, o plano

do CTA foi cumprindo suas etapas. Da escola de engenharia nasceu, como unidade autônoma, o Instituto de Pesquisas Aplicadas e deste a Embraer. Resultados naturais das pressões exercidas pelo pessoal qualificado na medida em que ele se avolumava pelo ininterrupto acréscimo de novas turmas de engenheiros aeronáuticos.

O núcleo inicial da Embraer, que forma a cúpula administrativa atual, foi constituído pelo mesmo grupo de pesquisadores que trabalhava no projeto "Bandeirante", no Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do Centro Técnico Aeroespacial.

O crescimento do corpo técnico da empresa foi sustentado, não apenas por engenheiros aeronáuticos das novas turmas, mas também, e de forma expressiva, pelos formados anteriormente que foram atraídos para a atividade para a qual haviam sido especificamente formados. O corpo técnico da Embraer possui, hoje, engenheiros de praticamente todas as turmas formadas pelo ITA, em São José dos Campos.

O desenvolvimento da tecnologia de ponta, como a mencionada, foi amparado em todas as suas etapas, formação, pesquisa aplicada, desenvolvimento, por um sistema educacional. Recentemente esse modelo de desenvolvimento foi analisado em profundidade pelo Brigadeiro Tércio Pacitti que apontou três causas principais para o sucesso*.

1ª) O sistema educacional, atinge seus objetivos a prazos longos, mas é seguro e persistente nos seus objetivos. A

mensagem de renovação é repetida para uma população que é sempre jovem e, por isso mesmo, idealista e pronta para a ação.

2ª) O fato do mesmo grupo de engenheiros, com o mesmo tipo de formação, ter passado sucessivamente da pesquisa aplicada para a industrialização e posteriormente para a gerência atribuiu confiabilidade no produto e assegurou o indispensável apoio dos órgãos governamentais de financiamento. Além disso a cúpula administrativa surgiu do quadro de pessoal engajado na atividade fim do empreendimento, invertendo o procedimento muito comum entre nós, quando da criação de empresas de que o estado participa, em que a "cabeça já nasce pronta" e a atividade deve ser gerada por ela.

3ª) Política de apoio governamental através da criação de incentivos e substanciada nos contratos de aquisição de aviões, na medida justa como convém ao desenvolvimento de uma tecnologia de ponta. Política que não foi "paternalista", que comprometeria o empreendimento, mas que, pelo contrário, exigiu que a empresa empregasse métodos, disciplina e padrões de produtividade de um empreendimento privado.

A industrialização aeronáutica apresentou alguns aspectos peculiares: um Ministério para apoiá-la e uma tradição firmada em projeto e construção, em série de pequeno porte. Também não pode deixar de ser ressaltada a importância que representou nessa industrialização a alta qualificação individual do líder Cel. Engº Osires Silva e de cada componente do grupo do projeto "Bandeirante", que passou a nuclear a Embraer, e do especialista estrangeiro, Engº Max Holte, que forneceu generosamente toda

(*) Veja Defesa Nacional nº 687 de jan/fev-80, pág. 123: Educação, Amparo Governamental para o Desenvolvimento de Tecnologias de Ponta — Brig Tércio Pacitti.

a sua longa e bem sucedida experiência na construção aeronáutica.

De outro lado, essa industrialização teve obstáculos seríssimos a suplantar, não comuns a outros tipos de industrialização: a inexistência de uma indústria de apoio que preenchesse os requisitos de qualidade exigidos para a construção aeronáutica e sobretudo a poderosa concorrência internacional.

Parece, no entanto, que o modelo de desenvolvimento tecnológico diretamente vinculado a uma escola de engenharia pode ser aplicado em outras áreas de ponta da industrialização.

A indústria-química é entre nós a que maior dependência externa apresenta em termos de engenharia de processos. A absorção dos "pacotes tecnológicos" importados não vêm se processando no nível esperado, justamente pela falta de maior participação do sistema educacional vigente.

Deve ser do mais alto interesse econômico, estratégico e político do país, que essa relação de dependência não venha a se repetir com o desenvolvimento da tecnologia do álcool e de outras alternativas energéticas de natureza química. A tecnologia do álcool, assim entendida toda a atividade que vai da produção aos múltiplos usos desse produto, representa a grande oportunidade, de há muito esperada pelos químicos brasileiros, para criar tecnologia autóctone e, eventualmente, promover a inversão no "balanço da tecnologia". De importador tradicional o Brasil poderá passar a exportar de tecnologia química.

O exemplo recente da industrialização aeronáutica, que é bem brasileiro, somado ao de outros países em outros campos da tecnologia, recomenda aos órgãos estatais e não estatais, direta ou indiretamente ligados à política nacional

de desenvolvimento tecnológico, que ao estabelecê-la considerem os seguintes fatos, em grande parte também ressaltados pelo Brigadeiro Pacitti, decorrentes de experiências bem sucedidas.

1º) A tecnologia que se incorpora à cultura técnica do país e que atua como propulsora do desenvolvimento não é a importada, por melhor que seja a estratégia de transferência, mas sim a que é gerada no próprio país.

2º) A geração da tecnologia somente pode ocorrer quando há massa crítica de pessoal especificamente preparado para o trabalho criativo.

3º) A preparação de pessoal criativo na área tecnológica é lenta, dispendiosa e é efetuada por centros de excelência em educação tecnológica, assim consideradas aquelas instituições que tenham estrutura e empregam métodos de ensino voltados exclusivamente para a mais alta qualificação do técnico a formar, não importando a pressão de entrada, representada pelo número de postulantes muito superior ao de vagas, nem a pressão de saída representada pela solicitação imediatista e conjuntural do mercado de trabalho.

4º) Os centros de excelência em educação tecnológica possuem a capacidade de renovar permanentemente, através da linguagem curricular, a sua mensagem de criatividade a uma população que é sempre jovem e, por isso mesmo, idealista e motivada para a ação.

5º) Os centros de excelência de educação tecnológica devem ser poucos, de preferência mantidos pelo estado e diversificados, quanto ao campo de ação tecnológica, em função da própria estrutura e dos característicos regionais. Devem receber apoio material substancial e continuado para que possam efetivamente

desempenhar as suas funções de geradores do desenvolvimento.

6º) Aos centros de excelência de educação tecnológica devem estar vinculados órgãos de pesquisa aplicada onde possam ser desenvolvidos protótipos de processos ou de produtos que tenham viabilidade de industrialização.

7º) Iniciativas empresariais, baseadas em tecnologias de ponta, podem ser nucleadas a partir de grupos de pesquisadores aplicados, bem sucedidos o que apresenta as vantagens de motivar a pesquisa e de criar confiabilidade externa nos processos ou nos produtos a serem desenvolvidos.

8º) A cúpula administrativa de uma empresa, como vínculo estatal, deve surgir do quadro de pessoal engajado na atividade tecnológica fim como um estímulo à carreira e uma garantia de integração ao empreendimento, e não o contrário, ou seja, ser organizada com a finalidade de gerar a atividade.

9º) A participação de especialistas estrangeiros, a nível de colaboradores, ou assessores, é essencial, seja na etapa de preparação do pessoal qualificado, seja na etapa de geração da tecnologia. Não por serem estrangeiros, mas por serem especialistas.



IMPÉRIO SOVIÉTICO: MARXISMO OU LENINISMO ?

Therezinha de Castro

*Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro,
e Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —
IBGE.*

1 — FORMAÇÃO TERRITORIAL

Os grandes impérios coloniais que começaram a se formar no século XVI tiveram sua liquidação teórica em nossos dias.

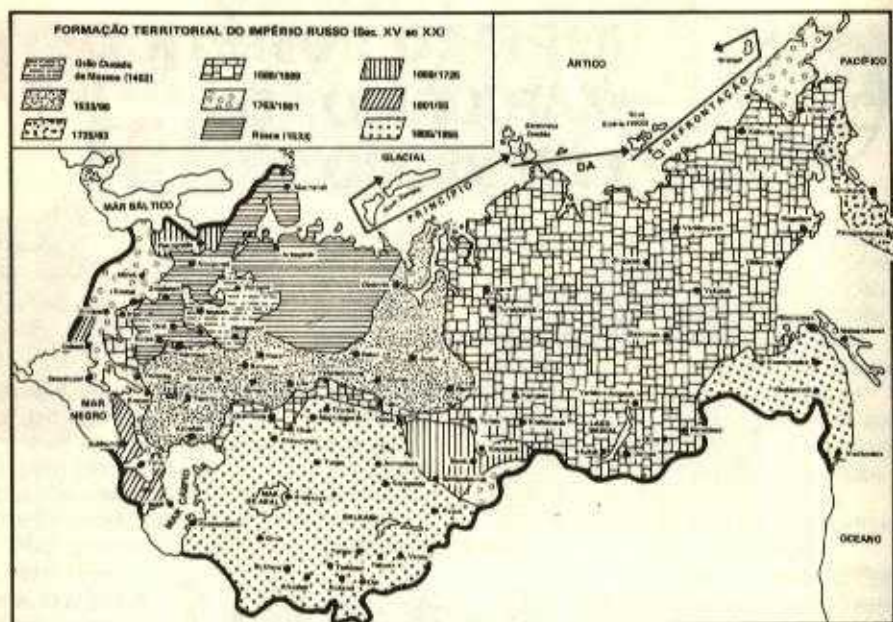
As metrópoles européias, representadas em especial por Portugal, Espanha, Inglaterra e França perderam territórios que ocuparam ou colonizaram nos vários continentes. Assim, no contexto mundial, *apenas um grande império se mantém — o Russo ou Soviético*. Império de que quase a metade dos súditos não são russos; onde as várias nacionalidades diferem apenas das potências ultramarinas quanto ao posicionamento, mas não quanto aos problemas, visto não existir água salgada separando os russos dos não russos. Guardadas, pois, as devidas idades cronológicas, repete-se o fenômeno do Império Romano.

Foi na segunda metade do século XV, entre os numerosos estados russos

(ducados, kanatos e até repúblicas) que o *Grão Ducado de Moscou*, tal como a Roma da Antiguidade, se revelou como o mais poderoso, transformando-se no núcleo geohistórico do vasto império (Mapa 1).

Como Roma, que se impôs para deter a hegemonia no Mediterrâneo, a Rússia, curiosamente, começou a formar o seu império territorial quando as potências atlânticas criavam seus impérios ultramarinos na era das navegações oceânicas. Assim, trinta anos antes da redescoberta da América pelos espanhóis, instalava-se na Europa Central o Grão Ducado de Moscou, cuja existência geopolítica data de 1462.

Enquanto os portugueses se mantinham no litoral atlântico americano, muito embora os espanhóis já tivessem percorrido a América do México ao Chile, numa dorsal envolvendo o Pacífico, a Rússia propriamente dita começava a



existir. Existência caracterizada por um expansionismo que já envolvia o estratégico Báltico e se espalhava pelo Ártico até as portas da Sibéria.

De 1533 a 1689, quando a colonização do Brasil ainda se limitava à nesga marítima e os Estados Unidos eram simples núcleos esparsos à beira do Atlântico, a Rússia crescera em direção ao Cáspio, largo Baikal, todo o litoral Ártico e um trecho do oceano Pacífico.

Com implantação geopolítica praticamente contemporânea, o expansionismo russo, marcado pelas facilidades oferecidas pelas planícies, foi bem mais rápido do que o crescimento territorial do Brasil e dos Estados Unidos, encurralados no litoral atlântico.

Servida por mares frios do hemisfério norte, o desejo da Rússia de atingir os mares quentes do sul, bem como o estratégico Báltico, é marcado por sucessivas etapas de expansão que vão desde 1689

até 1855. De fins do século XIX aos nossos dias, a expansão pelas terras marginais da Eurásia e o conseqüente posicionamento de que já desfrutava, *levaram o geopolítico inglês Mackinder a chamar o vasto império de "heartland" ou "coração da Terra"*.

Hoje, o império soviético se estende de Kaliningrado, que já pertenceu à Alemanha Oriental, até Vladivostok, no Pacífico. Controlando praticamente a "ilha mundial" de Mackinder, *não conseguiu a Rússia, por outro lado, satisfazer-se dentro da teoria de Mahan*, visto que o Bloco Ocidental ainda domina todas as principais saídas oceânicas. A chegada ao Mediterrâneo, sonho geoestratégico alimentado desde Catarina II até hoje, se encontra dificultado em grande parte por Israel e pela Turquia; daí ter a Rússia optado pela alternativa do sul ou do envolvimento gradual: Oriente Médio, Golfo Pérsico, norte da África.

2 – IMPACTO ÉTNICO-POLÍTICO

Constitui-se o Império Soviético de 15 repúblicas socialistas (soviéticas), a maior das quais é a própria Rússia; de 20 repúblicas (soviéticas) autônomas posicionadas, em sua maioria, em torno do núcleo moscovita. Além das áreas nacionais, os *okrugs*, quase todos dominando estrategicamente o Ártico, cujas ilhas o princípio da defrontação do Senador Pascal Poirier entregou ao governo de Moscou; fazem parte também do conjunto administrativo os *oblasts* autônomos, necessários em locais onde se apresentam quistos étnicos (Mapa 2).

Teoricamente, todas as repúblicas têm governos, legislaturas e até mesmo partidos próprios; muito embora, na realidade, as decisões sejam sempre tomadas pelo Politburo em Moscou e transmitidas a todo o território para a devida implementação.

Dividida, porém russificada, 82,8% da população do império é dita russa, predominante sob todos os pontos de vista sobre as minorias nacionais, reconhecidas como em número de 169 desde o censo de 1926. Autêntico mosaico étnico, coabita o vasto império russo formado por: eslavos (russos, ucranianos, bielorrussos, eslavos do norte e sul), turcos (tártaros, chuvashs, bashkirs, usbeks, bazaks, kirguizes, turkmenistãos, azers e outros), caucásicos (georgianos, armênios e dagestanis), fino-ungrianos (mordovínios, udmurts, maris, komis, karels, finos e estonianos); além dos eslavônicos do Báltico, judeus, rumenos, alemães e iranianos ou persas.

A russificação dessas nacionalidades vem sendo imposta através dos séculos desde a época dos czares. Implantado o regime comunista, o grande russificador foi o georgiano Joseph Stalin. Em 1955, depois de sua morte, foram feitas algu-



mas concessões; porém, diante de *problemas nacionalistas* surgidos na Ucrânia, nas três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), na Armênia, na própria Geórgia, bem como na Ásia Central Soviética povoada por muçulmanos, foram suspensas as medidas "liberais".

Diante, pois, do renascimento nacional-cultural, reafirmou-se uma centralização, e uma política mais dura de assimilação. Política corporificada no programa de 1961 preconizando a eliminação de fronteiras entre as diversas repúblicas para uma eventual "completa unidade". Era necessária tal política interna para evitar um possível *esfacelamento territorial* muito embora no exterior a Rússia continuasse a defender o desmantelamento dos impérios coloniais ocidentais, em nome da "autodeterminação dos povos oprimidos".

A *Constituição de 1977*, ainda em vigor, é, na realidade, mais um programa político do que propriamente uma definição do mecanismo governamental. Pelo *Artigo 3.º* declara que o Estado Soviético "será organizado e funcionará de acordo com o centralismo democrático". Nessas condições, dilui ao máximo as idéias de Lenine, grande opositor do unitarismo, que optava por um Estado multinacional, federal, integral.

Tendo em vista a reaproximação cada vez maior das nações na União Soviética, procura a *Constituição de 1977* manter limitada a *área das liberdades individuais*, o que constitui uma arma mais efetiva contra o nacionalismo. Como justificativa para tal medida, afirma o governo russo que não está violando as liberdades, apenas neutralizando os inimigos do regime.

Muito embora a atual *Constituição* confirme que as repúblicas gozam do direito nominal de se separar do resto do

país, tal fato, diante dos atos, não passa de uma pálida vela acesa no altar do federalismo.

Complementando o *secessionismo*, o vasto complexo territorial soviético tem sua economia constituída nos moldes de um império colonial; tem, de um lado, a metrópole, onde se concentra o complexo industrial militar, predominando em detrimento das colônias, que possuem as indústrias leves e pesadas. Reflete, de certo modo, a política monopolista ibérica, que transformou suas possessões ultramarinas em simples mercados dependentes. Tal como acontece hoje na União Soviética, trata-se de um jogo político no qual a metrópole explora as colônias, sugando-lhes os capitais tão necessários, privando-as de seus recursos vitais. E dentro desse sistema soviético, em vista do déficit de matérias-primas, a metrópole, por necessidades defensivas, vem dando prioridade aos recursos para o seu complexo industrial em detrimento das colônias.

Segundo o *Artigo 6.º* da *Constituição de 1977*, "a força principal e norteadora da sociedade soviética, o núcleo de seu sistema político, bem como o de todas as organizações políticas estatais, é o Partido Comunista da União Soviética". Nessas condições, se o *Partido é dirigido por um sistema todo centralizado*, e se o Partido é o fator decisivo na administração da economia, a descentralização não o atrai.

Assim sendo, a economia soviética constitui um enorme "quebra-cabeças" no qual faltam algumas peças. E é o próprio Brejnev quem o reconhece quando assim se expressou por ocasião do 25.º Congresso do Partido: "...o Estado faz grandes investimentos para atender a demanda de roupas atraentes e de boa qualidade, aumentando a produção do algo-

dão, de lã e fibras sintéticas. Mas o produto final perde grande parte de seu valor devido à baixa qualidade das máquinas, do acabamento, dos corantes e ao atraso nas indústrias têxteis e de roupas... Ainda não aprendemos, apesar de garantirmos altas taxas de desenvolvimento à indústria pesada, a desenvolver o grupo B (bens de consumo) e o setor de serviços a um ritmo também acelerado". Conclui Brejnev, mais adiante, ser, no entanto, essa defasagem "uma questão de enorme importância política e econômica, diretamente ligada à obediência às normas pragmáticas do Partido".

O 26.º Congresso do Partido Comunista, reunido em fevereiro de 1981 procurou se ater: 1.º, ao fator *qualidade*, muito mais que ao fator *quantidade*; 2.º, ao fator *produtividade*, porém relacionado com a *melhoria e eficiência no trabalho*; 3.º, ao fator *modernização*, sem pensar em investimentos em novas fábricas.

Isto porque, em função das normas pragmáticas do Partido, segundo fontes do Pravda, as *taxas de crescimento da produção industrial* não foram muito compensadores.

1976	1977	1978	1979	1980
4,8	5,7	4,8	3,4	3,6

O quadro anterior pode ser complementado com o que se segue, no qual o Pravda indica a *produção industrial por homem/ano*:

1976	1977	1978	1979
3,4	4,1	3,6	2,4

Vê-se, pois, que enquanto a indústria pesada do grupo A (siderúrgica, petróleo, gás, indústria espacial e bélica) representa 76% da produção, a de bens de consumo se resume em apenas 26%.

Essa *economia estatal, altamente paternalista*, reflete uma produção industrial *sem concorrência*, contrariamente ao que ocorre no mundo capitalista. A falta de concorrência diminui os estímulos, mesmo diante dos prêmios que aumentam o salário do trabalhador soviético que apresente maior produção. O desestímulo gera a inércia, porque o intermediário ou administrador da loja é também um burocrata ligado ao Estado. Burocrata, que por sua vez, leva o produto a um consumidor que simplesmente não tem escolha.

No entanto, essa aversão à iniciativa individual ou privada já não é tão marcante no setor agrícola. Mas, como meio seguro para evitar a inflação, *os kolkhozes*, embora não sejam fazendas estatais como os *savrozes*, têm toda a sua produção adquirida pelo governo a preço fixo. Deste modo, vencida a inflação, o sistema econômico soviético consegue, por outro lado, manter durante dez ou vinte anos o mesmo produto ou o mesmo modelo antiquado a preços estáveis.

Portanto, tal como ocorre na indústria, a fonte do Pravda mostra e as palavras de Brejnev confirmam que "os recursos destinados à agricultura não têm sido utilizados com suficiente audácia".

1977	1978	1979	(em milhões de toneladas)
195	255	179	Grãos
83	85	90	Batatas
14	15	15	Carne
94	94	93	Leite

Vemos ainda que até 1960 o *PNB soviético* crescia ao ritmo de 8 a 10% ao ano. A partir de 1970 a situação começou a mudar, calculando-se que em 1980 o PNB terá aumentado em apenas 1%.

Convém ressaltar que cinco anos antes da implantação do sistema comunista na Rússia o sociólogo inglês Hilaire Belloc (*The Servile State*) dizia o seguinte: "Torna-se cada vez mais evidente que qualquer intenção de transformar o capitalismo em coletivismo não resultará de modo algum em coletivismo e sim em algo que os coletivistas jamais imaginaram. Este alto é o Estado-Servil, um Estado no qual as massas humanas serão obrigadas por lei a trabalhar em benefício de uma minoria".

Essa minoria que o Kremlin designou como "*nomenklatura*"; palavra que exprime "quem é quem", incluindo todo aquele que é patrocinado pelo governo soviético e que, juntamente com sua família, totaliza cerca de 3 milhões de pessoas, ou seja, *menos de 1% da população total de cerca de 260 milhões de habitantes*.

São apenas três milhões de pessoas, pois a "*mordomia*" ("*kremliovka*" ou alimentos selecionados, as "*datchas*" ou casas de campo, etc.) não cabe aos 10 milhões de membros do Partido Comunista, que tem 17 milhões de filiados, mas tão somente à sua *cúpula*. Não cabe, portanto, aos 27 milhões de pessoas que integram as listas de pagamento direto do governo como empregados estatais do Partido, segundo cifras publicadas pela "*Ekonomitcheskaya Gazeta*" de 2 de abril de 1980. Devendo-se, por outro lado, notar que a *sucessão* de Brejnev será, como tem sempre ocorrido na Rússia, a *simples troca de uma equipe política por outra*.

Curiosamente a União Soviética vem sendo governada pelos *líderes mais velhos do mundo*. A idade média dos 14 membros do Politburo, o centro do poder soviético, se situa na faixa dos 70 anos para mais. Daí haver observado Michel Tatu que na "União Soviética não há lugar para políticos aposentados". Não contando com um sistema formal de transferência do poder, os velhos dirigentes temem abrir as portas para os mais jovens. E nisto vai o princípio de que *o Estado Soviético pode ser fisicamente débil, mas é ideologicamente forte*. Ainda dentro deste princípio, *o Congresso do Partido é, na prática, um catalizador político*. É que o Congresso *não formula políticas* quando se reúne; muito pelo contrário, *confirma as fórmulas* já discutidas pelas altas autoridades do Partido e *devidamente aprovadas pela liderança*.

Acredita-se, assim, que o 26.^o Congresso do Partido Comunista, reunido em fevereiro de 1981, embora sustentando as críticas do sistema econômico interno, não irá superá-lo. Isto porque o Estado teria que ceder; e não poderia ceder a ponto de interferir na base que constitui o *sistema da lealdade partidária*. Por outro lado é notório que o controle exercido pelo aparelho do Poder mostra que *as renovações só ocorrem durante as mudanças de cúpula*, tal como se viu de Stalin para Krutchev, e deste para Brejnev.

Mesmo assim são renovações bastante sutis. Uma anedota, que reflete bem uma impressão geral sobre o estado dos governantes soviéticos, conta que num trem, com destino à terra prometida dos comunistas viajam Joseph Stalin, Nikita Krutchev e Leonid Brejnev. O trem enguiça. Imediatamente Stalin ordena que sejam fuzilados os tripulantes. Como tal

medida de nada adiantou, Krutchev assume o comando, reabilitando e condecorando postumamente os tripulantes. Não se resolvendo o problema, caberá então o comando a Brejnev que resolve a questão com a seguinte ordem: "baixem as cortinas e façamos de contas que o trem está andando".

E é assim que o sistema se impõe, visto que, na concepção de Lenine, *a política é assunto para profissionais, e os profissionais são os que pertencem à cúpula do Partido Comunista*. O povo nada tem a ver com a política, deve se ater ao direito de olhar, mas não participar.

Por outro lado, nota-se que o sistema soviético foi estruturado de tal maneira que o homem da rua só poderá chegar ao poder se fizer parte da hierarquia que leva até o governo.

Não contando com os meios de expressão, o povo pode, no entanto, escrever para os jornais, mas já sabendo que há *censura*; daí conformar-se de que seu único meio de agir é a adesão ou a abstenção. É fato que *a família soviética* conta com educação gratuita, aluguel simbólico, transporte público barato, serviço médico subsidiado ou grátis, além da alimentação subsidiada no local do trabalho. O problema, no entanto, começa quando se espera em qualidade tudo o que é oferecido ao povo. O abastecimento irregular por parte dos "gastrônomos", os supermercados do governo, é patenteado pelas longas filas. A má qualidade em tudo tem que ser suportada, pois na União Soviética não existem competições.

Por sua vez, o sistema de censura soviético elimina, cuidadosamente, não só as notícias concernentes à própria vida privada da classe dirigente, como também assuntos não interessantes ao regi-

me vindos do Ocidente. Para sustentar tal estado de coisas, as fronteiras do vasto império devem estar sempre hermeticamente fechadas.

Os turistas estrangeiros têm que passar por determinadas estradas, sem ver jamais um dos vários povoados ou "koljóz". Tanto cuidado toma a "Intourist", agência turística estatal, que chega a determinar as "zonas abertas" para as viagens. E dentre as 33 cidades com mais de 500 mil habitantes incluídas nessas "zonas abertas", 20 não podem ser visitadas; significando isso, que *milhões de cidadãos soviéticos jamais se encontram com um estrangeiro durante toda a sua vida*.

3 — DIRETRIZES DEFENSIVAS

Sem contar com a oposição popular, *a Rússia mantém satisfeitos os seus teóricos e sobretudo os militares*, objetivando a sempre crescente capacidade terrestre, marítima e aérea, dando ao país a possibilidade de intervir militarmente em escala mundial.

Conseqüentemente, o único setor da indústria soviética que vem funcionando satisfatoriamente é o dos *armamentos*. No entanto, a maior parte desse material bélico é entregue aos países satélites ou comercializada a longo prazo. Parte ínfima desse material consegue ser vendida no exterior em troca de moeda viva. Por isso, mesmo funcionando satisfatoriamente, a produção bélica significa outra carga a mais para o orçamento soviético.

Mesmo assim compensa, pois em política externa os russos seguem o lema de Lenine: *"enfiar a baioneta até onde puder"*. E, na consecução dos *objetivos expansionistas ou intervencionistas*, procuram os russos a *liderança da revolu-*

ção mundial. Para tal, até 1960, o Kremlin, que só ajudava aos movimentos declaradamente comunistas, emprega atualmente a técnica de enviar primeiro as suas forças e só depois procurar os seus simpatizantes.

A doutrina militar do Kremlin, tendo ainda bem viva a invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, estabelece que a União Soviética assumirá a ofensiva se for iminente um conflito bélico. Na realidade, porém, essa doutrina só é defensiva na teoria, já que a natureza política russa se tem mostrado mais na ofensiva, seguindo o princípio de que, para evitar um ataque ao território soviético, deve ser feito o uso da ação militar contra o inimigo prestes a se rebelar. E foi assim que se desencadearam as invasões da Hungria, da Tchecoslováquia e do Afeganistão. É dentro deste princípio que a definição de "guerra fria", atribuída ao financista estadunidense Bernard Baruch, não é aceita pelo Kremlin como um confronto entre o Ocidente e o Oriente. Isto porque a ação soviética em direção ao oeste é tida por Moscou como a de uma "coexistência pacífica".

Mas o fato é que, dentro desta "coexistência pacífica" o efetivo militar soviético, em cifras que chegam ao Ocidente, é de aproximadamente 3.600.000 homens e mulheres; efetivo dividido em 5 serviços principais: Exército, Marinha, Aeronáutica, Forças de Foguetes Estratégicos e Forças de Defesa. Há, por outro lado, 450.000 homens nas forças paramilitares, incluindo-se guardas fronteiriços e tropas de segurança interna; tendo destaque a KGB, polícia secreta, que, contrariamente ao que ocorre nos países ocidentais, nunca excedendo 1% da população, emprega de 7 a 10% de soviéticos.

As forças terrestres soviéticas, o dobro das tropas do Exército e Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, estão concentradas em áreas consideradas críticas. Segundo estimativas ocidentais 30 divisões estão no leste europeu, cerca de 67 nas repúblicas europeias da União Soviética, 6 na parte central do país, 24 no sul e 46 na fronteira com a China. Isso sem contar com o efetivo militar que opera no Afeganistão, Cuba, Vietnã, Oriente Médio e África.

O serviço militar é obrigatório a partir dos 18 anos, e até os 50 os reservistas podem ser convocados. No Exército e Aeronáutica o serviço militar é de dois anos; na Marinha ou Corpo de Guarda da Fronteira pode chegar aos três anos.

Assim como a União Soviética luta contra o problema das variadas nacionalidades, enfrenta também a questão do crescimento de grupos étnicos nas Forças Armadas. Terminada a Segunda Guerra Mundial, apenas 4,7% dos soldados não eram eslavos; atualmente o percentual de não eslavos é avaliado em 18%, sendo em sua maior parte das Repúblicas Soviéticas da Ásia Central, mais precisamente do Kazakistão, do Usbekistão e do Tadjikistão. Se essa cifra continuar a se elevar, poderá ver-se forçado o Kremlin a reavaliar a sua prática de só confiar aos eslavos os postos de oficial e o papel de combatentes. Observa-se que a tensão racial já se infiltra no plano político-administrativo e se poderá estender ao campo das Forças Armadas.

4 — CONCLUSÃO

Carecendo das tradições ocidentais do *burgo* e da *nobreza independente*, que puderam limitar na Europa o poder central, a *revolução bolchevista* (novembro de 1917) conseguiu implantar na

Rússia uma *força político-ideológica bem original*.

Essa originalidade surgiu em função do *antagonismo* que, na realidade, sempre existiu entre os ideais de Marx e de Lenine. Para o criador do chamado comunismo, a base de tudo seria o ideal da emancipação do indivíduo numa sociedade sem classes, livre da exploração, da coerção e da própria guerra; e esta base marxista deveria ser implantada pela revolução do proletariado nos países industrialmente avançados.

Contrariamente ao que supôs Marx, a revolução comunista começou por ser implantada na Rússia, seguindo as tendências geohistóricas do país. Assim, Lenine, numa adaptação do marxismo, adotou o slogan da *"ditadura do proletariado"*, entendendo-o como um poder absoluto, *institucionalizado num Partido de Vanguarda*. E foi justamente esse Partido, que, adaptando-se ao poder absoluto que sempre existiu na Rússia, embora falando em nome do proletariado, passou a agir independentemente de sua vontade real.

Criava, pois, Lenine, um *marxismo afastado de suas idéias ocidentais*, adaptado ao *"status quo"* não ocidental da tradição histórica russa. Daí a criação dos *"soviets"* servindo de base a um país destituído de qualquer organização democrática de massas.

O leninismo transformou a Rússia numa *potência mundial*, sem concretizar o ideal marxista da sociedade sem exploração, coerção ou guerra. Implantando um governo totalitário, manteve sua posição de hostilidade às empresas privadas do capitalismo.

Falhando como força revolucionária no Ocidente, não tendo conseguido implantar sua ideologia em nenhum país industrial avançado, o leninismo man-

teve, na prática, um *mundo fundamentalmente dividido*. Mundo dividido política, economicamente e conseqüentemente antagônico sob o ponto de vista militar.

Nos países ocidentais industrializados, democracia e pluralismo estão de tal forma vinculados, e as classes médias são tão fortes, que a menos que se respeitem essas realidades, o leninismo não encontrará grandes chances.

A exportação do leninismo não foi coroada de êxito, pois os chamados Partidos Comunistas de massa, existentes em países industrialmente avançados, abandonaram solenemente os princípios russos. Na Europa surgiu o *eurocomunismo*, enquanto a China procurou afastar-se da *revolução cultural*.

Por outro lado, conseguindo na *"Cortina de Ferro"* implantar a sua faixa protetora de *membros do Cominform*, a Rússia nada mais fez do que lançar as bases para novas formas de conflitos nacionais entre Estados Comunistas. Na primeira fase, *Stalin*, no sentido de *forçar o conformismo ideológico na Iugoslávia*, acabou por afastá-la da submissão. A Iugoslávia e, mais recentemente, a China desembaraçaram-se das amarras do *"internacionalismo proletário"* soviético.

Novas perdas seriam perigosas para a Rússia, e, assim, coube a *Krutchev* esmagar, pela força militar, a *Hungria* e a *Tchecoslováquia*; enquanto *Brejnev* tem mostrado suas apreensões com o liberalismo que surgiu na *Polônia*.

A Constituição de 1977 em seu *Artigo 28* impõe ao regime o dever de *"consolidar a situação do socialismo mundial, apoiando as lutas dos povos pela libertação nacional e pelo progresso social"*. A criação de um movimento internacional dominado por princípios le-

ministas, dentro da chamada estratégia da "*Frente Popular*", permitiu aos soviéticos conquistar adeptos em outros países e, mesmo, influenciar a política de alguns governos. Mas, na realidade, o grande impacto leninista se refletiu no âmbito do Terceiro Mundo.

Nesses países subdesenvolvidos, muitos dos quais oriundos do rápido processo de desmantelamento histórico dos velhos impérios coloniais, a instável minoria se habilitou tão somente ao rótulo de "*não capitalista*", ou mais comodamente "*neutralistas*". E, nesse sentido, não concedendo as vantagens desejadas pelo Kremlin, produziram, por outro lado, um impacto negativo para o Bloco Ocidental. É que esses países, ainda imaturos para a independência política, necessitados das instituições e valores culturais do Ocidente, assumiram uma atitude ativamente anti-ocidental.

Nesse caso, as Frentes Populares agiram no sentido da perda da atração exercida pelos valores ocidentais sobre grande parte dos estratos formadores desses novos países. E esses novos países podem ser facilmente distinguidos por adotarem o termo da moda entre os mais arbitrários governos, de *Democracia Popular ou República Democrática Popular*.

Agindo assim, como força que não promove o marxismo, e sim as consequências dos meios estabelecidos pelo leninismo, as Frentes Populares mostra-

ram-se ineficazes dentro do fator "humanização social" e de "paz internacional".

Destruindo as bases ocidentais do marxismo, o leninismo, que caracteriza o Império Soviético, se tem mostrado incapaz de oferecer uma alternativa.

Os sucessivos governos "*gerontocráticos*" que se vêm sucedendo no poder desde Stalin, *resistem, em grande parte, às reformas elementares*. O grande mérito desses governos constitui em terem construído e organizado *Forças Armadas poderosas*. E essa superioridade se vem fazendo atuante nos líderes militares que, aos poucos, se transformam nos pilares do regime. Em 1973 o Marechal Greshko foi admitido no Politburo. Embora os militares avancem com certa resistência por parte do Partido, neste os civis burocratas procuram abrigar-se sob seu manto visto que Stalin foi "*generalíssimo*", Krutchev era "*general*" e Brejnev se autoproclamou "*Marechal da União Soviética*".

Para compensar o país dos fracassos trazidos pelos princípios marxistas ou leninistas, os líderes russos perigosamente *ressuscitam o totalitarismo nacionalista-militar* que caracterizou o fascismo e o nazismo. A propaganda russa consiste em levar o povo tão "*auto-dirigido*" a confiar mais nas armas. Renasce para tal o antigo conceito czarista da "*rodina*", ou da mãe-pátria, que Marx e Lenine, universalmente, tanto abominavam.



A COMUNICAÇÃO SOCIAL PERVERSA E A SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Almir Madeira

Professor, Delegado do Ministério da Educação e Cultura no Estado do Rio de Janeiro.

Uma das peculiaridades mais frias do mundo atual está na tendência, não raro sôfrega, para a fixação de estímulos e *gestos*, a bem do desenvolvimento de uma consciência social. Aspira-se ao fortalecimento do espírito de comunidade e do *sentimento de grupo*. Ao antigo vazo do *individual pelo individual* opõe-se o zelo do *social harmônico*, no interesse da vitalização e maior densidade das relações humanas.

Nesse sentido se orienta, "*urbi et orbi*", a marcha das leis, notadamente no que toca à educação, cujos reformadores, abrindo uma nova frente pedagógica, trabalham para fazer da escola "uma miniatura da sociedade".

Não se trata, é claro, de anular, na sociedade, a personalidade, o indivíduo, a criatura — mas fazer da criatura um fator de criação *social*. Mais precisamente: fazer de cada indivíduo, a partir da pré-escola, um *socius*, realmente, da comunidade que o envolve. Sim: a sociedade,

inevitavelmente, envolve o indivíduo — mas o que pretende a pedagogia social moderna é envolver o indivíduo na sociedade. No primeiro caso, uma atitude passiva, meramente conformista ou individualista: no segundo, uma atitude ativa, interessada, solidária, *social*.

Todo esforço do mundo dos nossos dias, revigorando, afinal, o espírito do cristianismo, se resume ou se concentra na difusão e preservação, já não só do espírito, senão ainda do hábito e do sentimento da cooperação aglutinante metódica, sistemática.

Assim se compreende que a escola — "a sociedade em miniatura" — tenha, como tanto hoje se insiste, uma função "eminentemente socializadora". À essa luz, justifica-se o princípio renovador: "educar é preparar para a vida".

Como entender a sentença? Se o homem isolado é um ser hipotético, educar será preparar para a sociedade. E isso

aviva o conceito essencial: viver é conviver — hoje como nunca; até porque a sensação do perigo, ou de instabilidade, vai gerando um maior vigor de interação, uma incidência mais viva do processo cooperativo. O progresso, encurtando as distâncias, ou consolida ou promove os laços de vizinhança. Ganha corpo ou melhores condições de objetividade o imperativo da *intercomunicação*; e esse imperativo — que produz as formas ativas da solidariedade — domina, hoje, a velha tirania do espaço... Encontra a "lei" da cooperação uma garantia de vigência na força dos motores aéreos.

A tecnologia avançada atacou as distâncias e venceu-as — desmoralizou-as. A geografia política revogou a geografia física. A própria ironia popular terá de ser revista, ou, se preferirem, *reciclada*: o mundo da lua está indo o cientista; cá embaixo, com os pés na terra, ficou o poeta...

Seja como seja, este nosso mundo, audiovisual por excelência, é o mundo que se encontra, que se vê, que se ouve, que se fala — *comunicativo* em gênero, substância e escopo. Como que todo o planeta habitado passou a ser, em regime de reunião contínua ou sessão permanente, uma vasta mesa-redonda... Vivemos o momento mais transnacional de todos os tempos, a hora mais transatlântica da história. Multiplicam-se as possibilidades de trocar ou conferir idéias, sob a técnica de seminário, de simpósio, de colóquio. E veja-se que é bem expressivo o alto consumo desta palavra *colóquio*. Nenhuma será mais indicativa do desejo de aproximação... Parece que estamos chegando à internacionalização da intimidade...

Pensa-se, assim, no ideal de *convivência* em termos ecumênicos; e se uma paz integral, efetiva, segura ainda não foi

atingida, se chegamos ao paradoxo, ao ilogismo enervante de uma paz intranquila ou de uma paz sob guerras, é isso devido, muito consideravelmente, ao fato de que só um Estado — a União Soviética — se tem negado à prática da cooperação pela prática da convivência — precisamente da convivência — fechando suas fronteiras à simples curiosidade do simples forasteiro, em atitude hermética de isolamento.

Os resultados sombrios dessa política de insularidade ou retração importam num exemplo muito atual, que amplia, em cada um de nós, a certeza do valor político-pragmático da coexistência e da permuta na obra de estruturação da paz *de fato* e não apenas *de direito*, firmada, ou melhor, deduzida pelos povos que se comuniquem ou se dêem a conhecer uns aos outros e não apenas pelos governos, em seu expediente formal, embebido na técnica jurídica dos tratados. A obra da paz será sempre obra da *comunicação*. Aliás, no conceito de *civilização*, como no de *cultura*, já se inclui a noção de *comunicar* e unir; de outra forma, não haveria como pensar em *continuidade social*. A dinâmica da sociedade só se compreende pela dinâmica dos *contatos*; e contato é *interação*, processo social básico.

Tudo isto, todo este sentido de eficácia da comunicação no espaço político será o retrato; mas teremos de pensar na fatalidade de caricatura; quero dizer: na transformação dos efeitos política e socialmente válidos da comunicação em alguma realidade violentamente oposta. É aí que a comunicação se deteriora nas formas arbitrárias da *propaganda dirigida*.

Lembremo-nos dos Estados totalitários. É indiscutível a feição mística de que procuram revestir-se. Será isso ex-

plicável pela sua própria tessitura política e sua própria inspiração filosófica. Uma e outra exprimem a teoria soreliana da violência ou a violência organizada. Aí está a subversão dirigida ou planejada — e para dar-lhe um sentido, obscurecendo-lhe ou atenuando-lhe as características do antinatural, o ditador moderno vai buscar na técnica da *propaganda* um elemento de conquista ou persuasão das massas.

É evidente que não cria, com isso, uma opinião em gênero e profundidade — mas um *estado de espírito*, um estado emocional, um estado de tensão, caminhos fáceis para a formação de uma opinião inconsciente, a substituir a opinião esclarecida, que é a opinião livre; livre da pressão da mística, livre dos mitos e da alegoria dos símbolos materiais.

Do ponto de vista da ação política, a teoria do Estado-totalitário é toda uma teoria da emoção. O conceito parece encontrar confirmação no brado de Mussolini: "Viver perigosamente"! Mais do que uma tirada de efeito ou interesse oratório, aí está o preceito de um regime; preceito compreensível: o totalitarismo, buscando sobrepor o Estado à sociedade, redonda numa criação antinatural — e não podendo firmar-se pela própria lógica social, procura consolidar-se apelando à emoção coletiva, à fácil emoção coletiva...

Dá o recurso ao *grandioso*, proposto à sensibilidade da "maioria", quase sempre sob forma física, palpável, material (no plano político, o adulto ignorante — o bronco, o chucro, o rude — é dirigido pelo realismo primário das crianças: só acredita no que vê...).

Assim se explica, nos regimes de propaganda ou de opinião inconsciente, o rigor do rito cênico nas festas "populares", nas "concentrações" ao ar livre,

nas comemorações amiudadas, técnicas, todas essas, de multidão e para multidão: grandes festas "do povo", nos grandes "estádios", nas grandes "praças de esportes" (Alemanha nazista e Itália fascista) ou nos grandes "parques de cultura" (Rússia comunista). O recurso é festa explica, de certo modo, a observação de Ortega y Gasset: "Os ditadores são como os ciclistas: precisam de movimento, para que se equilibrem".

Difiram como diferirem, esses processos de conquista das multidões dão a ver a política da mística, com que o Estado totalitário procura bastar-se pela irradiação e o fascínio do próprio simbolismo.

Revive o clã totêmico... Objeto do culto: o Estado na pessoa do chefe, que com ele se confunde na sua infabilidade e na sua onipotência. Daí, em tudo, a sua presença, a sua imagem, a sua estampa, a sua estátua, o seu *retrato*, para que se associe a pessoa jurídica do Estado à pessoa física do chefe.

Eis a mística de uma política: a que se exerce nos regimes de propaganda. Sim: de propaganda; não do Estado, ou da nação, em seus valores imanentes (morais, econômicos, físicos, culturais, artísticos), mas do governo em seus atos, propósitos, projetos, promessas.

É óbvio que um tal sistema supõe a persistência, a tenacidade hábil no expedito da sugestão — da sugestão impressa, irradiada, televisionada, filmada, encenada — ora no teatro "popular" ou de "massa", ora na própria escola; principalmente na escola primária, onde o nacional-socialismo há de começar — bradava Hitler.

Observe-se: essa insistência psicológica na sugestão, ou motivação política, conduz à tautologia, que é, em verdade, o que se pretende como tática, como técnica, como truque.

De fato: os governos calcados na mística totalitária, ou neototalitária, precisam ser tautológicos. Põem nisso uma lógica — a sua lógica profana ou pagã; é indispensável que a maioria (a *massa*) se automatize, para que aprenda como os bichos do circo: *pela repetição*. E sabe-se que ela acaba “aprendendo” — aprendendo sem apreender, como quem olha, mas não vê, ou vê, mas não distingue.

Esgotam-se, assim, as reservas de senso crítico, estiola-se a capacidade de julgamento, perde o povo a saúde pública, traumatizado pelos choques da própria mística e as operações ou engenhos da propaganda; choques e operações que o deprimem, que o desfibraram, que o deformam, amolentando-lhe o raciocínio, escurecendo-lhe a visão, quebrantando-lhe o interesse. E ei-lo apático, astênico, abúlico.

É sabido — os fatos o demonstram — que esse processo de compreensão intelectual, de maceração das vontades, de narcotização das inteligências, de obstrução da reatividade popular tende, por assim dizer, a formas inferiores de magia política (*), a que não falta um complemento de comicidade planejada, formas, já se vê, de exploração, de institucionalização ou mesmo de estatização da ignorância; formas com que se procura criar um estado emocional ininterrupto, porém, vago. Quanto mais vago, mais propícia a liderança demagógica, que é a garantia da subversão calculada.

Aí está: existe uma falsidade específica e imperativa nos governos de propaganda, que vêm a ser, por isso mesmo, entidades fraudulentas. É impossível dis-

sociá-los da noção de malícia ou má fé — da idéia de dolo, de embuste, de engodo.

Para rematar: especulando a emotividade, a ignorância e o medo, a técnica da propaganda é, essencialmente, uma criação amoral. Em consequência, a demagogia, escudada nessa técnica, traduz, antes de mais, uma improbidade.

A comunicação demagógica vem a ser, portanto, a comunicação anti-social ou socialmente lesiva — perversa. Não forma porque deforma. E deforma informando. A rigor não esclarece: inverte, subverte, perverte. E parasita sobre a emotividade das massas. É a comunicação fraudulenta, insista-se.

Mas onde essa feição de perversidade, malícia ou nocividade mais se acentua em nossos dias — inclusive no Brasil — é no plano da comunicação falada e escrita, notadamente na televisão, que se vai tornando uma espécie de droga consentida, de instrumento não apenas de perversão do gosto e do idioma, mas ainda, e principalmente, da moral mais elementar, daquilo a que se poderá chamar a norma ética de base ou a decência imperativa.

A colocação do problema nesses termos não indica uma posição de moralismo acacianamente formal. Se entendo que ao Estado não caiba o papel de pregador; se me parece que não lhe vai bem — e seria inútil — receitar bons modos, também tenho por certo que lhe incumbe, em linha profilática ou em linha terapêutica, enfrentar o procedimento perverso, combatendo-o no interesse da segurança social e portanto pública. Os instrumentos de mecanização das idéias, que vêm a ser, afinal, os de comunicação de massa, não são intrinsecamente maus ou danosos em si mesmos. Tudo estará sempre a depender da sanidade ou ma-

(*) A denominação pitoresca de *estados feitiço*, que já me ocorreu, parece abonada por fatos expressivos.

lignidade dos objetivos de quem os utiliza. O problema não está no aparelho, na máquina, no instrumento, mas no instrumentista, na criatura, no indivíduo. É claro que o indivíduo — ou seja, o executante da inconveniência — existe e opera em função de um grupo, ou de uma empresa, ou de um truste, ou entidade análoga.

Será uma iniquidade impugnar o instrumento; o que importa é fazer dele um fator de utilidade social, um veículo de motivação profícua de comunidade, tanto no plano da informação política, como no plano da recreação e da cultura. O que interessa é o tipo de notícia e sua montagem verbal; é o tipo de humorismo, o tipo de teatro, de cinema e, sem dúvida, o tipo de anúncio, porque está nele, com triste frequência, um germe da perversão, tanto mais contagioso quanto é certo que nos vem sob a forma de propaganda indireta ou subliminar...

Num livro recente — *Comunicação de massa e democracia* — editado na Itália, reuniram-se vários depoimentos de um genuíno "brain-trust", e um dos pontos capitais foi, mais uma vez, o reconhecimento de que, na publicidade pela televisão, é sempre muito mais aguda a conveniência de preservar interesses superiores da ética social e da própria política, que Cesare Graziani denomina a política da "democracia italiana restaurada".

Essa posição dos especialistas italianos ajuda a compreender que a lei no seu país haja atribuído ao poder público boa parte da administração do vídeo. Num outro clima democrático — o da França "toujours liberal et par fois libertaire", como dizia o General De Gaulle — na própria França, Senhores, o instrumento por excelência comunicador é também estatal, sem jamais tornar-

se máquina de propaganda *dirigida*, unilateral ou imposta.

Volto a sustentar: o que se terá de combater, cercear ou racionalizar não é a comunicação de massa como tal, não é o instrumento, o veículo, a T.V., o teatro, a revista etc. e sim o que se está fazendo por via desse instrumental. Todo ele é um processo, materialização de um propósito. O problema não é a máquina, não é a *coisa*; porque não é problema de forma, porém de conteúdo.

O mesmo pensamento me orienta em relação à história em quadrinhos. Não é o quadrinho, em sua materialidade, o que me preocupa, mas a história que vem dentro, em termos, inclusive, de dignidade literária, de asseio verbal, para não mencionar o decisivo: a conveniência ética.

Quanto à conveniência política, será preciso ressaltar que o jogo das idéias é normal em qualquer país que se preze do título de civilizado. E ainda agora estamos a ver que aí vão falando e escrevendo adversários tradicionais, não apenas da situação ou do Partido dominante, mas da nossa própria estrutura social — aqueles mesmos que, banidos ou voluntariamente exilados, aqui estão de novo, bafejados pela anistia.

Desses compatriotas, líderes hostis, não se poderá dizer que o rendimento político do retorno haja sido para eles compensador, e muito menos que tenham abalado as vigas mestras do sistema.

Considero bem mais séria para a segurança da sociedade a presença do corruptor impune e do subversivo financiado, cujos programas aí estão entrando pelos lares a dentro, difundindo na perversidade ostensiva dos seus enredos, dos seus filmes, das suas tramas, toda sorte de contravenções, de delitos, de

crimes, a começar pelo de seqüestro intencionalmente político. E com uma agravante: a infância e a juventude já se vão matriculando nesses cursos sinistros, felizes e encantados com a sua aprendizagem sem escola... É o que se poderá verificar num alto número de exemplos, quero crer que por lapso ou comodismo imprudente da própria família, também ela já provavelmente intoxicada.

Os próprios enredos em torno do consumo de drogas e, o que é pior, em torno dos truques mais ladinos para garantia do disfarce desse consumo, eis outro espetáculo de perfídia e perversão; espetáculo que associado à difusão de outras táticas criminosas, como as de assaltos, seqüestros, violência carnal etc., põem em jogo e risco o que tem de mais nacional a nossa segurança. Essa mesma segurança tem sido invocada, algumas vezes, por uma espécie de falso alarme, como, por exemplo, naquele dia em que um oficial superior da nossa Marinha, resumindo um juízo pessoal, invectivou de público certo ministro.

Há outras reflexões a fazer.

Nunca será demais acentuar que o aproveitamento hábil do instrumento comunicador poderá produzir o mais desejado e o mais imperioso em certas circunstâncias: o isolamento político-ideológico do adversário; conseqüentemente, a imunização dos nossos, senão mesmo a captura intelectual dos *do lado de lá*, o que vem a ser o caminho, no Brasil e no mundo, para a captura política afinal. Mas essa conquista do adversário — ou porque nos acabe ele assimilando, ou porque o tenhamos isolado — essa conquista, Senhores, apenas será possível em regime de convivência democrática. Nenhum outro sistema de vida exigirá tanta competência para competir — por-

que é, antes de tudo, o regime de afirmação individual da sensibilidade, da inteligência e da coragem, um permanente apelo à controvérsia e ao confronto; por isso mesmo, o regime da *comunicação* múltipla, da pluralidade dos contatos, do diálogo por princípio.

Nesse campo, não será inquietante o encontro com o adversário. Ao contrário: será benéfico, estimulante. Problema de segurança, e de segurança da comunidade, de estabilidade social, de tranqüilidade coletiva há de ser, por exemplo, a soma dos efeitos extremamente negativos, produzidos pelo comércio e a indústria da pornografia ou do erotismo, baixo além do mais.

Mas não é só: pratica-se também a comercialização do infortúnio, a industrialização da desgraça, a encenação da desdita. Quando aparecerá uma família feliz na tela retangular? Quando teremos uma novela capaz de levar-nos a bendizer a vida, a crer na vida e no bem de conviver? Basta de parasitar sobre a emotividade fácil da nossa gente boa, benévola, brasileira. Precisamente porque é feito para todos, ou pretende ser de massa, que seja esse teatro uma recreação no sentido pleno de criar de novo, de redescobrir a fonte das alegrias interrompidas e não de incitar ao cultivo do sofrimento, como vingança invertida, ou inversão de viver.

Basta de sugar corações. Basta de negociar com lágrimas.

E o oposto? E a provocação do riso pela socialização da vulgaridade, esse terrível expediente de imbecilização do público? Comunicação de massa não é mediocrização programada. O povo quer ascender. Quer escola. Enganam-se os demagogos de elite, devotos profanos do êxito fácil — aqueles para quem a vida

gravita em torno de dois verbos: surgir e lucrar.

Senhores:

Como um modesto subsídio, confio à vossa honrosa reflexão algumas proposições finais:

1. O abandono da linha da conveniência comunitária no campo da comunicação oral e escrita — notadamente quanto à norma ética elementar — vai gerando a insegurança de sociedade, a começar por um estado de perplexidade de pais em relação a filhos e de camadas significativas da opinião pública, em face de atos socialmente lesivos.

2. As ações isoladas de represália — politicamente suspeitas e criminosas todas — hão de ser concebidas, por isso mesmo que agravam as tensões, por outro lado, não fazem senão confirmar a existência de um estado de insatisfação e, portanto, de intranquilidade pública.

3. Esta é uma visão periférica. A visão profunda é outra: no bojo da questão está o conflito entre a liberdade de comércio e a conveniência da sociedade, em termos precisos de preservação de seus padrões ético-jurídicos ou das suas normas essenciais de vida.

4. A racionalização dessa liberdade de comércio — de vender tranqüilamente o produto impuro, em especial na televisão e em certas publicações — parece-me o ponto nevralgico, precisamente porque essa tranqüilidade é que vem a ser, em último exame, a gênese da insegurança em que a sociedade está a viver a sua hora e a prever o seu futuro.

Senhor Comandante, Senhoras, Senhores: concluo. A liberdade de comércio e indústria não se sobrepõe ao interesse social e à ordem pública. Muito menos ao resguardo da Constituição da República.



HISTÓRIA, PESQUISA, DOCTRINA, INFORMÁTICA E TELEMÁTICA

Francisco Ruas Santos

Coronel de Infantaria R/T. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército. Dedica-se atualmente ao estudo de sistemas de informações e dirige o Centro de Informações Culturais do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre de 1973, representando o Estado-Maior do Exército, assisti demonstração no EMFA, a cargo de engenheiros militares da França, sobre a aplicação que lá se fazia da telemática no processo de tomada de decisão, em combate, no âmbito de uma divisão.

Todo o tratamento convencional da informação, desde os elementos mais avançados da zona de combate até o QG da divisão, se fazia eletronicamente. E pelos meios eletrônicos, a decisão do comando percorria caminho inverso, diversificada, no tempo e no espaço, por ordens de operações breves aos escalões subordinados. Isto é, o processo decisório estava totalmente informatizado. Bandidos os recursos tradicionais, as informações e as ordens de operações consequentes fluíam no tempo curtíssimo imposto pelas condições da guerra moderna.

De volta ao Setor Militar Urbano, encontrei sobre a minha mesa uma pilha

de diários de informações que registravam fatos da crise política resultante da renúncia do Presidente da República em agosto de 1961. Eram, agora, fontes históricas a ser simplesmente arquivadas. Mas o que chocava brutalmente era a tremenda distância que separava esses registros manuscritos da informação, feitos menos de doze anos atrás, e o que ocorria na França, naquele momento, com as informações de combate.

Desde então, guiado pelos princípios fundamentais da História Pragmática, assumi o compromisso de só considerar *História, Pesquisa e Doutrina* sob a égide do moderno tratamento da Informação, ou da *Informática*, e à luz desta transmitida a distância, ou da *Telemática*.

A Estrutura da Informação

Ora, o tratamento da Informação deve decorrer do tipo e, sobretudo, da estrutura desta. De fato, independente-

mente do meio usado, manual, mecânico ou eletrônico, precisamos saber primeiramente quais e quantos são os sinais da Informação.

Uma informação como "Pedro I proclamou a Independência" pode ser convertida na primeira estrofe do Hino Nacional, num cabeçalho de ficha ou numa série digital em memória magnética. O que realmente importa é que seja *única* e transmitida ou recebida sem *ruído*, com ou sem computadores.

A outra premissa básica para o nosso raciocínio é a de que, *se a Informação se automatiza veloz e fatalmente*, nos dias de hoje: *os registros, mesmo os manuais como aqueles de agosto de 1961, devem ser feitos tanto quanto possível em forma direta ou aproximada de sua entrada em computador.*

História, ou Informação Histórica, e Doutrina Militar

A rigor, todos os registros de informação são registros históricos. Sua utilização pelos pósteros é que vai dizer quais os que entram no âmbito da Ciência da História, ou da História como Ciência, e quais os que, pela sua redundância, podem ser destruídos ou apagados.

A outra premissa que estabelecemos está em que a História, ou informação histórica, dentro de uma força armada, só tem sentido na medida em que sirva ao estabelecimento ou desenvolvimento de sua doutrina, e à criação e manutenção de valores espirituais e morais inerentes aos seus integrantes, especialmente os chefes em todos os escalões.

Aceita essa premissa, podemos banir o diletantismo, o amadorismo e o saudosismo no tratamento da informação histórico-militar, fatores que tanto têm

perturbado a exata compreensão do que deva ser uma força armada e do papel que a História deve desempenhar no processo de sua formação e aperfeiçoamento.

Os exemplos dessas distorções são inúmeros e freqüentes em toda a evolução do Exército Brasileiro. Mas nenhum, talvez, tão instrutivo quanto o da citação de um caso de história militar estrangeira no relatório da expedição Febrônio de Brito, que acabava de ser derrotada pelos guerrilheiros de Canudos. A informação estava *quente, gritante, "sangrando"* ainda, e por um resquício de alienação intelectual ou cultural, ficou obliterada por uma visão romântica de um feito militar estranho.

Realmente, o que importava era o *ensinamento* que a *informação* colhida pela malograda expedição devia *propiciar imediatamente* com vistas à renovação do esforço militar contra Canudos. Tal ensinamento se corporificaria na *nova doutrina* relacionada com o preparo de chefes e soldados, a organização da tropa combatente e sua logística.

Segundo essa linha de raciocínio, ao estudarmos as figuras de Caxias ou Osório, ou de feitos militares, hoje, a prioridade mais elevada deve estar nas suas possíveis relações com a doutrina atual!

Tratá-los de outro modo — *diletantemente ou com saudosismo — é produzir informação com ruído*, se não, como costuma ocorrer, *com redundância*. Ou, então, confundir informações, pois um Osório chefe militar não deve ser o mesmo personagem romântico e cavalheiresco de um filme destinado à comunicação de massa.

Corolário imediato é o de que a análise do que deva ser feito no terreno da História Militar precisa ser guiada por aquilo que tenha maior carga de *infor-*

mação doutrinária. Tal, por exemplo, a guerrilha e a participação da força terrestre em conflitos fora de nossas fronteiras.

Pesquisa ou Domínio de Fontes

A informação histórica propriamente dita acha-se contida em documentos, no seu mais amplo sentido, desde o tradicional papel manuscrito ou impresso até a fita magnética. Tais documentos são as fontes da informação, ou fontes históricas.

A reconstituição ou o domínio da informação pelas existentes se faz através da pesquisa histórica, disciplina de caráter absolutamente científico, assim resumida:

- 1º) foram levantadas *todas as fontes históricas* relativas ao fato em causa?
- 2º) a *verdade da informação* sobre o fato, assim reconstituída, *pode ser demonstrada?*

Quanto ao primeiro requisito, a resposta genérica é a de que, infelizmente, o Brasil não domina ou pôde dominar fisicamente, até aqui, as fontes de sua História. Não dispomos de um levantamento sistemático e completo dessas fontes, aqui e no exterior, Portugal e Espanha principalmente. E se existisse, ou se vier a existir, precisa estar à disposição do historiador.

Quanto ao segundo requisito, também infelizmente, quanto a muitos fatos jamais chegaremos à verdade histórica, pois a destruição de arquivos, tão comum entre nós, eliminou totalmente a possibilidade de a ela chegarmos.

Como ficamos, então?

Os Sistemas de Informações

A resposta é imediata: organizar e fazer funcionar um sistema de informações históricas, de expressão nacional e internacional, para o levantamento e a preservação das fontes históricas.

É esse levantamento sistemático, sistematizado, completo e permanente, que irá permitir afirmar que a informação histórica pode ou não ser a expressão da verdade histórica.

O sistema de informações históricas é parte de um sistema nacional de informações culturais, porque a informação é também um fenômeno de natureza global, com facetas em mútua reação. Assim, a atuação militar do Almirante Tamandaré no Prata, em 1864, gerando uma informação militar, influíu politicamente no Rio de Janeiro, gerando nova informação, esta política. E essa influência ou reação entre informações é da mesma natureza daquela que ocorre, ainda por exemplo, quando concluímos ser fatal o emprego do computador no tratamento da informação de combate na guerra moderna.

Se assim é, o sistema de informações histórico-militares é parte do sistema de informações históricas, assim como a estrutura da documentação em que se baseia não pode ser concebida como desvinculada, desintegrada ou independentemente da rede da documentação nacional.

Um sistema de informações, além de se caracterizar pela atuação interdependente de órgãos de documentação, coordenados por um elemento central, tem suas atividades voltadas primordialmente para o *domínio da informação*.

Este é o conseguido pela preservação dos documentos — fonte do conhecimento ou da verdade científica — e pela pos-

se ou possibilidade de posse dessa verdade.

Dáí a extrema importância dos arquivos convencionais, de microfimes de magnéticos.

Preservada, no entanto, a documentação, é preciso que a informação que contenha, seja conhecida.

Há vários níveis desse ou para esse conhecimento. Fixemo-nos nos três mais genéricos, ou seja:

- o da catalogação;
- o da indexação;
- o da disseminação da informação.

No caso da documentação nacional impressa em livros e periódicos, a catalogação constitui aspiração antiga, cuja concretização, aí por volta da década de 1940, se buscou ou esboçou no Serviço de Intercâmbio de Catalogação.

Com o advento do computador, essa aspiração busca satisfazer-se através da catalogação por ele legível. O instrumento para isso é o *Formato CALCO*, editado em 1977, pelo Centro de Informática do MEC, e obtido mediante convênio entre este e o CNPq.

Logicamente, implantando-se o tão sonhado sistema nacional de bibliotecas, a catalogação coletiva por este seria promovida, empregando-se o *Formato CALCO*, com o apoio dos centros de processamento de dados disponíveis.

Por motivos que não precisam ser aqui apresentados, quem está aplicando esse instrumento e, como tal, fazendo catalogação cooperativa, ou coletiva, é a Fundação Getúlio Vargas, mediante convênio com diversas bibliotecas, desde 1979. Se estas dispuserem de computadores em rede, estarão concretizando a telemática biblioteconômica, avançando, como se deve, não só no caminho do tratamento automático da informação,

como no da sua disseminação imediata entre seus usuários.

A Montagem da Pesquisa Histórico-Militar

Em 1970, quando o Estado-Maior do Exército criou a Comissão de História do Exército Brasileiro, o problema da pesquisa e da informação históricas foi assim equacionado:

- 1º) informar quadros e tropa, e outros segmentos populacionais, quanto aos principais feitos militares terrestres que envolveram o povo brasileiro, desde suas origens até os nossos dias;
- 2º) organizar a pesquisa histórica de natureza científica, de modo a servir principalmente à doutrina e à informação de atualização quanto aos feitos militares terrestres brasileiros.

Em consequência, foi produzida, em 1972, a *História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um Povo* e surgiu o Centro de Documentação do Exército, para o atendimento do segundo termo dessa equação de 1970. Providência também fundamental e oportuna foi a criação da SD-3, após a extinção daquela Comissão, no âmbito do Estado-Maior do Exército, restabelecendo-se tradição quase centenária de haver, nesse alto órgão de planejamento e doutrina da força terrestre, um vetor de História Militar.

No primeiro semestre de 1978, atendendo a honroso convite do Estado-Maior do Exército, participei ali de estudos com vistas à continuidade da pesquisa histórica a serviço da doutrina.

Desse estudo surgiu convênio do Estado-Maior do Exército com os Institutos de Geografia e História Militar do

Brasil e Histórico e Geográfico Brasileiro, através do qual buscava-se o domínio de fontes bibliográficas e hemerográficas pertinentes à guerra da Tríplice Aliança e F.E.B., no tocante aos aspectos de maior interesse para a nossa doutrina militar terrestre. A escolha desse conflito e da F.E.B. decorria também de um preceito da teoria da História, segundo o qual, à falta de um domínio completo de fontes históricas, devemos concentrar esforços no setor em que esse domínio mais se aproxima da totalidade.

Por ocasião da entrega dos primeiros resultados do convênio, já estava a Fundação Getúlio Vargas iniciando sua campanha para realização da catalogação cooperativa legível pelo computador, aplicando o *Formato CALCO*².

Este fato novo e auspicioso surgia, no meu entender, como um torpedo certo dirigido contra todo e qualquer tipo de pesquisa histórica convencional, ainda que restrita a fatos cujas fontes pudessem ser dominadas em prazo útil.

Imediatamente fiz sentir aos responsáveis e co-responsáveis pela pesquisa a serviço da doutrina, que prosseguia na continuação do mencionado convênio firmado pelo E.M.E., que este já podia patrocinar pesquisas dessa natureza, em termos de um sistema de informações histórico-militares moderno. E mesmo que houvesse recursos financeiros para se fazer o que se quisesse ou como se quisesse — o que não é verdade num país de recursos escassos como o nosso — não mais se justificava a pesquisa documental, setorializada, manual ou artesanal, e, sim, a pesquisa cultural básica, integrada, em função da conquista dos objetivos principais de um sistema de informações: a *catalogação*, a *indexação* e a *disseminação seletiva das informações* levantadas.

Ora, os maiores acervos documentais do Exército estão na Biblioteca do Exército, na Biblioteca da ECEME, no Arquivo do Exército e alguns outros órgãos de documentação verde-oliva. Impõe-se, então, ao Exército, de imediato, aderir ao programa de catalogação cooperativa desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, no mínimo fazendo colocar o acervo da BIBLIEX e ECEME nos registros de dados do programa.

Assim, estes poderiam conter não só informações pertinentes à guerra da Tríplice Aliança ou à F.E.B., mas *todas* as informações disponíveis sobre esses eventos e os demais de nossa História Militar Terrestre.

Era e é fundamental, também, que no processo entrem praticamente todos os documentos de interesse militar à mão, aqui no Brasil como os relativos aos séculos XVII e XVIII, do Arquivo do Cosme Velho, e de arquivos ibéricos.³

Quanto à indexação prioritária, há que pensar na documentação doutrinária, como os regulamentos e manuais em vigor, para apoio ao ensino e pesquisa correntes em nossos estabelecimentos de ensino, especialmente a ECEME, e aos estudos do Estado-Maior do Exército.

Daí ser imprescindível que o DEP se entrose com o E.M.E. no equacionamento do sistema de informações histórico-militares, segundo o conceito de que estas são História e também Doutrina em potencial. Ou o de que a Doutrina de hoje é a História de ontem, assim como a História de hoje é a doutrina de amanhã.

Um dos fatores que recomendam também essa modernização da pesquisa histórico-militar está na questão dos recursos humanos para a Informática e a

Telemática, aplicadas no campo militar terrestre.

Tratando com muita clareza e objetividade do processamento automático de dados do Exército, o General Jayme Miranda Mariath, nas páginas desta revista⁴, teve oportunidade de salientar que "a utilização de processos de automação requer uma mentalidade evoluída dos integrantes da organização e uma adaptação rápida da estrutura anterior. Os usuários de todos os níveis devem estar conscientizados de que a época em que vivemos exige uma mudança de comportamento.

"Querer preservar organismos pesados, morosos, burocratizados e antieconômicos, demonstra no mínimo falta de visão."

E antes já advertira também com muita propriedade:

"Os recursos humanos no país para a área de processamento automático de dados são escassos e de formação deficiente."

Então:

— se a pesquisa histórico-militar de apoio à doutrina é urgente, como todos reconhecem desde o século passado;

— se as informações devem hoje ser tratadas segundo os cânones da Informática;

— se a catalogação coletiva, ou fundamento de toda e qualquer pesquisa é hoje feita usando os computadores, sobretudo porque será mais econômica a disseminação dos produtos da pesquisa;

— e, finalmente, como pondera o General Diretor de Processamento de Dados do Exército, os recursos são escassos e deficientes;

não há como fugir a uma mudança radical de atitude, no caso caracterizada por um convênio Exército—Fundação Getúlio Vargas, pois esta dispõe de pessoal capacitado e oferece a necessária capaci-

tação a outros elementos participantes do processo de catalogação cooperativa.⁵

A indexação analítica — o outro elemento básico de um sistema de informações — para apoio à doutrina e ao ensino e, de modo geral, aos usuários dos documentos militares, iria injetar no sistema que se implanta, *informações necessárias* que, via de regra, somente um ou outro estudioso ou pesquisador isolado conhece. Cito, como exemplo, as contidas nos relatórios da Guerra, do século passado, nos documentos do Arquivo do Cosme Velho ou em publicações da BIBLIX já esgotadas. E o que dizer das preciosas informações de *A Defesa Nacional*, no período 1913-1981, e dos manuais em vigor?

Cópias das fitas resultantes do convênio Ministério do Exército—Fundação Getúlio Vargas, seriam armazenadas no Centro de Processamento de Dados ou no Centro de Documentação do Exército, constituindo arquivo a ser utilizado instantaneamente pela pesquisa aplicada. Antes disso, já os usuários atuais estariam recebendo as listagens, resumos e fichas de que necessitam imediatamente.

Esses procedimentos por sua vez constituiriam poderoso fator favorável à criação ou ao desenvolvimento da nova mentalidade requerida não só pela informática, como, também, e principalmente, pela Telemática.

A vez da Telemática

Esta revista, fiel à sua admirável tradição de contribuir para o desenvolvimento brasileiro, especialmente no terreno militar, já publicou interessantes artigos sobre Cabodifusão, Informática e Telemática.⁶

Através deles ficaram os leitores bem a par do significado estratégico dessas

to, a sigilosa) deve ser *democratizada* por todos os meios disponíveis, em particular os da Telemática.

6.º) os problemas materiais ou físicos das Telecomunicações e da Informática acham-se pelo menos equacionados em termos nacionais, mas longe estamos de possuir aquela mentalidade favorável ao moderno tratamento e aproveitamento da Informação e, muito menos, de contar com recursos humanos a empregar na base dos sistemas de informações modernos (basta comparar os exemplos de 1961, 1973, aqui citados, e os de hoje, à vista de todos);

7.º) no caso particular do sistema de informações histórico-militares, isso é facilmente demonstrável, haja vista a dificuldade que temos encontrado em criar aquela mentalidade favorável à Informática Militar Terrestre e, agora, no que respeita à comunicação de dados de interesse geral, à Telemática de valor educativo, moral e cívico.

Notas:

- 1) Dentre os inúmeros trabalhos de estudo militar de casos ou vultos militares como fundamento da doutrina, ocorre-nos lembrar alguns, em três épocas bem distintas: *O Alto Comando Aliado na Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, três conferências do Major Humberto de Alencar Castello Branco, em 1940; trabalhos do Coronel Amerino Raposo Filho, em *A Defesa Nacional*, sobre Caxias e o problema militar brasileiro e a manobra na guerra; e, recentemente, "General Osório — Pensamento militar", de autoria do Ten-Cel Cláudio Moreira Bento, em *A Defesa Nacional*, n.º 684, jul-ago 1979.
- 2) A Fundação Getúlio Vargas, através de Equipe Técnica de sua Biblioteca Central e do seu Centro de Processamento de Dados, complementou esse formato com manual de instruções, tornando-o mais operacional (1979).

3) Esse arquivo pertence ao historiador Marcos Carneiro de Mendonça e vem sendo organizado desde longa data, através da aquisição de documentos relativos ao período colonial principalmente. Há cerca de dois anos foi o Centro de Documentação do Exército alertado para o valor inestimável que têm grande parte desses documentos para a história militar terrestre dos séculos XVII e XVIII principalmente. Há tempos atrás, o General Antônio de Souza Júnior, um dos mais ilustres historiadores militares brasileiros de todos os tempos, como bolsista da benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, realizou levantamento dos conjuntos documentais de maior interesse militar terrestre existentes nos arquivos ibéricos.

- 4) "O processamento automático de dados no Exército", *A Defesa Nacional*, n.º 685, de set-out 1979, pág. 53-60.
- 5) Essa prestação de serviços constitui uma das obrigações constantes da minuta de convênio formulada pela Fundação, para a realização da catalogação cooperativa.
- 6) Recomendamos, dentre outros, os seguintes: "A Telecomunicação no processo desenvolvimentista", de autoria do atual Ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Matos, *A Defesa Nacional*, n.º 672, 2.º trimestre de 1977; "Telemática" (Telecomunicação + Informática)" e "Importância social da Cabodifusão", de autoria do Cel Eng R/1 José Nogueira Ramos, em *A Defesa Nacional*, n.ºs 684, de jul-ago 1979, e 687, de jan-fev 1980, respectivamente; e "Por que uma rede pública de comunicação de dados" do CC RNR João Metello de Mattos, *A Defesa Nacional*, n.º 682, de mar-abr 1979.
- 7) Cf. *Jornal do Brasil*, edição de 12 de março de 1981. Sobre o Videotex, remetemos os leitores a essa mesma notícia e à inserida no mesmo jornal, edição de 13 de março de 1981. Nesta está consignado que "ainda este ano também será implantada a rede pública comutada de comunicação de dados que permitirá a interligação automática entre computadores de empresas assinantes da rede". Neste particular, preocupamos, pela catalogação e indexação, a alimentação dessa rede com dados de interesse cultural, do pesquisador de História em particular.



VETERANOS DA FEB TERÃO CASA PELO BNH

Os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) irão adquirir habitações financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) através de condições especiais aprovadas em Decisão de Diretoria realizada no último dia 4 de maio. Os ex-combatentes e suas viúvas têm agora condições favoráveis de financiamento, com juros de até 2% e prazo de 25 anos, quando se tratar de habitação adquirida através de Cohabs e pelo programa Promorar.

A Decisão foi tomada depois de analisado o ofício dirigido ao BNH pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB, no qual esta entidade reivindicava condições especiais de financiamento para seus associados. Como justificativa, a Associação destacou os muitos serviços prestados à Pátria pelos ex-combatentes quando da II Guerra Mundial, lembrando ainda que, hoje, a maioria não dispõe de

recursos para adquirir a casa própria.

ENCONTRO

Durante o I Encontro Nacional dos Veteranos da FEB, realizado nos dias 25 a 27 de maio de 1980, na cidade de Itajaí, Santa Catarina, foram debatidos os temas de interesse da classe, com destaque para o problema habitacional. Os 700 veteranos presentes ao encontro, dos 10.000 que congregam o corpo social da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, chegaram então a um consenso sobre as proposições que seriam apresentadas ao BNH.

As principais reivindicações dos veteranos foram:

- prioridade na concessão de financiamentos para aquisição de casa própria,

- condições de juros mais favoráveis nesses financiamentos;

— apoio do BNH junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, para obtenção de terrenos por doação, com vistas à sua utilização em empreendimentos habitacionais.

Para justificar o seu pleito, a Associação alinhou como razões:

— os relevantes serviços prestados à Pátria pelos ex-combatentes, o que deu lugar à excepcionalidade de tratamento assegurada aos mesmos por legislação especial;

— a circunstância de que, ainda hoje, muitos dos febianos não tenham tido a oportunidade de encontrar uma solução para o seu problema de moradia própria;

— o fato de que inúmeros ex-combatentes, suas viúvas e herdeiros se defrontam com a carência de recursos, situação que lhes restringe as possibilidades de uma aquisição habitacional.

Depois de examinada a legislação específica que regula a situação dos ex-combatentes, verificou-se que a pretensão encontraria apoio:

— no precedente constante do art. 1.º da lei n.º 1.147 de 25.06.50, relativamente a condições especiais de financiamento para aquisição ou construção de moradia própria para ex-combatentes;

— no critério preferencial que ficou ratificado através do item c do art. 4.º do Decreto n.º 50.316 de 6.03.61 para concessão de financiamentos habitacionais a participantes da FEB.

DECISÃO

A Diretoria do BNH, considerando Exposição de Motivos do seu Presidente, José Lopes de Oliveira, decidiu então estabelecer condições especiais de financiamento habitacional para ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, conforme abaixo:

— recomendar prioridade na concessão de financiamento e na distribuição de unidades habitacionais aos ex-combatentes e suas viúvas por parte dos agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que tenham programas apoiados com recursos do BNH, permitida a opção por financiamento de imóveis usados;

— autorizar condições mais favoráveis para esses financiamentos, admitindo-se juros de até 2% e prazo de 25 anos, quando se tratar de unidades habitacionais adquiridas através de Cohabs e pelo programa Promorar, garantindo ao Agente o diferencial de juros compatível com as condições de empréstimo em vigor;

— autorizar a não incidência do custo do terreno no custo final dos imóveis financiados a ex-combatentes, quando os terrenos utilizados tenham origem em doação feita por Órgãos Públicos.

Para os efeitos da deliberação e para fins de necessária comprovação, considera-se como "ex-combatente" todo aquele enquadrado no que dispõe o art. 1.º da Lei n.º 5.315 de 12 de setembro de 1967.

No caso da Entidade postulante optar por operações por ela própria promovidas, ficará qualificada

como Agente Promotor do Programa Habitacional Empresa (Prohemp). Neste caso, as operações serão conduzidas com a intervenção do Agente para Atividades Complementares devidamente habilitado.

BNH FISCALIZA OBRAS DO SFH

Dois edifícios pertencentes ao Conjunto Habitacional da Cooperativa dos Seguritários de Salvador, no Estado da Bahia, foram demolidos por ordem do Banco Nacional da Habitação (BNH), que comprovou irregularidades na sua construção. Os dois edifícios, integrantes de um conjunto de 44 blocos, serão reconstruídos e entregues aos seus respectivos compradores em condições dignas de habitabilidade. Outras medidas estão sendo tomadas pelo BNH, que através de seu Departamento de Engenharia (DE), está dirigindo trabalhos de recuperação em diversos conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e em todo o País.

Assim, foi efetuada a recuperação das estruturas dos edifícios Garanhuns e Carpina, em Recife. Estão sendo recuperados os conjuntos Marquês do Paraná e Areia Branca, situados no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Em Belém, o Banco orienta a recuperação da estrutura do edifício Godoy. Em Manaus, está sendo realizada uma perícia técnica para estimar os custos para a reconstrução do conjunto Eldorado. Em Vitória, o conjunto Parque

Itaparica foi periciado e em Curitiba o conjunto Colina Verde está sendo periciado.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização de todas as obras financiadas pelo SFH, inclusive através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), é de responsabilidade dos agentes financeiros, promotores e dos órgãos assessores dos programas do BNH. Portanto, compete a eles o acompanhamento efetivo e periódico do desenvolvimento das obras. Entretanto, para suprir as falhas existentes, o BNH passou, a partir de 1979, a fiscalizar também estas obras, em todo o Brasil. Desse modo, o Banco garante as condições *contratuais de prazo, preço e qualidade, o que beneficia todos os compradores de casa pelo SFH, reduzindo os riscos de uma entrega de obras mal acabadas e fora do seu prazo de conclusão.

A fiscalização do BNH é feita pelo seu Departamento de Engenharia (DE) em âmbito nacional. Em cada agência regional existe uma subgerência de fiscalização que acompanha os empreendimentos financiados pelo Banco na região. Todas as informações colhidas nas regionais são enviadas ao DE, que faz o controle global. A equipe de engenheiros e arquitetos do BNH, além da fiscalização direta das obras do SFH, supervisiona o trabalho de fiscalização já realizado pelos seus agentes.

O controle da atuação do BNH na fiscalização das obras é realizado por computadores, através de um sistema desenvolvido pelo De-

partamento de Processamento de Dados (DEPRO), que poderá, a qualquer momento que se fizer necessário, informar sobre o universo de obras em execução.

Para facilitar o controle dessas obras, o DE está realizando um trabalho de padronização dos documentos e cronogramas empregados nos projetos financiados pelo Banco, além da unificação da nomenclatura técnica usada. Este trabalho tornará mais eficiente e rápido o controle das unidades financiadas pelo Banco.

RESULTADOS

A fiscalização de obras exercida pelo BNH não tem caráter punitivo e sim preventivo. O Banco, primordialmente, supervisiona e fiscaliza a atuação de seus agentes, recomendando a adoção de medidas técnicas, quando consideradas cabíveis. Assim, as responsabilidades diretas são dos agentes. Entretanto, quando são comprovadas irregularidades em obras, o BNH pode providenciar a imediata substituição da empresa responsável pela execução do projeto.

O BNH fiscaliza os empreendimentos do SFH desde 1979. Seu Departamento de Engenharia faz o acompanhamento das obras e elabora relatórios mensais onde são registradas informações relativas ao cumprimento de prazos, à qualidade dos materiais empregados e aos desembolsos das parcelas dos financiamentos concedidos aos agentes financeiros, visando a compatibilidade dos desembolsos efetuados e o volume de serviços efetivamente executado.

Até o momento, as irregularidades mais freqüentes, encontradas pelo DE são:

- ausência de cronograma físico-financeiro de execução e demais documentos de controle, no canteiro de obras;

- deficiência na elaboração dos cronogramas físico-financeiros de execução, determinando uma situação de irreabilidade entre o projetado e o executado;

- inobservância no cumprimento dos cronogramas físico-financeiros contratualmente aprovados;

- prorrogação de prazos contratuais, bem como a reformulação de cronogramas sem o prévio conhecimento do BNH;

- alterações nas especificações técnicas constantes dos contratos, com conseqüente redução da qualidade das obras, sem o conhecimento e a aprovação do BNH;

- falta de obras de infra-estrutura acompanhando as obras habitacionais, criando situações de inabitabilidade, quando concluído o projeto habitacional.

Para aperfeiçoar cada vez mais o desempenho de seus programas habitacionais, o BNH está implantando um sistema de cadastramento do desempenho técnico das empresas construtoras, baseado em processamento de dados e abrangendo todo o território nacional. Paralelamente, está fazendo contatos com cada Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREAs) para lembrar aos profissionais que atuam em obras do SFH a necessidade de um trabalho técnico mais responsável.



REGISTROS

"AS FORÇAS ARMADAS ESPANHOLAS"

O artigo sob o título em epígrafe, publicado em "A DEFESA NACIONAL", número 693 (janeiro/fevereiro), de autoria de Cesar Ruiz-Ocaña, foi traduzido pelo Major Inf Paulo Roberto Wortman.

BANDEIRA BRASILEIRA NA SEDE DE "A DEFESA NACIONAL"

Doado gentilmente pela firma Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda., uma Bandeira Nacional foi entronizada na sede de "A DEFESA NACIONAL", no Palácio Duque de Caxias, no dia 21 de maio p. passado, em singela cerimônia presidida pelo General de Brigada Diogo de Oliveira Figueiredo, Diretor Presidente da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional".

O ato foi prestigiado com o comparecimento dos representantes da firma doadora, Sr. Gilberto Gasperi, Vice-Presidente, e Sr. Fernando Guimarães, e de colaboradores, redatores, funcionários e amigos de "A DEFESA NACIONAL", registrando-se as seguintes presenças: Cel R/1 Renato Martins Póvoa e Cel R/1 Almir de Barros Guimarães, ambos da diretoria da ENGEFER, Dr. Luiz Carlos Martins, Gerente da Coca-Cola Refrescos S.A., Cel Edson Alves Mey, Cel Amaury Friese Cardoso, Ten Cel Edison Murillo Serrattine, Ten Cel Luiz Carlos de Moura Simonetti, Ten Cel José Pordeus Maia, Ten Cel Lino Palha de Castro, Ten Cel José Galaor Ribeiro, Ten Cel Roberto Silvio Duarte de Oliveira, Ten Cel Francisco Stuart Campbell Pamplona, Ten Cel Francisco Pinto dos Santos Filho, Major Hiram de Freitas Câmara, 1º Tenente Juarez Henrique de Barros, Sr. José Livio Dantas, Sr. Floriano Serpa, Sr. Raimundo dos Santos Pereira e Sra. Catarina Gonçalves Pereira, Sra. Georgette Pereira Pires, Srta. Gilda Dias dos Santos, Srta. Leila Jorge Haddad, Sr. Ernesto Reis e Sr. Augusto Palha de Castro.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO CONGRATULA-SE COM "A DEFESA NACIONAL"

Por iniciativa do Vereador Diófilo Trotta, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou por unanimidade, a 20 de maio do ano em curso, a seguinte Moção de Congratulações com "A DEFESA NACIONAL":

Solicito à Mesa Diretora, na forma regimental, conste nos Anais desta Casa de Leis, um voto de congratulações com a Revista "A DEFESA NACIONAL" na pessoa de seu Diretor Presidente, General de Brigada DIOGO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO pela precisão, eficácia e discernimento com que vem abordando a problemática político-social e econômica bem como os assuntos militares levando seus leitores a vivenciar os problemas e buscar as soluções não só da conjuntura brasileira como também da internacional levando em consideração que as vivências transnacionais são cada vez mais atuantes e intensas.

Fundada a 10 de outubro de 1913 vem se sobressaindo continuamente, por seu incommensurável patrimônio cultural, através da publicação de artigos que focalizam assuntos de interesse múltiplo e variado que conduzem o leitor a um elevado padrão de atualização e conhecimento.

Esta tradicional publicação que congregou em seu quadro inicial de mantenedores insígnies figuras de nossa pátria, como Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Vila Nova e Maciel da Costa, evidencia problemas da atualidade de caráter relevante para a evolução de nosso planeta, avultando temas que são expressões de um mundo em plena mutação cujas soluções são imprescindíveis para a integração e progresso da humanidade. Entre eles ressaltamos os fatos concernentes a:

- política, geopolítica, estratégia
- administração, economia, finanças
- organização, tática e técnicas militares
- geografia, história, comunicação
- ciência e tecnologia

Neste trabalho integrado, notáveis, célebres e talentosas personalidades contribuem para um resultado edificante e construtivo que a personifica.

Fruto da experiência de "homens de estirpe", faz emergir textos onde perfilam traços marcantes de um ideal: o de proporcionar a seus leitores uma informação viva, atuante e dinâmica.

Fundamentando nossas alusões no decorrer da presente Moção, salientamos alguns artigos publicados na Revista de N.º 693, fazendo um breve retrospecto. Referimo-nos assim a oração proferida por ocasião da solenidade de diplomação da turma de 1980 da ECEME em 12/12/80 pelo General de Brigada e Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Diogo de Oliveira Figueiredo e que enfoca "O Oficial de Estado Maior, a estratégia e a tática" na qual o ilustre militar concita os concludentes ao cumprimento do dever, ressaltando que a Nação e o Exército esperam daqueles que em breve estarão com as responsabilidades do comando e do assessoramento em organizações, estabelecimentos e órgãos da mais elevada hierarquia nas estruturas do Ministério do Exército e de sua Força Terrestre.

Em "Perspectivas de Cooperação para o desenvolvimento no âmbito do sistema interamericano", o Chefe da Seção de Assuntos

Políticos do Colégio Interamericano de Defesa de Washington, DC, EUA, comenta a futura reunião, prevista para este ano de 1981 da Assembléia Geral Extraordinária da Organização dos Estados Americanos, para rejuvenescer a cooperação para o desenvolvimento, recuperando-a de um processo de abandono e deterioração que remonta aos últimos haustos da Aliança para o Progresso.

Nesta mesma publicação ressaltamos a "Análise da Política Econômica Nacional" em que o Ministro Delfim Netto dá uma visão panorâmica dos problemas e da estratégia que está sendo adotada para enfrentá-los, já desde o início do Governo Figueiredo. Esclarecendo, ilustrando e comentando, o Ministro Delfim Netto, ventila graves problemas, apresentando soluções e mostrando que o Brasil já construiu o seu caminho e portanto deve perseverar nessa direção, que o levará brevemente à vitória.

Ainda neste número, evidenciamos entre outras, a reportagem que nos dá uma visão das Forças Armadas Espanholas, de autoria de Cesar Ruiz-Ocaña, assim como Roger W. Fontaine nos dá uma demonstração de estratégia cubana na África.

Tenho a honra e o orgulho de saudar com efusão esta incansável equipe de Diretores, Redatores e funcionários que através de um trabalho coeso, íntegro, globalizante e sistemático vem contribuindo ativa e conscientemente para a divulgação dos valores patrióticos e morais que incontestavelmente notabilizam e engrandecem a opulência e o esplendor de nossa querida e amada Pátria.



INFORMAÇÕES

NOVAS TÉCNICAS PARA O TREINAMENTO DE TIRO

Um novo sistema denominado Marksman foi desenvolvido pela RDV — Engenharia de Sistemas (inglesa), destinado ao treinamento de tiro de armas individuais.

Compõe-se, basicamente, de um projetor Bell & Howell de 16mm levemente modificado, provido de lentes normais de 50mm, acoplado com lentes anamórficas para se conseguir uma imagem mais ampla. Dispõe também de um estabilizador de imagem, destinado a manter a luminosidade da mesma, quando a projeção do filme é interrompida.

O fabricante fornece uma coleção de 12 filmes de 10 minutos, cada um deles mostrando as mais variadas situações de combate. Como o filme é projetado num ambiente fechado, tanto o armamento como as instalações são preparadas e dimensionadas para atender as normas de segurança.

Durante a projeção do filme, assim que o instrutor realiza o tiro, o estampido excita um detector acústico, fazendo parar instantaneamente a projeção. Assim, pode-se avaliar a precisão do impacto na imagem parada. Isto é conseguido graças a seis refletores de 150w,

dispostos convenientemente atrás da tela, que possibilitam realçar o impacto. Tais refletores são também acionados automaticamente quando da realização do tiro.

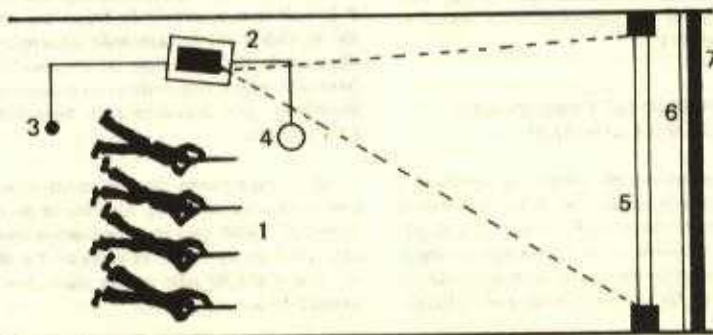
A tela consiste em duas armações de papel branco que se movimentam horizontalmente e uma outra tela preta, situada mais atrás, que se move verticalmente de baixo para cima.

A imagem fica parada por 4 seg para permitir a avaliação do tiro. Em seguida, os refletores são desligados e recomeça a projeção. Normalmente, a tela tem uma vida útil de milhares de impactos.

O fabricante deste sistema já vendeu cerca de 240 unidades, dos quais 83 para o Exército inglês e o restante para mais de 30 países. O preço unitário está em torno de 20.000 libras e o modelo mais sofisticado — o MK 6 — é atualmente utilizado pelas forças norte-americanas destacadas na ALEMANHA OCIDENTAL.

O sistema básico Marksman pode oferecer variantes, quer utilizadas no treinamento do tiro anti-carro, quer em versões mais simplificadas, destinadas ao treinamento de armas portáteis.

O sistema mais simples, de projeção estática, cujo preço unitário está em torno de 2.000 libras, utiliza dois projetores de slides



1 — linha de fogo; 2 — projetor cinematográfico; 3 — mesa de instrutor; 4 — microfone; 5 — tela branca; 6 — tela preta; 7 — pára-bala

Kodak, tipo Carroussel, modelo S-Av 2000, comandados por uma unidade de controle. Através do efeito de superposição de imagens, pode-se, por exemplo, fazer aparecer a imagem de um terrorista sobre a imagem de fundo que mostra uma zona urbana. A sequência da projeção pode ser manual ou automática e a trilha sonora pode simular efeitos reais para dar maior significado ao treinamento.

Tal sistema já foi fornecido para vários países, entre os quais os ESTADOS UNIDOS, a FRANÇA, a ALEMANHA e a ARGENTINA.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA COMEÇA A CRESCER

Pela primeira vez, após nove anos de declínio, a produção petrolífera da área terrestre brasileira começou a crescer a partir deste ano. No primeiro trimestre o aumento foi de 5,9% em relação ao mesmo período de 1980.

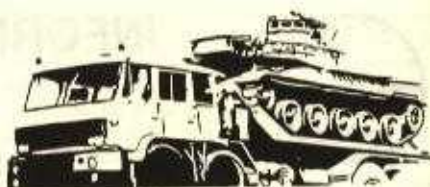
O incremento se deve à expressiva contribuição dos campos terrestres do Espírito Santo, que de janeiro a março mais do que quadruplicaram sua produção (452,5%) em comparação com época idêntica à do ano passado, compensando o declínio natural dos campos mais antigos.

Já a produção nacional de petróleo em março (6.954.129 barris) apresentou crescimento de 26,2% em relação ao mesmo mês de 1980, quando alcançou 5.508.965 barris.

Esse incremento deveu-se principalmente ao crescimento da produção da plataforma continental (25,2%). No mar a área que revelou maior nível de aumento foi a Bacia de Campos com 79%.

NOVO PROCESSO DE TRANSPORTE PARA CARROS DE COMBATE

O transporte de carros de combate a grandes distâncias é um problema de difícil solução e, na maioria das vezes, é solucionado com o emprego de vagarosas carretas, especialmente no transporte rodoviário. Este foi um problema que ISRAEL



teve que resolver na guerra de 1973 e, no final, transportaram seus carros de combate sobre carretas rebocadas. Mas nem todos os Exércitos têm, à sua disposição, semi-reboques especiais ou tratores para o transporte de carros de combate a longa distância, ou mesmo para a sua retirada do "front", no caso de pane ou avaria.

A "Creusot-Loire", da FRANÇA, oferece uma solução mais racional com seus T40A, que possuem vantagens sobre o sistema tradicional. Este é o primeiro transportador de carros de combate que não traciona, mas carrega os carros de 40t, através campo.

O T40A possui oito rodas, seis das quais motoras, assegurando-lhe velocidades de 90km/h nas rodovias e acima de 70km/h através campo ou terrenos arenosos.

Quando transportando carros, o T40A pode vencer rampas de até 30% dependendo apenas do grau de aderência do terreno.

O T40A é dotado de uma base-plana transportadora que é abaixada até o solo a fim de que se possa embarcar o carro. Uma vez completada esta operação, a base-plana é elevada a fim de que o caminhão fique em condições de se deslocar. A operação repete-se para a descida do carro. O caso de um carro de combate avariado é resolvido com o auxílio de um guindaste, que o coloca com facilidade sobre a base-plana.

O carregamento de um carro, mesmo em circunstâncias adversas, leva cerca de dois minutos. O T40A não tem problemas com os túneis, pois quando ele se desloca transportando um AMX30 não atinge mais que quatro metros de altura.



LIVROS

OPERAÇÃO URÂNIO. Eisenberg, Dennis et alii. Trad. de Yolanda Toledo. São Paulo, DIFEL, 1979.

Falando numa conferência sobre armas atômicas, em abril de 1977, Paul Loewenthal, perito do Senado norte-americano para assuntos referentes à proliferação nuclear, revelou que nove anos antes 200 toneladas de urânio do EURATOM haviam desaparecido de um navio que as transportava para a Itália onde deviam ser processadas. E após uma pausa para avaliar o impacto causado na assistência, o especialista acrescentou:

— Admite-se que o urânio em questão foi descarregado em Israel!

Imediatamente os repórteres presentes à reunião, realizada em Salzburgo, na Áustria, transmitiram a notícia para seus jornais e em muitos deles o assunto foi manchete de primeira página. Houve desmentidos formais das autoridades israelenses e grande constrangimento entre os dirigentes do EURATOM que agora puderam contemplar, retrospectivamente, a beleza arquitetônica da conspiração. Mas ninguém teve dúvida que o objetivo da revelação deliberada do segredo guardado por 9 anos foi a intenção norte-americana de advertir para o perigo do átomo em muitas mãos.

Entretanto, ficou no ar a pergunta: Como os israelenses haviam conseguido desviar carga tão preciosa, que devia transitar, da origem ao destino, cercada de salvaguardas? Há pouco tempo, a misteriosa operação foi finalmente reconstituída em todos os quase todos os detalhes, num livro escrito por três autores israelenses: Dennis Eisenberg, Eli Landau e Menahem Portugali. Seu título é Operação Urânio, que acaba de ser publicado no Brasil pela Difusão Européia do Livro (DIFEL), de São Paulo, em tradução de Yolanda Toledo.

O caso começa durante a Guerra dos Seis Dias, com a revelação de que já naquela época Israel possuía um avançado reator, a partir do qual podia fabricar artefatos nucleares. Prote-

gido por um sofisticado sistema de defesa, o reator estava ameaçado de parar, porque o Governo francês, então dirigido por De Gaulle, havia embargado os fornecimentos militares a Israel, incluindo nesse embargo o urânio que, antes, assumira o compromisso de vender.

O evento coincidiu com a reorganização do Departamento de Operações Especiais do Mossad que constatou ser pouco realista o engajamento desse departamento na caça quase exclusiva de nazistas. Foi então que o Serviço de Informações de Israel se tornaria mundialmente conhecido pela precisão e eficácia com que organizou operações como a das canhoneiras francesas e o ataque ao Aeroporto de Entebbe.

No caso da Operação Urânio, o Mossad, autorizado pelo Gabinete israelense, recruta um grupo de homens e mulheres altamente treinados e de grande experiência em operações especiais, entre os quais um veterano capitão da Marinha e um mecânico capaz de abrir qualquer cofre. Sabia-se que o carregamento de urânio estava em vias de ser mandado da Alemanha para a Itália, por via marítima, a partir de um porto dos Países Baixos.

Os agentes partem para a Europa e começam a trabalhar. À agente Sharon compete seduzir o homem-chave do EURATOM através de quem consegue os informes sobre a movimentação da carga pela Europa. Assim, os israelenses ficam sabendo que o urânio saíria de Roterdã, em novembro de 1968, nos porões do cargueiro Schersberg. Quando o navio de satraca, os agentes já estão à bordo. Em questão de segundos seqüestram toda a tripulação e seguem pelo Mediterrâneo até Israel, onde desembarcam a carga. Depois conduzem o cargueiro para um porto turco, onde o devolvem à sua antiga tripulação.

Essa é, em grandes linhas, o enredo do caso. Os detalhes, porém, são numerosos, com momentos dignos de um romance de Graham Greene. Diferindo em alguns aspectos do relato do livro aqui apresentado. COLETÂNEA L

publicou, em seu número de agosto de 1978, o artigo Operação Plumbat, tratando do mesmo assunto. O leitor terá agora oportunidade em estabelecer um confronto entre as versões do livro e do artigo.

HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA: 1800 — 1920 — Roberto Santos — São Paulo T. A. Queiroz, 1980. 358 p. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; série 1: Estudos Brasileiros/3)

O livro é o resultado do mestrado, em 1977 na USP. O autor, professor da Universidade do Pará, dividiu a obra em quatro partes e um apêndice metodológico: 1) Periodização do crescimento econômico regional e fase da decadência; 2) Fase de expansão; 3) Declínio; e 4) Avaliação. A ilustração com tabelas, dados estatísticos e gráficos enriquece a obra, rica do ponto de vista da história econômica. Baseados nestes inúmeros dados, podemos classificar a história econômica da Amazônia nas seguintes fases: 1) Decadência — 1800-1840; 2) Expansão gomífera — 1840-1910; 3) Declínio — 1910-1920; 4) Recuperação (?) — 1920-1940; e 5) Crescimento moderado — 1940-1970.

O ciclo agrícola ocorreu na Amazônia no século XVIII. O cacau, o café, algodão e cana-de-açúcar foram produzidos em escala comercial. O cacau liderou o comércio. Vigorou a tradição das "drogas do sertão". As exportações entram em euforia no século XVIII. A renda interna por habitante começa a cair logo no início do século, devido a várias causas: invasão na marcha dos preços do cacau, quadro mundial adverso aos produtos tropicais, esforço a guerra do Pará na campanha da Guiana, associado à ocupação de Portugal pelos franceses, e a Cabanagem.

A borracha deu à economia um surto de crescimento, despertando em 1850 as pretensões estrangeiras. O Rio Amazonas é aberto à

navegação internacional e a população aumenta. O índio foi arregimentado: remador forçado, pescador, serviçal e até soldado. De 1878 em diante, os retirantes cearenses aumentam a mão de obra. Empresas inglesas e norte-americanas são criadas na região. Uma peculiaridade da economia é o avimento, como resistência das lideranças mercantis, interessadas em preservar sua posição privilegiada nas trocas, como resquício da tradição secular do escambo. A questão do Acre, onde viviam 70.000 brasileiros, é resolvida, por via diplomática, em 1903, mediante a indenização de 2 milhões de esterlinos, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e a concessão de 868 km² em diversos pontos da fronteira.

A introdução da seringueira no Oriente, pelos ingleses em 1876 fez com que nossa produção baixasse de preço a partir de 1900. O desastre econômico foi grande, e o Governo entra em jogo com o Plano de Defesa da Borracha, mal conduzido e de desastrosos efeitos.

No balanço histórico da economia da borracha, o Autor distingue duas posições: a ufanista e a radical-pessimista. Uma pequena avaliação da economia, segundo critério predominantemente neoclássico encerra o livro. Dentro da organização capitalista da economia mundial, o crescimento das economias regionais está condicionado à amplitude do mercado e à disponibilidade de fatores de produção. A borracha foi a grande chance da Amazônia entre a Independência e a Primeira Grande Guerra.

O livro é uma detalhada análise econômica da Amazônia no século XIX. Importante fonte para estudos da região hoje em nova fase de expansão econômica através da mineração e agropecuária. Há, é bem verdade, a grande preocupação ecológica. Certamente este livro continua a vasta pesquisa de M. Nunes Dias — A Companhia do Grão Pará e Maranhão — publicada pela Revista de História da USP, em 1971.

("Digesto Econômico")

Federação Nacional dos Bancos

Av. Rio Branco, 39-20º andar-Rio de Janeiro-RJ

Para que uma pessoa precisa dos bancos?

Para guardar valores. Para pagar contas de luz, gás, condomínio. Para pagar impostos. Para pagar INPS. Para pagar créditos das lojas. Para pagar mensalidades escolares. Para usar cheques. Para dar referência bancária. Para entregar declaração do Imposto de Renda. Para receber devolução do Imposto de Renda. Para investir em ações, letras de câmbio e outros títulos. Para comprar passagens aéreas. Para remeter dinheiro para outros lugares. Para receber dinheiro de outras praças. Para investir no Fundo 157. Para ter **CRÉDITO**.

Sem Banco, a vida das pessoas seria muito difícil.

Para que uma empresa precisa dos bancos?

Para guardar valores. Para efetuar pagamentos. Para usar cheques. Para fazer cobranças. Para remeter dinheiro para outras praças. Para receber dinheiro de outros lugares. Para pagar salários dos empregados. Para comprar moeda estrangeira. Para vender moeda estrangeira. Para importar. Para exportar. Para fazer seguros. Para alugar máquinas, móveis, equipamentos, veículos. Para comprar passagens aéreas. Para vender ações. Para comprar ações. Para investir em títulos. Para obter informações cadastrais. Para administrar imóveis. Para administrar valores mobiliários. Para pagar impostos. Para recolher INPS, FGTS, PIS. Para entregar declaração de Imposto de Renda. Para dar referências bancárias. Para ter **CRÉDITO**.

Sem Banco, as empresas não funcionariam.

Cimento, base de desenvolvimento.



A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

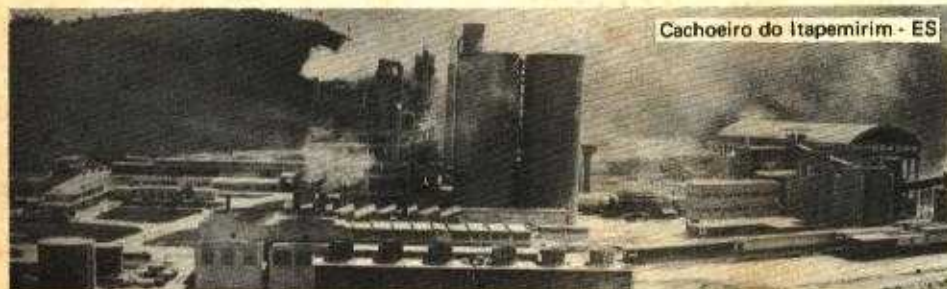
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP